



# Âncoras e Fuzis

Corpo de Fuzileiros Navais



Ano XXIII • Nº 52 • 2021 • Nº 09 publicada pelo CDDCFN • ISSN 2177-7608

## CONCEITOS EMERGENTES

A Inovação no Campo de Batalha





# PROGRAMA PATRONOS DA CULTURA NAVAL

O **Patronos da Cultura Naval** é um programa de mecenato, via leis de incentivo fiscal, às atividades culturais conduzidas pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM)

## QUEM PODE SER UM PATRONO?



### PESSOAS FÍSICAS

Contribuintes do Imposto de Renda Completo (IR) podem apoiar projetos culturais aprovados na Lei Rouanet



### PESSOAS JURÍDICAS

Podem contribuir via leis de incentivo fiscal: Lei Rouanet (federal); Lei Estadual de Incentivo Fiscal - ICMS (RJ); e Lei de Incentivo Fiscal Municipal - ISS (Rio de Janeiro / RJ)



FAÇA PARTE DESSA INICIATIVA!

PARA MAIS INFORMAÇÕES

SITE: [bit.ly/programapatronosMB](http://bit.ly/programapatronosMB)



(21) 99538-8834 (21) 3819-3202 @ [dcamn-projetos@abrigo.com.br](mailto:dcamn-projetos@abrigo.com.br)

# Palavras dos Comandantes



Almirante Nélio



Almirante Campos Mello

Caro leitor,

A nossa já tradicional Revista **Âncoras e Fuzis**, nesta nova edição traz um tema muito interessante que busca abordar novos e diferentes conceitos que de alguma maneira têm impactado a nossa busca pelo conhecimento afeto as lides da guerra anfíbia, e porque não dizer, em certos aspectos, do fenômeno guerra como um todo, tentando, evidentemente, manter-se no seu nicho de conhecimento do nível tático.

Todavia, diferente das edições anteriores, quando abordávamos sucintamente cada um dos artigos que o periódico trazia, desta vez deixaremos para que o

Almirante Campos Mello discorra sobre eles no artigo que abre a revista. Nessa abertura da edição, falaremos da continuidade da nossa revista. Para este intento, justo seria que escrevêssemos estas palavras a quatro mãos, eu Almirante Nélio, que passo o bastão, e eu Almirante Campos Mello, que o recebo.

Com a presente edição da **Âncoras e Fuzis** fecha-se um ciclo iniciado há pouco mais de 10 anos, em 2010, quando eu, Almirante Nélio, assumi o comando do Centro de Instrução

Almirante Sylvio de Camargo. Naquela ocasião **Âncoras e Fuzis** já havia iniciado uma trajetória de mudanças quando passou de um jornal periódico a uma revista editada em cores e primando pela comunicação visual com o leitor. Veio, então, o aprofundamento no aspecto propositivo e investigativo sobre as fronteiras do conhecimento de interesse dos fuzileiros navais, aprofundou-se a importância do “tema de capa” com um aumento substancial de conteúdo sobre tais temas. Novas seções foram incorporadas, com destaque para a “Doutrina em Evolução”.

Agora o que importa é o prosseguimento do sucesso da revista. Como deve ser na Marinha, fechado um ciclo, inicia-se outro. Uma nova voz no passadiço, a minha, do Almirante Campos Mello, dita a nova voga. Este novo ciclo vem para manter aquilo que já se conquistou e mirar novos êxitos.

Levados pela aceitação dos últimos números da **Âncoras e Fuzis**, nossa equipe retoma o trabalho trazendo as informações que sempre a distinguiram e os desafios de pensar coisas novas para o CFN.

Prezado leitor, a equipe editorial da **Âncoras e Fuzis** não pretende ser a palavra final nas discussões sobre os assuntos que aborda, muito pelo contrário, deseja aguçar sua curiosidade nesses temas, ao mesmo tempo em que aguarda suas sugestões e críticas, que podem ser enviadas para [edson@marinha.mil.br](mailto:edson@marinha.mil.br); [raissa.alencar@marinha.mil.br](mailto:raissa.alencar@marinha.mil.br); e [anancias.santos@marinha.mil.br](mailto:anancias.santos@marinha.mil.br) de forma a podermos aperfeiçoar cada vez mais nosso produto trazendo uma revista mais focada nos interesses do nosso estimado público.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

ADSUMUS!



# Expediente

A Revista **Âncoras e Fuzis**, desde a edição nº 42, passou a adotar o Acordo Ortográfico de 1990, com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, editado pela Academia Brasileira de Letras - Decretos números 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008.

## Distribuição Gratuita

Ano XXIII • Número 52 • 2021  
ISSN 2177-7608

### Número 09 publicada pelo CDDCFN

Comando do Desenvolvimento Doutrinário do  
Corpo de Fuzileiros Navais  
Rua Magno Martins, S/Nº - Ilha do Governador  
Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 21911-000

Jorge Armando Nery Soares  
Almirante de Esquadra (FN)  
Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Luís Manuel de Campos Mello  
Contra-Almirante (FN)  
Comandantes do CDDCFN

Luiggi Campany de Oliveira  
Capitão de Mar e Guerra (FN)  
Imediato do CDDCFN

Editor-Chefe:  
Edson de Oliveira  
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN)  
[edson@marinha.mil.br](mailto:edson@marinha.mil.br)

Editor-Adjunto:  
Raíssa Maria de Sousa Alencar  
Primeiro-Tenente (RM2-T)  
[raissa.alencar@marinha.mil.br](mailto:raissa.alencar@marinha.mil.br)

Editor-Assistente:  
Ananias dos Santos Américo  
Suboficial (RM1-FN-CT)  
[ananias.santos@marinha.mil.br](mailto:ananias.santos@marinha.mil.br)

Revisão:  
1ºTen (RM2-T) Raíssa Maria de Sousa Alencar

Revisão Bibliográfica:  
CT (RM2-T) Linda Mara Gomes de F. Castro Menezes e  
1ºTen (RM2-T) Itiene Nogueira Gama

Projeto Gráfico:  
Agência 2A Comunicação



As opiniões emitidas nos artigos deste periódico são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, o pensamento ou atitude do Corpo de Fuzileiros Navais ou da Marinha do Brasil, a não ser que assim esteja expressamente declarado. Todos os trabalhos aqui publicados são de caráter gratuito. É permitida a reprodução total ou parcial das matérias. Solicita-se a citação da fonte e a remessa de um exemplar da publicação.

# Sumário

- 5 CARTAS DOS LEITORES
- 7 A DOCTRINA EM EVOLUÇÃO
- 13 ARTIGOS
  - 13 Conceitos emergentes para os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)
  - 21 Arte Operacional e Design: sua aplicabilidade para o planejamento dos GptOpFuzNav na integração da batalha única
  - 26 Operações de Estabilidade para o GptOpFuzNav
  - 34 Os principais conceitos operacionais em desenvolvimento pelo United States Marine Corps e possíveis aplicações para o Corpo de Fuzileiros Navais
  - 42 Operações em Amplo Espectro para o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais
  - 47 As Operações Descentralizadas no USMC e aproximações à realidade do CFN
  - 52 Operações Anfíbias: uma Comparação entre as Perspectivas Brasileira e Francesa
  - 57 Nova visão das Operações Ribeirinhas para a Marinha do Brasil
  - 67 As Operações Multidomínio e sua aplicação no GptOpFuzNav
  - 72 Ameaças Assimétricas nos conflitos atuais
  - 77 *Operational Maneuver From The Sea* (OMFTS) e o *Ship-to-Objective Maneuver* (STOM): conceitos e aplicações para os GptOpFuzNav
  - 82 A Expansão no GptOpFuzNav
  - 88 Novas gerações e o Ethos do CFN
  - 93 Tecnologia e o futuro da guerra
  - 99 Dois lados de uma mesma moeda Operações no Litoral: a Interdependência entre Controle/Negação do Mar e Projeção de Poder
  - 105 O Terço da Armada
  - 108 Conflitos na Argélia, no contexto das Ameaças Assimétricas/Híbridas
  - 115 O exercício da liderança em tempos de isolamento
  - 119 A aquisição do *Mine-Clearing Line Charge* (MICLIC) e a ampliação da capacidade projeção de poder do CFN
- 124 FOI DESTAQUE NA ÂNCORAS E FUZIS
- 125 ARTIGOS EM DESTAQUE
- 133 CONHECENDO QUEM CONHECE
- PARA LEMBRAR...
- 137 Decida Nº 52: Projeção Anfíbia (Revista Âncoras e Fuzis, edição anterior)
- 138 DECIDA Nº 52: PROJEÇÃO ANFÍBIA
- 143 DECIDA Nº 53: APOIO DE SERVIÇOS AO COMBATE

# Cartas dos Leitores



Renato Rodrigues de Aguiar Freire  
Almirante de Esquadra



Cláudio Henrique Mello de Almeida  
Vice-Almirante



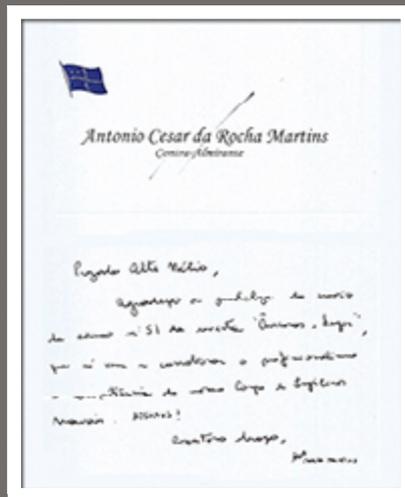
Luiz Otávio Barros Coutinho  
Vice-Almirante



César Aurélio Serra  
Contra-Almirante (Md)



Antonio Cesar da Rocha Martins  
Contra-Almirante



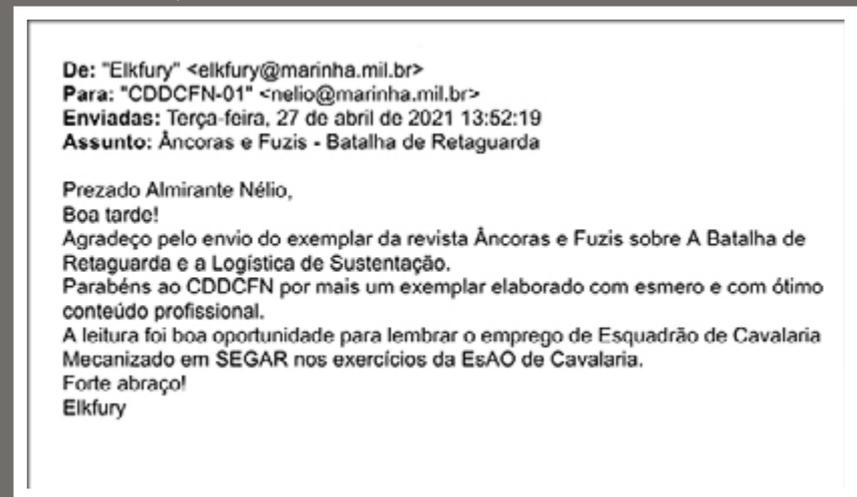
José Achilles Abreu Jorge Teixeira  
Contra-Almirante



André Martins de Carvalho  
Contra-Almirante



Assunto: **Âncoras e Fuzis** (Batalha da Retaguarda)  
De: Elkfury





Assunto: Âncoras e Fuzis, n.º 51

De: Ruy F. Schneider

De : Ruy F.Schneider  
<ruyschneider@schneidercia.com.br>

qui, 22 de abr de 2021 12:40

1 anexo

**Assunto : ÂNCORAS E FUZIS n° 51**

**Para : nelio@marinha.mil.br**

**Cc : 'CMG RM1-FN Edson' <edson@marinha.mil.br>**

Caríssimo amigo Nelio,

É sempre uma grande satisfação receber a revista ÂNCORA E FUZIS !

Satisfação pelo interesse e atratividade das matérias, incrementada pela constatação do elevado nível dos autores, cuja juventude nos cumula de confiança no tocante ao nosso Corpo de Fuzileiros Navais, em constante evolução e aprimoramento.

Mas, especialmente, cabe destacar o quanto isto decorre da visão e atuação do Comando do Desenvolvimento Doutrinário, que enseja minhas reiteradas congratulações.

Com meus cumprimentos, que estendo ao CMG(RM1-FN) Edson Oliveira, envio forte abraço,

Do amigo,

Ruy

Ruy Flaks Schneider





# A Doutrina em Evolução

Esta seção destina-se a atualizar o Leitor da *Âncoras e Fuzis* apresentando manuais e outros documentos que trazem as mais recentes atualizações da Doutrina de interesse dos Fuzileiros Navais.

## EMA-300 Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040)

Em 2020, o Comandante da Marinha aprovou, para o emprego na MB, o EMA-300 - Plano Estratégico da Marinha 2040 (PEM 2040).



A publicação tem o propósito de apresentar os elementos conceituais e doutrinários de alto nível da Marinha do Brasil e respectivas Ações Estratégicas Navais (AEN) que informam e consolidam o seu Plano Estratégico (PEM 2040). O capítulo 1 disserta sobre o ambiente marítimo e fluvial, sua importância e conceitos político-estratégicos que salientam a contribuição desse ambiente para a sobrevivência e prosperidade do Brasil. No capítulo 2 constam as principais ameaças no mar e em águas interiores que poderão comprometer a Sobrevivência e a Prosperidade do Brasil. Na sequência, o capítulo 3 elabora um conceito estratégico marítimo-naval que fornecerá elementos para a atualização da Doutrina Militar Naval, do Planejamento de Forças e dos planos setoriais decorrentes. No capítulo 4 está o Mapa Estratégico da Marinha e respectivos Objetivos Navais (OBNAV), instrumento visual da orientação de alto nível, para que a Marinha, no cumprimento de sua Missão, alcance sua Visão de Futuro no horizonte de vinte anos (2020-2040). Por fim, o capítulo 5 apresenta as AEN decorrentes.

As principais mudanças residem na modificação dos documentos condicionantes do planejamento estratégico; incorpora diversas ferramentas de gestão estratégica; introduz

o conceito de oceanopolítica; e amplia o horizonte de planejamento da MB.

## MD 33-M-15 - Manual de Operações Ribeirinhas

Em 24 de julho de 2020, o Ministro de Estado da Defesa aprovou a 1ª Edição do MD 33-M-15 - Manual de Operações Ribeirinhas.

A publicação tem o propósito de contextualizar a Operação Ribeirinha (OpRib) no quadro das Operações Conjuntas das Forças Armadas, destacando as principais interações entre as forças participantes da operação e da campanha que enquadra a OpRib. Esse Manual não visa instruir o planejamento e a execução deste tipo de operação militar em função de sua conhecida complexidade, cujo detalhamento normalmente demanda várias publicações correlatas para sua abordagem integral. Ela está dividida em quatro capítulos, sendo o Capítulo I – Generalidades – traz as considerações gerais e aplicação das OpRib; o Capítulo II – Conceitos Básicos - trata da conceitualização das áreas das forças e meios envolvidos nas OpRib; Capítulo III - Constituição, Comando e Planejamento da Força Conjunta Ribeirinha - aborda, dentre outras informações, algumas possibilidades de ações para cada Força Singular e do planejamento da operação; Capítulo IV - Execução das Operações - que traz considerações sobre diversos aspectos da fase da execução das OpRib.

Esta publicação orienta, como base doutrinária, o preparo e o emprego de uma OpRib em Operações Conjuntas no âmbito do Ministério da Defesa (MD) e das Forças Singulares.

## MD 33-M-14 - Manual de Operações Anfíbias

Em 20 de agosto de 2020, o Ministro de Estado da Defesa aprovou a 1ª Edição do MD 33-M-14 - Manual de Operações Anfíbias.

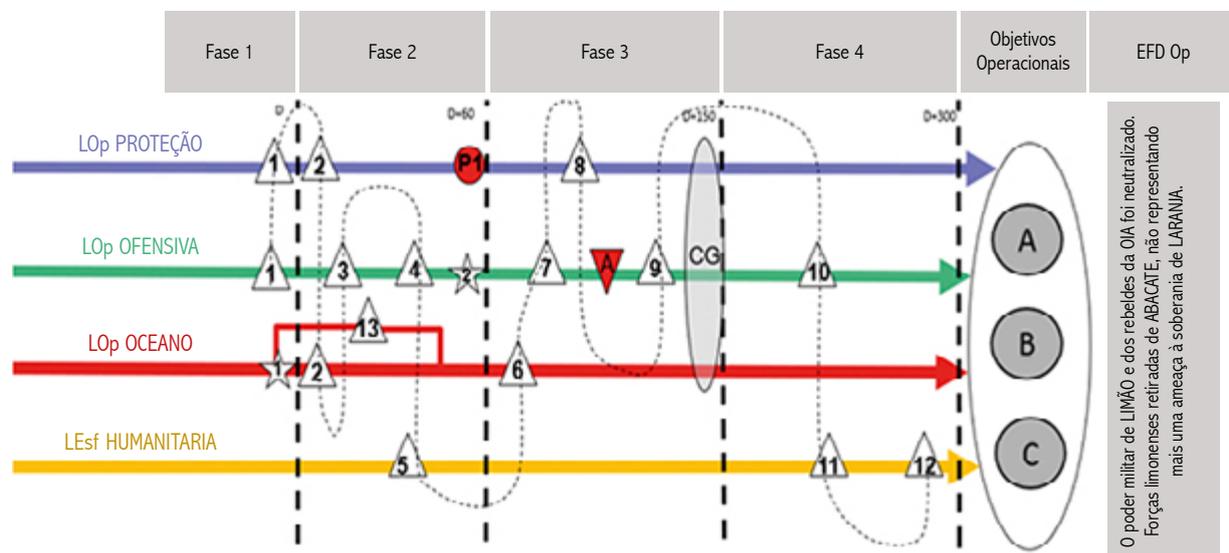
A publicação tem o propósito de contextualizar a Operação Anfíbia (OpAnf) no quadro das Operações Conjuntas das Forças Armadas, particularmente relacionando-a com as operações expedicionárias de “entrada forçada” em

território hostil ou potencialmente hostil, bem como destacando as principais interações entre as forças participantes da operação e da campanha que enquadra a OpAnf. Esse Manual não visa instruir o planejamento e a execução deste tipo de operação militar em função de sua conhecida complexidade, cujo detalhamento normalmente demanda várias publicações correlatas para sua abordagem integral. Ela está dividida em cinco capítulos, sendo o Capítulo I – Generalidades – em que se aborda, dentre outras, a relação das OpAnf com outras operações num teatro de operações; Capítulo II – Conceitos Básicos – que fala de diferentes modalidades de OpAnf e das fases que a integram; Capítulo III – Planejamento – que traça as peculiaridades do planejamento de uma OpAnf; e Capítulo IV – Considerações Complementares – que trata de outros aspectos importantes para a concretização de uma OpAnf.

Esta publicação é orientadora, nos âmbitos do Ministério da Defesa (MD) e de cada uma das Forças Singulares, como base doutrinária para o conhecimento, o planejamento, o preparo e a execução de OpAnf em Operações Conjuntas. Entretanto, deverão ser feitas as necessárias adaptações, caso as circunstâncias ou a natureza das ações, assim o exijam.

## MD30-M-01 - Doutrina de Operações Conjuntas - Volumes 1 e 2

Em 15 de setembro de 2020, o Ministro de Estado da Defesa aprovou a 2ª edição do MD30-M-01 - Doutrina de Operações Conjuntas - Volumes 1 e 2.



O poder militar de LIMÃO e dos rebeldes da OIA foi neutralizado. Forças limonenses retiradas de ABACATE, não representando mais uma ameaça à soberania de LARANIA.

A publicação tem o propósito de estabelecer os fundamentos doutrinários que orientam as Forças Armadas no processo de planejamento, preparo e emprego em Operações Conjuntas. Ela possui dois volumes sendo o primeiro dividido em dezesseis capítulos e dez anexos e o segundo dividido em sete capítulos e sete anexos.

O Volume I apresenta o seguinte: Capítulo I – Introdução; Capítulo II – Concepção de Preparo e Emprego Conjunto; Capítulo III – Operações Conjuntas (Op Cj) das Forças Armadas (FA); Capítulo IV – Comando Operacional Conjunto; Capítulo V – Estado-Maior Conjunto (Em Cj); Capítulo VI – Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE); Capítulo VII – Comando de Zona de Defesa; Capítulo VIII – Comando de Defesa Cibernética; Capítulo IX – Inteligência nas Op Cj; Capítulo X – Logística e Mobilização nas Op Cj; Capítulo XI – Comando e Controle nas Op Cj; Capítulo XII – Guerra

Cibernética nas Op Cj; Capítulo XIII – Operações Especiais nas Op Cj; Capítulo XIV – As Operações de Informação nas Op Cj; Capítulo XV – Operações DBNQR nas Op Cj; Capítulo XVI – Assessoria Jurídica nas Op Cj; e os anexos apresentam os trabalhos das seções do EM Cj.

O Volume II apresenta o seguinte: Capítulo I – Sistemática de Planejamento de Emprego Conjunto das Forças Armadas; Capítulo II – Planejamento para Op Cj; Capítulo III – Processo de Planejamento Estratégico; Capítulo IV – Processo de Planejamento Conjunto; Capítulo V – Exame de Situação Operacional; Capítulo VI – Elaboração de Planos e Ordens; Capítulo VII – Controle da Operação Planejada no Nível Operacional; e os anexos apresentam modelos de planos, anexos, apêndices e roteiros para a elaboração de um Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA).

As principais diferenças residem em que a publicação anterior estava dividida em três volumes e a atual está dividida em dois volumes. Anteriormente o primeiro volume estabelecia os fundamentos doutrinários que orientavam as Forças nos processos de planejamento, preparo e emprego em Operações Conjuntas, fornecia base doutrinária, no âmbito do Ministério da Defesa e de cada uma das Forças Singulares (FS), para as Op Cj. O segundo volume detalhava a ferramenta – Processo de Planejamento Conjunto (PPC) – a ser usada no planejamento de um Estado-Maior Conjunto (EMCj) para uma Op Cj. O terceiro volume apresentava os fundamentos da Inteligência para as Op Cj, a serem empregados pelo EMCj e por um Comando Operacional (C Op).

Atualmente a publicação busca a objetividade, além da adequação e adoção de novos procedimentos aprovados em experimentação doutrinária, que se mostraram adequados à realidade brasileira. No primeiro volume estão concentrados todos os conceitos doutrinários, possibilitando uma visão geral, bem como o perfeito entendimento do emprego conjunto das diversas forças componentes de um Comando Operacional ativado. O volume dois aborda os processos empregados nos planejamentos estratégico e operacional, facilitando a consulta e o manuseio do manual, além de permitir uma melhor integração na aplicação desses processos.

## EMA-411 - Manual do Sistema de Publicações da Marinha

Em 21 de janeiro de 2021, o Chefe do Estado-Maior da Armada aprovou, para o emprego na MB, a 7ª Revisão do EMA-411 - Manual do Sistema de Publicações da Marinha.

A publicação tem o propósito de apresentar os princípios fundamentais para normatizar e estabelecer as atividades relacionadas às publicações em uso na Marinha do Brasil (MB). Ela está dividida em seis capítulos e dez anexos: o Capítulo 1 define o Sistema de Publicações da Marinha (SPM) e as publicações integrantes, apresenta as atividades básicas do sistema e sua estrutura organizacional e estabelece as classes e normas de classificação das publicações do SPM; o Capítulo 2 descreve as atribuições das Organizações Militares (OM) integrantes no SPM; o Capítulo 3 informa os procedimentos para a elaboração das Publicações da Marinha do Brasil (PMB); o Capítulo 4 aborda a adoção de Publicações Nacionais (PNA) e Publicações Estrangeiras (PES); o Capítulo 5 regula a divulgação, distribuição, redistribuição, fiscalização e medidas de segurança das publicações do SPM; e o Capítulo 6 estabelece as normas para a

modificação, revisão e baixa das publicações do SPM. Os anexos complementam os capítulos.

As principais modificações residem na alteração do título da publicação, anteriormente denominado Manual de Publicações da Marinha; no procedimento para cancelamento e eliminação de publicações não controladas e ostensivas; nas instruções para recolhimento de publicações para a Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM); na nova classificação de publicação quanto ao tipo e classe; na sistemática de aprovação e ratificação de publicações; na recomendação de análise jurídica, quando aplicável; no novo modelo de índice e de capa de publicações; e na inserção do modelo da Folha de Rosto, que incorporou o tipo de publicação.

## CGCFN-20 - Manual de Inteligência de Fuzileiros Navais

Em 08 de abril de 2021, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, para o emprego na MB, a 1ª revisão do CGCFN-20 - Manual de Inteligência de Fuzileiros Navais.

A publicação tem o propósito de apresentar os conceitos básicos e os fundamentos para o emprego de forças de desembarque nas Operações Anfíbias (OpAnf). Ela está dividida em nove capítulos e treze anexos. O Capítulo 1 apresenta aspectos gerais a respeito da “Função de Combate Inteligência”, conceito apresentado no manual CGCFN-0-1 - Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais. No Capítulo 2 são apresentados conceitos básicos relacionados à Atividade de Inteligência (AI) e suas aplicações nas operações militares, julgados necessários para a adequada compreensão dos capítulos subsequentes. O Capítulo 3 trata da Seção de Inteligência constituída no âmbito dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) para atender à demanda de Inteligência nas diversas operações militares. O Capítulo 4 apresenta o detalhamento das atividades desenvolvidas em um GptOpFuzNav para atender as demandas da Inteligência nas operações militares. Os Capítulos 5 e 6 detalham processos apresentados no capítulo 4, demonstrando como analisar as características da Área de Operações (AOp) e as Possibilidades do Inimigo (PI), respectivamente. O Capítulo 7 aborda o desenvolvimento do segmento da Contrainteligência (CI) em operações militares. O Capítulo 8 apresenta as peculiaridades da Inteligência nas diversas operações de Guerra Naval, com destaque para as Operações Anfíbias e Ribeirinhas, assim como nas Atividades de Emprego Limitado da Força e Benignas. Por fim, o Capítulo 9 descreve os documentos

da Seção de Inteligência, cujos modelos são apresentados como anexos a referida publicação.

As principais modificações residem, inicialmente na reclassificação do manual como ostensivo; no capítulo 1 traz as Operações de Informação e sua relação com as diversas Capacidades Relacionadas à Informação (CRI) e o comando e controle de uma operação; trata a Inteligência como uma função de combate; aprimora a organização da Seção de Inteligência abordando as atividades das Subseções de Inteligência de Alvos, Contrainteligência, do Centro de Coordenação de Guerra Eletrônica e os apoios necessários; aborda a atividade de inteligência

nos níveis de condução estratégico, operacional e tático, bem como o ciclo de produção de inteligência e como ela apoia diversos aspectos das operações; na área da Contrainteligência suprimiu conceitos e informações que devem estar em outros manuais e explica melhor sua relação com as operações militares; suprimiu três capítulos que abordavam o reconhecimento e vigilância que devem ser objeto de outro manual; e finalmente aborda mais detidamente a Inteligência nas Operações de Guerra Naval, com ênfase para Operações Anfíbias e Ribeirinhas, as Atividades de Emprego Limitado da Força, Atividades Benignas, Operações conjuntas e Interagências.



## CGCFN-1-1 - Manual de Operações da Força de Desembarque

Em 5 de maio de 2021, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, para o emprego na MB, a 1ª Revisão do CGCFN-1-1 - Manual de Operações da Força de Desembarque.

A publicação tem o propósito de apresentar os conceitos básicos e os fundamentos para o emprego de forças de desembarque nas Operações Anfíbias (OpAnf). Ela está dividida em 15 capítulos e 15 anexos. O Capítulo 1 apresenta, de forma genérica, as OpAnf; no Capítulo 2 apresenta a organização das Forças e relações de comando nas OpAnf; o Capítulo 3 apresenta as Operações Preparatórias; os Capítulos de 4 a 8 descrevem, respectivamente, o Assalto Anfíbio, a Incursão Anfíbia, a Retirada Anfíbia, a Demonstração Anfíbia e a Projeção Anfíbia; o Capítulo 9 apresenta a Fase do Planejamento; o Capítulo 10 apresenta as Fases do Embarque,

Ensaio e Travessia; o Capítulo 11 aborda a Fase do Assalto; o Capítulo 12 apresenta o Movimento Navio-para-Terra (MNT); o Capítulo 13 trata da Defesa de uma Cabeça de Praia (CP); o Capítulo 14 enfoca o Apoio ao Combate e por fim, o Capítulo 15 trata do Apoio de Serviços ao Combate (ApSvCmb). Os anexos complementam os capítulos.

As principais modificações residem no acréscimo, no capítulo 2, de um artigo sobre outras forças componentes; foi introduzido um capítulo para a Projeção Anfíbia; foi introduzido um capítulo para descrever e planejar o Movimento Navio-para-Terra; no capítulo da Defesa da Cabeça de Praia retiraram-se conceitos relativos à Defesa de Área, constantes em outro manual, focou-se na aplicação desses conceitos na CP, internalizando informações de Nota Doutrinária anteriormente editada pelo CDDCFN; no capítulo do Apoio ao Combate acrescentou-se um artigo sobre as Operações de Informações; e acrescentaram-se os anexos exemplificando o planejamento e toda a documentação necessária para o Plano de Desembarque e o MNT.

## CGCFN-309 - Manual de Controle de Distúrbios

Em 5 de maio de 2021 o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, para o emprego na MB, a 1ª Revisão do CGCFN-309 - Manual de Controle de Distúrbios.

A publicação tem o propósito de apresentar os aspectos relacionados com as técnicas e os meios utilizados por ocasião do emprego de tropas de Fuzileiros Navais no Controle de Distúrbios (CD). Ela está dividida em seis capítulos e cinco anexos. O capítulo 1 apresenta as generalidades e os conceitos básicos dos Distúrbios, incitados por Agentes de Perturbação da Ordem Pública (APOP), os tipos de turbas e as respectivas ações. O capítulo 2 descreve a metodologia do Uso Progressivo da Força, enfatizando os princípios da proporcionalidade e da força mínima necessária, a fim de controlar uma determinada ameaça apresentada. O capítulo 3 apresenta o material utilizado pelas tropas de CD. O capítulo 4 descreve a organização, composição e emprego da Companhia de CD. No capítulo 5, são abordadas as Formações e os Comandos a serem utilizados pela Companhia e pelo Pelotão de CD e, no capítulo 6, são descritos, em termos gerais, o planejamento, o emprego e os procedimentos a serem cumpridos pela tropa no transcurso das Ações de CD.

As principais modificações residem em atualizar a linguagem utilizada no manual; com melhores imagens e ilustrações, de modo a facilitar a compreensão do conteúdo; na inserção de novos equipamentos para emprego no CD; no emprego de cães em apoio às atividades de CD; e no emprego de ARP como apoio ao CD e como fazer frente a ARP adversos.

## CGCFN-107 - Código Desportivo da Marinha

Em 6 de maio de 2021 o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, para o emprego na MB, a 1ª Revisão do CGCFN-107 - Código Desportivo da Marinha.

A publicação tem o propósito de consolidar em um único documento, as normas para a prática do Desporto na Marinha do Brasil (MB). Ela está dividida em três capítulos: o capítulo 1 apresenta os conceitos básicos e define as atribuições referentes à organização do desporto na Marinha do Brasil (MB); o capítulo 2 trata, dentre outros assuntos, das competições desportivas, das inscrições, do protocolo esportivo-militar, da constituição das delegações, do patrocínio, do juri técnico e da arbitragem das competições desportivas da

MB; e o capítulo 3 estabelece normas para a organização e a execução do Calendário Desportivo da MB.

As principais modificações residem na retirada do artigo sobre a Utilização de Instalações Desportivas por Entidades Extra-Marinha; acrescenta um artigo para diferenciar os tipos de competições na MB; e modifica a forma de elaborar o calendário Desportivo da MB.

## CGCFN-108 - Normas Sobre Treinamento Físico Militar e Testes de Avaliação Física na Marinha do Brasil

Em 13 de maio de 2021, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, para o emprego na MB, a 1ª Revisão do CGCFN-108 - Normas Sobre Treinamento Físico Militar e Testes de Avaliação Física na Marinha do Brasil.



A publicação tem o propósito de apresentar os fundamentos científicos da Educação Física como base para o planejamento do Treinamento Físico Militar (TFM); definir e estabelecer os procedimentos do programa de TFM; definir e estabelecer a sistemática de avaliação do condicionamento físico do pessoal militar da Marinha do Brasil (MB), por meio do Teste de Avaliação Física (TAF); e estabelecer as normas de aplicação do Teste de Suficiência Física (TSF), como parte dos processos seletivos para ingresso na MB. Ela está dividida em nove capítulos e quinze anexos. O capítulo 1 estabelece as Normas Gerais para o TFM; o Capítulo 2 estabelece as orientações para a realização do TFM; o capítulo 3 apresenta a periodização do TFM, visando ao planejamento anual das Organizações Militares (OM); o

capítulo 4 apresenta os tipos de atividades físicas que poderão compor os Programas de TFM a serem cumpridos; o capítulo 5 apresenta orientações para a execução do Teste de Avaliação Física Anual (TAF-a) e estabelece seus índices; o capítulo 6 apresenta e orienta a execução do Programa Aspecto Militar para Fuzileiros Navais (FN), com critérios e índices, assim como discorre acerca da importância do Aspecto Militar para os FN; o capítulo 7 estabelece um método de auditoria do TAF-a e do Programa Aspecto Militar, a ser realizado pelo CEFAN (OMOT da área de educação física e desportos), de modo a melhorar o processo de avaliação do condicionamento físico dos FN; o capítulo 8 tem por finalidade possibilitar a verificação de eventuais discrepâncias nos valores dos TAF-a, de modo a permitir a adoção de

medidas para melhoria do condicionamento físico do pessoal da MB; e o capítulo 9 estabelece orientações para a execução do Teste de Aptidão Física de Ingresso (TAF-i). Os anexos complementam os capítulos.

As principais modificações residem no detalhamento dos exercícios de abdominais para os FN; na substituição das tabelas referentes à pontuação dos índices de avaliação física nos exercícios de abdominais para FN; na inclusão do capítulo 6 - Programa Aspecto Militar para FN; na inclusão do capítulo 7 - auditoria do Teste de Avaliação Física Anual (TAF-a) e do Programa Aspecto Militar; na alteração de índices para os FN homens e mulheres, bem como os tempos exigidos na natação para homens e mulheres.





CA (FN) Luis Manuel de Campos Mello  
campos.mello@marinha.mil.br

## Conceitos emergentes para os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav)



O CA (FN) **Campos Mello** é o atual Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. Coursou os cursos de Política e Estratégia Marítimas, de Estado-Maior para Oficiais Superiores e de Estado-Maior para Oficiais Intermediários da Escola de Guerra Naval, o *Command and Staff College*, no Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América. Curso Aplicativo de *Oficiales de Infantería de Marina*, na Armada Argentina; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do CFN e o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais de Infantaria, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro. Possui os cursos especiais de Comandos Anfíbios, Precursor Paraquedista e Mergulhador Autônomo, dentre outros. Participou da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti no 3º Contingente do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, como Chefe do Estado-Maior; e no 21º Contingente, como Comandante. Comandou a Companhia de Polícia do Batalhão Naval (2006/2007); o 2º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (2013/2014); e o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (2017/2019). Foi Delegado da Marinha na Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa (RBJID), nos EUA em 2020/2021.

### Introdução

Embora a essência da guerra<sup>1</sup>, enquanto um ato de violência para submeter um adversário contra sua vontade tenha permanecido imutável, desde os primórdios desta complexa atividade humana, o emprego da força militar em combate sofreu constantes alterações ao longo da história. Novas concepções de emprego de forças no campo de batalha, inovações tecnológicas representadas por novos sistemas de armas e logísticos e a condução do combate em diferentes ambientes físicos e psicossociais têm transformado ininterruptamente a Arte da Guerra, trazendo vantagens que, oportunamente exploradas por aqueles que dominam os novos conceitos podem ser decisivas no curso das batalhas.

Acompanhar conceitos emergentes de emprego da força de forma a orientar os rumos do desenvolvimento de novas capacidades para os Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) é uma atividade essencial ao Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) para que possa se manter como

ferramenta imprescindível ao Poder Naval para a superação dos desafios atuais e futuros da Marinha do Brasil (MB).

Neste artigo, inicialmente, ressaltaremos o papel fundamental dos conceitos emergentes de emprego da força militar na condução do combate, por meio de uma abordagem histórica das inovações no campo de batalha, novas formas de mobilização da força militar e novos sistemas de armas ou logísticos, que representaram vantagem significativa para forças militares que os exploraram. A seguir, teceremos breves comentários sobre os conceitos que serão apresentados pelos diversos autores desta edição da Revista **Âncoras e Fuzis**, que incluem novas abordagens do combate, com diferentes visões e dimensões de aplicação da força nos campos de batalha atuais e futuros. Encerraremos com uma conclusão, enfatizando a importância para o CFN de se acompanhar o desenvolvimento das inovações e tendências militares e desenvolver seus próprios conceitos de emprego de seus GptOpFuzNav.

<sup>1</sup>Para Clausewitz a guerra é um ato de força realizado para obrigar um inimigo a fazer a nossa vontade. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/1946/1946-h/1946-h.htm/>>. Acesso em: 13 maio 2021.

## Dos elefantes indianos ao bombardeiro invisível

Desde a antiguidade, os exércitos procuram se organizar de maneira a estar em condições de enfrentar seus adversários em um campo de batalha. O emprego sistemático de cavaleiros, arqueiros e carros de guerra, apoiando um corpo principal de infantaria foi a forma empregada pelos Reinos organizados para enfrentar seus oponentes em combate. Efetivos superiores, armamento de qualidade e uma retaguarda logística constituíram números que, aliados às habilidades dos soldados no combate individual ou em equipe, fizeram a diferença no embate contra o inimigo. Entretanto, um novo conceito de emprego dos meios militares e novas tecnologias possibilitaram, por diversas vezes, a superação de exércitos bem preparados, que foram surpreendidos pelas inovações e derrotados no campo de batalha.

Durante as Guerras Púnicas<sup>2</sup>, ainda no século III a.C., os exércitos romanos se surpreenderiam com o uso de elefantes indianos por parte de seus adversários helênicos. O líder cartaginês Xapinto, na Sicília, contava com um efetivo não muito maior que o do general romano Régulo, mas possuía cerca de cem elefantes, além de seus cavaleiros. Surpreendido com o avanço dos elefantes em campo aberto, o exército romano foi dizimado e, durante anos, evitou embates em campo aberto contra o exército cartaginês e seus elefantes (GARAFFONI, 2006).

Na idade média, o combate permaneceu imutável durante vários séculos, consistindo basicamente de choques entre infantaria equipados com escudos, lanças e machados, apoiados por arqueiros e, com os nobres e cidadãos mais ricos compondo uma tropa a cavalo, usada muitas vezes para aproveitar o êxito de um ataque bem sucedido, ou atacar os flancos ou retaguarda da tropa adversária.

Algo novo, entretanto, começa a ocorrer no reino franco a partir do século VIII. Nesta época, os homens livres que possuíam cavalos passaram a adotar cada vez mais acessórios feitos de metal e couro para se proteger durante os embates a cavalo. Passaram também, a armar-se com espadas longas e lanças de quase 2 metros, com a qual se lançavam contra a cavalaria inimiga. Surgia assim, uma cavalaria de choque, com cavaleiros e suas montarias providos de certa blindagem, lançando-se contra a cavalaria ligeira e infantaria inimigas, de forma a romper suas linhas e facilitar a penetração da infantaria que se seguia. Esse método de emprego teve seu início na Europa e foi usado nos combates entre cristãos e muçulmanos nos séculos IX a XI. O conceito inovador passaria a ser adotado pelos reinos

mais importantes da Europa e da Ásia, modificando o enfrentamento no campo de batalha (FERNANDES, 2006).

Figura 1: Armaduras usadas pela cavalaria pesada na Europa Medieval em exposição no Museu Metropolitano, na cidade de Nova Iorque, EUA



Fonte: <<https://www.warhistoryonline.com/medieval/11-facts-never-knew-medieval-warhorses.html/>>. Acesso em: 05 jun. 2021

O Exército de Gengis Khan, no século XIII, também faria uso da mobilidade do cavalo e de seu efeito de choque. Valendo-se de suas habilidades no combate montado, além de outras estratégias, as hordas nômades originárias da Ásia Central derrotariam reinos e subjugariam impérios desde a China até a Europa Oriental, passando pelo Oriente Médio e pela Pérsia. A brutalidade com que tratava seus adversários e as regiões por onde passavam, praticando saques, assassinatos e levando destruição às cidades e plantações foi vastamente abordada em registros históricos. Entretanto, algo que não se aborda comumente, quando se trata de Gengis Khan e seus temidos cavaleiros das Estepes, é que foi um Exército que incorporou diversas inovações aprendidas no combate com diferentes povos ao longo de vários anos (BARBOSA, 2006, p. 138). Do embate contra os chineses, aprenderam a fazer uso de bombas fumígenas, artefatos incendiários, balestras, catapultas e torres rolantes para assalto a cidades fortificadas. Em sua passagem pelo Oriente Médio, passariam a usar camelos, além de seus cavalos. As operações de cerco a cidades fortificadas incorporaram novas táticas, tais como a simulação de retiradas e a montagem de emboscadas. O Exército de Gengis Khan inovou constantemente, surpreendendo seus adversários com novas armas e conceitos de uso da força, sendo este último um fator marcante em sua superioridade ante exércitos considerados, muitas vezes, mais organizados (BARBOSA, 2006).

A Revolução Industrial na Inglaterra, a partir do século XVII e a Revolução Francesa, no fim do século XVIII, mudariam significativamente a sociedade na Europa e em outras partes do mundo, substituindo a sociedade feudal, pela capitalista (BARBOSA, 2006, p. 201).

Após a Revolução de 1789, a França teria que combater contra outros Estados europeus que não queriam que o

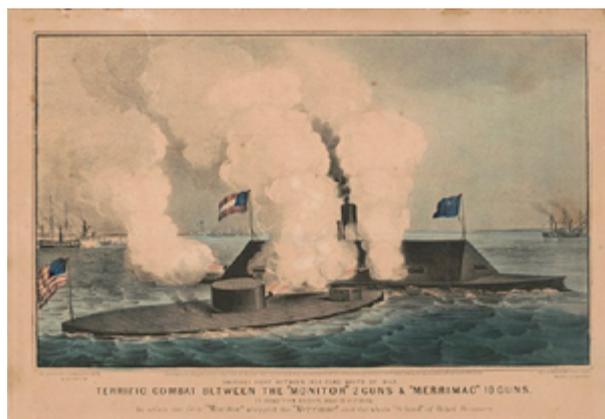
<sup>2</sup>Série de combates travados entre a cidade de Cartago, no norte da África e Roma, na Europa, entre os séculos III e II a.C.

mesmo processo revolucionário se iniciasse em seus territórios. Para que pudesse ter um exército a altura do desafio, a França instituiu o recrutamento em massa (*levée en masse*), tornando o serviço militar obrigatório entre os jovens de 18 a 24 anos<sup>3</sup>. Esse novo conceito possibilitou construir um exército que, liderado por Napoleão Bonaparte (1769-1821), seria temido por toda a Europa, levando a guerra a novos níveis de engajamento do Estado-nação, com uma mobilização nacional total e embates decisivos nos campos de batalha. Esta nova forma de mobilização permitiria a Napoleão Bonaparte comandar o Exército mais temido da Europa no início do século XIX e foi o precursor do atual serviço militar obrigatório existente em diversos países.

Nas Américas, as antigas colônias europeias seriam influenciadas pelo nacionalismo e ideais de liberdade da Revolução Francesa e fariam sua própria revolução, libertando-se do colonizador europeu. O sistema de conscrição universal francês e o engajamento total da nação na guerra se uniria as inovações tecnológicas surgidas com a revolução industrial para alterar os embates nos campos de Batalha das guerras do século XIX. Invenções como a ferrovia, o telégrafo, navios a vapor e encouraçados seriam utilizadas em novos conceitos de emprego de forças militares em batalhas, dando nova dinâmica à guerra.

Durante a Guerra de Secessão nos EUA (1859-1864), grandes efetivos dos exércitos da União e dos Estados Confederados se chocaram em batalhas em campo aberto, utilizando as novas peças de artilharia e engenhos, ocasionando pesadas baixas dos dois lados. A metralhadora *Gatling*, inventada em 1862, passaria a ser uma arma amplamente empregada pela infantaria, junto com os fuzis, para defesa ou conquista de posições. Na batalha naval travada na região de *Hampton Roads* (1862) foi registrado o primeiro duelo entre navios encouraçados: O “Virginia” (antigo *Merrimack*), um navio capturado pelas tropas confederadas e readaptado para receber uma couraça de ferro e o “Monitor”, um navio construído pela União, inteiramente de ferro e com duas torretas de canhão giratórias. Embora o embate que durou horas entre as duas embarcações tenha sido inconclusivo, percebeu-se o valor do navio de ferro, como arma capaz de forçar passagens fortificadas, resistindo ao poder de fogo dos canhões em terra e capaz de derrotar os melhores navios de madeira até então construídos<sup>4</sup>. Este novo conceito de navio, autopropulsado, encouraçado e dotado de canhões direcionais, seria aperfeiçoado e empregado na espinha dorsal das esquadras das principais Marinhas do mundo para obtenção do domínio do mar, nos conflitos do final do século XIX e início do século XX.

Figura 2: Imagem de arquivo histórico da Livraria do Congresso dos EUA sobre a batalha de *Hampton Roads*, em 1862, entre os navios encouraçados *Monitor* e *Merrimack*, durante a Guerra Civil nos EUA



Fonte: <<https://www.nps.gov/articles/battle-of-the-ironclads.htm/>>.

Acesso em: 08 de jun. 2021

Na Guerra do Paraguai (1865-1870), o emprego de navios de madeira dotados de couraça, navios tipo monitores e de uma estrada de ferro construída de maneira emergencial sobre a região do Chaco possibilitou a Esquadra Brasileira ultrapassar a região fortemente defendida da Fortaleza de Humaitá, no Rio Paraguai, em uma ação militar decisiva, que deixaria a capital do Paraguai, Assunção, sem defesa contra um ataque da Esquadra Imperial, levando a sua evacuação (DORATIOTO, 2006).

Os novos conceitos de emprego de meios militares e as novas tecnologias desenvolvidas nas guerras da segunda metade do século XIX seriam estudados e aperfeiçoados pelas grandes potências industriais do início do século XX. As forças militares que participaram da Grande Guerra (1914-1917) fariam vasto uso de inovações, tais como o submarino e a metralhadora. A estrada de ferro e os navios encouraçados trariam inovações bem como os carros de combate, os aviões e as armas químicas. Aqueles que aperfeiçoaram os novos engenhos militares e desenvolveram métodos de emprego desses engenhos em combate obtiveram vantagens importantes nos primeiros anos da guerra.

Na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), essas armas se aperfeiçoaram ainda mais e diversos conceitos e novas invenções surgiriam em ritmo acelerado. A chamada Guerra Relâmpago (*Blitzkrieg*) conceito de ataque empregado pelas forças alemãs, permitiu a Adolf Hitler (1889-1945) dominar a maior parte da Europa nos primeiros anos da guerra (REILLY, 1940). A indústria bélica alemã prosseguiu inovando até o final do conflito, lançando novos tanques, submarinos, aviões movidos a jato e bombas voadoras, que surpreenderiam no campo de batalha e gerariam uma vantagem inicial que teria que ser superada por outras

<sup>3</sup>Disponível em <<https://www.britannica.com/topic/conscription/>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

<sup>4</sup>NAVAL HISTORY AND HERITAGE COMMAND. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/>>. Acesso em: 08 jun. 2021.

inovações tecnológicas desenvolvidas pelos países aliados. Era a corrida da medida versus a contra-medida. Assim, contra a furtividade do submarino, surgiria o sonar, contra as incursões aéreas noturnas da aviação alemã, surgiria o radar. Junto com a tecnologia, viriam os novos conceitos de emprego de meios em combate, como o sistema de comboios, empregado para proteger os navios de ataques de submarinos no oceano atlântico. O uso de pilotos suicidas por parte dos japoneses, no final da guerra, surpreenderia as forças navais norte-americanas na Campanha do Pacífico.

Novos conceitos de emprego de forças foram especialmente importantes nas campanhas navais da Segunda Guerra Mundial, com a realização de grandes operações anfíbias, que possibilitaram a liberação da Europa e a derrota das forças japonesas no Teatro de Operações do Pacífico. Embora o uso de tropas modernas realizando um desembarque anfíbio já tivesse ocorrido na península de campanha de *Gallípoli* (1915), durante a Grande Guerra, o conceito de assalto anfíbio seria aprimorado no período entre guerras, para ser amplamente empregado durante o conflito. Forças Avançadas realizariam operações preparatórias à invasão, enquanto um corpo principal de tropas embarcado em navios de transporte, fortemente protegido por meios navais e apoiado por aviação seria desembarcado em um ponto do litoral, ou em ilhas no pacífico, para desbalancear o poder de combate em uma região e permitir o avanço para objetivos estratégicos em território controlado pelo adversário.

No período da Guerra Fria (1945-1989), as potências mundiais (União Soviética e Estados Unidos da América) competiram amplamente pelo desenvolvimento de novos conceitos e tecnologias nos diversos campos do conhecimento humano. A exploração da energia nuclear, a corrida espacial e a construção de forças militares especializadas e arsenais sofisticados seriam dimensões da competição pelo domínio de novos conceitos entre as duas grandes potências.

Nos Estados Unidos da América, o reconhecimento da importância da inovação e do domínio de novos conceitos levou o governo daquele país a criar a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa, conhecida por seu acrônimo DARPA (*Defense Advanced Reserach Project Agency*). Sua criação está ligada ao lançamento do satélite soviético Sputnik, pela União Soviética, em 1957. O governo dos EUA, surpreendido por essa vitória do adversário da Guerra Fria no campo espacial, decidiu criar uma agência responsável por inovar no campo tecnológico. Com o tempo, voltou-se para projetos na área de defesa, desenvolvendo tecnologia de ponta junto com o meio acadêmico, com produtos que

incluíam mísseis balísticos, sistemas satelitais e tecnologias de defesa para emprego a bordo de veículos, embarcações e aeronaves militares. Dentre projetos da DARPA que posteriormente se desenvolveram em tecnologia disruptiva estão a rede de computadores ARPANET, usada como base para a INTERNET, componentes de baixa assinatura radar, que possibilitaram o desenvolvimento dos primeiros bombardeiros “invisíveis”<sup>5</sup> (B-2 e F-22) e o emprego militar do laser.<sup>6</sup>

Figura 3: Bombardeiro *Stealth* B-2 Spirit



Fonte: <<https://www.northropgrumman.com/what-we-do/air/manned-aircraft/b-2-spirit-media-gallery/>>. Acesso em: 15 de jun. 2021

Acompanhando a história de inovação da DARPA junto ao governo norte-americano, a China criou em 2017 seu Comitê Diretor de Pesquisa Científica (NI, 2017), agência que buscava replicar o modelo norte-americano de desenvolvimento de pesquisa científica avançada para emprego na modernização de suas forças armadas.

O esforço cada vez maior, realizado pelas grandes potências, para desenvolvimento de tecnologia disruptiva, aliada a novos conceitos de emprego da força militar em combate enfatizam sua corrida pela inovação e seu receio de ser surpreendido pelo adversário no campo de batalha, tal como ocorreu inúmeras vezes no passado.

Vimos, portanto, por meio de uma abordagem histórica das inovações no campo de batalha, que novos sistemas de armas ou logísticos, novas formas de mobilização da força militares e conceitos inovadores de emprego dos meios em combate representaram vantagem significativa para forças militares que os exploraram, influenciando no curso das batalhas e modificando a Arte da Guerra ao longo da história.

Por vezes, uma nova tecnologia aplicada ao meio militar poderá orientar o desenvolvimento de novos conceitos de emprego da força em combate. Entretanto, a implementação de conceitos inovadores, invariavelmente requer o desenvolvimento de novas tecnologias que atendam seus requisitos de aplicação em combate.

<sup>5</sup>Traduzido de “*Stealth*”, que fazia referência a aeronaves de baixíssima assinatura radar.

<sup>6</sup>DARPA. Disponível em: <<https://www.darpa.mil/>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

Forças militares das grandes potências da atualidade desenvolvem conceitos inovadores com foco em cenários atuais e futuros de emprego e competem no desenvolvimento de novas tecnologias, inclusive mantendo em sua estrutura governamental, agências especializadas em inovação militar.

## Conceitos emergentes e os GptOpFuzNav

Vimos, por meio de alguns episódios históricos evidenciados anteriormente, que a Arte da Guerra sofreu permanente evolução ao longo da história. As forças militares responsáveis por essa evolução aplicaram novos conceitos no campo de batalha, de forma adequada e oportuna, obtendo vantagens decisivas em combate e superando forças adversárias cujas táticas, equipamentos e armamento se tornaram obsoletos, sem que elas percebessem, até o momento crucial do choque contra o inimigo. Exércitos com poder de combate superior foram, por diversas vezes no curso da história, derrotados por forças militares com efetivos menores, mas que se valeram de conceitos inovadores e, por diversas vezes, suportados por novas tecnologias, surpreendendo e alterando a forma de combater.

Esta edição da Revista **Âncoras e Fuzis** abordará diversos conceitos emergentes que têm chamado a atenção das forças militares ao redor do mundo. Esses conceitos têm sido acompanhados pelos militares do Corpo de Fuzileiros Navais, por meio do desenvolvimento de trabalhos acadêmicos nos cursos de carreira, do intercâmbio de experiências com militares de outros países durante exercícios internacionais ou quando da realização de cursos, intercâmbios e outras funções no exterior, junto a nações amigas.

Nessa jornada, revisaremos, em um dos artigos, alguns conceitos de aplicação da arte operacional, de maneira a refletir sobre o emprego dos GptOpFuzNav em um ambiente extremamente volátil, incerto, complexo e ambíguo, características cada vez mais presentes no combate moderno. Nesse contexto serão ressaltados, de forma particular, conceitos que provocam Revoluções nos Assuntos Militares (RAM), incluídos no escopo os elementos da Arte Operacional. A natureza expedicionária do CFN e sua adoção pelo estilo da Guerra de Manobra serão abordadas, enquanto a aplicabilidade de ferramentas como “*Design*” e “*Arte Operacional*” no contexto de um GptOpFuzNav em seu amplo espectro de atuação. O artigo ressaltará a importância da busca de soluções criativas para problemas complexos que demandam o emprego do poder militar, assim com as implicações das evoluções tecnológicas incorporadas na sociedade, sem perder o foco na natureza perene da guerra.

Outro importante conceito, bastante empregado na atualidade e que será abordado nesta edição, faz referência as chamadas “Operações de Estabilidade”<sup>7</sup>, que abarcam um processo pelos quais os atores militares e não militares aplicam coletivamente diversos instrumentos do poder nacional para lidar com as causas de um conflito. Desta forma, busca-se fomentar a resistência de uma nação anfitriã, que acolhe as entidades militares e não-militares estrangeiras, criando condições que possibilitem uma paz sustentável e duradoura. Esse conceito de operação exerce um papel fundamental nos conflitos modernos, que consideram um amplo espectro de operações militares e abrangem diversas atividades de emprego limitado da força, bem como atividades benignas, tal como previstas na Doutrina Militar Naval (DMN) brasileira. Nos últimos anos, tem sido frequente a ocorrência deste tipo de operação em ambiente marítimo, o que ressalta ainda mais a importância desse conceito para a MB e para as forças de fuzileiros navais, que exercem um papel importante na condução das operações de estabilidade no litoral, executando uma ampla gama de missões nas porções terrestre e marítima do domínio marítimo.

Uma das forças militares contemporâneas que mais investe no desenvolvimento de conceitos inovadores é o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América (*United States Marine Corps* – USMC). Essa força, que possui complexos desafios frente ao aumento da competitividade geopolítica entre os Estados Unidos da América e a República Popular da China na região do Indo-Pacífico, passa por um processo de desenvolvimento de novos conceitos que possam atender as suas demandas de emprego. Em um dos artigos, veremos como essas inovações operacionais estão guiando importantes transformações, visando manter o USMC relevante, dentro de um ambiente operacional futuro, caracterizado por aspectos como: terrenos complexos, proliferação de tecnologias, informação como arma, batalha de assinaturas e domínio marítimo contestado. Conceitos Operacionais, tais como o das Operações Litorâneas em um ambiente contestado (*Littoral Operations in a Contested Environment* - LOCE) e o conceito Base de Operações Avançada Expedicionária (*Expeditionary Advanced Base Operations* - EABO) serão abordados, assim como sua transição do campo filosófico para o prático, mostrando as alterações nas vertentes material, organizacional e de ensino daquela organização que estão em curso, buscando também, apontar algumas possíveis aplicações para o CFN.

Esses novos rumos do USMC tem como destino comum sua maior integração às tarefas realizadas pela Marinha dos Estados Unidos (U.S. Navy), uma vez que contribuem

<sup>7</sup>Terminologia adotada tanto pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) quanto pela Organização das Nações Unidas (ONU).

diretamente com ações e operações realizadas pelo poder naval ligadas ao uso do mar, principalmente no que diz respeito ao controle de terra e do mar. Nesse mesmo foco, outro artigo desta edição apontará a inter-relação existente entre o Controle de área Marítima (CAM)/Negação do uso do Mar (NUM) e a Projeção de Poder Sobre Terra (PPT). Nesta análise, a perspectiva da *U.S.Navy* e do USMC, que em recentes documentos doutrinários têm enfatizado esta interdependência serão revisadas, particularmente em seus conceitos de EABO e Antiacesso/negação do Uso de Área (*Anti Access / Area Denial - A2/AD*).

Figura 4: Mísseis anti-navio disparados remotamente de plataformas terrestres são uma tecnologia de apoio aos novos conceitos de emprego do USMC, integrando tarefas de negação do uso do mar do poder naval



Fonte: <<https://news.usni.org/tag/expeditionary-advance-base-operations/>>. Acesso em: 15 jun. 2021

O USMC desenvolveu, também, o conceito conhecido como *Three Block War*, que também será abordado nesta revista. Desenvolvido pelo General Charles C. Krulak, que serviu naquela força, esse conceito apresenta três possíveis campos de atuação das forças militares: Ajuda Humanitária, Operações de Paz e Combate. A atuação nesses campos vem ao encontro da atual DMN da MB, que visualiza a necessidade de se cumprir tarefas no contexto amplo de uma campanha militar, executando Operações e Ações de Guerra Naval, Atividades de Emprego Limitado da Força ou Atividades Benignas, com esses cenários se apresentando simultaneamente durante um conflito onde coexistirão diversas ameaças. Os GptOpFuzNav, por sua vez, expostos a esses cenários multifacetados, deverão ter flexibilidade e capacidades para atuar no amplo espectro das operações militares, sendo o *Three Block War* um conceito de útil aplicação aos responsáveis pela aplicação do poder de combate.

Outro conceito em desenvolvimento no USMC refere-se às chamadas, por aquela instituição, de “Operações Desagregadas e Distribuídas”. Os Fuzileiros Navais Norte-americanos entendem que seus futuros desafios demandarão o emprego cada vez mais descentralizado de frações de FN, dotados de nível crescente de tecnologia e poder de combate por meio de sistemas de armas sofisticados,

capazes de contribuir mais diretamente para a negação do uso do mar e para o controle de áreas marítimas, além da projeção de poder sobre terra. Como o debate quanto a novas modalidades ou formas de empregar nossos GptOpFuzNav de modo a incrementar a flexibilidade e a versatilidade do Poder Naval é lícito e deve ser constante, um dos artigos discorrerá sobre esse conceito de emprego, abordando como as Operações Desagregadas e Distribuídas, adotadas pelo USMC, podem ser um caminho a ser avaliado pelo CFN, com as devidas adaptações a nossa realidade.

Será abordada também, uma perspectiva da França sobre as Operações Anfíbias. Nesse desenvolvimento, o autor ressaltará algumas diferenças conceituais entre as visões brasileira e francesa para as Operações Anfíbias, de maneira a identificar possíveis aplicações para os GptOpFuzNav da MB. Para tanto, serão analisados quatro fatores geradores de capacidade: Organização, Doutrina, Material e Educação, destacando as principais diferenças e buscando identificar oportunidades para aplicação pelo CFN.

Além dos conceitos emergentes ligados às Operações Anfíbias, esta edição trará, também, em um de seus artigos, sobre uma nova visão das Operações Ribeirinhas para a MB. Essa nova visão contempla a mudança na perspectiva de conquista e manutenção de posições em terra para uma ênfase maior no controle e manutenção das Linhas de Comunicação Fluviais e na escolta de meios navais, conforme previsto na DMN. O novo conceito fornece maior protagonismo ao emprego de tropas de Fuzileiros Navais atuando com Lanchas de Combate (orgânicas dos Batalhões de Operações Ribeirinhas) a frente do Corpo Principal de uma Força Tarefa Ribeirinha (ForTaRib), sem reduzir a importância do trinômio Navio – Fuzileiro Naval – Helicóptero. O autor defende que, neste emprego, as Unidades “Ribeirinhas” recebem uma função semelhante às Unidades de Cavalaria Blindada, porém, utilizando os rios como Corredores de Mobilidade. As ações a serem executadas serão de natureza eminentemente ofensiva, demandando mobilidade e grande ação de choque (poder de fogo, capacidade de manobra e blindagem) com predominância do combate embarcado.

Alguns conceitos recentes buscam, mediante uma visão integral do campo de batalha moderno, maximizar a aplicação da força militar, de maneira a obter a sinergia dos esforços realizados em diversas dimensões do combate. Um desses conceitos, que será tratado em um dos artigos desta edição é o de Operações Multidomínio, uma evolução do conceito de emprego chamado Armas Combinadas (*Combined Arms*) para o século XXI. Neste sentido, seu

precursor, o General de Exército David G. Perkins<sup>8</sup>, antigo Comandante do Comando de Treinamento e Doutrina do Exército dos EUA (TRADOC), ressalta a necessidade de se preparar para o combate em novas dimensões, além dos tradicionais domínios mar, ar e terra, atuando nos campos espacial, informacional e cibernético. O autor do artigo tratará do emprego dos GptOpFuzNav nesse novo modal de operação buscando correlacionar características fundamentais desta organização, como flexibilidade e integração entre os seus componentes, com essa visão do combate. O artigo pretende elencar, ainda, algumas sugestões de emprego dos GptOpFuzNav e possíveis adequações para aplicação do novo conceito.

Outros conceitos tratam de um tema antigo, porém de grande relevância na atualidade. Trata-se da ameaça assimétrica, em que um dos oponentes possui uma expressiva superioridade militar ou tecnológica sobre o outro. Atualmente há um entendimento que a assimetria pode ser dar, além dos domínios militar e tecnológico, em outros aspectos como o doutrinário e o cultural, este último sendo um limitador do uso da força em certas situações.

O artigo da edição referente a este assunto realizará uma breve explanação sobre o tema, ressaltando porque, apesar do registro milenar de engajamentos assimétricos, a guerra assimétrica mantém uma capacidade de se apresentar como conceito inovador. Em seu desenvolvimento, apresentará uma distinção entre os termos Ameaça Assimétrica e Ameaça Híbrida e, por fim, apresentará uma abordagem de como o CFN deve se preparar para enfrentar conflitos dessa natureza, reforçando a doutrina de guerra de manobra, utilizando-se intensamente da inteligência e fortalecendo a resiliência em combate.

Outros conceitos já lançados a alguns anos, mas cujo desenvolvimento e aplicação no CFN tem sido possível somente nos anos mais recentes, também serão revisados nesta edição. Estes conceitos são relevantes para o CFN na atualidade, uma vez que os meios essenciais para sua aplicação, tais como os navios multipropósitos, foram há pouco tempo incorporados ao acervo da MB.

Um dos conceitos é o de Manobra Operacional a partir do Mar (*Operational Maneuver From The Sea - OMFTS*), conjugado com a Manobra Navio-para-Objetivo (*Ship-to-Objective Maneuver - STOM*), desenvolvidos pelo USMC. O conceito OMFTS defende o conceito de emprego de forças navais direcionadas para ações decisivas, explorando fraquezas e

utilizando o mar como verdadeiro espaço de manobra, integrando os fatores operacionais espaço, tempo e força. Embora lançado em 1996, os cenários para aplicação pelo nosso poder naval permanecem atuais e serão revisados quanto a sua aplicação pelos GptOpFuzNav, considerando a incorporação dos navios multipropósitos que ampliaram sua capacidade expedicionária, permitindo ao conjugado anfíbio melhor explorar a flexibilidade dessas organizações. Desta forma, as potencialidades do conceito OMFTS e da STOM serão analisados, levando em conta sua capacidade de potencializar o poder de combate dos GptOpFuzNav que, juntamente com os meios navais e aeronavais, podem ser empregados com grande impacto no nível operacional da guerra.

Figura 5: A incorporação de Navios Multi-propósitos à MB possibilita a aplicação de importantes conceitos de emprego de forças anfíbias, tais como Manobra Operacional a partir do Mar e Manobra Navio para Objetivo



Fonte: <<https://www.marinha.mil.br/navio-aerodromo-multiproposito/>>. Acesso em: 15 jun. 2021

Outro importante conceito desenvolvido plenamente no CFN em operações recentes e que será assunto de um dos artigos é o de Expansão dos GptOpFuzNav. Tratará a respeito de condicionantes, tipos, métodos e faseamentos da Expansão, culminando com a exemplificação do tema que foi empregado na Operação “QUADREX 2020” (Exercício), ocasião em que foi planejada uma expansão de um GptOpFuzNav tipo Unidade Anfíbia para uma Brigada Anfíbia, sem prejuízo da continuidade da Operação Militar.

Por fim, precisamos estar conscientes de que, além de novos conceitos, o CFN precisa lidar com as novas gerações de fuzileiros navais, que ingressam permanentemente em suas fileiras, substituindo os valorosos combatentes que encerram seu ciclo de contribuição para a Marinha no serviço ativo e passam à condição de veteranos. Porém, para lidar com o fenômeno da Guerra que é, como já dissemos anteriormente, de natureza imutável, é necessário que o CFN transmita seu *ethos*<sup>9</sup> aos novos combatentes, para que assimilem o conjunto de valores que lhes permitirá enfrentar

<sup>8</sup>Surgido no prefácio do *Multi-Domain Battle: Evolution of Combined Arms for the 21st Century, 2025-2040*. (ESTADOS UNIDOS, 2017).

<sup>9</sup>“Conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, outrossim, o bem-estar social”, ou seja, a forma que o homem deve se comportar no seu meio social. Disponível em: <[https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/patologia/ANTONIOCARLOSALESSI/etica\\_e\\_moral.pdf/](https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/patologia/ANTONIOCARLOSALESSI/etica_e_moral.pdf/)>. Acesso em: 30 mar. 2021.

esse desafio que transcende as gerações. Desta forma, um dos artigos foi dedicado às novas gerações e ao *Ethos* do CFN, sendo ressaltadas as características das novas gerações que se encontram nas fileiras do CFN, em busca de sua melhor compreensão. Este artigo é especialmente útil aos atuais líderes navais, que compreendendo as peculiaridades das novas gerações, poderão ter sua comunicação assertiva facilitada, ação essencial para que possam influenciar seus liderados com maior eficiência.

## Conclusão

Muitos historiadores focam seus registros em novas invenções e tecnologias que surgem de forma surpreendente nos campos de batalhas e trazem como consequências, grandes vantagens, para o contendor que a domina, ante seu adversário. Entretanto, é necessário entender que mais do que inventos geniais, inovações na milenar Arte da Guerra necessitam do desenvolvimento estratégico de novos conceitos de emprego dos meios militares e dos recursos nacionais que possui um Estado, para a consolidação efetiva da vantagem trazida pela superação do adversário no combate.

Apesar de, por vezes, um conceito de emprego surgir devido ao potencial que um novo tipo de armamento ou sistema apresenta, conceitos inovadores desenvolvidos em um planejamento estratégico de construção de novas capacidades visando cenários futuros, determinarão a necessidade de desenvolvimento de novas tecnologias que atendam seus requisitos de aplicação em combate.

Neste artigo, revisamos o papel fundamental dos conceitos emergentes de emprego da força militar na condução do

combate, por meio de uma abordagem histórica de episódios em que foram registradas grandes inovações no campo de batalha, novas formas de mobilização da força militar e novos sistemas de armas ou logísticos, que representaram vantagem significativa para forças militares que os exploraram. Esta revisão, bem como uma constatação de como as grandes potências da atualidade investem no desenvolvimento de conceitos inovadores e de tecnologia militar disruptiva reforçaram a importância da compreensão e desenvolvimento de novos conceitos, para que uma força não se torne obsoleta ante a evolução constante da Arte da Guerra.

Neste sentido, enfatizando a importância desta edição e com o propósito simultâneo de despertar a curiosidade do leitor, foram abordados, de maneira introdutória, os diversos conceitos que serão apresentados por seus respectivos autores nesta jornada que hora se inicia, que inclui novas abordagens do combate, com diferentes visões e dimensões de aplicação da força nos campos de batalha atuais e futuros.

Estar na vanguarda mundial do desenvolvimento de conceitos militares inovadores exige grande dispêndio de recursos em centros de pesquisa e na criação de tecnologia de suporte. Entretanto, não se pode permanecer alheio aos novos conceitos, pois corre-se o risco de desperdiçar-se recursos valiosos em conceitos obsoletos e defasados.

Acompanhar os novos conceitos que têm potencial para alterar o emprego de forças no campo de batalha, testar e desenvolver aqueles aplicáveis a realidade do Corpo de Fuzileiros Navais é, portanto, uma tarefa a ser continuamente desenvolvida para a sua manutenção como uma ferramenta militar atual e decisiva, capaz de contribuir significativamente com o Poder Naval nos rumos da Guerra Moderna.



## Referências

BARBOSA, Elaine Senise. Gêngis Khan e as conquistas mongóis. In.: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Tradução de J. J. Graham. Project Gutenberg, 2006. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/1946/1946-h/1946-h.htm/>>. Acesso em: 13 maio 2021.

CONSCRIPTION. In.: Encyclopaedia Britannica. 2005. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/conscription/>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

DARPA. Disponível em <<https://www.darpa.mil/>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

DORATIOTO, Francisco. Guerra do Paraguai. In.: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. São Paulo, SP: Contexto, 2006. p.

ESTADOS UNIDOS. U.S. Army Training and Doctrine Command. **Multi-Domain Battle**: Evolution of Combined Arms for the 21st Century, 2025-2040. Dec., 2017.

FERNANDES, Fátima Regina. Cruzadas na Idade Média. In.: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. São Paulo, SP: Contexto, 2006. p. 92.

GARAFFONI, Renata Senna. Guerras Púnicas. In.: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História das Guerras**. São Paulo, SP: Contexto, 2006. p. 53.

NI, Adam. China reveals new military technology agency. **The Diplomat**, 2017. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2017/07/china-reveals-new-military-technology-agency/>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

REILLY, Henry J. Blitzkrieg. **Foreign Affairs**, 1940. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/germany/1940-09-01/blitzkrieg/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.



CF (FN) Leandro **Marinho** Moreira  
[marinhos@icloud.com](mailto:marinhos@icloud.com)

## Arte Operacional e *Design*: sua aplicabilidade para o planejamento dos GptOpFuzNav na integração da batalha única



CF (FN) **Marinho** serve atualmente no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, como Assessor de Avaliação e Apoio ao Adestramento. É oriundo da Escola Naval, realizou os cursos de carreira, com destaque para o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2018, sendo 1º colocado. Serviu no BtlOpEspFuzNav – Batalhão Tonelero –, como Comandante de Pelotão (2004 a 2008) e Comandante do GERR/OpEsp (2009); foi instrutor do Curso Especial de Comandos Anfíbios no CIASC (2011 e 2012); Oficial de Inteligência do CmdoTrDbq (2014 a 2016); e Assistente do Diretor do Departamento de Desporto Militar do MD. Kursou ainda o *Command and Staff College* na *Marine Corps University*, em 2019, onde também realizou o *Master of Military Studies*.

Os conflitos modernos são caracterizados pelo crescente envolvimento de atores não estatais – sejam de postura hostil, neutra ou favorável – somado às tradicionais ameaças estatais, dando origem a diversos termos como “*Gray Zone*”, “guerra híbrida” e “novas ameaças”. O ambiente operacional atual emerge de um contexto social cada vez mais complexo e interconectado, cuja ambiguidade e volatilidade têm desafiado estudiosos e pensadores militares a desenvolverem abordagens criativas e mais eficientes para o emprego do poder militar. As evoluções tecnológicas, por vezes, assumem significativo protagonismo no meio militar e impulsionam o desenvolvimento doutrinário e novas concepções de combate. Em que pese a tecnologia ter reconhecida importância, não se deve olvidar de que o sucesso no campo de batalha moderno demanda muito mais do que apenas meios de última geração.

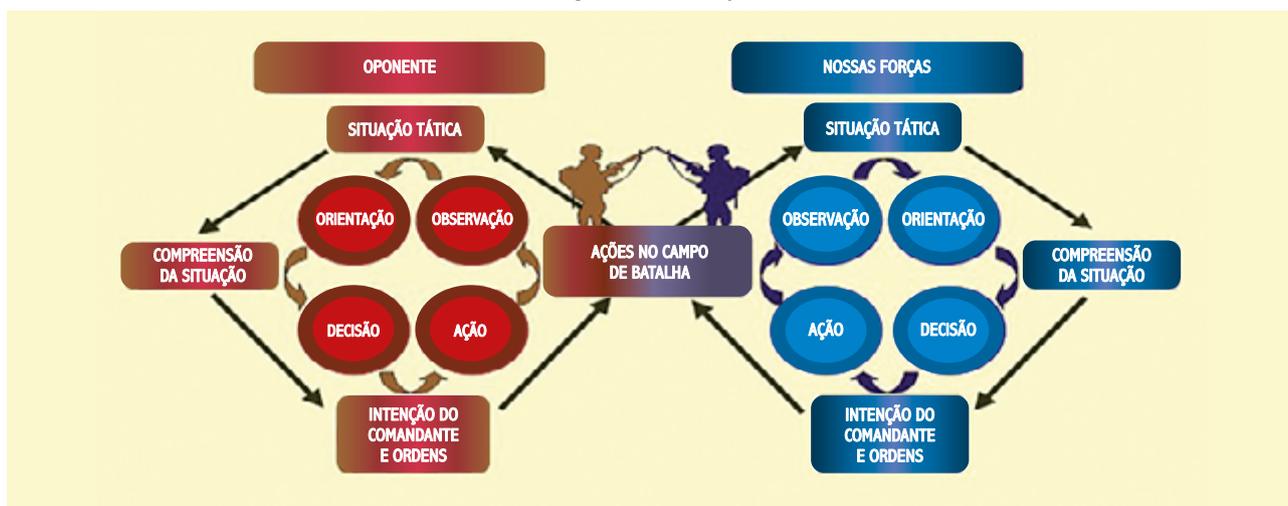
Avulta a importância do preparo intelectual de líderes e planejadores militares na aplicação da arte da guerra para a consecução dos objetivos traçados pelo nível político. A contribuição estratégica que o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) aporta aos níveis decisores advém de suas peculiaridades que o distinguem como uma tropa de pronto-emprego para atuar em cenários diversos que variam desde ajuda humanitária ao combate de alta intensidade. Assim, a adoção pelo

CFN do estilo da Guerra de Manobra potencializa sua natureza expedicionária vocacionada para as Operações Anfíbias e suscita reflexões sobre a aplicabilidade de ferramentas como a Arte Operacional e *Design* no contexto do amplo espectro de atuação dos GptOpFuzNav. Este artigo propõe uma correlação entre a filosofia da Guerra de Manobra e a utilização de ferramentas como os elementos da Arte Operacional para o planejamento no nível do Componente de Comando do GptOpFuzNav na integração da batalha única.

O processo de maturação da Guerra de Manobra no CFN iniciou-se nos anos 2000 e se consolidou com a publicação do Manual de Fundamentos dos GptOpFuzNav CGCFN 0-1, que se encontra na sua terceira revisão (2021). A principal base teórica é firmada no conhecido Ciclo de Boyd ou ciclo de decisão OODA, cujo foco privilegia a ruptura da coesão mental do oponente por meio de uma aproximação indireta a partir de uma posição vantajosa, impondo-lhe um ciclo decisório reativo.

Desse modo, é possível afirmar que a flexibilidade proporcionada pela Guerra de Manobra admite adaptações para os crescentes desafios do ambiente operacional moderno. As fases de Observação e Orientação do ciclo decisório demandam uma abordagem mais abrangente quando o GptOpFuzNav é empregado diante de cenários complexos sob

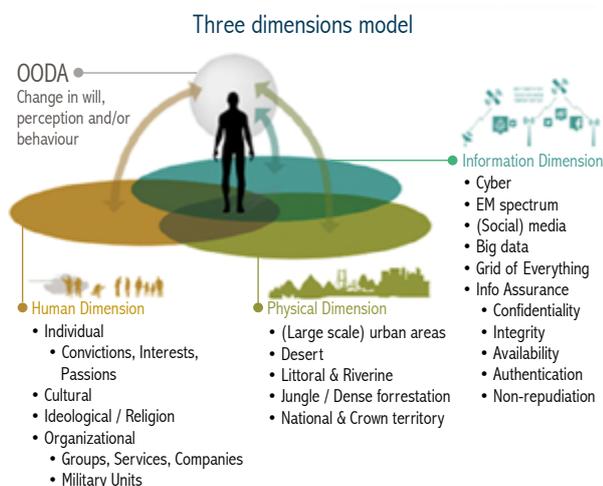
Figura 1: Ciclo de Boyd



Fonte: CGCFN 0-1 Manual de Fundamentos dos GptOpFuzNav

influência de múltiplos atores. Ao estudar os desafios para as Operações Anfíbias do século XXI, a Marinha Holandesa (*Royal Netherlands Navy*) publicou, em 2019, o *Future Littoral Operating Concept*, o qual apresenta um modelo teórico com três dimensões a serem consideradas em um dado ambiente operacional: as dimensões física, humana e informacional, como ilustradas na figura a seguir:

Figura 2: Modelo Teórico de Três Dimensões do Ambiente Operacional



Fonte: Royal Netherlands Navy, *Future Littoral Operating Concept*, Mastering the Littoral Volume 1, p. 39, 2019

Esse conceito requer habilidades consideradas cruciais para suas forças anfíbias: ampla consciência situacional; acesso e influência; desenvolvimento de alianças e parcerias; e elevada adaptabilidade às incertezas (HOLANDA, 2019, v. 1, p. 33-35) Similarmente, o PEM 2040 da Marinha do Brasil apresenta uma contextualização do entorno estratégico brasileiro e respectivo espaço oceanopolítico com desafios semelhantes ao evidenciar os interesses nacionais de proteção da Amazônia Azul e de exercer influência na costa ocidental africana (BRASIL, 2020a, p.18). Tais circunstâncias

compelem o Comandante (Cmt) e o Estado-Maior (EM) de um GptOpFuzNav a uma compreensão sistêmica do ambiente em que desenvolvem suas operações. A organização por tarefas do GptOpFuzNav por componentes atribui diferentes espaços de batalha a cada um deles, sendo o Componente de Combate Aéreo responsável pela batalha profunda, o Componente de Combate Terrestre pela batalha aproximada e o Componente de Apoio de Serviço ao Combate responsável pela batalha de retaguarda. Ao Componente de Comando do GptOpFuzNav cabe promover a sinergia entre os componentes subordinados em prol da batalha única. Daí surge o seguinte questionamento: como orientar e integrar os esforços de cada componente para produzir as condições desejadas ao final da operação ou campanha? Uma aplicação hábil da Arte Operacional por meio do *Design* parece trazer luz à essa questão.

Paralelamente ao amadurecimento da Guerra de Manobra no CFN, ocorreu a evolução da doutrina militar conjunta após a criação do Ministério da Defesa em 1999. Em 2001, foi elaborado o Processo de Planejamento de Comando (PPC) que se baseou em grande medida no Processo de Planejamento Militar (PPM) em vigor na Marinha do Brasil. Após duas revisões, o PPC teve sua denominação alterada para Processo de Planejamento Conjunto e reconheceu a existência do nível operacional, bem como assimilou os conceitos da Arte Operacional para melhor desenvolver o entendimento dos problemas militares da atualidade. Embora o MD30-M01 Doutrina de Operações Conjuntas - Volume 1 não defina claramente o nível operacional, a descrição das atividades que nele ocorrem permite deduzir que se trata do nível de condução da guerra em que se vislumbram a concepção e o sincronismo de operações, em um dado teatro, por meio de campanhas militares. Em seu Volume 2, o MD30-M01 define que:

a arte operacional consiste na concepção e no planejamento contínuo e sistêmico de operações e campanhas militares sincronizadas que produzirão efeitos essenciais para a consecução dos objetivos operacionais, gerando, assim, as condições que favoreçam a consecução do Estado Final Desejado Operacional. (BRASIL, 2020b, v. 2, p. 21-202)

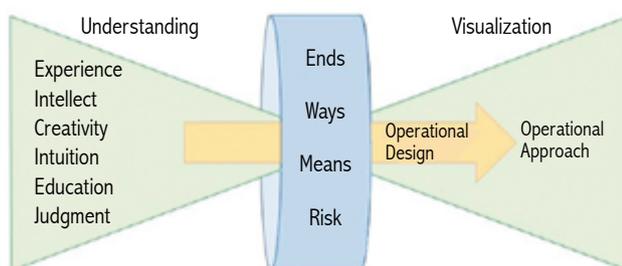
O manual acrescenta ainda os fatores Espaço, Tempo e Força como condicionantes da Arte Operacional, atribuindo a esta última a análise de quando e onde aceitar ou negar o combate. Não raramente, a conexão inerente entre o nível operacional e a Arte Operacional é motivo de muitas controvérsias e tende à interpretação de que a Arte Operacional é exclusividade dos planejadores no nível operacional.

Entretanto, propõe-se o argumento de que a Arte Operacional constitui o processo cognitivo que envolve a experiência, criatividade e discernimento do Comandante e seu EM para desenvolver estratégias, campanhas e operações sendo, portanto, aplicável em qualquer nível de condução da guerra. Esse argumento ampara-se na definição desenvolvida e aprimorada por diversos teóricos militares e assimilada pela doutrina conjunta norte-americana e do USMC, após longo processo de amadurecimento desde a década de 1980 (BROWN, 2004, p.439).<sup>1</sup> A Joint Publication 3-0 (2018, p. II-3) e o USMC *Design Methodology* MSTP 5-0.1 (2017, p. A-1) conceituam:

*“Operational Art is the cognitive approach by commanders and staffs – supported by their skill, knowledge, experience, creativity, and judgement – to develop strategies, campaigns, and operations to organize and employ military forces by integrating ends, ways, and means.”*

A figura a seguir apresenta graficamente esses elementos:

Figura 3: Elementos da Arte Operacional (JP 5-0)



Fonte: USMC *Design Methodology* MSTP 5-0.1

Partindo desse entendimento, é possível afirmar que a Arte Operacional promove uma compreensão mais ampla e

profunda do desafio a ser superado e suas nuances, permitindo uma combinação entre a arte e a ciência da guerra no contexto de um GptOpFuzNav na integração da batalha única.

Os extensos estudos e pesquisas norte-americanos sobre Arte Operacional para o combate moderno tiveram sólida fundamentação histórica que, por fim, evoluíram a um pensamento multidisciplinar baseado nas Teorias de Sistemas e do Caos (BAR YAM, 2017, p. 1-55). Entende-se por “sistema” como um grupo de componentes ou subsistemas interconectados e interdependentes que compõem um todo. Esses sistemas podem ser classificados como estruturados ou não (ESTADOS UNIDOS, 2017). O ambiente operacional contemporâneo enquadra-se no segundo caso e são denominados “sistemas complexos adaptativos”, pois suas partes integrantes interagem constantemente em uma dinâmica, por vezes, imprevisível ou caótica. Essa linha teórica difere da abordagem analítica científica, que ao fragmentar o todo tende à linearidade olhando para a “árvore”, mas perdendo a visão da “floresta.” Não surpreendentemente, constatou-se profunda ligação entre o arcabouço do pensamento sistêmico e os fundamentos postulados por ícones pensadores militares como Sun Tzu, Carl Von Clausewitz e John Boyd (BEYERCHAN, 2007, p. 45-56). Esse processo evolutivo deu origem ao *Design* como ferramenta para instrumentalizar o componente conceitual do planejamento militar.

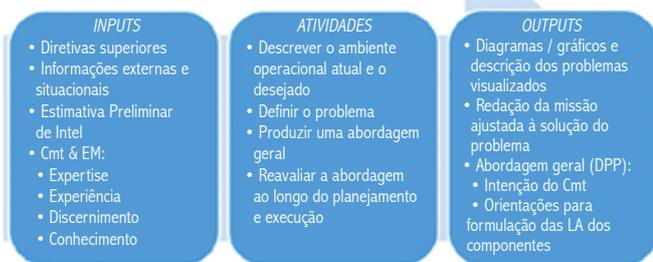
*Design* é a metodologia que emprega esses conceitos para articular as abstrações da Arte Operacional por meio de quatro atividades: descrever o estado atual e o desejado de determinado ambiente operacional; definir o problema em tela; produzir uma abordagem ao problema; e reavaliar e aprimorar a abordagem visualizada ao longo do planejamento e execução. A primeira atividade – descrever o ambiente atual e o desejado – pode ser desenvolvida valendo-se da criatividade do grupo. Encoraja-se o uso de gráficos e mapas mentais que relacionem os fatores gerais (políticos, econômicos, social, militares, infraestrutura, informacional) e fatores fixos (características da área de operações), ou diagramas que busquem identificar as relações existentes entre os diferentes atores envolvidos para identificar resiliências e tensões ou relações de causa e efeito. Em situações de menor grau de complexidade pode-se ainda valer-se dos fatores da decisão (missão, inimigo, terreno, meios, tempo disponível, condições meteorológicas e considerações civis – MITMT-CC). A essência do *Design* está no aprendizado e no ganho de consciência que o Cmt e seu EM agregam ao estudo da situação, permitindo-lhes *insights* para aplicar sua

<sup>1</sup>BROWN, John S. The Maturation of Operational Art: Operations Desert Shield and Desert Storm. In.: PHILLIPS, R. Cody; KRAUSE, Michael D. (ed.) *Historical Perspectives of the Operational Art.* Washington: Center of Military History, 2004. p. 439. A derrota estratégica dos EUA no Vietnã e a ameaça soviética no leste europeu foram alguns elementos que motivaram a reflexão acadêmica sobre Arte Operacional. Desde então, sua definição e seu entendimento sofreram diversas abordagens na busca por elementos essenciais.

experiência e genialidade. Portanto, o *Design* complementa as fases iniciais do processo de planejamento, proporcionando uma perspectiva holística do ambiente operacional.

A definição do problema, igualmente, pode se valer dos mesmos fatores utilizados na descrição do ambiente ou ainda realizar um *brainstorming* para identificar dificuldades visualizadas em cada função de combate (C2, manobra e movimento, apoio de fogo, inteligência, informação, logística e proteção). Uma vez definido o problema, é possível validar se a redação da missão se apresenta como resposta ao desafio imposto. Daí emerge uma abordagem geral ao problema que pode delinear pontos decisivos que demandarão atenção especial do EM, desdobrando-se em requisitos críticos de informação para o processo decisório. No caso dos GptOpFuzNav, *Design* teria grande utilidade nas fases 1 (Análise da Missão) e 2 (A situação e sua compreensão) do Exame da Situação do PPM. Entende-se que essa ferramenta aporta ao Cmt melhores condições para identificar o Centro de Gravidade (CG) do oponente e das próprias forças, atribuir tarefas por efeito desejado aos componentes subordinados, emitir sua intenção com clareza e prioridades de esforços, bem como dar-lhes orientações mais precisas para a formulação de suas Linhas de Ação (LA), conjugando esses elementos na sua Diretiva Preliminar de Planejamento (DPP). A figura a seguir resume o fluxo das atividades desenvolvidas durante o *Design*:

Figura 4: Metodologia *Design*



Fonte: Adaptação realizada do fluxo previsto no USMC *Design Methodology* MSTP 5-0.1

Cumpra recordar que o Cmt e seu EM devem prosseguir as fases seguintes do planejamento e sua execução mantendo-se cientes de que todo conhecimento adquirido é provisório e deve ser constantemente reavaliado à luz de fatos novos. Essa postura mental permitirá ao Componente de Comando focar na batalha única, fazer adaptações com agilidade e, conseqüentemente, implementá-las proativamente em ritmo superior ao ciclo OODA do oponente. Ademais, essa perspectiva confere aos subordinados a iniciativa necessária sob condições inesperadas e com ações descentralizadas típicas de uma Operação Anfíbia, por exemplo. A aplicação do *Design*

enseja características e habilidades especiais dos planejadores com perfis similares aos que o estilo da Guerra de Manobra exige. Dentre essas características destacam-se: o pensamento crítico e sistêmico, flexibilidade, criatividade, senso de colaboração, capacidade de síntese e autoconhecimento de vieses. Recomenda-se, sempre que possível, agregar diversidade de pensamento na composição do “time” de *Design* para evitar os vieses do grupo excessivamente homogêneo conhecido como *groupthink*.

## Conclusão

Indubitavelmente a evolução doutrinária do CFN passou por seu mais significativo divisor de águas ao estabelecer a Guerra de Manobra como um dos seus eixos estruturantes. Essa decisão alicerçou a filosofia institucional de combate do Corpo, concomitantemente ao conceito de emprego por GptOpFuzNav e seu caráter expedicionário voltado para as Operações Anfíbias. Entretanto, os crescentes desafios do ambiente operacional contemporâneo passaram a impor elevados graus de complexidade e ambigüidade no amplo espectro de operações possíveis de se desenvolver para a solução de um dado problema militar. Essa realidade compeliu o amadurecimento da Arte Operacional para viabilizar análises mais sistêmicas, não sendo prerrogativa de planejadores do nível operacional. A inovação do uso do *Design* como ferramenta de aplicação da Arte Operacional implementada nos processos de planejamento modernos alinha-se aos preceitos da Guerra de Manobra, e demonstra ter grande utilidade para o Componente de Comando de um GptOpFuzNav.

Obviamente, este artigo está longe de esgotar o tema, apenas abre o debate deixando como reflexão o argumento que Boyd (1976, p. 1-2) apresenta sobre a premente necessidade de adaptação e elaboração de modelos mentais para identificar as variações no ambiente e apoiar oportunamente a tomada de decisão:

“To make these timely decisions implies that we must be able to form mental concepts of observed reality, as we perceive it, and be able to change these concepts as reality itself appears to change.”

Por certo, a era da informação aumentou a interdependência entre múltiplos atores e acelerou a dinâmica do campo de batalha que se torna cada vez mais difuso e incerto. Assim, o CFN deve continuamente adaptar-se, desafiando paradigmas e fortalecendo o pensamento crítico, visando à aplicação criativa e eficiente da arte da guerra na solução dos complexos problemas que demandem o emprego de GptOpFuzNav.



## Referências

BAR YAM, Yaneer. Introducing Complex Systems. In.: Defense Advanced Research Programs Agency (DARPA). Strategic Technology Office. **Primer: Preparatory Reading for Fall Offsite**, v. 2, 2017. p. 1 - 55.

BEYERCHEN, Alan. Clausewitz and the Non-linear Nature of War: Systems of Organized Complexity In.: STRACHAN, Hew; HERBERG-ROTHE, Andreas (ed.). **Clausewitz in the Twenty-first Century**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 0-1: Manual de Fundamentos dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF, 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD30-M01: Doutrina de Operações Conjuntas**, Brasília, DF, 2020b. v. 1 e 2.

BOYD, John. **Destruction and Creation**. 1976.

BROWN, John S. The Maturation of Operational Art: Operations Desert Shield and Desert Storm. In.: PHILLIPS, R. Cody; KRAUSE, Michael D. (ed.). **Historical Perspectives of the Operational Art**. Washington: Center of Military History, 2004. p. 439 - 473.

ESTADOS UNIDOS. United States Marine Corps. **USMC Design Methodology MSTP 5-0.1**. Washington, DC, 2017.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **Joint Publication 3-0 Joint Operations**. Washington, DC, 2018.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **Joint Publication 5-0 Planning**. Washington, DC, 2018.

ESTADOS UNIDOS. United States Marine Corps. **USMC Design Methodology MSTP 5-0.1**. Washington, DC, 2017.

HOLANDA. Royal Netherlands Navy. **Future Littoral Operating Concept – Control by Flow Interdiction**. Den Helder: Maritime Warfare Centre, 2019. (Mastering the Littoral, v. 1.)





CMG (FN) Carlos Eduardo G. da Silva Maia  
gmaiaclanf@yahoo.com.br

## Operações de Estabilidade para o GptOpFuzNav



O CMG (FN) **G. Maia** serve atualmente no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), como Encarregado de Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav). É oriundo do Colégio Naval, realizou todos os cursos de carreira até o momento, sendo digno de destaque, o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2015. Além disso é Bacharel em Direito e Pós-graduado em Direito Internacional, ambos pela Universidade Estácio de Sá. Serviu no 2º BtlInfFuzNav como Comandante de Pelotão, de Companhia e Oficial de Inteligência; no BtlVtrAnf, como Comandante da CiaClanf, Oficial de Operações e Imediato; foi Oficial CIMIC no XI GptOpFuzNav Haiti; Comandou a Companhia de Polícia da Tropa de Reforço; foi Comandante do CCT na Operação RIO I, no Complexo do Alemão e Oficial de Operações do CCT na Operação RIO IX, no Complexo da Maré; foi Chefe da Equipe de Negociação em Cuiabá, na Copa do Mundo de 2014; foi Encarregado da Formação dos Aspirantes (FN) na Escola Naval em 2018 e Oficial de Intercâmbio do CFN junto ao USMC em 2019.

### Introdução

De acordo com a doutrina militar norte-americana, a estabilização é definida como “o processo no qual os atores militares e não militares aplicam coletivamente diversos instrumentos do poder nacional para lidar com as causas do conflito, fomentar a resistência da nação anfitriã e criar condições que possibilitem uma paz sustentável e duradoura”. Nesse contexto, as Operações de Estabilidade exercem um papel fundamental no Espectro das Operações Militares e abrangem diversas tarefas e atividades conduzidas fora do território nacional, em coordenação com outros órgãos nacionais e organizações não governamentais, visando manter ou restabelecer um ambiente seguro e estável, fornecer serviços governamentais essenciais, apoiar a reconstrução de infraestruturas de emergência e prover ajuda humanitária.

Embora as operações de estabilidade sejam frequentemente desenvolvidas em terra, há que se ressaltar a condução desse tipo de operação no ambiente marítimo. O domínio marítimo, que inclui os oceanos e as porções terrestres e marítimas do litoral, constitui-se em uma das maiores fontes de recursos naturais da humanidade. No passado, inicialmente pela questão alimentar e, em seguida, pela indústria

de construção naval, transporte e defesa; mais recentemente pelo petróleo e gás, assim como pelo turismo; e atualmente, e cada vez mais, pela presença de minérios no subsolo marítimo.

Assim, não é surpresa o fato de as nações costeiras olharem para os seus mares como ativos nacionais vitais, enfatizando crescentemente a sua proteção, além da proteção das águas jurisdicionais dos Estados os quais constantemente efetuam comércio. Tal proteção, em regra, depende do trânsito livre por regiões litorâneas cada vez mais urbanizadas. Dessa forma, as Forças de Fuzileiros Navais, em face de sua natureza anfíbia e expedicionária, são vocacionadas para a condução das operações de estabilidade no litoral, executando uma ampla gama de missões nas porções terrestre e marítima do domínio marítimo.

As Operações de Estabilidade ocorreram com relativa frequência nos últimos vinte anos em Estados como Bósnia, Kosovo, Iraque, Somália e Afeganistão, bem como no ambiente marítimo, como no Golfo de Aden, Mar da Arábia, Mar Adriático e Mar do Caribe. Nessas ocasiões as Forças Armadas norte-americanas, muitas vezes de forma empírica, executaram tarefas relacionadas às Operações

de Estabilidade. Assim, no ano de 2005, por diretiva do Departamento de Defesa norte-americano, foi estabelecido que as Operações de Estabilidade passariam a compor o rol de missões militares essenciais das Forças Armadas e, para tal, as Forças deveriam, a partir de então, preparar-se para conduzir esse tipo de operação com um nível de proficiência equivalente ao observado nas operações de combate. Dessa maneira seria necessária a incorporação de treinamento específico relativo ao tema em todos os níveis de instrução e adestramento.

Em paralelo ao exposto acima, nos últimos anos, tem sido notória a presença do termo “estabilização” nas Operações de Paz (OpPaz) das Nações Unidas. Como exemplos recentes a serem citados, com importantes participações brasileiras, destacam-se a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e a Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO). Em regra caracterizadas por serem missões multidimensionais com mandato robusto, prevêm o uso da força, por vezes por meio de operações ofensivas, para conter ameaças assimétricas.

De uma forma geral, o objetivo da estabilização para as Nações Unidas não se distancia da doutrina norte-americana, sendo baseado em ações que visam apoiar e estender a autoridade do Estado contra as muitas ameaças representadas

por atores não-estatais ilegítimos, além de buscar construir uma estrutura forte o suficiente para que o Estado continue realizando os esforços necessários para manter a paz após o encerramento da operação. Assim, em tais missões, o componente militar exerce um papel decisivo, devendo possuir um conjunto respeitável de capacidades de forma a conduzir uma multiplicidade de tarefas.

Destarte, o presente artigo pretende discorrer sobre o treinamento das *Marine Expeditionary Unit* (MEU) em Operações de Estabilidade, por meio da participação do autor como Oficial de Intercâmbio do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) do Brasil junto ao *United States Marine Corps* (USMC) no período de FEV2019 a FEV2020, em Camp Lejeune, no Estado da Carolina do Norte, Estados Unidos da América (EUA). Na ocasião o autor teve a oportunidade de desempenhar a função de Chefe do Departamento de Operações de Estabilidade, do *Expeditionary Operations Training Group* (EOTG) da *II Marine Expeditionary Force* (MEF), Unidade responsável pelo treinamento, avaliação e certificação das MEU localizadas na costa leste dos EUA.

Além disso, o artigo pretende, baseado nas lições aprendidas durante o intercâmbio, propor um incremento nas atividades do Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav) da Marinha do Brasil, particularmente na condução de cursos

Figura 1: Prédio que abriga o EOTG em Camp Lejeune



Fonte: O autor

e estágios voltados para outras Atividades de Emprego Limitado da Força e Atividades Benignas, previstas na Doutrina Militar Naval (DMN) brasileira, que teria como propósito reforçar as capacidades dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) nesses tipos de atividades.

## ○ treinamento das MEU em Operações de Estabilidade

O conceito de uma Unidade com as tarefas específicas de treinar, avaliar e certificar as tropas do USMC, no período que

antecede ao desdobramento, surgiu ainda na Guerra Fria, na década de 1980. Assim, o EOTG da II MEF foi criado em 1985 com a denominação inicial de *Special Operations Training Group* (SOTG). Trinta anos depois, já em 2015, decidiu-se pela mudança do nome, de forma a não causar um entendimento errôneo quanto às tarefas da Unidade, que não se relacionam apenas com o treinamento voltado para táticas especiais.

A Unidade fica localizada em Stone Bay, uma sub-base de Camp Lejeune, sendo que o prédio que abriga a Organização Militar (OM) foi inaugurado em maio de 2018 e possui o formato de uma embaixada norte-americana para facilitar os exercícios de Reforço de Embaixada e Evacuação de Não-Combatentes (ENC), ambos conduzidos pelo Departamento de Operações de Estabilidade.

No que concerne à organização, observa-se uma estrutura de Estado-Maior tradicional e quatro Departamentos (*Branches*), quais sejam: Departamento de Montanhismo (*Ropes Branch*), Departamento de Táticas Especiais (*Special Tactics Branch*), Departamento de Incursão (*Raids Branch*) e o Departamento de Operações de Estabilidade (*Stability Operations Branch*).

Com foco no treinamento das MEU, o EOTG divide a preparação desta tropa em três fases que são conhecidas como *crawl, walk, run* (engatinhar, andar, correr), contidas em um programa de treinamento pré-desdobramento, com duração aproximada de oito meses. Na fase inicial são conduzidos diversos cursos pela OM com foco no treinamento dos Componentes de Comando e de Combate Terrestre. Neste mesmo período, o treinamento do Componente de Apoio de Serviços ao Combate fica a cargo do Batalhão Logístico que nucleia o referido Componente.

A fase intermediária destina-se à condução de adestramentos que visam pôr em prática os conhecimentos adquiridos ou revisados na fase de anterior. Além disso, nessa fase são conduzidos três importantes exercícios: PHIBRON / MEU *Integrated Training* (PMINT) que marca a primeira vez na qual a MEU é integrada aos navios do Esquadrão Anfíbio designados para apoiá-la e juntos formarem um Grupo-Tarefa

denominado *Amphibious Ready Group* (ARG); o *Realistic Urban Training* (RUT) no qual a MEU executa tarefas em um ambiente urbano real e desconhecido, a partir de uma base montada em terra; e, finalmente, o ARG-MEU *Exercise*, que é uma prévia do exercício final, na qual a MEU, já totalmente integrada aos navios, executa missões sucessivas no mar e a partir do mar, por um período aproximado de vinte dias.

A última fase destina-se à condução do exercício final de certificação denominado *Composit Training Unit Exercise* (COMPTUEX). Nessa fase observa-se a total integração das capacidades da MEU e do Esquadrão Anfíbio, que, de forma conjunta, conduzem operações militares, com foco na projeção de poder sobre terra. O referido exercício tem duração aproximada de trinta dias.

Durante todas as fases acima expostas o Departamento de Operações de Estabilidade tem efetiva participação na condução de cursos específicos para parcela da MEU (fases 1 e 2), bem como na condução de exercícios simulados (fase 3), com o efetivo da MEU já embarcado e vindo do mar para cumprir missões em terra. Em relação aos cursos conduzidos, destacam-se:

1. Curso Tático de armamento não letal: o curso tem duração de dez dias nos quais são conduzidas instruções sobre uso da força, controle de distúrbios e emprego de armamento não letal.

O EOTG conta com um estande de tiro específico para a prática de disparos de armamentos não letais. Composto de madeira, e a baixo custo, o estande possui como alvos, bonecos do programa de artes marciais e, ainda, possui linhas de escudo posicionadas em cavaletes de compensado, de onde o atirador realiza o disparo. A idéia seria simular uma situação real de emprego na qual os atiradores realizam os disparos em coordenação com os militares que portam os escudos.

2. Curso de ENC: o curso tem duração de três dias nos quais são reforçados os conceitos doutrinários concernentes às Operações de ENC. Além disso, é conduzido um exercício de quadros que visa simular o papel de cada Componente da MEU no transcorrer da Operação.

Figuras 2 e 3: Curso tático de Armamento Não letal



Fonte: O autor

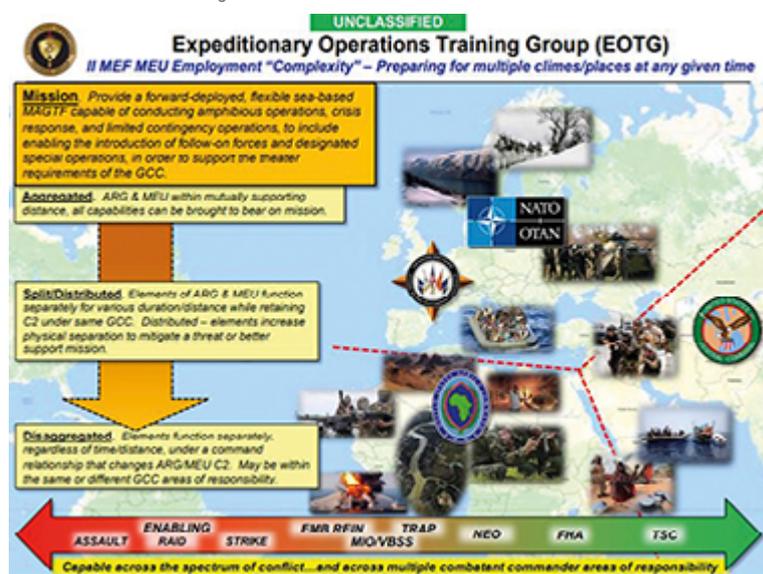


Fonte: O autor

3. Curso de Operações Humanitárias: o curso tem duração de três dias e é ministrado por meio de uma iniciativa de cooperação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (sigla em inglês USAID). Durante o curso são ministrados os conceitos afetos às Operações Humanitárias por meio de apresentações interativas. Ademais, são discutidos, em grupos, diversos estudos de caso de situações reais nos quais os alunos são estimulados a prover soluções alternativas para as situações apresentadas.

No que concerne aos exercícios simulados, o principal deles ocorre durante a terceira fase, na qual é conduzido, nas instalações da própria OM, um Reforço de Embaixada (*Embassy Reinforcement*), seguido de um Acidente de Grandes Proporções (*Mass Casualty*) e de uma Evacuação de Não-Combatentes. Na ocasião parcela da MEU, liderada pelo Chefe do Estado-Maior,

Figura 6: Tarefas essenciais da MEU em 2019



Fonte: Informação pessoal

é desembarcada por helicópteros, a partir do mar, para cumprir as tarefas relacionadas ao exercício.

Ressalta-se que aproximadamente metade das tarefas essenciais executadas pelas MEU relacionam-se com as Operações de Estabilidade, o que denota a relevância do tema durante os treinamentos.

## Operações de Estabilidade Marítima

Geoffrey Till (2009), historiador naval britânico, afirma que a contribuição do mar para o desenvolvimento humano pode ser sintetizada em quatro principais atributos, interligados e interdependentes, ou maneiras pelas quais tem sido utilizado: pelos recursos existentes; pelo uso como meio de transporte e comércio; por sua importância como um meio que possibilita troca de informações; e como fonte de poder e dominação.

Nesse contexto, as novas ameaças em ambiente marítimo tornaram-se motivo de grande preocupação para a comunidade internacional, haja vista que os oceanos são vias que sustentam a prosperidade mundial, sendo vitais para a segurança dos Estados costeiros. Dentre as novas ameaças de maior relevância para o ambiente marítimo, citam-se a imigração ilegal, o tráfico de drogas, o contrabando de armas, o terrorismo, a pesca ilegal, os crimes ambientais e a pirataria.

De fato, mais de 90% do transporte mundial de cargas é realizado por navios. Com isso, o mundo tornou-se tão dependente do tráfego marítimo que a interrupção do fluxo desse comércio em um determinado ponto do globo terrestre pode ter sérias consequências econômicas. Sendo assim, torna-se um desafio lidar com a prática desses ilícitos e, em consonância com o sistema jurídico, tanto nacional quanto internacional, ter respaldo legal para ações preventivas e de resposta.

Dessa forma, o conjugado anfíbio - genericamente entendido como o conjunto de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais prontos para cumprir ações e operações no mar e a partir do mar – exerce papel de destaque, constituindo-se em importante ferramenta, além de contribuir para dissuasão.

A principal contribuição dessa ferramenta para as Operações de Estabilidade Marítima consiste em seu emprego nas ações de segurança marítima, que, em um nível estratégico/operacional, se associa à proteção das populações e dos

recursos marítimos, enquanto fortalece a governança e, consequentemente, o progresso econômico e político dos Estados. Além disso, também pode prover apoio a outras funções relacionadas à estabilidade, tais como fornecer ajuda humanitária e na reconstrução emergencial de infraestruturas vitais para os Estados afetados por conflitos.

No nível tático, de acordo com o Manual MCWP 3-03 – Operações de Estabilidade, do USMC, no que se refere ao treinamento voltado para as Operações de Estabilidade Marítima, merecem destaque, dentre outras: as operações antipirataria, o contraterrorismo marítimo, as operações de segurança marítima e o emprego das equipes de abordagem por meio das ações de VBSS (*Visit, Board, Search and Seizure*). Em particular, para o treinamento voltado para as ações de VBSS, a MEU conta com uma tropa diretamente subordinada ao seu Componente de Comando, denominada *Maritime Raid Force* (MRF).

Figura 7: VBSS executada pela *Maritime Raid Force*



Fonte: <<https://i.pinimg.com/originals/dc/48/01/dc480182c991f4bfe5da4be81d79d89c.jpg/>>

A MRF é composta por fuzileiros navais oriundos dos Batalhões de Reconhecimento, não pertencendo, portanto, ao Comando de Operações Especiais dos Fuzileiros Navais (MARSOC). A criação da MRF, em 2008, visava restabelecer a capacidade das MEU em conduzir atividades que envolvessem operações de segurança marítima, em um contexto no qual a pirataria no chifre da África afetava os interesses econômicos norte-americanos. Tal fato demonstrou a

disposição dos estadunidenses de não abrir mão de nenhuma força de seu serviço naval, que pudesse somar na repressão aos ilícitos no ambiente marítimo.

O batismo de fogo da MRF ocorreu em setembro de 2010, quando foi conduzida, na região do Golfo de Aden, a VBSS que culminou no resgate do navio *Magellan Star*, um mercante de bandeira alemã, das mãos de piratas somalis. A abordagem em questão constituiu-se em um marco no emprego de fuzileiros navais nas ações de VBSS e resultou no resgate de 11 reféns e a prisão de nove piratas somali. A ação foi relevante, pois validou a hipótese de emprego de fuzileiros navais, não pertencentes aos quadros de operações especiais, em abordagens mais complexas. Dessa maneira, o caso *Magellan Star* consolidou-se como o ponto de inflexão no emprego de destacamentos do USMC/MRF nas ações de VBSS e impulsionou a revisão de uma série de procedimentos que resultaram em relevantes aperfeiçoamentos doutrinários, além de ter contribuído para o esforço da comunidade internacional na redução significativa dos casos de pirataria na região do Golfo de Aden, com o emprego de mais um destacamento especializado oriundo das forças do serviço naval estadunidense.

Figura 8: VBSS conduzida no navio *Magellan Star*



Fonte: <[https://live.staticflickr.com/5081/5246538140\\_dfd0972827\\_b.jpg/](https://live.staticflickr.com/5081/5246538140_dfd0972827_b.jpg/)>

## Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COpPazNav) da Marinha do Brasil (MB)

Subordinado ao Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC), o COpPazNav é o órgão de treinamento da Marinha do Brasil que tem como principal tarefa capacitar militares da MB, de outras Forças Armadas, Forças Auxiliares e Militares de Nações Amigas, assim como civis, para as OpPaz e Operações Humanitárias. Adicionalmente, desempenha um papel de relevância, como centro depositário e disseminador de conhecimentos e experiências adquiridas no âmbito dessas operações. Dessa forma, é o vetor de organização e execução de cursos, estágios, seminários e eventos, de alcance

nacional e internacional, nessa área do conhecimento, contribuindo para o aprestamento do setor operativo da MB e, ainda, para o pensamento e formulação de doutrina.

O centro foi criado por meio do Memorando nº 4/2008, do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), inicialmente com o nome de Escola de Operações de Paz do Corpo de Fuzileiros Navais (EOPaz-CFN), a fim de suprir uma lacuna voltada para o preparo individual e coletivo direcionado para as OpPaz. Tal fato permitiu que a MB passasse a contar com um órgão vocacionado para a capacitação de seus recursos humanos, bem como registro e disseminação dos conhecimentos e experiências adquiridas por meio da participação de seus militares neste tipo de operação, como a MINUSTAH, no Haiti que tinha se iniciado em 2004.

Com o início da participação brasileira na Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (sigla em inglês MTF UNIFIL), em 2011, a MB, ciente das peculiaridades das missões de paz de caráter naval e vislumbrando o incremento de missões dessa natureza no contexto das ações de paz e segurança internacionais, reformulou as tarefas da Escola e sua própria nomenclatura, rebatizando-a como Escola de Operações de Paz de Caráter Naval (EsOpPazNav), de forma a atender às necessidades e à própria vocação da Força, além de tornar-se um centro de referência regional para o treinamento voltado para operações

militares em proveito da segurança marítima. Em 2019, com o crescimento de sua importância, que extrapolou os limites da própria instituição, passou à atual denominação, por meio do Memorando nº 3/2019 do CGCFN, e teve suas instalações e tarefas incrementadas. Tal fato levou a uma maior inserção internacional do COpPazNav, especialmente no entorno estratégico brasileiro, contribuindo para uma maior visibilidade da Força Naval. Dessa forma, como consequência desse novo status, o COpPazNav foi reconhecido, por meio da Instrução Normativa nº 2, de 1º de julho de 2020, pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, como um dos Centros de Instrução de OpPaz Nacionais. Na esteira do referido reconhecimento, ainda em 2020, o COpPazNav aderiu como membro à Associação Latino-Americana de Centros de Treinamento para Operações de Paz (ALCOPAZ), participando pela primeira vez de uma Assembléia Geral daquela Instituição, em novembro do mesmo ano. Outra interessante conquista alcançada em 2020 consistiu na associação, como membro observador, da Rede Brasileira de Pesquisa sobre Operações de Paz (REBRAPAZ). A adesão a essa Instituição civil de reconhecida expertise, nessa área do conhecimento, proporcionou um estreito contato com a Academia e o consequente incremento na qualidade das instruções ministradas, por meio de um salutar intercâmbio de instrutores e alunos.

Figura 9: Tripulação do COpPazNav em 2020



Fonte: O autor

Alinhado às constantes inovações doutrinárias advindas da natureza mutável dos conflitos armados atuais, o COpPazNav conduz anualmente diversos cursos e estágios, que visam à promoção da estabilidade e segurança internacionais, dentre os quais destacam-se: o Estágio Preparatório de Contingentes de Tropa para Operações de Paz, que durante mais de uma década capacitou milhares de militares da MB, com instruções teóricas e práticas durante o período pré-desdobramento para a MINUSTAH e UNIFIL, além de também ser conduzido em períodos específicos, tais quais os que antecedem às Visitas de Avaliação e Assessoramento das Nações Unidas, no contexto da ascensão de uma capacidade a nível superior ao que se encontra, no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas, tal qual foi o caso do GptOpFuzNav – QRF (*Quick Reaction Force*) ocorrido em maio de 2021; o Curso Internacional de Operações de Paz de Caráter Naval (*UN Maritime Task Force Course*), que em janeiro de 2020

Figuras 10 e 11: Instrução de técnicas de abordagem e pista de contêineres



Fonte: O autor

recebeu o Certificado de Treinamento do Departamento de Operações de Paz da ONU (DPO), no qual foi reconhecido, na ocasião, como o primeiro e único curso internacional de preparação específica para Oficiais de Estado-Maior de uma Força Tarefa Marítima. O curso possui importantes disciplinas que ressaltam as tarefas de uma Força Naval, no contexto de uma Operação de Interdição Marítima, no transcorrer de uma Operação de Paz, com destaque para as funções estabilizadoras desempenhadas por essa Força. Além do citado curso, o COpPazNav conduz, também, instruções específicas sobre técnicas de abordagem visando à capacitação de militares da MB, especialmente Fuzileiros Navais, para o emprego nas atividades de Patrulhamento; Inspeção e Patrulha Naval e nas Operações de Interdição Marítima.

Ainda em 2020, foi criado o Estágio de Qualificação Técnica em Operações Humanitárias, com vistas a preencher uma lacuna institucional nessa área do conhecimento e, prioritariamente, agregar novas capacidades aos GptOpFuzNav por meio de uma capacitação baseada não só em aulas expositivas, mas também em diversos estudos de caso que visam ressaltar o emprego da Marinha do Brasil em operações dessa natureza. Além disso, o currículo prevê visitas aos meios navais e unidades de fuzileiros navais que desempenham papel primordial na execução dessas operações.

Por fim, em 2021, o COpPazNav conduziu o Curso Internacional de Operações de Paz Ribeirinhas (*UN Military Riverine Units Course*), igualmente avaliado pelo DPO, que se destina a capacitar Oficiais de Estado-Maior de Unidades Ribeirinhas para o desempenho de tarefas no transcorrer de uma Operação de Paz multidimensional. Além das aulas expositivas, é conduzido um exercício final baseado em cenários, no qual os alunos são divididos em grupos, com vistas a realizar um planejamento de um Estado-Maior de Unidade Ribeirinha, no qual são aplicados os conhecimentos

Figura 12: Planejamento do exercício baseado em cenários



Fonte: O autor

adquiridos durante todo curso. Em especial, são ressaltadas as tarefas desta Unidade quando empregada em combates fluviais e, secundariamente, em ações de ajuda humanitária.

Face ao exposto, evidencia-se que, em que pese a inequívoca vocação para as OpPaz, o COpPazNav tem contribuído, cada vez mais, para a capacitação da Força Naval em outras ações e operações contidas no rol das Atividades de Emprego Limitado da Força e Atividades Benignas, funcionando, atualmente, como um órgão catalisador dessas atividades no âmbito da Força Naval.

## Conclusão

Em que pese o USMC encontrar-se atualmente em um momento de grandes mudanças em sua estrutura organizacional, no qual tem priorizado o treinamento voltado para um combate convencional, contra adversários pares, há que se ressaltar as lições aprendidas nas últimas duas décadas, nas quais as Operações de Estabilidade ocuparam posição destacada na doutrina de emprego da maior tropa anfíbia do mundo e que por décadas influencia a formulação da doutrina de emprego do CFN.

Conforme exposto no presente artigo, cada vez mais as Operações de Paz das Nações Unidas adquirem um viés de estabilização, com mandatos robustos em missões multidimensionais. Dessa forma, traçando-se um paralelo com as Operações de Estabilidade conduzidas pelos Estados que compõem a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), especialmente os EUA, pode-se observar similaridades que apontam para oportunidades de incremento no treinamento conduzido pelo COpPazNav. Com isso, em um futuro não tão distante, a MB poderia realizar estudos de

forma a viabilizar a criação de uma Organização Militar, a partir da estrutura já existente no CIASC, denominada Centro de Operações de Paz e Estabilidade Marítima (*Maritime Peace and Stability Operations Training Center*).

Contando com uma estrutura mais robusta, o Centro poderia, sem deixar de lado o eixo balizador das OpPaz, razão de ser de sua criação, incorporar outros cursos e estágios, que se relacionam com as Operações de Estabilidade e que são voltados para as atividades de emprego limitado da força e atividades benignas, tais como: Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) terrestres e marítimas, Operações de ENC, Cooperação com a Defesa Civil, dentre outras.

A incorporação da vertente “estabilidade” ao Centro de Operações de Paz da MB não seria novidade, haja vista que Estados que contribuem ativamente com tropa, no contexto das OpPaz da ONU, já a utilizam em seus Centros de Treinamento, tais como Paquistão, Alemanha e Canadá. Além disso, resalta-se que em 2019 o Brasil foi reconhecido, pelos EUA, como aliado prioritário extra-OTAN. Dessa maneira, a referida incorporação poderia ampliar as oportunidades de intercâmbio com aquela aliança militar e, conseqüentemente, a capacitação e treinamento do pessoal da MB.

Por fim, faz-se mister ressaltar o atual status do Centro, já que hoje ocupa lugar de destaque em âmbito regional, sendo referência no entorno estratégico brasileiro e o único a conduzir os cursos de OpPaz de Caráter Naval e OpPaz Ribeirinhas, ambos avaliados pelo DPO. Assim, a partir de uma posição vantajosa já existente, teria plenas condições de contribuir para o desenvolvimento de novas doutrinas sobre as citadas atividades no presente artigo e, conseqüentemente, para o incremento do aprestamento do setor operativo da MB.



## Referências

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Militar Naval**. Brasília, DF, 2017.

BEIRÃO, André Panno. **O valor do mar**. Disponível em: [valor-do-mar.pdf \(marinha.mil.br\)](http://valor-do-mar.pdf(marinha.mil.br)). Acesso em: 28 abr. 2021.

CHAVY, Alicia. **The future of Stability Operations: Can the U.S. Do Better?** Disponível em: <https://georgetownsecuritystudiesreview.org/2018/08/11/the-future-of-stability-operations-can-the-u-s-do-better/>. Acesso em: 01 mai. 2021.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **Joint Publication 3-07: Stability Operations**. Washington, DC., 2016

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Headquarters USMC. **MCWP 3-03. Stability Operations**. Washington, DC., 2018.

MAIA, Carlos Eduardo Gonçalves da Silva. **O emprego de Fuzileiros Navais em face das novas ameaças no mar**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores) — Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015.

RANK, Emory A. **Manpower Issues Involving Visit Board Search and Seizure (VBSS)**. 2012. 76 f. Dissertação (Mestrado em Ciências de Sistemas de Análise) — Naval Postgraduate School, Monterey, California, 2012.

SERAFINO, Nina M. **Peacekeeping and Related Stability Operations: Issues of U.S. Military Involvement**. The Navy Department Library, 2006. Disponível em: <https://www.history.navy.mil/content/history/nhrc/research/library/online-reading-room/title-list-alphabetically/p/peacekeeping-and-related-stability-operations.html>. Acesso em: 5 maio 2021.

TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century**. Oxon: ROUTLEDGE, 2009. 432 p.



## Os principais conceitos operacionais em desenvolvimento pelo *United States Marine Corps* e possíveis aplicações para o Corpo de Fuzileiros Navais

O CMG (FN) Maurilo de Souza **Vilas Boas** serve atualmente no CDDCFN, como Ajudante do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento. É oriundo de Escola Naval da turma de 1998. Kursou o Curso Especial de Comandos Anfíbios (C-ESP-ComAnf) em 2001 e o C-EMOS em 2015. Já serviu no BtlOpEspFuzNav como Comandante de Pelotão e de Companhia de Operações Especiais, no CIASC como Encarregado do C-ESP-ComAnf e no GCM como Assessor de Assuntos Institucionais e do CFN. Foi, também, Oficial de Ligação do CFN junto ao *Marine Corps Combat Development Command* no biênio 2018-19.

### Introdução

O caráter do conflito nas regiões litorâneas do mundo é extremamente dependente do Poder Naval. Nesse contexto, as Operações Navais devem ser capazes de criar ou negar o acesso às regiões contestadas e aos pontos de estrangulamento estratégicos marítimos. Existem diversos gargalos estratégicos em todo o mundo nos quais as Linhas de Comunicações Marítimas (LCM) podem ser interditadas. A maioria desses pontos estão localizados em regiões voláteis do globo, como o Mar Mediterrâneo Oriental, o Mar do Sul da China, o Mar do Japão, o Oceano Índico e o Golfo Pérsico. Proteger esses pontos é de vital importância estratégica para os Estados Unidos da América (EUA) e seus aliados. No entanto vem se tornando cada vez mais arriscado para o Poder Naval norte-americano defender tais posições da maneira, até então, tida como tradicional.

O crescimento massivo da capacidade anti-superfície por parte dos adversários pares dos EUA, notadamente Rússia e China, fruto do desenvolvimento dos mísseis balísticos

hipersônicos de precisão, bem como o emprego de táticas navais irregulares tais como a utilização em enxame de pequenas embarcações artilhadas ou mesmo operadas por meio de Inteligência Artificial; o emprego de drones armados e munições errantes<sup>1</sup>; e o uso indiscriminado de *dark ships*<sup>2</sup> realizando levantamentos de Inteligência clandestinos estão forçando que suas principais plataformas navais de dissuasão – os imensos porta-aviões e suas poderosas Forças Anfíbias – sejam obrigadas a ficarem cada vez mais afastadas da área de operações e fora da distância de engajamento inimigo, uma vez que tais meios tornaram-se alvos em potencial e, até então, estão desprovidos de sistemas defensivos eficazes.

Tal realidade defensiva, aplicada por meio da Estratégia sino-soviética conhecida com A2/AD<sup>3</sup> (termo em inglês para *Anti-Access/Area Denial*), tem colocado os EUA em uma posição muito vulnerável, à medida que não podem renunciar às suas imprescindíveis LCM e nem colocarem em risco as “insubstituíveis” belonaves de sua frota naval, uma vez que atual aversão ao risco tornaria tais perdas praticamente

<sup>1</sup>Tradução do termo em inglês *loitering munition*, também conhecido como *suicide drones*, que é uma categoria de munições que pode sobrevoar uma região, buscar alvos e atacá-los assim que localizados, praticamente de forma autônoma.

<sup>2</sup>Embarcações que navegam com os seus *Automatic Identification System* (AIS) desligados impossibilitando o acompanhamento pelos sistemas de controle do tráfego marítimo.

<sup>3</sup>Os fundamentos da A2/AD preveem o emprego de diversas armas e sistemas integrados das Forças Armadas (FA) de um país, dispostos em camadas, conferindo profundidade à sua defesa.

inaceitáveis, podendo forçar prematuramente a escalada do conflito para o emprego da força total.

Com a realidade da Geografia e do problema A2/AD em mente, as Forças Conjuntas requerem opções e capacidades adicionais a fim de obterem o Controle do Mar. Nesse contexto, o *United States Marine Corps* (USMC) tem buscado oferecer essa força aditiva, criando de uma Força Anfíbia com capacidade para realizar operações que penetrem a defesa inimiga e busquem facilitar a atuação do Poder Naval nas regiões litorâneas de seu interesse.

Não sendo mais uma situação presumível com a qual os EUA possam contar, o Controle de Área Marítima (CAM)<sup>4</sup> deverá ser então conquistado. Nesse contexto, o eixo fundamental do USMC parece mudar seu foco iminentemente terrestre, ao menos nos últimos anos, e voltar às suas origens operando primariamente em favor da Força Naval integrando, assim, seus recursos de forma a alavancarem suas mútuas capacidades. Aliado a esse pensamento, conforme publicado na *Commandant's Planning Guidance* (CPG) (ESTADOS UNIDOS, 2019)<sup>5</sup>, o USMC precisa descobrir como fazer para que o Corpo passe a ser uma extensão da Força Naval em terra, e não simplesmente um vetor para a realização de Operações Anfíbias.

O texto a seguir busca trazer uma breve análise dos principais conceitos operacionais que o USMC, bem como a *United States Navy* (USN), vêm buscando desenvolver a fim de continuarem oferecendo opções estratégicas críveis para o Poder Naval, frente ao problema militar que vem se delineando, bem como tentar buscar alguma superfície de contato entre a realidade deles e a do nosso Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

## O desafio do Poder Naval nos espaços marítimos confinados

Os Estados Unidos acreditam que a USN seja capaz de vencer qualquer outra Marinha do mundo em um conflito em mar aberto. No entanto, o próximo desafio estará em combater nos mares fechados e confinados, em que presumidamente seus maiores adversários contam com capacidade terrestre

suficiente para realizarem uma defesa anti-superfície capaz de manter seus adversários afastados da área de operações. A vantagem assimétrica entre a defesa terrestre e os navios cresceu, exponencialmente, em favor do primeiro. Tal constatação deve-se ao fato do elevado incremento nas capacidades de Inteligência, Vigilância, Reconhecimento e Aquisição de Alvos; sistema de armas e aeronaves que provocaram um substancial aumento no alcance para detecção e engajamento, versus as atuais capacidades de proteção dos meios navais.

A chamada *Cooperative Strategy for 21st Century Seapower* (ESTADOS UNIDOS, 2015) afirma que estabelecer o Controle do Mar pode exigir que o poder em terra seja projetado para neutralizar as ameaças ou controlar as porções terrestres dos litorais contíguos às porções marítimas contestadas. Da mesma forma, projetar e sustentar o poder em terra requer o estabelecimento do CAM nos mares adjacentes e no seu espaço aéreo sobrejacente.

Particularmente, para os *marines*, a tarefa também não se mostra simples. Precisam buscar ser uma Força Expedicionária em prontidão que seja capaz de operar em um ambiente marítimo contestado e, também, em suporte à USN. Entendem que dentro do espaço de batalha naval integrado, o USMC pode exercer ou apoiar as tarefas de CAM e de Negação do Uso do Mar, a partir de Acidentes Capitais Marítimos (ACM)<sup>6</sup>. Nesse contexto, o USMC é essencial, uma vez que são capazes de combater nas porções contíguas das massas terrestres a fim de propiciarem o alcance de tais níveis de controle do mar.

Os seus inimigos precisam ter a percepção de que o USMC é capaz de operar dentro ou mesmo na sua retaguarda com pequenas forças móveis distribuídas, com baixas assinaturas<sup>7</sup>, prontas para tomarem atitudes hostis e possuidoras de um amplo pacote de ferramentas disruptivas<sup>8</sup>. Em outras palavras, precisam buscar a conservação do princípio da Massa, mas sem as vulnerabilidades da concentração.

Dentro deste contexto, há a necessidade de um novo *design* das Forças Navais a fim de possibilitarem a permanência dentro das zonas de alcance de engajamento inimigo (*Weapons Engagement Zone* - WEZ ou *Gray Zones*). Para tanto, algumas considerações foram traçadas:

<sup>4</sup>Tarefa Básica do Poder Naval que consiste em controlar, garantindo certo grau de utilização, ainda que temporário, de áreas marítimas limitadas, fixas ou móveis, e sendo exercido na intensidade adequada à execução de atividades específicas.

<sup>5</sup>Diretriz de Comando emanada pelo Gen Berger (atual Comandante-Geral do USMC), logo após sua assunção de cargo em JUL2019.

<sup>6</sup>Nesse contexto, entende-se Acidentes Capitais Marítimos como sendo as porções terrestres dos litorais contíguos às porções marítimas contestadas que tragam elevada vantagem operacional para qualquer um dos seus contendores. Ex.: Estreito de Gibraltar, a primeira cadeia de ilhas no Mar do Sul da China, o "calcanhar" do Rio Grande do Norte, etc.

<sup>7</sup>Assinaturas termais, visuais, acústicas, radar, eletromagnéticas, etc.

<sup>8</sup>Tecnologia ou conjunto de tecnologias que alteraram a simetria entre os Poderes de Combate dos contendores.

- Forças que têm capacidade de operar e permanecer dentro das WEZ são relevantes. Esse é, em suma, o conceito de *Stand-in-Forces*<sup>9</sup>;
- O reconhecimento e o contrarreconhecimento são imprescindíveis;
- Bases avançadas fixas são alvos fáceis naquele ambiente operacional;
- A capacidade de apoio logístico dentro da WEZ é tanto um Requisito Crítico, como uma Vulnerabilidade Crítica; e
- Nesse cenário de confrontação, não será possível evitar a atrição. Haverá perdas de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais. A resiliência, de lado a lado, decidirá a vitória.

## Os principais conceitos operacionais, organizações e meios em desenvolvimento

A análise dos conceitos operacionais, ora em desenvolvimento pelo USMC e USN<sup>10</sup>, podem fornecer algumas pistas para tentarmos entender como ambas as Forças buscam adquirir as capacidades para a operação nesse ambiente contestado.

Obviamente, como a maior parte da concepção dos conceitos encontra-se hoje em estágios variados de desenvolvimento e simulações, podemos entender que o acesso a qualquer tipo de informação mais apurada encontra elevado nível de restrição. No entanto, baseado em informações desclassificadas, tentaremos destacar os pontos principais de cada conceito a fim de buscarmos um entendimento mais amplo da questão.

Os conceitos sumariamente descritos abaixo não encerram uma solução única em si mesmo, pelo contrário, são paralelos e complementares.

### a) Operações Litorâneas em Ambiente Contestado (Littoral Operations in a Contested Environment - LOCE)

O conceito operacional encapsulado pelo LOCE descreve como uma Força Naval integrada, operando a partir de locais dispersos, tanto em terra, como no mar, alcançará o CAM local e a Projeção de Poder em áreas litorâneas contestadas.

Hoje, uma variada gama de sensores e sistemas de armas se estendem por centenas de quilômetros, tanto em direção

ao mar, quanto em direção à terra. Tal composição obscurece a distinção entre operações no mar e em terra e exige uma abordagem operacional que trate os litorais como um espaço de batalha integrado.

Dependendo da situação, a área operacional designada pelo Comandante do Teatro de Operações deve incluir uma porção terrestre contígua ao litoral a fim de permitir a rápida neutralização das ameaças terrestres à Força Naval, mesmo fora do contexto de uma operação sendo executada unicamente para Projeção de Poder. A capacidade do Conjugado Anfíbio<sup>11</sup> para projetar múltiplos elementos de uma Força de Desembarque, em inúmeros pontos de entrada amplamente dispersos, pode confundir o adversário, complicar seu ciclo decisório e forçá-lo a dissipar sua defesa sobre uma área muito mais ampla.

Assim, esse conceito busca criar uma rede naval modular, escalonável e de sensores integrada aos meios navais; aeronavais e de Fuzileiros Navais, baseados em terra e no mar, a fim de lidar com contingências diversas e impedir agressões em litorais contestados.

### b) Operações de Bases Expedicionárias Avançadas (Expeditionary Advanced Bases Operation - EABO)

O conceito EABO advoga o emprego de recursos móveis de baixo custo, empregados em locais temporários e austeros, a fim de controlarem porções de terreno que venham a proporcionar segurança para as LCM.

O conceito pretendido pelo EABO envolve a capacidade de combater dentro do alcance dos fogos inimigos, as já citadas *Stand-In* ou *Inside Forces*. Essa capacidade, segundo demonstram os resultados obtidos nas simulações conduzidas, criaria uma defesa integrada marítima, capaz de operar em profundidade nas cercanias dos ACM a fim de, seletivamente, negar acesso aos mares confinados. Assim, essas *Inside Forces* precisam ser projetadas para atuarem de forma avançada, dentro do arco de alcance de detecção e engajamentos do inimigo. Sua organização, adestramento e equipamentos permitirão minimizar os riscos operacionais; ser passivamente defendidas; tomar vantagem da proximidade dos aliados norte-americanos nas proximidades do teatro; ser mais resilientes; inverter a balança dos custos envolvidos; e criar incertezas para o inimigo.

<sup>9</sup>Forças capazes de operarem dentro do arco de detecção e engajamento inimigos.

<sup>10</sup>Outro importante conceito em desenvolvimento pela USN é o *Distributed Maritime Operations*. Não abordaremos esse tema por limitação de espaço alocado para este artigo.

<sup>11</sup>Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais embarcado em uma Força Naval, juntamente com os meios aeronavais adjudicados.

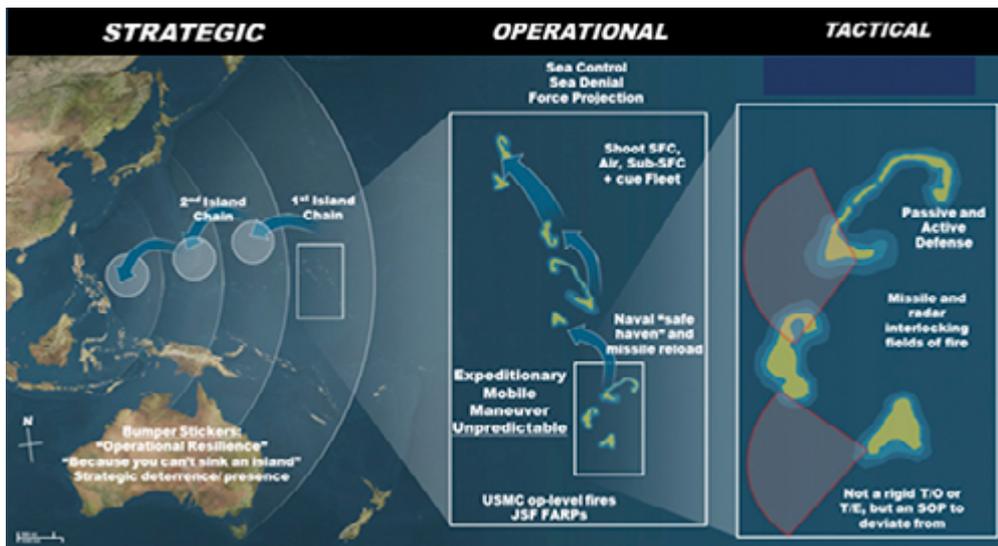


Figura 1: Operações de Bases Expedicionárias Avançadas buscam proporcionar presença avançada persistente e oferecer opções militares em todos os níveis de condução dos conflito

Fonte: CORBETT, Art. Expeditionary Advanced Base (EAB) Operations Concept. 2020. 27 slides. Apresentação realizada para os Oficiais de Ligação creditados junto ao Marine Corps Development Command

Com o USMC capturando, mantendo e montando posições avançadas em terra, o escudo de mísseis da USN seria estendido e o risco para as LCM reduzido. De uma forma geral, o USMC poderia mover o perímetro de atuação da Força Conjunta para mais perto dos pontos de origem da ameaça adversária, proporcionando mais espaço disponível para organização e manobra da Força Naval. Da mesma forma, as Forças de Operações Especiais (OpEsp) ganhariam ativos adicionais de Apoio de Fogo para suas operações de modelagem durante a preparação do ataque principal.

### c) Marine Littoral Regiment

Para atender a esse novo conceito operacional do EABO uma nova organização para a Infantaria vem sendo buscada: os *Marine Littoral Regiment* (MLR). Os MLR manobrarão e permanecerão dentro das áreas marítimas contestadas conduzindo operações que buscarão o controle do mar, em apoio às Forças Navais.

Dessa forma, essas novas estruturas deverão ser aptas a:

- Posicionar-se rapidamente em locais não defendidos;
- Operar com Pelotões dispersos até 100km;
- Realizar vigilância por meio de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP);
- Operar baterias de mísseis antinavios e Lançadores Múltiplos de Foguetes (LMF);
- Apoiar logisticamente as aeronaves de asa fixa (armamento, combustível e reparos);
- Coordenar a logística a partir do mar, mas também a partir de terra;
- Conduzir fogos com precisão;
- Atuar no ambiente informacional; e
- Ser resilientes, atuando na WEZ.

O Regimento passará a ter um efetivo de 1.852 militares (em contraposição aos cerca de 3.400 dos Regimentos convencionais). Conterá com um Batalhão de Infantaria, cuja

nova denominação será *Littoral Combat Team* (LCT) com 858 militares, um *Littoral Logistics Battalion* (LLB) com 300 militares; e um *Littoral Anti-Air Battalion* (LAAB) com 419.

A dispersão será fundamental para o novo conceito. Abaixo podemos observar que as Companhias de Fuzileiros Navais (CiaFuzNav) serão empregadas descentralizadas com seus Pelotões distantes até 100 km. Assim, os Comandantes de Pelotão assumirão o protagonismo do conceito. Sua formação será modificada, aproximando alguns atributos aos dos Oficiais de OpEsp (maior capacidade para conduzir planejamentos de forma autônoma, atuar isoladamente sem supervisão constante e contar com maior autonomia logística). Terão alto grau de resiliência operando em um ambiente informacional degradado pela ação do inimigo e deverão ser aptos a operar mísseis, foguetes, aeronaves e variadas plataformas de Comando e Controle.

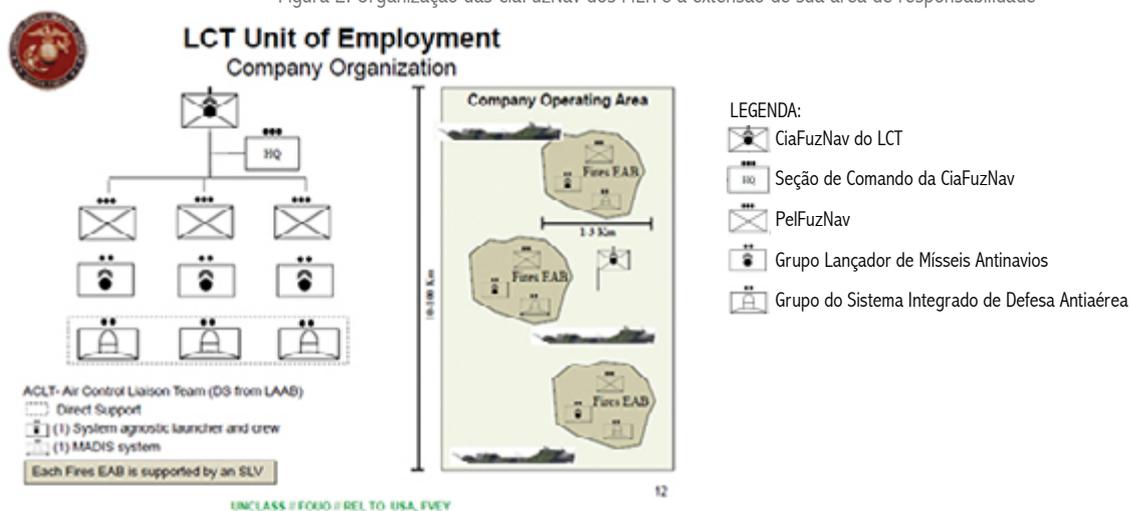
### *Light Amphibious Warships (LAW)*

Os LAW devem se tornar a espinha dorsal da nova estratégia, transportando Fuzileiros Navais, munições, água, comida e outros equipamentos; recolhendo os feridos e movendo as tropas expedicionárias de ilha em ilha. Para tanto, o conceito de emprego do meio prevê que sejam capazes de: aumentar a consciência situacional marítima; realizar missões de Evacuação de Não-Combatentes, Assistência Humanitária e Cooperação Internacional e executar o reabastecimento logístico das Forças Navais e de Fuzileiros Navais no teatro.

Alguns dos principais requisitos buscados são:

- Cerca de 750 metros quadrados de espaço para armazenagem de equipamentos;
- Capacidade para transportar mais de 50 fuzileiros navais totalmente armados e equipados (já com seus elementos de artilharia e aéreos em reforço);

Figura 2: Organização das CiaFuzNav dos MLR e a extensão de sua área de responsabilidade



Fonte: BRAGANÇA, Ricardo. Memória CD&I nº 26 2021 *Force Design Annual Update*. Abr. 2021

Figura 3: Concepção artística de um dos modelos de LAW em análise



Fonte: <<https://news.usni.org/wp-content/uploads/2020/06/Screen-Shot-2020-06-08-at-4.35.18-PM.png>>

- Autonomia de até 3.500 milhas náuticas, operando em mar 5;
- Custo em torno de U\$ 100 milhões, consideravelmente menor do que os atuais U\$ 3,4 bilhões dos grandes navios anfíbios da classe WASP;
- Capacidade para sustentar as tropas em terra por até 11 dias; e
- Capacidade para operar em ambiente eletromagneticamente degradado.

Utilizando uma abordagem guiada pela estratégia e pelas ameaças visualizadas, o USMC deverá estar em condições de, nos próximos dez anos, moldar uma força capaz de contribuir com o controle do mar, dentro da WEZ dos seus adversários pares e de acordo com a ênfase da importância do teatro do Índico-Pacífico. A futura força empregará plataformas menores, distribuíveis e altamente manobráveis para deterem seus adversários, na fase da competição, e buscar impor custos elevados, no caso da escalada do conflito.

Figura 4: Abordagem para modelagem da força futura



Fonte: O autor

## Possíveis aplicações para o Corpo de Fuzileiros Navais

Em que pese serem consideráveis as diferenças entre a realidade do Poder Militar dos EUA e o brasileiro, podemos tentar realizar um exercício mental que busque aproximar algumas superfícies de contato e nos permita analisar alguns pontos que possam trazer subsídios para a aplicação do nosso Poder Naval, mas especificamente pelo CFN.

Dentro dos trabalhos, ora em desenvolvimento, em torno da sistemática de planejamento de Força que o Ministério da Defesa e as Forças Singulares estão descortinando, chamado Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), alguns transbordamentos do processo já são visíveis e servirão para balizar algumas análises.

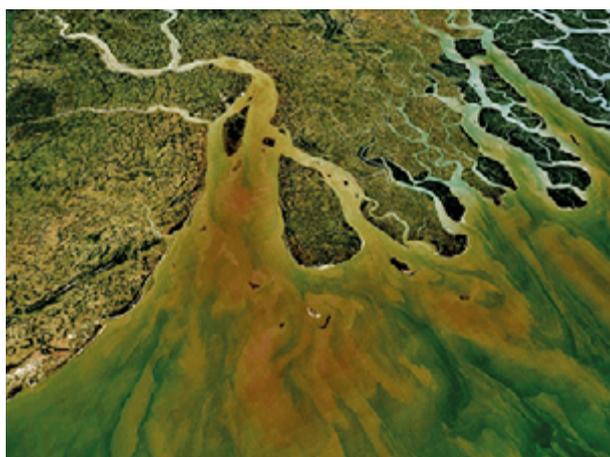
Dentre alguns resultados já percebidos, entende-se que a capacidade para projetar poder em um ambiente operacional ribeirinho, no qual o Conjugado Anfíbio seja lançado

a partir do mar, é hoje um desafio para o Poder Naval. Considerando como verdadeira a premissa de que o controle da foz permite o controle de praticamente toda extensão da Linha de Comunicação Fluvial, identificamos um número expressivo de fozes, com configuração tipo delta, que permitam o acesso a porções vitais dos territórios inimigos.

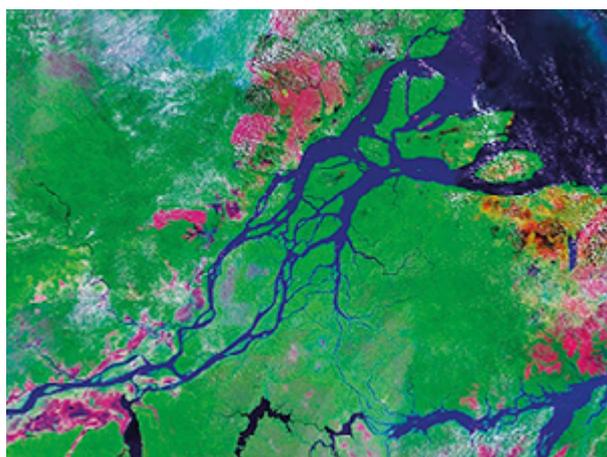
Tomando essa linha de raciocínio, as estratégias pretendidas pelo LOCE e pelo EABO; principalmente no tocante à distribuição de forças, aumento do Poder de Combate das pequenas frações e maior autonomia logística; podem fornecer valiosos *insights* de como a Força Naval conseguirá fluir entre as águas azuis, marrons e verdes, e vice-versa, em um ambiente contestado.

Pela mesma análise, tomando o prisma da defesa do nosso território, a correlação desses conceitos com a defesa da foz do Rio Amazonas também pode trazer importantes considerações sobre como podemos nos contrapor a uma força inimiga buscando empregar tais estratégias.

Figura 5: Exemplos de quatro grandes deltas do mundo que permitem a interiorização dos meios sobre importantes regiões dos referidos países



Delta Ganges - Índia



Delta Amazonas - Brasil



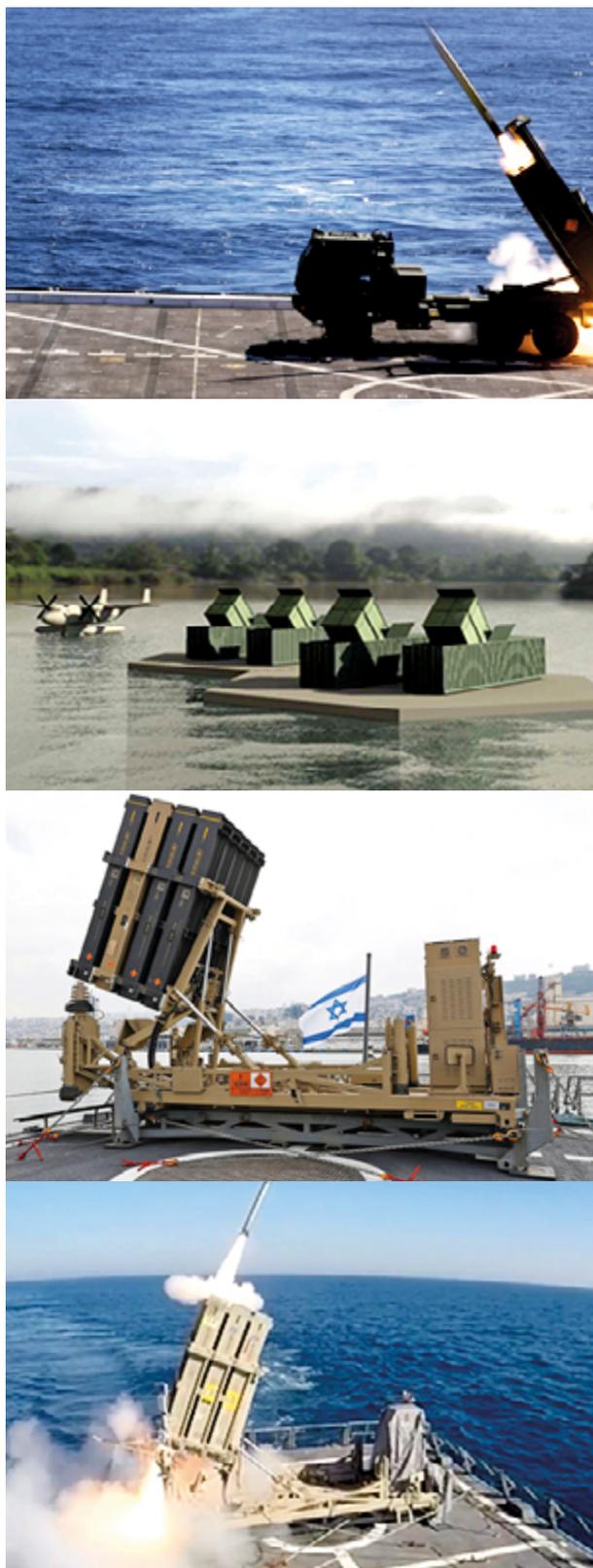
Delta Niger



Delta Orinoco

Fonte: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Delta/>>

Figura 6: Imagens de sistemas terrestres operados pelos Fuzileiros Navais sendo empregados a partir de plataformas navais



Fontes: <<https://www.navy.mil/DesktopModules/ArticleCS/Print.aspx?PortalId=1&ModuleId=523&Article=2253272/>>; <<https://www.thedrive.com/the-war-zone/15410/himars-goes-to-sea-us-marines-now-fire-guided-artillery-rockets-from-ships/>>; <<https://www.thedrive.com/content-b/message-editor%2F1621269638015-saar-5-iron-dome.jpeg?quality=60/>>; e <<https://img.haarets.co.il/img/1.5662065/1018316866.jpg?precrop=634,634,x169,y6&width=1200&height=1200/>>

Outro possível paralelo de comparação nos remete à Defesa das nossas Ilhas Oceânicas. Hipoteticamente, o CFN operando mísseis antinavios e superfície-ar, a partir dessas porções terrestres encravadas no meio da nossa Amazonia Azul, incrementaria, consideravelmente, o alcance de engajamento do Poder Naval contra diversas ameaças marítimas de matizes variadas.

Nessa mesma vertente, o Conjugado Anfíbio dispendo de navios anfíbios de menor porte (semelhantes aos LAW), com capacidade de deslocar efetivos de tropa entre as ilhas, bem como lanchas de combate para abordagem de embarcações suspeitas, incrementaria o arco de atuação do Poder Naval nesse cenário, somando-se às capacidades pretendidas pelo Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul. Nesse mesmo viés, indicadores apontam que ambas as plataformas navais têm capacidade para prover soluções táticas consideráveis nos cenários visualizados para as Operações Ribeirinhas.

Na vertente da integração das capacidades internas do Conjugado Anfíbio, o CFN tem potencial para empregar alguns dos seus sistemas de armas terrestres, a partir de bordo, e contribuir com a Força Naval, tanto na sua proteção, como no incremento das suas capacidades para o enfrentamento. Duas formas de emprego se mostram em franco desenvolvimento pelas FA de maior maturidade operacional. A primeira utilizando os sistemas LMF para engajarem alvos terrestres a fim de garantirem a posse dos ACM, bem como a neutralização de ativos estratégicos inimigos. A outra possibilidade mostra o emprego promissor em torno dos sistemas de Defesa Antiaérea, principalmente na proteção contra drones armados e munições errantes. Nessa última, cresce de importância a proteção das infraestruturas críticas, principalmente as plataformas petrolíferas, como recentemente pudemos observar a Marinha de Israel defendendo seus campos petrolíferos contra os ataques perpetrados pelo Hamas.

## Conclusão

Mudanças conceituais envolvem a aceitação de riscos e novas acomodações na cultura das Instituições, uma vez que, como prescrito pelo físico e filósofo Thomas Kuhn, mudanças de paradigmas acontecem quando hipóteses fundamentais sobre as quais construímos nossa visão de mundo são colocadas a efeito (KUHN, 1996).

Para conseguir projetar essa Força Futura o USMC e a USN precisarão reimaginar suas capacidades a fim de se tornem mais resistentes, com menores riscos envolvidos em caso de perdas e mais ágeis no seu emprego. Um grande

desafio será moldar uma nova Força capaz de desinvestir em algumas capacidades que bem serviram no passado, mas que não se mostram apropriadas para os desafios futuros.

Provavelmente uma abordagem não convencional precise ser avaliada fazendo com que sejam capazes de operar eficazmente na zona cinza do conflito e dentro da WEZ. Para isso precisarão buscar novas organizações e equipamentos; bem como uma abordagem contemporânea sobre a formação dos recursos humanos necessários para operarem de acordo com o pretendido nos novos conceitos.

Inequivocamente, precisarão descobrir uma solução de compromisso que os permita manter a dispersão e, quase

concomitantemente, serem capazes de alcançar o princípio da Massa quando, onde e como se fizer necessário.

A breve análise realizada dos dois principais conceitos operacionais que o USMC e a USN vêm buscando desenvolver, guardadas as devidas proporções de tamanho e concepções estratégicas de emprego, nos trazem algumas considerações que têm potencial para complementarem demandas específicas e pontuais da Marinha do Brasil, na busca por uma solução de Força que proporcione um Poder Naval equilibrado e balanceado.



## Referências

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Headquarters United States Marine Corps. **Commandant's Planning Guidance**: 38th Commandant of the Marine Corps. Marines, 2019. Disponível em: <[https://www.marines.mil/Portals/1/Publications/Commandant's%20Planning%20Guidance\\_2019.pdf?ver=2019-07-17-090732-937/](https://www.marines.mil/Portals/1/Publications/Commandant's%20Planning%20Guidance_2019.pdf?ver=2019-07-17-090732-937/)>. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval. Brasília, DF, 2017.

BRAGANÇA, Ricardo. **Memória CD&I nº 26 2021 Force Design Annual Update**. Abr. 2021.

CORBETT, Art. **Expeditionary Advanced Base (EAB) Operations Concept**. 2020. 27 slides. Apresentação realizada para os Oficiais de Ligação creditados junto ao **Marine Corps Development Command**.

ECKSTEIN, Megan. Marine Corps Warfighting Lab Experiments Heading Toward Massive Sea Control Event. **USNI News**, 2018. Disponível em: <<https://news.usni.org/2018/11/29/marine-corps-warfighting-lab-experiments-heading-toward-massive-sea-control-event/>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. **A Cooperative Strategy for 21 Century Seapower**. Washington, D.C., 2015.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Headquarters United States Marine Corps. **The Marine Corps Operating Concept**: How an Expeditionary Force Operates in the 21st Century. Washington, D.C., 2016.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Marine Corps. **Littoral Operations in a Contested Environment**. Washington, D.C., 2017.

FABEY, Michael. **Basic instincts**. Disponível em: <[https://www.janes.com/images/assets/892/82892/Basic\\_instincts\\_Resetting\\_the\\_core\\_operational\\_mindset\\_of\\_the\\_USMC.pdf/](https://www.janes.com/images/assets/892/82892/Basic_instincts_Resetting_the_core_operational_mindset_of_the_USMC.pdf/)>. Acesso em: 05 jan. 2020.

HOLMES, James. The U.S. Marine Corps Wants Anti-Ship Weapons for "Island-Warfare". **The National Interest**, 2019. Disponível em: <<https://nationalinterest.org/blog/buzz/us-marine-corps-wants-anti-ship-weapons-island-warfare-heres-why-thats-big-deal-46552/>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

JORDAN, John; COOPER, Nakia Think like a Pirate: don't go by the book. **Marine Corps Gazette**, Quantico, VA, v. 98 n. 2, p. 51-56, feb. 2014.

KOFMAN, Michael. It's Time to Talk About A2/AD: Rethinking the Russian Military Challenge. **War on the Rocks**, 2019. Disponível em: <<https://warontherocks.com/2019/09/its-time-to-talk-about-a2-ad-rethinking-the-russian-military-challenge/>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

KUHN, Thomas S. **The Structure of Cientific Revolutions**. 3ed. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1996.

Concept Branch, Marine Corps Warfighting Laboratory/Futures Directorate. Littoral Operations in a Contested Environment: developing a new naval operating concept. **Marine Corps Gazette**, Quantico, VA, v. 100, n. 2, feb. 2016.

Concept Branch, Marine Corps Warfighting Laboratory. The 21st Century MAGTF. **Marine Corps Gazette**, Quantico, VA, v. 102, n. 2, feb. 2018.

ROHR, Karl. Counter A2/AD: the amphibious advanced force. **Marine Corps Gazette**, Quantico, VA, v. 98, n. 4, p. 35-39, apr. 2014.

VILAS BOAS, Maurilo. O United States Marine Corps como vetor para a extensão do Poder Naval sobre terra. **Orbis Defense**, mar. 2020. Disponível em: <<https://orbisdefense.com/o-united-states-marine-corps-como-vektor-para-a-extensao-do-poder-naval-sobre-terra/>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

WEINSTEIN, Clifford. Amphibious Force for a New Era: a shifting paradigm. **Marine Corps Gazette**, Quantico, VA, v. 102, n. 2, feb. 2018.

WOOD, Dakota. Rebuilding America's Military: the United States Marine Corps. **The Heritage Foundation**, 2019. Disponível em: <<https://www.heritage.org/defense/report/rebuilding-americas-military-the-united-states-marine-corps/>>. Acesso em: 29 nov. 2021.



CMG (FN) Dirlei Donizette Côdo  
dirlei@marinha.mil.br

## Operações em Amplo Espectro para o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais



O CMG (FN) **Dirlei** realiza atualmente o Curso do *Professional Military Education PREP e Marine Corps War College – Quantico – VG*. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2012. Realizou também o Curso Especial de Comandos Anfíbios, o Expedido de Paraquedista e o Especial de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimentos pelo ar. Serviu em diversas OM dentre elas o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais – Batalhão Tonelero – e o Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário. Comandou o 2ºBtlInfFuzNav – Batalhão Humaitá. Integrou o Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) na Namíbia, e foi observador na Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental.

### Amplo Espectro - Conceitos

A Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2020) afirma que convém organizar as Forças Armadas em torno de capacidades, não em torno de inimigos específicos, pois o Brasil, em tese, não tem inimigos declarados no presente e para não tê-los no futuro é preciso preservar a paz e preparar-se para a guerra.

A citação acima descreve a inexistência de inimigos como se apresentavam nas batalhas até meados do século XX, já a partir do final da Guerra Fria, o termo “inimigo” passa a coexistir com o termo “oponente” ou similares, sendo que este último não necessariamente se apresenta ostensivamente como se fazia no passado, usando uniformes, portando bandeiras e defendendo os interesses de seu país. Conflitos bélicos entre Estados são cada vez mais raros. Na atualidade, não se sabe com clareza quem é o inimigo ou oponente, por isso que a preparação das tropas e a obtenção de meios devem estar focadas na capacidade de realizar múltiplos tipos de operações.

As Operações no Amplo Espectro enfatizam que os conflitos atuais envolvem não somente o combate entre oponentes armados, os meios são empregados de forma simultânea ou sucessiva, combinando atitudes ofensivas, defensivas,

de pacificação, de Garantia da Lei e da Ordem, apoio a Instituições Governamentais nacionais ou internacionais e de Assistência Humanitária, como também operações interagências. Nesse cenário, pode-se verificar a intensa proliferação de conflitos assimétricos.

W. Lind et al. (1989) em seu artigo *The Changing Face of war: by into the Fourth Generation* declara que os conflitos assimétricos apresentam características próprias, tais como a grande dispersão geográfica, a inexistência de limites claros entre não-combatentes e combatentes ou entre a guerra e a paz, e que há predominância de eventos em áreas urbanas, pois é neste ambiente que as Forças Irregulares conduzem a maioria de suas ações, não havendo mais frentes ou linhas de contato com o inimigo. O conceito de quatro gerações de guerras modernas tem o propósito de classificá-las e apresentar o que atualmente seria a suposta guerra de quarta geração.

Sendo que as guerras de primeira geração se referem às antigas e clássicas batalhas com uso intenso do poder de combate, usando falanges, colunas, linhas de soldados uniformizados sob a égide de um país; as guerras de segunda geração usam táticas mais modernas com o uso de mosquetes, rifles, metralhadoras e tiro indireto; as guerras de terceira geração focam no estado da arte da tecnologia, com

emprego de meios e táticas que privilegiam a velocidade, proteção blindada e surpresa para ultrapassar as linhas inimigas e atingir sua retaguarda e causar o colapso do sistema defensivo inimigo, nessa geração já não é mais buscado o combate aproximado, mas sim manobrar com suas forças para obter o máximo de vantagem tática.

A guerra de quarta geração é normalmente vista como aquela em que os conflitos envolvem países que perderam a capacidade de impor ordem dentro de suas fronteiras, guerras civis, atuação de atores não estatais, diferenças étnicas, raciais ou religiosas, e também dissidências de militares convencionais. Lind et al. (1989) considera como sendo “pós-moderna”, havendo uma volta a formas descentralizadas de guerra.

Depreende-se que neste ambiente de Operações no Amplo Espectro, onde não se tem informações seguras das forças que se opõem as nossas, não se tem limites traçados e que os tipos de ações podem evoluir rapidamente, com sucessivas mudanças de atitude, os objetivos, por conseguinte, devem ser traçados por fases e induz-se que a regulação da manobra seja curta, devido a incerteza gerada por tantos fatores.

### Three Block War

O conceito de Guerra em Três Quarteirões (*Three Block War*) foi idealizado pelo antigo Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América (USMC) General Charles C. Krulak (1995-1999) baseado nas experiências de estados falidos, tais como a Somália e a ex-Iugoslávia nos idos de 1990, que corrobora com o conceito supracitado de W. Lind et al. (1989) sobre as mudanças nas faces da guerra dentro da quarta geração.

Figura 1: *Three block war*



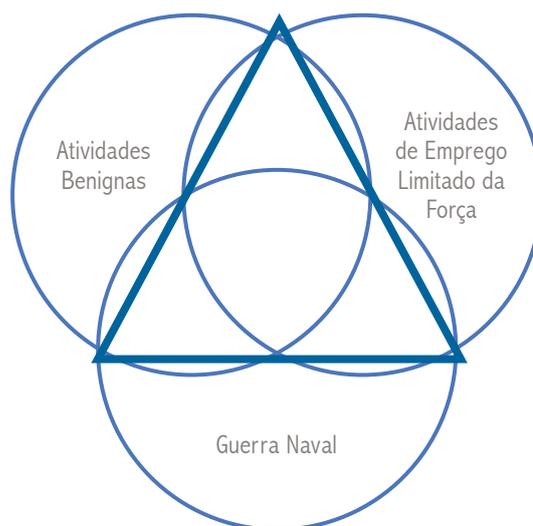
Fonte: <<https://i.pinimg.com/originals/2c/f1/49/2cf14936c5ae4af0c4ac57ddf7647c66.jpg/>>

General Krulak (in ZEIGLER, 2014) vislumbrou que os futuros campos de batalha seriam essencialmente urbanos, assimétricos, com pouca ou nenhuma distinção entre combatentes e não-combatentes, sendo que diversos eventos ocorreriam

ao mesmo tempo em um espaço de terreno limitado: “Em um momento, nossos militares estarão distribuindo alimentos e roupas para refugiados civis, provendo Assistência Humanitária. No momento seguinte, estarão entre duas ou mais facções rivais, conduzindo Operações de Paz; e finalmente envolver-se-ão em batalhas letais de razoável intensidade. Tudo isso no mesmo dia, tudo isso ao longo ou no interior de três quarteirões da mesma cidade ou vilarejo”.

A Doutrina Militar Naval (EMA-305) (BRASIL, 2017) estabelece três formas de aplicação do Poder Naval: na Guerra Naval, que resumidamente pode-se considerar como o emprego convencional da força em um conflito armado; nas Atividades de Emprego Limitado da Força, que são conflitos de menor intensidade, tais como Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Operações de Paz, Evacuação de Não-Combatentes (ENC), entre outras; e nas Atividades Benignas, que são Operações Humanitárias, Assistência Cívico-Social, Socorro, cooperação com a Defesa Civil e outras.

Figura 2: Modelo de *Grove* adaptado ao Poder Naval Brasileiro



Fonte: EMA-305 - DOCTRINA MILITAR NAVAL (DMN)

Verifica-se que o modelo de *Grove* adaptado ao Poder Naval brasileiro apresenta áreas de interseção no emprego do Poder Naval, de forma que poderão coexistir ações de Guerra Naval com Atividades de Emprego Limitado da Força e Atividades Benignas.

As missões passam a ter perfis de combate distintos, abrangendo todo amplo Espectro de Operações Militares, variando de simples ações de mitigação aos efeitos danosos de desastres naturais, passando por conflitos de baixa intensidade, podendo chegar a conflitos de alta intensidade, em curto período de tempo e no mesmo local.

Neste ambiente multifacetado impõe-se a necessidade de organização das forças de combate, de forma que se possa

modular ou regular a intensidade da aplicação dessas forças de acordo com o “quartirão” que se apresenta, considerando-se que não haverá tempo suficiente para mudar o tipo de tropa, assume-se que o mesmo soldado desempenhará múltiplas tarefas em ambientes que podem mudar ao se cruzar a esquina, alternando sua postura operacional de acordo com a situação.

Um aspecto importante a ser considerado deve ser a presença da população no campo de batalha. No passado, quando as guerras explodiam, o povo fugia das zonas em conflito ou era evacuado, mas com o grande desenvolvimento das cidades e o crescimento da população mundial que se concentrou em polos urbanos, a onipresença de civis no combate é praticamente certa, pois a maioria não abandona suas casas porque não tem outro lugar para ir, ficar em casa era uma opção muito ruim, abandoná-la era uma opção pior. Mesmo aqueles que abandonam suas cidades também se tornam um problema para as operações militares, pois o estabelecimento de campos de refugiados ou deslocados pode criar pontos de tensão, além dos movimentos migratórios por estradas que podem afetar o fluxo das Estradas Principais de Abastecimento.

Essa população primeiramente deve ser protegida de efeitos colaterais e também estudada e analisada, para se verificar qual influência acarretará a presença das forças militares em atuação. Por conseguinte, verifica-se a necessidade do estudo do “Terreno Humano” ou “Terreno Cultural”, como ele se apresenta e o que se pode esperar, se atitudes positivas, se negativas ou neutras, se o ambiente é permissivo ou hostil?

Constata-se a necessidade de prover as forças de combate com especialistas para trabalhar com este Terreno Humano/Cultural, tais como: historiadores, economistas, religiosos, antropólogos, arqueólogos, psicólogos, tradutores, juristas, entre outros, que atuarão de forma integrada para traçar os perfis da população e dos atores em conflito e também aqueles que podem mesmo indiretamente influenciar nas ações a serem desencadeadas.

Acrescenta-se a esse teatro a presença da imprensa, o chamado “Efeito CNN”, todas as ações são disseminadas em tempo real pela mídia, os combates são mostrados ao vivo, on-line, para uma audiência internacional. Mais do que isso, com a popularização dos telefones celulares, dispositivos móveis em geral e o aumento das coberturas de internet, qualquer um de posse de um desses aparelhos, seja combatente ou não-combatente, pode gravar o que está ocorrendo e em questão de momentos, a gravação pode viralizar para o todos com acesso às redes sociais.

## Strategic Corporal

Como as ações passam a ser essencialmente descentralizadas e praticamente vistas pelo mundo, as atitudes dos líderes de pequenas frações crescem de importância, pois a atitude de qualquer soldado pode tomar proporções estratégicas, ou seja, implicações futuras relevantes para a missão. Caso a atitude seja vista de forma positiva pela opinião pública através da internet, as implicações serão positivas para o desenrolar das operações, por outro lado, se a atitude do Cabo Estratégico for vista de forma negativa, as consequências também serão, como pode ser ilustrado na figura abaixo, em que Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América num primeiro momento ganham corações e mentes interagindo com crianças e outro extremo quando também Fuzileiros urinam em corpos de membros do Talibã.

O soldado na frente de combate deve ter a iniciativa de agir de forma independente, tomar a melhor decisão de forma rápida e adequada perante a situação apresentada. General Krulak (in ZEIGLER, 2014) afirma que a preparação do Cabo Estratégico passa por três passos:

O primeiro seria a preparação moral do combatente, com valores bem fundamentados, respeito à dignidade humana, conhecimento cultural e o compromisso de se fazer o melhor possível. O segundo passo seria a preparação técnica-profissional, ou seja, o militar deve ser um especialista em sua área, sendo proficiente em suas habilidades, além de possuir o condicionamento físico necessário para manutenção de sua higidez física e desempenho de tarefas que exijam esforço muscular.

O terceiro passo seria a assimilação de bons exemplos vistos no passado, estudo de casos reais que servem de padrão ou referência em situações similares.

Figura 3: Dois lados do Cabo Estratégico



Fonte A: <<http://4.bp.blogspot.com/-WAdKZlx0Z9Y/T2CII5BdNAI/AAAAAAAAACs/mOFALXl1P5E/s1600/corporal.jpg/>>

Fonte B: <<http://3.bp.blogspot.com/-wxa5I3VC-0o/T2CCKY4kEul/AAAAAAAAAC8/NPxmOHUnSg/s1600/marineurinatejpg-8eb96a9aed36a8f1.jpg/>>

## Campo de Batalha do Século XXI

Acredita-se que os conflitos de quarta geração serão preponderantes no século XXI, a preferência será pelo ambiente urbano, com vantagens para o defensor, a população é

o Terreno a ser conquistado pelos lados em conflito, o uso de explosivos improvisados e obstáculos é intenso, a fim de dificultar e canalizar o movimento de tropas.

Considera-se que os grupos adversos serão terroristas, organizações criminosas nacionais e transnacionais, espões, forças convencionais atuando de forma não-convencional, forças paramilitares, mercenários, atiradores de precisão, *hackers* entre outros, sempre usando celulares para coordenar suas ações ou para transmitir a situação e deslocamento de tropas. Eles poderão executar ações contra instituições privadas ou órgãos públicos, contra infraestruturas críticas, pirataria, fogos de artilharia de tubo e de foguetes, ataques cibernéticos, crimes ambientais, entre outros.

Figura 4: Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais



Fonte: <<https://cryptome.org/info/ik25/pict279.jpg/>>

O Fuzileiro Naval individualmente deve estar apto para atuar no amplo espectro das operações, estar pronto para mudar de atitude conforme muda de “quarteirão”. Os passos para preparação dos nosso Cabos Estratégicos, de acordo com o General Krulac (in ZEIGLER, 2014), já vem sendo dados, ao se inculir em todo combatente anfíbio o valor essencial de honra, e tudo o que ela representa, atingindo assim o passo referente ao moral; os valores essenciais de competência e profissionalismo fazem alcançar

níveis de excelência e proficiência técnica, atingindo o passo referente à capacitação técnica-profissional; e o valor essencial determinação induz a seguir firme no cumprimento das tarefas recebidas, se inspirando em bons exemplos que servem de guia, atingindo o terceiro passo.

O Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) é uma forma de organização para o emprego de tropa de Fuzileiros Navais, constituída para o cumprimento de missão específica e estruturada segundo o conceito de componentes, que agrupa elementos constitutivos, de acordo com a natureza de suas atividades (BRASIL, 2020).

A definição de GptOpFuzNav denota flexibilidade para emprego e atuação em diversos ambientes, como também o fato da organização em componentes aliviar o Comandante do GptOpFuzNav de diversas decisões nos níveis mais baixos da organização e, assim, contribuir para que ele possa realizar em melhores condições, contatos com autoridades locais e coordenações de alto escalão com outros participantes da operação.

Uma possibilidade é atribuir responsabilidades diferentes a cada componente, pelo menos quando a situação assim exigir, levando em consideração os níveis de violência e diferentes ambientes, sejam eles: permissivos, hostis ou neutros, podendo haver variação de preponderância de emprego entre os componentes, podendo o esforço principal ser transferido de um componente para outro de acordo com a evolução da situação. Enquanto prevalecer o combate convencional ou assimétrico, a preponderância das ações do CCT é maior, já no caso de Assistência Humanitária, o esforço maior passa para o CASC.

A característica de Expansibilidade do GptOpFuzNav, com capacidade de receber missões já estando embarcado, e planejar as ações durante a travessia para a Área de Operações, configurando de acordo com os fatores da decisão como será sua atuação, fornece flexibilidade desejada para atuar no amplo espectro de operações. Cenários que podem evoluir ou coexistir com o emprego de um Elemento Anfíbio atuando em Assistência Humanitária que pode evoluir para o emprego de uma Unidade Anfíbia em GLO ou ENC, podendo evoluir em seguida para o emprego de uma Brigada Anfíbia em operações convencionais de guerra naval. O contrário também pode ocorrer passando da Guerra Naval para Atividades Benignas após a estabilização do cenário.

O Conjugado Anfíbio, traduzido em uma Força Naval e um GptOpFuzNav embarcado com meios aeronavais em apoio, proporciona as condições apropriadas para a condução de ações no amplo Espectro de Operações, pois as características do Poder Naval de mobilidade, permanência,

versatilidade e flexibilidade permitem posicionar a força onde se faz necessário, mantê-la pelo período possível e desejado, alterar a postura militar de acordo com a evolução do cenário e modular a Força de acordo com a necessidade.

O eixo estruturante - Guerra de Manobra – orienta a atribuição de tarefas pelo efeito desejado e ampla divulgação da Intenção do Comandante, que asseguram certo grau de flexibilidade e de iniciativa aos subordinados que podem reagir em melhores condições às alterações de situação. A Ação ditada pelo Reconhecimento permite redirecionar seus esforços, não só procurando superfícies e brechas, mas buscando qual é o tipo de “quarteirão” a frente, tentando identificar com um mínimo de antecedência a postura a ser assumida.

Quanto às Funções de Combate nas Operações em Ampla Espectro, pode-se afirmar:

- Função de Combate Manobra: grande descentralização dos meios, com prevalência de infiltrações terrestres e aéreas.
- Função de Combate Inteligência: cresce de importância a utilização de Aeronaves Remotamente Pilotadas (ARP), drones, radares, patrulhas de reconhecimento, análise de imagens, etc, a fim de aumentar a consciência situacional.
- Função de Combate Apoio de Fogo: também descentralizado, tenta-se minimizar os danos colaterais e produção excessiva de escombros que afetam a mobilidade da tropa.
- Função de Combate Logística: a necessidade de estar preparado para atuar em diferentes ambientes com os

mesmos combatentes implica em ter disponível todo material necessário, essa situação dificulta o transporte e aumenta o peso que o Fuzileiro Naval tem que transportar. Obtenção de recursos locais e lançamento de suprimentos pelo ar podem contribuir.

- Função de Combate Comando e Controle: o alto grau de descentralização da tropa exige muito esforço de comunicações e estabelecimento claro de medidas de coordenação e controle.
- Função de Combate Mobilidade e Contramobilidade: necessidade de remoção de escombros, reparo de pontes e desativação de artefatos explosivos são tarefas a serem desempenhadas, entre outras.
- Função de Combate Proteção: uso de viaturas blindadas e proteção balística individual contribuem para conservação da capacidade de combate.

Conclui-se que as características apresentadas pela Guerra de Quarta Geração com atuação no amplo espectro das operações e as constantes incertezas dos cenários exigem alto grau de desenvolvimento das tropas para se contrapor as ameaças que se apresentam à paz mundial, contudo a preparação individual do Fuzileiro Naval baseado nos valores essenciais de honra, competência, profissionalismo e determinação, os eixos estruturantes de GptOpFuzNav, Operações Anfíbias e Guerra de Manobra, os conceitos de Conjugado Anfíbio e Expansibilidade, todos esses aliados às características do poder naval de mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade permitem fazer frente a esses novos desafios.



## Referências

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 0-1: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. **EMA 305: Doutrina Militar Naval**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020.

FERREIRA, Renato Rangel et al. Três quarteirões em Porto Príncipe: o desenvolvimento do Fuzileiro Naval para o combate no século XXI. **Revista Marítima Brasileira**, v. 137, n. 10/12, p. 20-35, Rio de Janeiro, out. nov. 2017.

ZEIGLER, Matt. **Three Block War: US Marines in Iraq**. Publicação do autor, 2014.

LIND, W. et al. The changing face of war: into the Fourth Generation. – **Marine Corps Gazette**, v. 73, n. 10, p. 22-26, oct. 1989.

STERN, Jessica; BERGER, J.M. **ISIS: the state of terror**. London: William Collins, 2015.

MOREIRA, Gilberto Barbosa. Operações no Ampla Espectro: contribuições de um grande Comando Operativo. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 1, n. 2, p. 70-79, abr./jun. 2013.



CF (FN) Ricardo Parreiras de Bragança Oneto Araujo  
braganca.03@hotmail.com

## As Operações Descentralizadas no USMC e aproximações à realidade do CFN



CF (FN) **Bragança** é atualmente Oficial de Ligação do CFN junto ao *Marine Corps Combat Development Command* (MCCDC) do USMC. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2017. Serviu no 1ºBtlInffuzNav, como Comandante de Pelotão e Imediato de Companhia; e no Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais como Comandante de Pelotão, das 2ª e 3ª Companhias e Oficial de Estado-Maior. Compôs o 5º Contingente do GptOpFuzNav – Haiti e serviu ainda no Gabinete do Comandante da Marinha, como Assessor de Relações Institucionais. Comandou a Companhia de Polícia do Batalhão Naval (CiaPolBtlNav). Possui também Pós-Graduação em Gestão Empresarial pelo Instituto COPPEAD, UFRJ.

*“Unlike the Army and the Air Force, whose size and firepower have to be related to that of potential adversaries, the size of the Navy is determined by the quantum of maritime assets and interests that you have to safeguard.”*

(Geoffrey Till)

### Introdução

O limiar do Século XXI testemunhou a solidificação do Brasil como uma potência regional. A robustez econômica e a abundância de recursos em um vasto território, associados à existência de um dos entornos estratégicos mais estáveis do Planeta auxiliam o desenvolvimento do Poder Nacional.

Mas tudo isso traz enorme responsabilidade: ter a plena capacidade de exercer seu papel de potência e contribuir para a manutenção do equilíbrio e da paz, particularmente no Atlântico Sul. Desse equilíbrio depende a existência do país, já que a Amazônia Azul concentra nossas Linhas de Comunicação Marítima e recursos hidrominerais diversos.

Apesar da relativa estabilidade, nossos mares são palco de algumas ameaças que podem colocar em risco a nossa prosperidade. Para se contrapor a tais ameaças, a vertente militar deve apresentar capacidades como a de Projeção

de Poder. A MB vem conseguindo manter tal capacidade de modo a ser considerada como *Bluewater Navy – Rank 3 – Multi-regional Power Projection capable to regions adjacent its own* (TILL, 2018)<sup>1</sup>.

A Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) é o principal vetor de projeção de poder da MB e o aprimoramento da sua forma de emprego é fruto de constante discussão, de modo que possa ser mantida no estado da arte.

Este artigo abordará algumas modalidades de emprego de Forças de Fuzileiros Navais adotadas pelos EUA, de modo a se verificar possível aderência à nossa realidade estratégica.

### O emprego expedicionário do USMC

A principal célula de emprego expedicionário do USMC é a *Marine Expeditionary Unit* (MEU). Trata-se de um BtlInffuzNav reforçado por todos os apoios necessários, inclusive

<sup>1</sup>Geoffrey Till vem utilizando o “*Lindberg-Todd Classification Model*”. As Marinhas são classificadas de 1 a 10, sendo “nível 1” a mais capaz (somente a Marinha dos EUA). De acordo com a classificação, as Marinhas de nível 3 possuem Navios Aeródromos, Submarinos e demais navios de apoio e capacidade efetiva de projetar poder. São países com Marinhas de nível 3 por esse modelo: Brasil, Índia, Itália, Rússia e Espanha.

Figura 1: ARG/MEU



Fonte: USMC <[https://o.quizlet.com/KzS5Z74dtHXcAK64vybVEg\\_b.jpg/](https://o.quizlet.com/KzS5Z74dtHXcAK64vybVEg_b.jpg/)>

aviação, que gera a denominada *Marine Air-Ground Task Force* (MAGTF). As MAGTF serão disponibilizadas a cada um dos seis *Geographic Combatant Commands* (GCC). Para a configuração dos conjugados anfíbios, os GCC receberão as Forças Navais de modo a constituir dois tipos de estrutura: a *Expeditionary Strike Force* (ESF) e o *Amphibious Ready Group* (ARG/MEU). Enquanto esse último é um GT composto por três navios anfíbios e a MAGTF, o primeiro recebe ainda navios escolta, submarinos e demais navios de apoio (NT, C2, etc.).

Dessa maneira os EUA possuem os ARG/MEU e as ESF como vetores estratégicos que proporcionam ao Comandante Supremo, por meio dos GCC, capacidade de projetar poder em resposta a crises localizadas ao redor do mundo.

Da lista de tarefas previstas para as MEU, denominada *Essential Task List*, destacam-se:

## As modalidades de emprego das ARG/MEU

Com o propósito de prover aos EUA o máximo de capacidade de atuar quando e onde necessário, e até mesmo responder

Figura 2: Principais Tarefas das MEU



Fonte: O autor

a mais de uma crise simultaneamente, os ARG/MEU podem ser empregados nas seguintes modalidades:

**Agregada:** forma de emprego mais comum e mais desejada, o ARG/MEU é alocado a apenas um GCC que mantém tanto o OPCON (Controle Operacional - inclui aprestamento e logística), bem como o TACON (Controle Tático - missões). Uma submodalidade é denominada *Split*, quando existe uma divisão da MAGTF para o cumprimento de duas ou mais tarefas, mas sob o OPCON e TACON do mesmo Comando.

**Desagregada:** essa forma de emprego é gerada por demanda emergencial. O ARG/MEU será desmembrado para atender a tarefas de GCC distintos. Cada parte da Força estará sob OPCON e TACON de um GCC diferente. A desagregação vem acompanhada de degradação de poder de combate e capacidades, já que as MEU não dispõem de redundâncias em todas as áreas. É a modalidade menos desejada.

**Distribuída:** nessa modalidade, o ARG/MEU é desmembrado entre dois ou mais GCC, porém o GCC original retém OPCON, enquanto cada um dos demais GCC passam a ter TACON sobre as parcelas recebidas. Nesse caso, o Comando do ARG/MEU tem condições de apoiar cada parte fracionada em termos

Figura 3: Modalidades de emprego dos ARG/MEU

Modalidade ARG/MEU	GCC	OPCON	TACON	Capacidades da ARG/MEU	Apoio Mútuo entre parte da ARG/MEU
Agregada	o mesmo	GCC original	GCC original	Mantidas	Mantido
Agregada Split	o mesmo	GCC original	GCC original	Degradadas	Inexistente
Desagregada	diferentes	GCC apoiado	GCC apoiado	Degradadas	Inexistente
Distribuída	diferentes	GCC original	GCC apoiado	Degradadas	Inexistente

Fonte: O autor

de C2, logística, saúde e outros apoios. O GCC original pode solicitar a reagregação a qualquer tempo. É a forma mais desejada de emprego em apoio a mais de um GCC.

Existem várias considerações importantes acerca do emprego desmembrado dos ARG/MEU.

Primeiramente deve-se aceitar uma perda de capacidades de combate, adestradas pela MEU na fase de preparação. A MEU carece de redundância em seus diversos componentes. O próprio Estado-Maior deverá ser desmembrado para que dê origem a um novo para a parte constituída. A estrutura de C2 deverá ser incrementada pelo GCC apoiado.

Com relação ao ARG, a mesma degradação ocorrerá. Como exemplo, verifica-se que dos três navios componentes

TACON de frações pequenas, atuando a distâncias superiores a cem milhas náuticas, em missões defasadas no tempo e no espaço. Essa evolução somente é possível graças ao incremento de tecnologias diversas como em C2 e apoio logístico.

## Aproximações à realidade do CFN

Para efeito de debate doutrinário e aproximações à realidade brasileira, o que a doutrina estadunidense denomina GCC será traduzido para Áreas de Responsabilidade (ARP) dentro de um Teatro de Operações (TO), Área de Operações (AOp) ou de uma Zona de Defesa (ZD). Assim, para as aproximações deste artigo, foram feitas as seguintes adaptações aos conceitos:

Figura 4: Aproximações para emprego descentralizado de GptOpFuzNav

Modalidade GptOpFuzNav	ARP	OPCON	TACON	Capacidades do GptOpFuzNav	Apoio Mútuo entre parte da GptOpFuzNav
Agregada	a mesma	ForTarAnf original	ForTarAnf original	Mantidas	Mantido
Agregada Split	a mesma	ForTarAnf original	ForTarAnf original	Degradadas	Inexistente
Desagregada	diferentes	Força apoiada	Força apoiada	Degradadas	Inexistente
Distribuída	diferentes	ForTarAnf original	Força apoiada	Degradadas	Inexistente

Fonte: O autor

(LHD/LHA, LPD e LSD)<sup>2</sup>, somente os LSD transportam as Embarcações de Desembarque de Carga Geral (EDCG) em seus conveses doca, enquanto somente os outros dois navios transportam as *Landing Craft Air Cushion* (LCAC). Assim, se o LSD for para outro GCC, leva consigo a totalidade das EDCG. Em outra simulação, a parcela que permanecer com o LHA/LHD manterá a totalidade do apoio de aeronaves de asa fixa.

No que tange à modalidade Distribuída, demanda enorme capacidade logística de transporte a fim de apoiar partes desmembradas a longas distâncias.

Atualmente, o conceito que se destaca no USMC poderia ser considerado uma evolução da modalidade Agregada *Split*: o *Expeditionary Advanced Base Operations* (EABO). Nesse conceito, os *Marine Littoral Regiments* (MLR) mantém OPCON e

A Doutrina Militar Naval (DMN) (BRASIL, 2017) define como características do Poder Naval a Mobilidade, Permanência, Flexibilidade e Versatilidade. Os navios da Esquadra possibilitam à FFE as duas primeiras, enquanto, no que diz respeito à projeção de poder, cabe ao CFN prover Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) dotados de versatilidade para atender prontamente a grande gama de missões distintas, e flexibilidade para alterar os valores de suas organizações por tarefas, a depender da missão.

Analisando superficialmente essas duas últimas características, já se vislumbra, em tese, aderência teórica a desmembramentos momentâneos de Forças de Desembarque (ForDbq). Uma Força destinada a uma Operação de Ajuda Humanitária no continente africano, por exemplo, poderia

<sup>2</sup>As seguintes classes de navios compõem o ARG: 1) *Landing Helicopter Assault* (LHA) Classe AMERICA ou *Landing Helicopter Dock* (LHD) Classe WASP – navio principal; 2) *Landing Platform Dock* (LPD) Classe SAN ANTONIO; e *Landing Ship Dock* (LSD) Classes WHIDBEY ISLAND ou HARPER'S FERRY.

Figura 5: Organização do ForDbq - “Operação Amazônia Azul: Mar Limpo é Vida!”

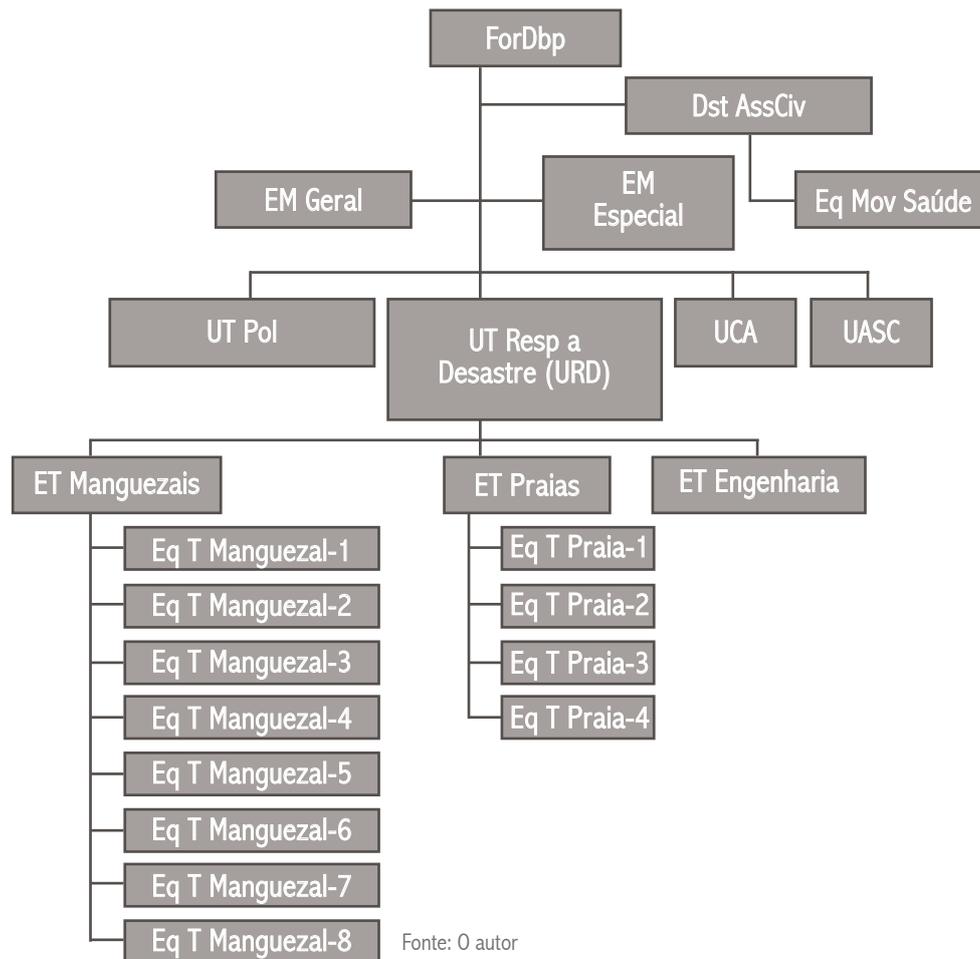


Figura 6: Meios Navais e FN participantes da “Operação Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida!”



Fonte: Marinha do Brasil

receber uma nova tarefa de atuar em uma emergência em Embaixada inopinada, ou em ação de Patrulha Naval contra pirataria no Golfo da Guiné. Nesses cenários, os comandos superiores avaliariam os riscos envolvidos frutos da perda de capacidades da ForDbq originalmente constituída e decidiriam quanto à aceitabilidade. Salienta-se que estamos falando de maneira teórica da modalidade de emprego similar a Agregada *Split* já que o vulto estratégico de atuação de forças expedicionárias brasileiras dificilmente contemplaria duas ARP a grandes distâncias, o que transcenderia nossas capacidades de C2 e de apoio logístico.

Outra aproximação com emprego descentralizado ocorreria na Defesa de Ilhas e Arquipélagos Oceânicos. O advento da tecnologia de sistemas de C2 e armamentos pode trazer aderência ao emprego futuro de pequenas frações de FN em

modalidade similar à “Desagregada” utilizando conceito adaptado do EABO. A desagregação, no nosso caso, justificaria-se pelas enormes distâncias envolvidas que, possivelmente, obrigariam essas frações a estabelecerem laços logísticos e de controle tático com Comandos Operacionais mais próximos dentro da ZD. Os pequenos porém letais GptOpFuzNav atuariam desmembrados de suas Forças, em Ilhas e Arquipélagos ou ainda em posições estratégicas nas costas brasileiras ou aliadas, projetando poder a fim de contribuir para a negação do uso do mar a oponentes ou para o controle de áreas marítimas. Nesse cenário, a desagregação e não a constituição de diversos GptOpFuzNav talvez fosse a solução mais indicada já que dentro da doutrina EABO as frações não permanecem estáticas em determinado local. São inseridas, atacam e depois são reposicionadas pelo Comando de origem. Assim a permanência de uma das frações em determinada ARP distinta da original seria momentânea.

Aparte a defesa arquipelágica, avalia-se como remota a chance do nosso Poder Naval empregar forças de FN nas modalidades Desagregada ou Distribuída em Operações de Guerra Naval não somente pelos desafios de C2, logística e execução, mas principalmente pela não visualização de cenário tão complexo no exterior que envolvesse a ativação de

diversas AOp. No entanto, quando se analisam as Atividades de Emprego Limitado da Força ou o Emprego do Poder Naval nas Atividades Benignas, novamente algumas aproximações podem ser visualizadas<sup>3</sup>.

Em 2019 o Poder Naval foi instado a atuar em resposta ao derramamento criminoso de óleo ocorrido em Mar Aberto, mas com grande impacto na costa nordeste do Brasil. A “Operação Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida!” consistiu do emprego de meios da Esquadra e dos 2º, 3º e 4º Distritos Navais (DN), bem como da FFE. O GptOpFuzNav constituído foi empregado de maneira bastante descentralizada e foram observadas tanto características da modalidade de emprego Distribuída (frações menores sob TACON de outras estruturas de Comando mas com manutenção de OPCON), como da Desagregada (frações que foram momentaneamente retiradas da Força, sem manutenção de TACON ou OPCON).

A MB empregou cerca de 2.700 militares, de 54 OM diferentes, além de 16 meios navais, aeronaves e dezenas de viaturas. Mais de 1.200 inspeções navais foram realizadas e Destacamentos de FN atuaram dispersos em enormes distâncias, do Estado do Amapá até a Bahia. Na ocasião, além das tarefas de coleta e destinação de resíduos, o levantamento de danos ambientais e a saúde das populações também fizeram parte do rol de tarefas.

<sup>3</sup>A Doutrina Militar Naval (BRASIL, 2017) descreve que o Poder Naval brasileiro pode ser aplicado: **a) na Guerra Naval** (Operações de Ataque, Antissubmarino, Anfíbias, Minagem e Contramedidas de Minagem, Esclarecimento, Bloqueio, Apoio Logístico Móvel, Especiais, Defesa de Porto, Defesa de Tráfego Marítimo, Informação, Interdição Marítima, Psicológica, Busca e Resgate em Combate e SAR, Ribeirinha, Terrestre da Caráter Naval, Civil-Militar, Inteligência e Defesa de Ilhas e Arquipélagos Oceânicos); **b) nas Atividades de Emprego Limitado da Força** (Operações de Garantia da Lei e da Ordem, Segurança Presidencial, Ações contra Delitos Transfronteiriços e Ambientais, Patrulha Naval, Inspeção Naval, Cooperação com Órgãos Federais, Operações de Retomada e Resgate, Segurança de Instalações Navais, Segurança do Tráfego Marítimo, Paz, Evacuação de Não Combatentes e Segurança de Representações Diplomáticas); e **c) nas Atividades Benignas** (Apoio à Política Externa, Operação Humanitária, Cívico-Social, Socorro, Salvamento, Desativação de Artefatos Explosivos, Cooperação com o Desenvolvimento Nacional, Cooperação com a Defesa Civil, Segurança Aquaviária, dentre outras ações de apoio).



## Referências

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval. Brasília, DF, 2017. Mod. 1.

BRASIL. Marinha. **Operação Amazônia Azul: Mar Limpo é Vida**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/marlimpo-e-vida#:~:text=Trata%2Dse%20de%20uma%20a%3%A7%C3%A3oambiente%20de%20todo%20o%20planeta/>>>. Acesso em 13 abr. 2021.

BRASIL. Marinha. Combate às manchas de óleo no Nordeste. **Nomar**, ed. Especial. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **MD-30-M-01**: Doutrina de Operações Conjuntas. Brasília, DF, 2020. v.1.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **JP-1**: Doctrine for the Armed Forces of the United States. Washington, DC, 2017.

## Conclusão

O mundo atual traz destaque ao emprego do Poder Naval. A liberdade de navegação se encontra em risco em algumas regiões do Planeta, o que, felizmente, não é realidade no Atlântico Sul. Essa situação é possível graças a existência de atores regionais e multilaterais engajados em manter o equilíbrio e a paz, como o Brasil e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

Mas para ser capaz de influenciar seu entorno estratégico, urge que o país mantenha plenamente as quatro características do seu Poder Naval. O conjugado anfíbio deve estar pronto não somente à Projeção de Poder, como também para ser empregado em enorme gama de outras missões com menor ou nenhum uso de força.

O debate quanto a novas modalidades ou formas de empregar nossos GptOpFuzNav de modo a incrementar a flexibilidade e versatilidade do Poder Naval é lícito e deve ser constante. O futuro parece apontar para o emprego cada vez mais descentralizado de frações de FN, dotados de nível crescente de tecnologia e poder de combate por meio de sistemas de armas sofisticados, capazes de contribuir mais diretamente para a negação do uso do mar ou para o controle de áreas marítimas. Adaptações das modalidades descentralizadas adotadas pelo USMC podem ser um caminho a ser avaliado.



CF (FN) **Maurício** Corrêa de Souza  
mauricio.souza@marinha.mil.br

## Operações Anfíbias: uma Comparação entre as Perspectivas Brasileira e Francesa



O CF (FN) **Maurício** é o atual Comandante do BtlEngFuzNav. Oriundo do Colégio Naval, graduou-se em Ciências Navais pela Escola Naval em 2000. Concluiu, dentre outros: Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do CFN (CIASC), MBA em Finanças Corporativas e Mercado de Capitais (UFF), Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (EGN), Curso de Gestão Empresarial (COPPEAD, UFRJ), *Command and Staff College (Marine Corps University)* e *Master of Military Studies (Marine Corps University)*. Dentre suas comissões, destacam-se: BtlEngFuzNav, como Comandante de Pelotão de Pioneiros; CiaApDbq, como Oficial de EM; GCM, como Ajudante de Ordens do CM; Escola Naval, como Comandante de Batalhão; e CDDCFN, como Assessor de Avaliação e Apoio ao Adestramento. Participou ainda da MINUSTAH: em 2006 no GptOpFuzNav-5ºContingente e em 2013 no JMAC.

É de amplo conhecimento que a Operação Anfíbia (OpAnf) se constitui na mais complexa dentre as operações militares, mormente em função da diversidade de meios navais, aeronavais, e de Fuzileiros Navais empregados, bem como do alto grau de coordenação entre as forças singulares e até mesmo da mobilização de meios civis. Cabe ainda ressaltar a impositiva necessidade de sincronização das ações e da edificação do poder de combate a partir do “zero”, possivelmente em um litoral hostil. A fim de dotar suas Forças Armadas com essa capacidade, os países precisam investir em doutrina, organização, pessoal, educação, material, adestramento, infraestrutura e interoperabilidade – DOPEMAIL<sup>1</sup> – de forma a desenvolver soluções para os desafios que as OpAnf impõem. Nessa empreitada, embora a alta complexidade das OpAnf engendre problemas similares, diferentes Forças Armadas desenvolvem soluções significativamente distintas.

Após alguns anos de relativa anulação, a partir de 1999 a França decidiu revitalizar sua capacidade anfíbia, tornando-a

uma das prioridades das forças no que tange à sua estratégia de desenvolvimento e emprego. O objetivo deste artigo é explicitar algumas diferenças conceituais entre as perspectivas brasileira e francesa para as OpAnf e identificar possíveis aplicações para os GptOpFuzNav. Dada a amplitude e abrangência do tema, este autor não possui a pretensão de exauri-lo, mas apenas destacar as principais diferenças e identificar oportunidades para os GptOpFuzNav. Para tanto, a seguir, abordaremos quatro fatores geradores de capacidade relacionados à condução de OpAnf que evidenciam diferenças sintomáticas entre as óticas brasileira e francesa, a saber: Organização, Doutrina, Material e Educação.

**Organização:** A Marinha Nacional Francesa (MNF) está organizada em três grandes setores: Comando, Forças e Apoio às Forças. No setor Forças, duas organizações interessam a este trabalho: a Força Marítima de Fuzileiros Navais e Comandos (FORFUSCO); e a Força de Ação Naval.

A missão da FORFUSCO **NÃO** é realizar OpAnf. Ao contrário do Brasil, a França não possui um Corpo de Fuzileiros Navais

<sup>1</sup>O acrônimo DOPEMAIL representa a decomposição de uma determinada capacidade em seus fatores geradores, conforme descrito no Guia do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC) – 1ª Edição/2020. O PBC é uma metodologia de planejamento estratégico voltada ao preparo do Setor de Defesa e, conseqüentemente, das Forças Singulares, mediante a obtenção de capacidades (aquisição ou desenvolvimento) adequadas ao atendimento das necessidades militares de defesa do Estado, em um horizonte temporal definido, observados os cenários prospectivos e os limites orçamentários e tecnológicos. No Brasil, a mudança de concepção é decorrente da orientação para a estruturação do potencial estratégico brasileiro em torno de capacidades e não em função de inimigos específicos, constante da Estratégia Nacional de Defesa – END 2008 (BRASIL, 2020).

dedicado às OpAnf, mas duas brigadas anfíbias do exército, totalizando 10000 militares, que estão habilitadas a realizar OpAnf. Trata-se da 9ª *Brigade d'Infanterie de Marine* (9ª BIMa) e da 6ª *Brigade Légère Blindée* (6ª BLB). Entretanto, elas não são exclusivamente dedicadas às OpAnf.<sup>2</sup> Os 1.500 fuzileiros navais e as 9 unidades da FORFUSCO se concentram na proteção e defesa de prédios, instalações e atividades estratégicas da MNF, em território nacional e no exterior. Já os 650 comandos e suas 7 unidades se dedicam às Operações Especiais (OpEsp), com foco em três domínios: contra-terrorismo, pirataria e atividades ilícitas no mar; Operações Preparatórias e de Força Avançada que antecedem uma OpAnf; e tarefas de OpEsp em terra.<sup>3</sup>

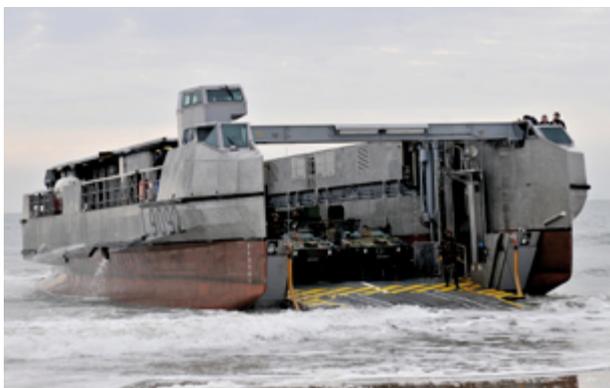
À Força de Ação Naval estão subordinadas, dentre outras, a Força de Superfície e a Força Aeromarítima Francesa de Reação Rápida (FRMARFOR). À Força de Superfície está subordinada, dentre outros, a Força Anfíbia, que é composta por três Navios de Projeção e Comando (BPC), 4 Embarcações de Desembarque Anfíbio Rápido (EDA-R, tipo catamarã) e 8 Embarcações de Transporte de Material (CTM, similar às EDVM). Ver Figuras 1 e 2.

Figura 1: EDA-R



Fonte: <<https://www.meretmarine.com/objets/40833.jpg/>>

Figura 2: EDA-R



Fonte: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/71/Flickr\\_-\\_Official\\_U.S.\\_Navy\\_Imagery\\_-\\_A\\_French\\_landing\\_craft\\_comes\\_ashore\\_during\\_the\\_amphibious\\_assault\\_phase\\_of\\_Bold\\_Alligator\\_2012.jpg/](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/71/Flickr_-_Official_U.S._Navy_Imagery_-_A_French_landing_craft_comes_ashore_during_the_amphibious_assault_phase_of_Bold_Alligator_2012.jpg/)>

Figura 3: CTM embarcando num Navio Anfíbio Classe Mistral



Fonte: <[https://www.seaforces.org/marint/French-Navy/Amphibious-Ship/L-9014\\_DAT/L9014-FS-Tonnere-026.jpg/](https://www.seaforces.org/marint/French-Navy/Amphibious-Ship/L-9014_DAT/L9014-FS-Tonnere-026.jpg/)>

Figura 4: EDA-R embarcando num Navio Anfíbio Classe Mistral



Fonte: <<https://www.naval-technology.com/wp-content/uploads/sites/5/2019/01/l-cat-ship-to-shore.jpg/>>

Comandado por um Vice-Almirante, o FRMARFOR se resume ao Comandante e seu Estado-Maior. Seu principal objetivo é estar pronto para exercer o controle operacional e o comando tático de forças marítimas nacionais ou aliadas em todos os mares do mundo.

Os dados supramencionados evidenciam como a organização francesa voltada para as OpAnf difere daquela adotada no Brasil. Significativas diferenças são também percebidas no quesito material.

**Material:** Dentre as diversas diferenças sobre o material utilizado por Brasil e França na condução de OpAnf, nesta seção, destacaremos os EDA-R e os *Bâtiment de Projection et de Commandement* (BPC), representados pelos Porta-Helicópteros Anfíbios (PHA) classe *Mistral*.

Como relatado anteriormente, os EDA-R são embarcações do tipo catamarã (30mx12m) capazes de transportar até 80 ton – tropas e viaturas – e desenvolver grande velocidade (18 nós carregada e 30 nós vazia), graças à sua plataforma elevatória. O carregamento pode ser feito popa-popa,

<sup>2</sup><<https://www.defense.gouv.fr/terre/l-armee-de-terre/le-niveau-divisionnaire/1re-division/9e-brigade-d-infanterie-de-marine/presentation2/>>.

<sup>3</sup><<https://www.defense.gouv.fr/marine/operations/forces/fusiliers-marins-et-commandos/force-maritime-des-fusiliers-marins-et-commandos/>>.

popa-rampa ou atracado ao porto. Possuem ainda excelente manobrabilidade, flexibilidade para atracar ou abicar na praia, equipamento de navegação e autonomia de 400 milhas, o que lhe possibilita o seu lançamento além do horizonte. Por privilegiar a velocidade, sua estrutura é leve e frágil, o que não proporciona boa proteção contra fogos inimigos. Essa extraordinária embarcação foi construída de forma a poder docar nos PHA.

Os PHA *Mistral*, *Tonnerre* e *Dixmude* são navios dotados de alta tecnologia e grande polivalência, o que lhes permite atuar no largo espectro das operações militares, com prioridade para as OpAnf. Dentre suas principais características, podemos destacar:

- Grande manobrabilidade, graças aos dois *pods* (motores elétricos com hélices) independentes posicionados na popa e às hélices transversais na proa. Esse conjunto permite ao navio girar sobre o próprio eixo ou mesmo ficar imóvel. Possui ainda braços laterais que aumentam a estabilidade para a realização das manobras com as embarcações de desembarque;
- Amplo convés com 6 locais de pouso, com capacidade de receber helicópteros pesados ou mesmo o V-22 Osprey, além de duas plataformas elevatórias;
- Possibilidade de docar embarcações de desembarque (1 EDA-R ou 2 CTM), e realizar o carregamento popa-popa, ou popa-rampa com tais embarcações;
- Estrutura modular de salas de reunião destinadas à ForDbq;
- Moderno hospital com capacidade equivalente ao de uma cidade de 30 mil habitantes; e
- Estruturas robustas de Comando e Controle e de manutenção de viaturas e aeronaves.

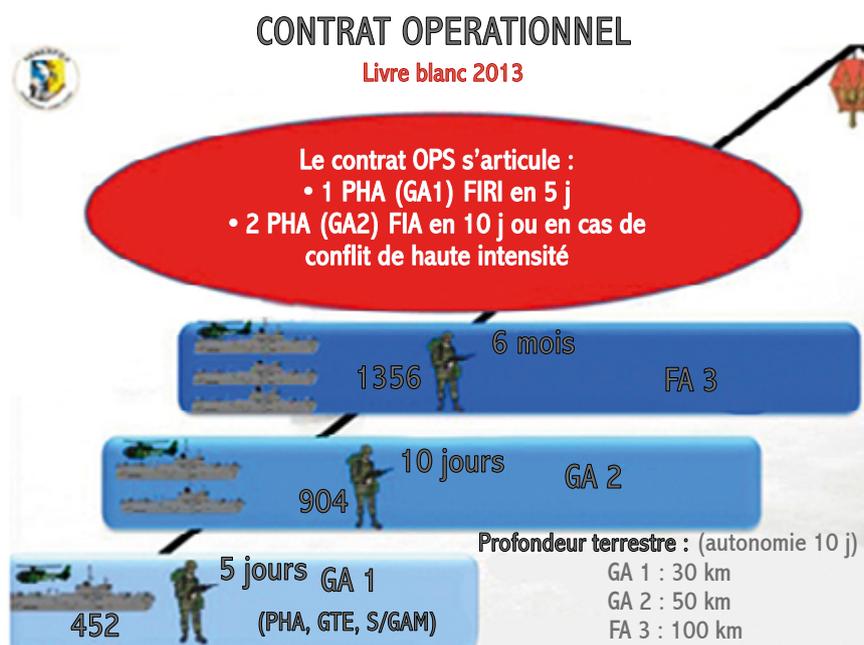
O extrato de características apresentado revela grandes diferenças entre os nossos meios anfíbios e aqueles da França. Essas profundas diferenças em organização e material exercem grande influência sobre a doutrina francesa.

**Doutrina:** Importa ressaltar que, doutrinarmente, a França só realiza OpAnf em praia de desembarque não defendida ou fracamente defendida (relação de forças mínima de 4/1). Logo, dificilmente a França,

unilateralmente, realizará uma OpAnf em um país com forças armadas fortes e capaz de defender seu litoral (exceto se inserida em uma Força multinacional). Esse fato atrelado à marcante presença francesa no continente africano, nos permite imaginar que o cenário mais provável é que um eventual desembarque ocorra nesse continente. Esse entendimento, combinado aos fatores organização e material previamente apresentados, possibilitam uma melhor compreensão das motivações por trás das diferenças entre as perspectivas brasileira e francesa para as OpAnf e as consequentes diferenças doutrinárias, dentre as quais destacamos:

- Há quatro tipos de OpAnf, similarmente à nossa doutrina, exceto pela *Projeção Anfíbia*.
- As fases da OpAnf são: *Planning, Embarkation, Rehearsal, Movement, Shaping, Action e Termination* (PERMESAT). Há duas fases a mais que em nossa doutrina.
- A zona de ação máxima sob a responsabilidade de uma ForDbq é de 5000Km<sup>2</sup>.
- Os tipos de GptOpFuzNav são definidos pela quantidade de PHA empregados, a saber:
  - GA 1 (Grupo Anfíbio 1) – 1 PHA, valor batalhão. Pronto em 5 dias.
  - GA 2 (Grupo Anfíbio 2) – 2 PHA, valor brigada. Pronto em 10 dias.
  - FA 3 (Força Anfíbia 3) – 3 PHA, valor brigada. Pronta em 6 meses.

Figura 5: Dados de planejamento



Fonte: Aula do Stage de Qualification aux Opérations Amphibies

- No que tange à organização do EM, existem duas possibilidades: a primeira é idêntica ao que fazemos na MB, com uma ForTarAnf e uma ForDbq. A segunda é empregar um EM integrado, composto por militares do exército e da marinha, de forma que haja apenas um EM subordinado ao ComForTarAnf, ao qual o ComForDbq estaria também integrado.

As publicações doutrinárias francesas fornecem muitos detalhes sobre cada um dos tipos de GptOpFuzNav, tais como quantidade de militares, autonomia da ForDbq e do CCT, profundidade terrestre máxima, fatores de tempo, e outros. A publicação *Opérations Amphibies Livre 1* apresenta também uma proposta de cronologia ideal desde as OpForAvç até as ações em terra da ForDbq. Apesar de parecer um engessamento do planejamento, esses dados, se utilizados com flexibilidade, facilitam o trabalho do EM e poupam tempo. O conceito é comparável ao aplicado às ARG/MEU – USN/USMC. A Figura 3 exemplifica essa questão, mas não a exaure.

Os conceitos de Operações de Apoio e de Força Avançada (ForAvç) são similares. Porém, há uma unidade especializada, chamada de *Groupement d'Aide a L'engagement – Amphibie* (GAE-A), que se destina a realizar OpForAvç. Dentre as tarefas da ForAvç está a de reduzir a ameaça de forma que a relação de forças atinja a proporção favorável. Caso a ForAvç avalie que não será capaz de cumprir essa tarefa, enviará um relatório ao ComForTarAnf, que por sua vez cancelará a operação. Esse é o critério “GO-NO GO”. Como o desembarque (Dbq) só pode ser realizado em uma praia não defendida ou muito fracamente defendida, ele se torna quase um desembarque administrativo. Em diversos momentos pré-definidos em relação à Hora-H, relatórios táticos e técnicos são enviados para aplicação do critério “GO-NO GO”. Até uma hora antes da Hora-H, quando o último relatório é enviado pela ERP/UIP (uma outra organização dentro da ForTarAnf), o critério “GO-NO GO” pode ser aplicado e a operação cancelada.

Uma das maiores diferenças se encontra no processo de planejamento. A França considera a OpAnf como uma operação conjunta e, portanto, utiliza o CPOD, processo de planejamento da OTAN. Não existem SACEM, reuniões formais ou decisões fundamentais.

A doutrina francesa prevê que suas forças anfíbias devem estar prontas fazer parte da 1ª vaga e de exercer os cargos de ComForTarAnf e ComForDbq em operações nacionais ou multinacionais, bem como tomar parte nos seus respectivos EM.

**Educação:** Como não há um CFN dedicado às OpAnf, a formação individual é realizada por meio de cursos para um número limitado de militares do Exército e da Marinha e é dividida em quatro níveis sequenciais (ver Figura 4):

- SQOA: Participação em um grande exercício ou uma operação anfíbia.
- SQOA 1: Qualificação elementar. O foco é apresentar as informações básicas sobre as OpAnf e suas peculiaridades, tem duração de quatro dias.
- SQOA 2: Qualificação especialista. O foco é a metodologia de planejamento e o estágio é voltado para oficiais de EM, tem duração de cinco dias.
- SQOA 3: Qualificação expert. Concepção das OpAnf, tem duração de sete dias.

Figura 6: Estágios de Formação



Fonte: Aula do Stage de Qualification aux Opérations Amphibies

Existem ainda cursos táticos-operacionais de Oficial de Embarque, Apoio de Fogo Naval, Chefe de Unidade Conjunta de Praia (UIP) e *beachmaster*; e cursos especializados como de pouso a bordo, equipe de convoo, etc. Há diversas oportunidades de intercâmbio e troca de experiências para os militares dedicados ao apoio ao desembarque no CFN.

Existem também exercícios de formação coletiva, a saber:

**TechPhib1:** exercício técnico cujo propósito é dominar a condução de veículos da dotação das unidades do exército, nas atividades de embarque e desembarque nas embarcações da flotilha anfíbia de Toulon (EDA-S e EDA-R). É um exercício exclusivamente voltado para motoristas e é composto por três fases com duração total de 36 horas.

- P1: durante o dia, a partir de uma rampa de lançamento na doca;
- P2: durante o dia, a partir de uma praia situada na base naval;
- P3: idem ao P2, mas durante a noite.

A fim de privilegiar a qualidade da instrução, a quantidade de participantes é limitada a 50 motoristas por exercício.

**TechPhib2:** exercício técnico (eventualmente tático) que inclui a participação de um navio anfíbio, cujo propósito é

dominar técnicas próprias das OpAnf. O navio organiza um exercício de carregamento com duração aproximada de uma semana, que inclui o embarque, a travessia para a AOp, o ensaio, o desembarque anfíbio e possivelmente o reembarque.

Há, ainda, exercícios para o adestramento regular, como o EXPHIB «S» Treinamento de EM de ForTarAnf e ForDbq e o EXPHIB «E» Treinamento de EM de Grupos de Desembarque.

## Conclusão

O fato de o CFN ser vocacionado para OpAnf constitui-se em uma grande vantagem para as Forças Armadas brasileiras, pois permite à Marinha do Brasil dispor de uma força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência em permanente condição de pronto emprego. Entretanto, a capacidade de projeção de poder não se baseia apenas na forma como o CFN está organizado, mas também em seu material.

Nesse aspecto, as Forças Armadas francesas nos ensinam uma valiosa lição, pois desenvolveram meios navais e de Fuzileiros Navais com requisitos específicos voltados para suas necessidades. Esse é o melhor caminho para se

“Promover a Autonomia Tecnológica e Produtiva na Área de Defesa”<sup>4</sup>, e encontra fulcro e na Ação Estratégica de Defesa 49 - Promover o desenvolvimento de tecnologias críticas para a defesa<sup>5</sup>; e na Ação Estratégica Naval, Força Naval-10: Desenvolver no país os produtos aplicados em navios, aeronaves e equipamentos para os Fuzileiros Navais<sup>6</sup>.

Embora seja difícil definir doutrina, é consenso que sua evolução é constante e infinda. Destarte, os aspectos doutrinários distintos apresentados neste trabalho podem servir como objeto de análise e fonte de inspiração para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de nossa doutrina. Dois bons exemplos são a padronização de parâmetros de planejamento e o critério *GO-NO GO*.

As diferenças realçadas neste trabalho se refletem na formação dos combatentes anfíbios do exército francês e ensinam promissoras oportunidades para realização de intercâmbios em cursos e exercícios. Dentre outros ganhos, o incremento do conhecimento mútuo beneficiaria a interoperabilidade entre as Forças Armadas Brasileira e Francesa, com vistas a expandir a cooperação, por exemplo, no Golfo da Guiné.

<sup>4</sup>Este é o Objetivo Nacional de Defesa III da Estratégia Nacional de Defesa enviada para aprovação do Congresso Nacional em 22 de julho de 2020, p. 25.

<sup>5</sup>BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**, enviada para aprovação do Congresso Nacional em 22 de julho de 2020, p. 69.

<sup>6</sup>BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília-DF, 2020, p. 72.



## Referências

BPC: **fleuron de la marine française**. Realização: Lionel Langale. Eclitic Presse, New Waycom e RMC Découverte, 2019. 1 vídeo (51 min). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mVresU3hrG0/>>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 0-1: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2020a.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 1-1: Manual de Operações da Força de Desembarque**. Rio de Janeiro, 2021.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 60.4: Manual de Planejamento de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2020b.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha - PEM 2040**. Brasília, DF, 2020c.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Guia do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC)**. Brasília, DF, 2020d.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**, 2020e. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf/](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf/)>. Acesso em 18 de maio de 2021.

FRANÇA. Direction de l'Information Légale et Administrative. **Livre Blanc: Défense et Sécurité Nationale**. Paris, 2013.

FRANÇA. Ministère de la Défense. Centre Interarmées de Concepts, de Doctrines et d'Expérimentations. **PIA-3.0.1(A) Opérations Amphibies - Livret 1/2**. Paris, 2015.

FRANÇA. Ministère de la Défense. Centre Interarmées de Concepts, de Doctrines et d'Expérimentations. **PIA-3.0.1(A) Opérations Amphibies - Livret 2/2**. Paris, 2015.

FRANÇA. Ministère de la Défense. Centre Interarmées de Concepts, de Doctrines et d'Expérimentations. **PIA-3.1.1.5 Mémento du Groupement d'Aide à l'Engagement Amphibie**. Paris, 2019.

FRANÇA. Ministère de la Défense. Centre Interarmées de Concepts, de Doctrines et d'Expérimentations. **RDIA-2014/002 Entrée en premier**. Paris, 2014.

FRANÇA. Ministère des Armées. Armée de Terre. **9e Brigade d'Infanterie de Marine**. 2021. Disponível em: <<https://www.defense.gouv.fr/terre/le-armee-de-terre/le-niveau-divisionnaire/1-re-division/9e-brigade-d-infanterie-de-marine/presentation2/>>. Acesso em: 09 set. 2021.

FRANÇA. Ministère des Armées. Marine Nationale. **Force Maritime des fusiliers marins et commandos**. 2016. Disponível em: <<https://www.defense.gouv.fr/marine/operations/forces/fusiliers-marins-et-commandos/force-maritime-des-fusiliers-marins-et-commandos/>>. Acesso em 09 set. 2021.

L-CAT Landing Catamaran Landing Craft CNIM French Navy EDA-R. Realização: Marine Nationale, FOSIT Méditerranée, DGA, Navy Recognition e CNIM. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mVresU3hrG0/>>. Acesso em: 01 de maio de 2021.



CMG (FN) André Luiz Guimarães Silva  
chebode@yahoo.com.br

## Nova visão das Operações Ribeirinhas para a Marinha do Brasil



CMG (FN) **André Guimarães** serve atualmente no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, como Ajudante do Departamento de Formulação Doutrinária. É oriundo da Escola Naval e realizou todos os cursos de carreira previstos para a sua faixa de antiguidade. Possui 15 anos de carreira dedicados ao estudo, desenvolvimento, prática e ensino das Operações Ribeirinhas, dos quais 9 foram de efetivo serviço na Amazônia Ocidental, onde atuou como Oficial de Inteligência do Comando do 9º Distrito Naval e também em diversos cargos no 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas, sendo o último o de Comandante dessa Unidade, no ano de 2020.

### Introdução

A nova visão das Operações Ribeirinhas para a Marinha do Brasil contempla a mudança na perspectiva de conquista e manutenção de posições em terra, como ocorre em um Assalto Anfíbio, para uma atuação com ênfase no controle e manutenção das Linhas de Comunicação Fluviais, na escolta de meios navais e no combate predominantemente embarcado, o Combate Fluvial. Essa visão é o resultado, basicamente:

- das lições aprendidas em diversos conflitos e ações, a partir do estudo das características dos ambientes operacionais em que esses eventos ocorreram, do *modus operandi* das forças inimigas ou adversas e dos meios empregados;
- da experiência prática dos militares que serviram e operaram nos ambientes Amazônico e do Pantanal Matogrossense; e
- da análise dos documentos condicionantes de alto nível.

A Marinha deverá contar, também, com navios e embarcações de transporte e de patrulha oceânicas, litorâneas e fluviais, concebidas de acordo com os mesmos requisitos de versatilidade funcional que orientarão a construção das belonaves de alto mar. A Força deverá adensar sua presença nas

vias navegáveis, principalmente, nas duas grandes bacias fluviais, a do rio Amazonas e a do sistema Paraguai-Paraná. Para tal, deverá empregar meios adequados a este ambiente operacional, como os navios-patrulha e navios-transporte, dotados de meios aéreos necessários. (BRASIL, 2012, p. 51).

A importância das hidrovias fluviais do rio Amazonas e do sistema Paraguai-Paraná, além da recente possibilidade de participação de contingentes de Operações de Paz em ambientes ribeirinhos, trouxe uma nova ênfase para as Operações Ribeirinhas. Ressalta-se assim um maior protagonismo para tropas de Fuzileiros Navais e para meios fluviais mais leves, blindados e com elevado poder de fogo, como Navios de Comando e Controle, Navios Monitores e Lanchas de Combate, que estarão operando mais à frente do Corpo Principal de uma Força Tarefa Ribeirinha (ForTaRib) e que serão devidamente apoiados por meios aeronavais. Dessa forma, em que pese essa nova visão, permanece a importância do emprego do trinômio **Navio – Fuzileiro Naval – Helicóptero**. Dentro desse contexto, particularmente no que se refere aos meios de Fuzileiros Navais, as Unidades “Ribeirinhas”, ou seja, os Batalhões de Operações Ribeirinhas terão o seu emprego semelhante às Unidades de Cavalaria Blindada do Exército Brasileiro,

porém utilizando os rios como Corredores de Mobilidade<sup>1</sup> e executarão ações de natureza eminentemente ofensiva, que exijam mobilidade e grande Ação de Choque (poder de fogo, manobrabilidade e blindagem) e que sejam caracterizadas pela predominância do combate embarcado.

Estão incluídas como OpRib o Controle de Linhas de Comunicação Fluviais e as escoltas de meios fluviais por estas linhas.

O conceito da operação fundamenta-se no princípio de que é inviável o controle de hidrovias interiores sem o controle das áreas terrestres que lhes são adjacentes e vice-versa. O estabelecimento e a manutenção do Controle das Linhas de Comunicação Fluviais serão as prioridades do poder naval na OpRib, particularmente quando em operação conjunta. Portanto, para a MB, caracteriza-se pela forte associação à calha do rio. (BRASIL, 2017a, p. 3-7).

## Lições Aprendidas

Abaixo serão apresentadas passagens de conflitos ocorridos no período entre os séculos XIX a XXI, os quais foram extraídos ensinamentos que contribuíram para o modelo que se encontra em estudo pelo CDDCFN e, recentemente, contemplado no Sistema de Planejamento de Força da Marinha, o SISFORÇA.

### Guerra de Secessão norte-americana (1861 - 1865)

Nesse conflito, destacou-se o emprego dos navios Monitores, que nada mais eram do que balsas adaptadas com elevado poder de fogo e blindagem. As ações ocorreram em fevereiro de 1862, quando ocorreu a captura dos fortes *Henry* e *Dobelson*, localizados às margens do rio Tennessee e Cumberland, respectivamente. Os Monitores e o forte dispararam tiros de canhões uns contra os outros até que o forte foi forçado a se render. Nessas ocasiões ocorreram também o desembarque de tropas e o emprego conjunto da Marinha e do Exército da União.

### Guerra do Paraguai (1864 - 1870)

Nesse conflito, destacou-se a influência e importância das margens em uma Operação Ribeirinha, devido à possibilidade de tropas inimigas posicionadas em terra causarem danos aos navios e suas tripulações. A partir daí começou-se

a desenvolver o entendimento de que esse tipo de operação se fundamenta no princípio de que é inviável o controle de hidrovias interiores sem o controle das áreas terrestres que lhes são adjacentes e vice-versa. Os navios brasileiros empregados nesse conflito eram adequados para operar no mar e não nas condições de águas restritas e pouco profundas que o teatro de operações nos Rios Paraná e Paraguai exigia; a possibilidade de encalhar era um perigo sempre presente. Além disso, esses navios, com casco de madeira, eram muito vulneráveis à artilharia de terra, posicionada nas margens. Era uma época de frequentes inovações tecnológicas no hemisfério norte e a Guerra Civil Americana trouxera muitas novidades para a guerra naval e, especificamente, para o combate nos rios. Sua influência, logo depois dessa primeira fase de navios de madeira, na Guerra da Tríplice Aliança fez-se sentir, principalmente, com o aparecimento dos navios protegidos por couraça de ferro, projetados para a guerra fluvial, e a mina naval (BRASIL, 2017b).

### Guerra da Indochina (1946 - 1954)

Muitas partes da Indochina possuíam características de áreas ribeirinhas, o que dificultava o movimento por terra e tornava os meios fluviais a melhor opção para os deslocamentos. Dessa forma, os franceses organizaram unidades ribeirinhas com embarcações de desembarque norte-americanas (ideais para os rios daquela região, devido ao seu pequeno calado) e pequenas embarcações de combate e de apoio logístico, empregando um misto de meios navais e do exército. Essas unidades ribeirinhas evoluíram para as Division Navales d'Assaut - geralmente abreviadas para "*Dinassaut*". Cada *Dinassaut* consistia, aproximadamente, de 12 embarcações, geralmente embarcações de desembarque modificadas com blindagem e torres de Carros de Combate. Outras embarcações empregavam morteiros de 81 mm para cumprirem tarefas da artilharia. Foi nesse conflito que surgiram as primeiras táticas, técnicas e procedimentos para esse tipo de combate, considerando essa nova configuração de forças.

### Guerra do Vietnã (1955-1975)

Pelos norte-americanos, destaque para a criação da *Mobile Riverine Force* e da *River Assault Squadron* e para o largo emprego de helicópteros, dando surgimento ao trinômio **Navio – Fuzileiro Naval – Helicóptero**. Ocorreu também o aprimoramento das táticas, técnicas e procedimentos desenvolvidos pelos franceses na 1ª Guerra da Indochina e a compreensão de que nas OpRib, "**o primeiro tiro vem sempre da margem**".

<sup>1</sup>Faixa do terreno por meio da qual um elemento de manobra poderá se deslocar. Os corredores de mobilidade variam com o tipo, a natureza e a mobilidade de cada força. São levantados para as forças de dois escalões abaixo daquele que realiza o estudo do terreno, de forma que, quando associados, formem vias de acesso para os elementos de manobra deste mesmo escalão (um escalão abaixo).

Nesse ponto é importante ressaltar que os norte-americanos, embora tenham “perdido” a guerra, venceram a grande maioria das batalhas, comprovando a eficácia desse “Mix de Forças” em uma Operação Ribeirinha.

### Plano Colômbia

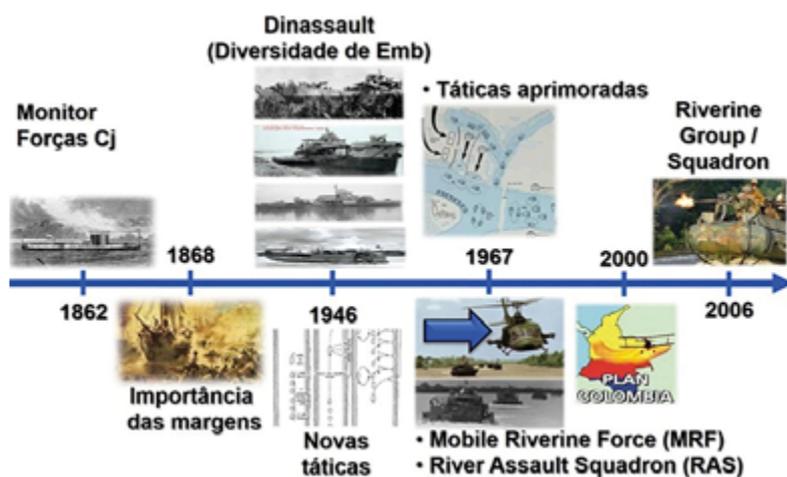
Foi criado pelo Governo dos Estados Unidos da América no ano 2000 para auxiliar o Governo Colombiano no combate à produção e ao tráfico de drogas, tendo como propósito também a desestruturação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as FARC. Embora sua eficiência tenha sofrido diversas críticas, ele serviu para fortalecer o governo colombiano e suas Forças Armadas, gerando uma grande expertise no combate às FARC. **É nesse contexto que nasce o que ficou conhecido como Combate Fluvial.**

### Guerra do Iraque

Destaque para a reativação do *Riverine Group* composto por 3 *River Squadron* com o propósito de se contrapor aos insurgentes que passaram a atacar os comboios logísticos, valendo-se para isso dos rios Tigre e Eufrates. A partir dessa nova configuração, as tropas ribeirinhas passaram a ser operadas pela *US Navy* e não mais pelo *USMC*.

Fechando este item, apresentaremos uma breve síntese das lições aprendidas:

Figura 1: Linha do Tempo das Lições Aprendidas



Fonte: O autor

- Emprego de uma diversidade de embarcações, com destaque para Lanchas de Combate, navios Monitores. Navios de Comando e Controle e navio/embarcações para transporte de tropas e navios para lançamento de aeronaves de asa rotativa;
- A elevada exposição dos meios em função de ameaças posicionadas nas margens, enfatizando a importância de meios com elevado poder de fogo, blindagem e manobrabilidade; e

- A evolução para o conceito do trinômio: Navio – Tropas – Helicópteros;
- Nas OpRib, devido às características do ambiente operacional e à exposição dos meios nas calhas do rio, há uma maior possibilidade de que o primeiro engajamento ocorra a partir de posições nas margens; e
- Predominância do combate embarcado, mantendo-se a capacidade para realizar ações limitadas com tropas em terra.

### Características do Ambiente Operacional, dos Meios e Ameaças

Conforme definição do ComOpNav-543 – Manual de Operações Ribeirinhas, uma Área Ribeirinha é aquela que compreende a hidrovia fluvial ou lacustre e o terreno marginal adjacente, sendo caracterizada por linhas de comunicações terrestres limitadas e pela existência de extensa superfície hídrica e rede de hidrovias interiores - rios principais e seus afluentes, braços de rios, canais, lagos e lagoas - que servem como delimitação de fronteira, via de penetração estratégica ou rotas essenciais ou principais para o transporte de superfície. Essas características do ambiente irão impor, naturalmente, restrições para o emprego tradicional de tropas, ao mesmo tempo em que geram uma maior exposição aos meios navais, quando comparadas às operações em ambiente marítimo.

As maiores ameaças para uma ForTaRib serão, basicamente, a aviação e as tropas localizadas nas margens e meios fluviais inimigos. No que se refere às tropas em terra, reforça-se a lição aprendida da Guerra do Vietnã de que o primeiro tiro vem sempre da margem. Essas ameaças impõem a uma Força que opere nos rios possua, além do apoio da aviação para prover Defesa Aérea, capacidade de Defesa Antiaérea e de autodefesa.

Nesse contexto, o Poder Marítimo deve prover uma defesa de amplo espectro para os interesses marítimos nacionais. Além da defesa naval clássica contra atores estatais, deve também garantir a segurança (*security*) desses interesses contra ilícitos e ameaças dinâmicas e multifacetadas. Da mesma forma, em outra acepção de segurança (*safety*), deve salvaguardar a vida humana no mar e nas águas interiores e o tráfego seguro de embarcações e, adicionalmente, contribuir para a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2020c).

A Força que irá operar em áreas ribeirinhas deverá desenvolver uma doutrina que contemple um misto de ações terrestres

e fluviais, além, logicamente, do apoio de aviação. Dessa forma, deverá fazer algumas adaptações, como, por exemplo, no conceito de Corredores de Mobilidade das operações terrestres que passariam a se chamar **“Corredores de Mobilidade Fluviais”**, pois no caso de uma Operação Ribeirinha, além de servirem como linhas de comunicação, os rios serão também os espaços de manobra dessa Força, onde ela executará, por meio de tropas com predominância no combate embarcado, ações de natureza eminentemente ofensiva que exigirão grande mobilidade e Ação de Choque. Por essa razão, os meios mais leves deverão possuir características semelhante às Unidades de Cavalaria Blindada das tropas terrestres.

## Nova visão das Operações Ribeirinhas para a Marinha do Brasil

O que muda então com essa nova visão?

Uma visão é uma declaração que afirma a intenção de uma organização em relação ao futuro que ela deseja criar. Os meios que dispomos hoje nos permitem realizar ações de Proteção Marítima (*security*), de Segurança do Tráfego Aquaviário (*safety*) e de apoio logístico, entretanto, a nova visão das OpRib nos aponta para a necessidade de evoluirmos significativamente na vertente do combate, sendo necessários, meios fluviais mais leves, com capacidade de Comando e Controle a grandes distâncias, blindados com elevado poder de fogo, como navios de Comando e Controle, navios Monitores e Lanchas de Combate, empregados conjuntamente com tropas de Fuzileiros Navais e meios aeronavais. Essa nova capacidade também irá incrementar ainda mais a nossa capacidade de *security*, trazendo grandes contribuições, inclusive em tempos de paz. Essa visão vem sendo aperfeiçoada desde o Seminário de Operações Ribeirinhas realizado em Manaus no ano de 2011. Desde então foram promovidos, pelo Comando do Desenvolvimento Doutrinário do CFN (CDDCFN), diversas reuniões de trabalho e acompanhamentos doutrinários de cursos e operações nos três “Distritos Ribeirinhos”.

Nesse período, o CDDCFN também continuou recebendo subsídios das “Unidades Ribeirinhas”, particularmente no que se refere aos testes e emprego das Lanchas de Combate em operação nos Distritos Navais.

Alguns Documentos Condicionantes, que também sofreram atualizações nesse período, nortearam o prosseguimento deste trabalho. Podemos mencionar a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END), o Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) e a Doutrina Militar Naval (EMA-305). Foram consideradas também as experiências operativas provenientes dos adestramentos e operações

realizadas, das Operações Conjuntas, desenvolvidas pelo Ministério da Defesa, e das Operações Interagências.

Por fim, com base nas lições aprendidas, nos documentos condicionantes e nas experiências adquiridas em eventos, adestramentos e operações chegou-se ao que está sendo chamado, no CDDCFN, de **grandes tarefas para o Poder Naval em ambientes ribeirinhos**. Essas tarefas devem ser entendidas como grandes capacidades que a MB deve possuir. São elas:

- a) Manutenção das Linhas de Comunicação Fluviais (LCF);
- b) Realização de Escolta de Comboios Fluviais;
- c) Negação do acesso pela foz da bacia do Amazonas;
- d) Realização do Combate Fluvial;
- e) Segurança de Infraestruturas Críticas;
- f) Apoio ao Exército Brasileiro ou contribuição direta em combates na área conflagrada, onde dar-se-ão as principais batalhas e engajamentos, sem comprometimento das demais tarefas; e
- g) Atendimento às responsabilidades da Marinha e das demandas permanentes ou eventuais do estado brasileiro por meio das Atividades de Emprego Limitado da Força e Benignas, previstas na DMN, que se relacionem com os ambientes ribeirinhos.

Respondendo à pergunta desse tópico, o que muda é que o nosso foco nas OpRib deixa de ser na conquista e manutenção de grandes objetivos em terra, como seria comum em um Assalto Anfíbio, e passa a ser, basicamente, no controle e manutenção das Linhas de Comunicação Fluviais, na escolta de comboios fluviais e no combate predominantemente embarcado. Mas isso não significa que as nossas Unidades perderão por completo a capacidade de conquistar terreno, ou seja, ainda teremos a capacidade de conquistar, temporariamente, objetivos de menor vulto e que estejam localizados às margens dos rios.

Decorrente dessa nova visão, está em estudo um novo Conceito de Emprego para os Batalhões de Operações Ribeirinhas e no centro desse estudo está a tarefa de realizar o Combate Fluvial. O próximo item abordará com mais profundidade o Combate Fluvial, as Lanchas de Combate - essenciais para a sua realização, e a nova organização proposta para as Companhias de Operações Ribeirinhas (CiaOpRib).

## O Combate Fluvial, as Lanchas de Combate e a nova organização proposta para as CiaOpRib

### Combate Fluvial

Por muito tempo, o foco dos combates na região Amazônica recaiu, prioritariamente, sobre o Operador Ribeirinho, sendo

as lanchas e embarcações empregadas somente como vetores para infiltração e/ou retirada de tropas, a quem cabiam cumprir missões em terra. Entretanto, a imensidão das hidrovias, as lições aprendidas nos conflitos recentes em áreas ribeirinhas e o aparelhamento das forças adversas apontaram para a necessidade de se desenvolver uma tropa vocacionada para o Combate Fluvial, ou seja, com predominância no combate embarcado.

Embora ainda não haja um conceito definido em nossa doutrina, **o Combate Fluvial pode ser caracterizado pelo conjunto de ações militares diretas que visam garantir o uso seguro de uma ou mais hidrovias e/ou negá-las ao inimigo ou forças adversas, em proveito das operações, ações e atividades realizadas em áreas ribeirinhas.** As seguintes ações integram o conceito de Combate Fluvial:

- a) Operações de ataque nos rios, em suas margens ou em áreas terrestres adjacentes;
- b) Controle de Linhas de Comunicação Fluviais;
- c) Escolta;
- d) Operações de esclarecimento;
- e) Proteção de Infraestruturas Críticas;
- f) Transporte tático; e
- g) Operações de Busca e Resgate em Combate.

Ou seja, o Combate Fluvial é uma atividade que pode ser realizada em qualquer espectro de conflito, não se limitando às Operações Ribeirinhas, tornando possível sua implementação nas Patrulhas Navais, Inspeções Navais e Patrulhamentos, bem como em qualquer outra Operação de Guerra Naval ou Atividade de Emprego Limitado da Força em um ambiente ribeirinho.

### Lanchas de Combate

A Estratégia Nacional de Defesa preconiza que a Marinha deve contar com embarcações de combate, inclusive fluviais, concebidas e fabricadas com o foco no emprego versátil. Também, no que concerne às vias fluviais, é citado que os Fuzileiros Navais serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as OpRib.

Como nas OpRib, cujo propósito é o controle de áreas ribeirinhas, a relação entre as hidrovias e as margens se dá de forma interdependente, a solução do problema para uma ForTaRib não seria dispor Fuzileiros Navais ao longo das margens, mas sim, aumentar a sua Ação de Choque. É nesse contexto que surge o Combate Fluvial. Entretanto, para sua realização, é necessário que as tropas de Fuzileiros Navais disponham de meios adequados a esse propósito, para que não haja perda de impulso no movimento da Força. E esse meio adequado é a Lancha de Combate (LC).

Para se entender o emprego de uma LC, torna-se fundamental compreender o conceito de maneabilidade, que é o conjunto de exercícios para pequenas frações de organizações militares operacionais, que objetivam o desenvolvimento de táticas, técnicas e procedimentos necessários à execução do combate e que, conseqüentemente, facilitam a posterior realização do adestramento. A maneabilidade é um conceito basicamente terrestre, mas no caso de Combate Fluvial estão sendo desenvolvidas diversas técnicas de **Maneabilidade Fluvial**.

Conforme veremos no próximo subitem, o novo conceito de emprego dos Batalhões de Operações Ribeirinhas fundamenta-se no emprego dessas Unidades de forma semelhante às Unidades de Cavalaria das tropas terrestres, porém, com atuação nos rios, com a predominância do combate embarcado, com os Fuzileiros Navais executando missões de reconhecimento e segurança, devendo progredir embarcados o maior tempo possível. Para vencer as forças inimigas e garantir a sua sobrevivência em combate, as tripulações deverão ter perfeito conhecimento de suas LC, das técnicas de maneabilidade fluvial, táticas de engajamentos de alvos, do uso efetivo de todo o armamento disponível, dos equipamentos de comunicações e dos diversos sistemas existentes.

Uma LC é um meio que não deve ser pensado apenas com uma vertente de transporte, ou seja, ela não se presta apenas ao transporte de tropas e meios de um navio para terra. **Elas são indispensáveis para a realização do Combate Fluvial** Por serem um meio de combate, é também tentador quereremos dotá-las com o máximo de blindagem e de equipamentos, mas deve-se ter atenção que cada equipamento aumentará o seu peso e, conseqüentemente, o seu calado. Por fim, é fundamental que ela possua características específicas e que funcionem de forma integrada, por meios de seus três sistemas básicos: **Sistema de Navegação, Sistema de Armas e Sistema de Comando e Controle**.

A seguir, serão apresentadas algumas das principais características de uma LC:

- a) **Poder de Fogo. O poder de fogo é a principal característica de uma Lancha de Combate.** Para que haja eficácia nos fogos, torna-se fundamental que ela disponha de armamentos automáticos fixos e/ou Lançadores de Granadas. Pelas características do Combate Fluvial, não se recomenda a realização de tiros com armamentos que não sejam fixos. Isso porque durante as ações as LC farão uma série de manobras e que demandarão total sincronismo entre os padrões e seus atiradores. Um elemento da tropa que resolva realizar tiros com seu próprio armamento pode acabar cometendo um fratricídio. As LC são empregadas em

grupos (mínimo de duas) e concebidas para produzirem um grande volume de fogos, não demandando necessidade do emprego da tropa embarcada. Em situações específicas e de menor risco o armamento individual pode ser utilizado;

- b) **Blindagem.** Deve ser compatível com as ameaças que irá enfrentar, levando-se em consideração que mais blindagem significa mais peso, maior calado e menor manobrabilidade. Uma LC muito fechada fornecerá boa proteção para a tropa embarcada, entretanto dificultará a visibilidade, inclusive da tripulação, reduzindo o tempo de reação da própria LC.
- c) **Manobrabilidade.** Capacidade de efetuar manobras rápidas em movimento ou partindo do neutro. Aqui, deve-se considerar que a manobrabilidade não será obtida somente com a potência e características do motor, mas também pela consciência situacional do piloto/patrão, para que não ocorram acidentes envolvendo as demais LC ou outras embarcações que estejam nas proximidades.

- d) **Comando e Controle.** Possuir equipamentos de rádio ou suporte para seu acoplamento, de modo a permitir o enlace entre os membros da tripulação, com a tropa embarcada, bem como com outras LC e o navio de re-taguarda ou em apoio.

A tabela abaixo traz alguns modelos de LC e alguns dados técnicos. **Esses dados podem sofrer variações dentro de um mesmo tipo de LC, pois as plataformas permitem diversas configurações, principalmente no que se refere aos sistemas de armas, e as lanchas encontram-se em processo de testes e desenvolvimento de doutrina.** O objetivo da tabela abaixo é fornecer algumas informações para uma comparação inicial entre esses modelos. Os modelos ARUANÃ, EXCALIBUR, RAPTOR e LPR são operados pela MB; o EB também opera com as RAPTOR e LPR e possui as GUARDIAN 25; e os modelos SOC-R e COMBAT BOAT 90H são operados por outras Marinhas. As LPR e GUARDIAN são de origem colombiana e largamente empregadas por lá.

## LANCHAS DE COMBATE

## DADOS TÉCNICOS

Figura 2: ARUANÃ MK-2



Fonte: O autor

### ARUANÃ MK-2, MB:

- Sistema de Armas: 1 Mtr .50 e 02 Mtr 7,62mm (MAG);
- Blindagem: NIJ III (até 7,62mm), composta por placas balísticas removíveis;
- Propulsão: 2 motores de popa de 250HP (cada);
- Tripulação: 5
- Transporte de Tropa: 9
- Velocidade máxima: 40 nós
- Calado: 0,60m;
- Peso: 1.670kg;
- Comprimento: 8 m; e
- Autonomia: 650km.

Figura 3: DGS RAPTOR 999



Fonte: O autor

### DGS RAPTOR 999, MB / EB:

- Sistema de Armas: 1 Mtr .50 e 04 Mtr 7,62mm (MAG);
- Blindagem: sim (até 7,62mm);
- Propulsão: 2 Motores Diesel (2 x 450 HP), hidrojato;
- Tripulação: 2;
- Transporte de Tropa: 14;
- Velocidade máxima: 42 nós;
- Calado: 0,58m;
- Peso: 6.600kg; e
- Comprimento: 10,5m.

Figura 4: EXCALIBUR



Fonte: O autor

**EXCALIBUR III, MB:**

- Sistema de Armas: 1 Mtr .50 e 2 Mtr 7,62mm (MAG);
- Blindagem: sim (até 7,62mm);
- Propulsão: 2 motores centro-rabeta de 230HP (cada);
- Tripulação: 2;
- Transporte de Tropa: 15;
- Calado: 0,55m;
- Peso: 3.500kg; e
- Comprimento: 9 m.

Figura 5: LPR-40



Fonte: O autor

**LPR-40, MB / EB:**

- Sistema de Armas: 2 Mtr .50;
- Blindagem: sim (até 7,62mm);
- Propulsão: 2 motores de 505HP (cada), hidrojato;
- Tripulação: 6;
- Transporte de Tropa: 10;
- Velocidade máxima: 32 nós;
- Calado: 0,65m;
- Peso: 13,5Ton;
- Comprimento: 12,7m; e
- Autonomia: 500km.

Figura 6: GUARDIAN

Fonte: <<https://tecnodefesa.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Guardian-696x332.jpg/>>**GUARDIAN 25, EB:**

- Sistema de Armas: 1 Mtr .50, 02 Mtr 7,62mm e 1 LçGrd40mm;
- Blindagem: não possui.
- Propulsão: 2 motores de popa de 200HP (cada);
- Transporte de pessoal: 12;
- Velocidade máxima: 35 nós;
- Calado: 0,65m;
- Comprimento: 7,62m; e
- Autonomia: 600km.

Figura 7: SOC-R

Fonte: <<https://c4.wallpaperflare.com/wallpaper/1000/510/447/5c1cc87fd6d45-wallpaper-preview.jpg/>>**SOC-R, US Navy:**

- Sistema de Armas: 2 GAU-17 Minigun; 1 M2HB .50; 2 M240B 7.62mm; e 2 LçGrd40 mm Mk 19;
- Blindagem: sim (até 7,62mm);
- Propulsão: 2 motores de 440HP, hidrojato;
- Tripulação: 4;
- Transporte de Tropa: 8;
- Velocidade máxima: 40 nós;
- Calado: 0,63m;
- Peso: 7.300kg;
- Comprimento: 10 m; e
- Autonomia: 250 km.

Figura 8: CB-90H



Fonte: <<http://2.bp.blogspot.com/-BPKFkP2Gd3k/UhkVfMHvgml/AAAAAAAeVc/GsD9DDkk41U/s640/A37Dragonfly.jpg>>

**CB-90H:**

- Sistema de Armas: 3 Mtr .50 e 1 LçGrd40mm;
- Blindagem: sim;
- Propulsão: 2 Motores de 900 HP, hidrojato;
- Tripulação: 3;
- Transporte de Tropa: 18;
- Velocidade máxima: 45 nós;
- Calado: 0,90m;
- Peso: 18Ton;
- Comprimento: 16,3m; e
- Autonomia: 550km.

## A Nova organização das CiaOpRib

Decorrente dessa nova visão das OpRib para a MB, visualiza-se que as “Unidades Ribeirinhas” devam ter o seu emprego **se melhante às Unidades de Cavalaria do Exército Brasileiro (EB)**, podendo realizar ações afetas à Cavalaria Blindada ou Mecanizada, porém nos rios, conforme descrito abaixo:

- a) Conforme previsto no Manual de campanha C 2-1: Emprego da Cavalaria (BRASIL, 1999), do EB, a CAVALARIA BLINDADA, constituída pela Brigada de Cavalaria Blindada, Regimentos de Carros de Combate e Regimentos de Cavalaria Blindados, executa operações de natureza eminentemente ofensiva, que exijam mobilidade e grande potência de choque e que sejam caracterizadas pela **predominância do combate em barcado**. Constitui-se em importante elemento de decisão do combate, sendo particularmente apta para as **ações ofensivas altamente móveis e com grande profundidade e para as ações dinâmicas da defesa**. Já a CAVALARIA MECANIZADA, constituída pelas Brigadas de Cavalaria Mecanizadas, Regimentos de Cavalaria Mecanizados e Esquadrões de Cavalaria Mecanizados é particularmente apta a executar **missões de reconhecimento e segurança, em frentes largas e a grandes profundidades**. A cavalaria mecanizada constitui-se em elemento altamente móvel e potente, capaz de conduzir ou participar de operações ofensivas ou defensivas.
- b) Já no Manual de campanha C 2-30: Brigada de Cavalaria Mecanizada (BRSIL, 2000a), consta que os elementos transportados em viaturas blindadas de transporte de pessoal **devem progredir embarcados o maior tempo possível**. Muitas vezes, **desembarcam para reduzir o inimigo** não destruído pelos CC ou para remover obstáculos e localizar armas anticarro.

A aquisição de LC, que no contexto das CiaOpRib serão denominadas Embarcações de Combate Ribeirinho (ECR), permitirá que a Unidade tenha capacidade de realizar Operações Ribeirinhas, conforme previsto na DMN. A organização a ser proposta para o 1ºBtlOpRib, por exemplo, com três CiaOpRib, permitirá o emprego em uma campanha, com rodízio entre as CiaOpRib. A capacidade visualizada contempla o emprego das CiaOpRib **operando isoladamente e com possibilidade de atuação por até 24 horas com seus Pelotões orgânicos**.

Figura 9: Mudança de concepção de conquista de Objetivos em terra para o combate predominantemente embarcado



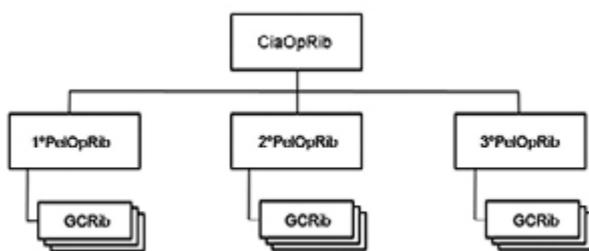
Fonte: O autor

Dessa forma, em relação às Companhias de Operações Ribeirinhas, observa-se que:

- a) Serão organizadas à semelhança de um Esquadrão de Fuzileiros Blindados, orgânico de um Regimento de Cavalaria Blindado do Exército Brasileiro, ou seja, será uma organização híbrida com as Embarcações de Combate Ribeirinho (ECR) e a tropa de Infantaria.

- b) A guarnição da ECR será composta pelo Patrão, 2 a 4 Atiradores, uma Esquadra de Tiro (ET) e o Comandante do Grupo de Combate Ribeirinho (CmtGCRib) ou SubCmtGCRib, totalizando de 8 a 10 militares por ECR. Essa constituição permitirá seu emprego em ações de Combate Fluvial e uma capacidade limitada de ocupação de terreno com suas tropas orgânicas;
- c) Cada Grupo de Combate Ribeirinho (GCRib) possuirá 02 ET, num total de 8 militares e mais 8 a 10 militares da tripulação das 02 ECR do GCRib;
- d) Um PelOpRib dotará 08 ECR, sendo 2 por GCRib e 2 para o Comando do Pelotão;
- e) A CiaOpRib terá 3 PelOpRib e mais um Grupo de Comando, num total de 26 ECR. Dessas, 24 ECR dos PelOpRib e 2 ECR para o Grupo de Comando da Companhia; e
- f) Nessa configuração, o 1ºBtlOpRib, por exemplo, passará a dotar 78 ECR.

Figura 10: Organograma de uma Companhia de Operações Ribeirinhas



Fonte: O autor

## Conclusão

A implementação dessa visão, em âmbito nacional, reafirma a vanguarda da Marinha do Brasil nas Operações Ribeirinhas, reforçando ainda mais a credibilidade para o desenvolvimento da doutrina e formação de novos operadores e, futuramente, de contingentes de Operação de Paz vocacionados para as OpRib. Ela também está alinhada com o conceito de Proteção Marítima, ou seja, contempla uma configuração de Forças apta a operar no amplo espectro dos conflitos, desde Atividades Benignas e de Emprego Limitado da Força até Operações de Guerra Naval.

Seguindo a lógica dessa evolução, embora devamos considerar todos os novos meios e a necessidade de evolução de toda uma infraestrutura que permita o seu desenvolvimento, acredito que, num primeiro momento, o maior desafio dessas novas Unidades Fluviais (Batalhões de Operações Ribeirinhas e Grupamentos de Embarcações de Operações Ribeirinhas) e da própria MB esteja na tríade **Operador – Equipamento – Adestramento:**

- a) **Operador:** devido às características do Combate Fluvial, esse combatente deverá ser uma amalgama de Operador Ribeirinho e Operador de Lanchas de Combate. Aqui deve-se pensar, também, na formação dos planejadores dessas operações. O Estágio de Qualificação de Operadores de Lanchas de Combate que vem sendo realizado desde 2020 no 1ºBtlOpRib, em complemento ao Curso Expedito de Operações Ribeirinhas, vem sendo o diferencial na formação desses combatentes. A necessidade desse tipo de formação é tão urgente nessas áreas que o curso atraiu a atenção das outras Forças Armadas e das Forças Auxiliares. O estágio que foi realizado naquele ano, além de militares da MB, contou com militares do EB e Policiais Federais, Civis e Militares;
- b) **Equipamento:** inicialmente deve-se começar pela definição do tipo de LC adequada a cada ambiente operacional, devendo levar em consideração não só a tecnologia agregada ao meio, mas a possibilidade de seu emprego e manutenção nesses ambientes (infraestrutura local). Questões de mobilidade também devem ser consideradas: visualizamos um meio que possa ser transportado em nossos navios ou meios maiores e com maior autonomia? Os meios serão repositionados ou estarão centralizados? Esses questionamentos e outros que visualizem os efeitos que se buscam alcançar são fundamentais para a correta definição do tipo de LC. Dificilmente, em um país com grandes dimensões como o Brasil, um único tipo de LC atenderá a todos os ambientes operacionais; e
- c) **Adestramento:** o Combate Fluvial não se baseia no emprego das LC como transporte de tropas que executarão ações em terra, dessa forma, todo o adestramento deve ser repensado para essa nova realidade. Esses adestramentos específicos já estão sendo implementados nos Distritos Navais.

Observa-se que, na Marinha norte-americana, essa atividade, embora iniciada pelos Fuzileiros Navais, atualmente é realizada por militares do Corpo da Armada que não são Mergulhadores de Combate (SEALs). A atividade é realizada por militares que recebem formação e treinamentos específicos para esse tipo de combate e que muito se assemelham aos que são realizados em nossos Curso Expeditos de Operações Ribeirinhas e nos Estágios de Qualificação para Operadores de Lanchas de Combate, citados anteriormente.



## Referências

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Brigada de Cavalaria Mecanizada:** manual de campanha – C 2-30. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2000a.

BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Emprego da Cavalaria:** manual de campanha – C 2-1. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 1999.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Defesa Nacional / Estratégia Militar de Defesa.** Brasília, 2012. Disponível em: <[https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy\\_of\\_estado-e-defesa/pnd\\_end\\_congresso\\_.pdf/](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf/)>. Acesso em: 06 jun. 2021.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305:** Doutrina Militar Naval. Brasília, 2017a.

BRASIL. Marinha. Comando de Operações Navais. **ComOpNav-543:** Manual de Operações Ribeirinhas. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-1-2:** Manual de Operações Ribeirinhas de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2020b.

BRASIL. Marinha. Comando do 9º Distrito Naval. **POpRibAOc - Procedimentos Operativos para Operações Ribeirinhas na Amazônia Ocidental.** Manaus, 2019. No prelo.

BRASIL. Marinha. **Plano Estratégico da Marinha - PEM 2040.** Brasília, 2020c.

BRASIL. Marinha. Escola de Aprendizes-Marinheiros do Espírito Santo. **FMN-12:** Apostila de História Naval. Vila Velha, 2017b.

ROSETTI, M. **Lições Aprendidas - Palestra de Operações Ribeirinhas para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), 2016.** [informação pessoal].

SILVA, A. L. G. **Palestra sobre Combate Fluvial, 2021.** [informação pessoal].

BRASIL. Marinha. **1BtOpRib realiza o 1º Estágio de Qualificação para Operadores de Lanchas de Combate.** Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/cgcfm/content/1btloprib-realiza-o-1%C2%B0-est%C3%A1gio-de-qualifica%C3%A7%C3%A3o-para-operadores-de-lanchas-de-combate/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PLAYETZ, Ivan. As novas embarcações do Exército Brasileiro. **Tecnologia e Defesa**, 7 fev. 2017. Disponível em: <<https://tecnodefesa.com.br/as-novas-embarcacoes-do-exercito-brasileiro/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PADILHA, Luiz. DGS 999 Raptor – novo barco tático blindado da DGS Defense. **Defesa Aérea e Naval**, 8 nov. 2019. Disponível em: <<https://www.defesaaereanaval.com.br/defesa/dgs-999-raptor-novo-barco-tatico-blindado-da-dgs-defense/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

PADILHA, Luiz. Docksta CB90 HSM – uma embarcação multifunção para diferentes Marinhas. **Defesa Aérea e Naval**, 19 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.defesaaereanaval.com.br/artigos/docksta-cb90-hsm-uma-embarcacao-multifuncao-para-diferentes-marinhas/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

DGS Defense. **DGS 999.** Disponível em: <<https://dgs.ind.br/?embarcacoes=dgs-999/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SPECIAL operations craft – Riverine. **Military.com.** Disponível em: <<https://www.military.com/equipment/special-operations-craft-riverine/>>. Acesso em: 12 jun. 2021.





CMG (FN) **Max** Guilherme de Andrade e Silva  
maxprecede@yahoo.com.br, max.guilherme@marinha.mil.br

CT (FN) **Esley** Rodrigues de Jesus Teixeira  
esley.rodrigues@me.com

## As Operações Multidomínio e sua aplicação no GptOpFuzNav



O CMG (FN) **Max** serve atualmente no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra, como Oficial de Operações. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2010, e o Curso de Política, Estratégia e Administração do Exército (CPEAEx) da ECEME, em 2020. Foi Oficial de Intercâmbio na Força de Infantaria de Marinha da Frota do Mar, junto à Infantaria de Marinha da Argentina, em 2006. Foi Imediato e Comandante do atual 2º Batalhão de Operações Ribeirinhas. Serviu como Oficial de Intercâmbio junto ao USMC, no MARFORSOUTH, em 2013. Comandou o Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia. Possui MBA Executivo de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército pela FGV.



O CT (FN) **Esley** é o Ajudante de Operações do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra. É oriundo de Escola Naval. Realizou o Curso de Análise em Logística e Cadeia de Suprimentos (ILOS) em 2012, especialização em finanças corporativas (Governança Corporativa - FGV) em 2013; mestrado em administração de empresas com ênfase em finanças (Opções Reais - IAG/ PUC-Rio) em 2015; e mestrado em Defesa, Segurança e Estratégia Marítimas (Política e Estratégia Marítimas - SPP/EGN) em 2021. Serviu no Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais, onde foi Comandante da Companhia de Manutenção e da Companhia de Transporte, Oficial de Logística e de Operações.

### Introdução

As mudanças doutrinárias, organizacionais e tecnológicas da história se desenvolveram através de dois pontos: a reatividade e a proatividade. O primeiro, ocorre à força, reflexo de uma derrota frente a superioridade inimiga que impelia um dos contendores a evoluir com o fito de “virar o jogo”. Adaptar-se a fim de evitar derrotas subsequentes. O segundo, mais raro, foi fruto de mentes brilhantes em que a noção de vantagem competitiva permitiu a quebra de paradigmas. Mudança cultural voluntária, ou seja, prever o problema e evoluir a fim de evitar o insucesso (JENSEN, 2016, p.8).

A Revolução nos Assuntos Militares (RAM) foi responsável pela evolução dos terços piqueiros às linhas de mosqueteiros, dos quadrados de *highlanders* às seções de metralhadoras e baterias de artilharia; da blitz com seu conjugado carro de combate-infantaria, motorizada-aviação (GUDERIAN, 2001,

p. 52) à atual guerra de manobra. Frente às mudanças proativas, observa-se os mastodônticos exércitos de Napoleão, Ludendorff e Keitel, cujas vitórias ainda hoje ecoam na história das guerras. A reatividade nos lega os exemplos de Wellington em Waterloo, Douglas Haig no Somme, e Zhukov em Stalingrado ou Kursk, com vitórias sofridas e a alto custo.

Com o estabelecimento dos Estados Unidos como *hegemon* global após a queda da União Soviética, os competidores ao lugar de proeminência passaram a estudá-los (particularmente após a Guerra do Golfo), desenvolvendo uma tática que engloba três pontos que avançam de acordo com a aproximação das forças norte-americanas/OTAN: a negação de acesso à área de operações; isolamento das armas e forças singulares através de guerra cibernética; e impedimento de avanços que permitam o uso pleno da capacidade militar (PERKINS, 2017b, p. 11).

As Operações Multidomínio pretendem oferecer métodos proativos de postura nos conflitos hodiernos, cujas diversas vertentes, mesmo quando longe do campo de batalha, influenciam decisivamente para seus resultados. O desenvolvimento de capacidades que permitam aos GptOpFuzNav se contrapor a medidas que possam impedi-lo de cumprir suas missões de forma não convencional é essencial na manutenção de sua capacidade expedicionária, posto o desejo perene de obter maior capacidade de projeção internacional (BRASIL, 2020c, p. 46).

O presente artigo tem por objetivo apresentar a integração entre o novo conceito de Operação Multidomínio e os GptOpFuzNav, um dos três eixos estruturantes do CFN. Utilizando-se do método de revisão bibliográfica, tem-se por resultado que o ambiente de atuação dos grupamentos é cada vez mais ligado a essas operações, devendo haver, em sua estrutura, meios de se contrapor às novas ameaças, permitindo que a estrutura do campo de batalha seja imaginada através de diversas capacidades além daquelas utilizadas nas batalhas aproximada, de retaguarda e profunda. Conclui-se que a atuação do GptOpFuzNav, particularmente quando em operações expedicionárias conjuntas ou combinadas, vocação estratégica do CFN, deve estar em condições de se contrapor às ameaças hodiernas, sendo capaz de garantir sua segurança e conseqüentemente a vitória.

## Conceito de Operações Multidomínio

Tendo em vista a grande evolução tecnológica capitaneada pela China, Irã e Rússia na negação de área e antiacesso (A2/AD – *antiaccess, areadenial*) (PERKINS, 2017c, p. 10) e na superioridade técnica de equipamentos e sistemas (ESTADOS UNIDOS, 2016, p. 3) estrategistas militares norte-americanos têm gerado um novo conceito de batalha multidomínio, que engloba todos os espectros. Frente à impossibilidade de encarar as novas ameaças criadas pelos demais países ou por civis (ESTADOS UNIDOS, 2016, p. 5) devido ao avanço das ameaças espaciais, cibernéticas e eletromagnéticas, as Operações Multidomínio têm por objetivo preparar as Forças Terrestres (Fuzileiros Navais e Exército) visando “explorar as vulnerabilidades do inimigo, conquistar e manter territórios chave e consolidar conquistas para futuras operações”. O conceito de Operações Multidomínio resulta na ideia de que o sucesso de uma operação militar descansa na interoperabilidade das capacidades aéreas, cibernéticas, terrestres, marítimas, espaciais e no espectro eletromagnético (PERKINS, 2017c, p. 11).

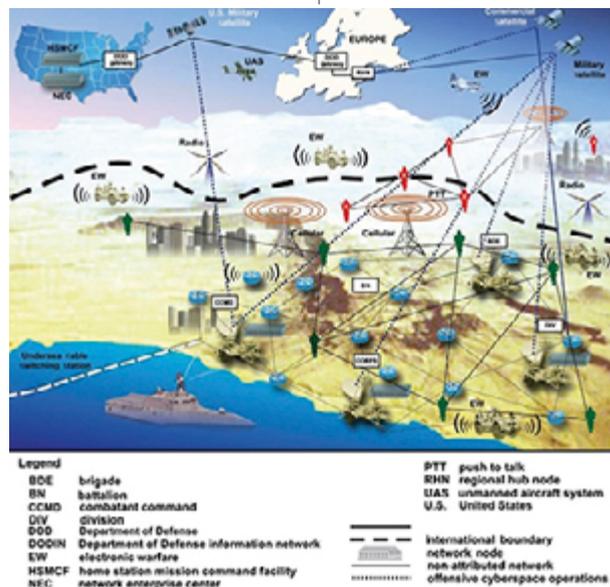
A intenção é garantir que essas forças possam ser utilizadas em qualquer terreno, valendo-se não somente do conceito de armas combinadas, mas expandindo-o para o “ciber espaço,

espectro eletromagnético, ambiente informacional e a dimensão cognitiva do combate” (ESTADOS UNIDOS, 2016, p. 6), garantindo, ao mesmo tempo, superar as capacidades defensivas integradas, evitar isolamento e fratura da integração entre as forças singulares e as dos demais países partícipes, e preservar a liberdade de ação (PERKINS, 2017b, p. 11).

Nossa Estratégia Nacional de Defesa (END) traz frases que reputam o emprego do espaço exterior em atividades de Defesa: “Os setores espacial e cibernético permitirão, em conjunto, que a capacidade de visualizar o próprio país não dependa de tecnologia estrangeira e que as três Forças, em conjunto, possam atuar em rede, instruídas por monitoramento que se faça também a partir do espaço.” (BRASIL, 2020c, p. 63). Três setores tecnológicos são essenciais para a Defesa Nacional: o nuclear, o cibernético e o espacial. Considerados estratégicos, em decorrência de sua própria natureza, transcendem à divisão entre desenvolvimento e defesa e entre o civil e o militar. Em face da elevada complexidade, demandam liderança centralizada, estreita coordenação e integração de diversos atores e áreas do conhecimento (BRASIL, 2020c, p. 59).

Dentre as Forças Singulares, a Força Aérea Brasileira foi a pioneira na definição de Operações Multidomínio, considerando-as como sendo operações realizadas em um Domínio de modo a potencializar ou intensificar as operações em outros domínios. Utilizando-se de capacidade independente para criar efeitos convergentes a partir dos Domínios Aéreo, Terrestre, Marítimo, Espacial e Cibernético. Tais efeitos criam um problema amplo e único para o adversário lidar e incluem uma variedade de ações combinadas com eficientes sistemas de C<sup>2</sup> amigo, promovendo efeitos em

Figura 1: Ciberespaço no domínio temático estendido campo de batalha



Fonte: FM 3-12 - *Cyberspace And Electronic Warfare Operations*.  
<https://fas.org/irp/doddir/army/fm3-12.pdf>

velocidade e em intensidade maiores do que a possibilidade de resposta do adversário, gerando dilemas que exijam soluções complexas e acima de suas capacidades (BRASIL, 2020a, p. 11).

## Os GptOpFuzNav e as Operações Multidomínio

A larga utilização de reconhecimento, fogo e movimento e informações seguem os princípios da guerra de manobra, evitando-se superfícies e aproveitando-se das brechas, contribuindo para aumentar o dilema inimigo e a confusão em seu ciclo decisório. Além disso, aspectos físicos (geografia, terreno, infraestruturas...), temporais (eventos que podem vir a influenciar no combate), virtuais (atividades relativas à informação, ciberespaço e guerra eletrônica) e cognitivos (entender o inimigo, entender a si mesmo e as populações que vivem no ambiente de batalha) (PERKINS, 2017c, p. 13) devem ser controlados continuamente pelo Estado-Maior do Grupamento Operativo, que efetuará a alimentação dos sistemas de informações.

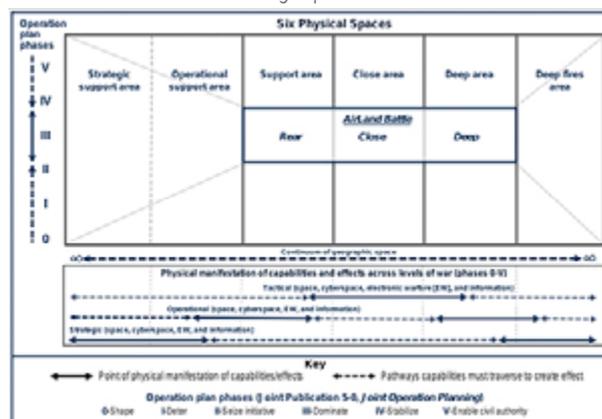
As Operações Multidomínio devem ser levadas a cabo através de três tarefas principais: “criar e explorar as brechas” (*windows of opportunity*); restaurar constantemente o poder de combate através da construção de formações de batalha resilientes, e alterar a postura da força para aumentar a dissuasão” (ESTADOS UNIDOS, 2016, p. 7), cujo intuito é manter a consciência situacional e o controle da estrutura e do desenho do campo de batalha (PERKINS, 2017a, p. 9).

No nível operacional e tático, o comandante do GptOpFuzNav deve ter a preocupação de integrar todas as armas a seu dispor, compondo, com as demais forças dispostas no terreno, um sistema único que o permita, a partir de fogos e movimentos, quebrar as superfícies do inimigo. Nesta integração de capacidades, o domínio das informações torna-se ponto de extrema importância, posto que, uma vez sob controle do inimigo, as ações se tornam inexecutáveis. Ao mesmo tempo em que se aumenta a integração das forças e diminui-se a desordem e a fricção, atributos característicos da natureza da guerra (BRASIL, 2020b, p. 1-2), o domínio do ambiente informacional torna-se essencial nos conflitos modernos, inclusive para a manutenção do desenho do campo de batalha.

Da mesma forma a resiliência nas formações de combate, ponto essencial no conceito de Grupamentos Operativos, consiste na manutenção do poder de combate mesmo frente aos ataques e à fricção do combate. As ameaças hodiernas, compondo tanto forças regulares como irregulares, precisam ser encaradas como possuidoras de capacidade

de interferir no domínio informacional (BRASIL 2008, p. 2-10), causando disrupções na cadeia de comando e na organização e no gerenciamento da cadeia de suprimentos do GptOpFuzNav, seja em território nacional, seja durante o deslocamento para a área de operações. O Apoio Logístico (ApLog) e a cadeia de suprimentos são, sobretudo, extremamente dependentes de sistemas para sua consecução, necessitando de graves capacidades de se contrapor a ataques cibernéticos. Desta forma, a utilização de meios não tripulados e/ou dotados de inteligência artificial permitem a mitigação do perigo de atuação em áreas urbanas (que possam causar danos colaterais relevantes), não prescindindo, contudo, da formação de líderes em todos os escalões (ESTADOS UNIDOS, 2016, p. 9). A manutenção da estrutura de uma força expedicionária exigirá um forte sistema de detecção de ameaças aéreas; veículos aéreos não tripulados para o apoio logístico, o reconhecimento e o ataque; e realizar a integração sistêmica entre o GptOpFuzNav e as demais peças de manobra em operações conjuntas ou combinadas, mantendo a característica expedicionária do CFN.

Figura 2: Diagrama dos domínios do combate, que engloba desde facilidades logísticas e de comando na nação até a batalha de fogos profunda



Fonte: PERKINS, 2017a

A flexibilidade, versatilidade, mobilidade e capacidade de permanência dos GptOpFuzNav (BRASIL, 2017, p. 1-5) os qualificam para dotar a Expressão Militar do Poder Nacional de maior dissuasão, a partir do momento que permite, uma mudança de postura militar por meio da manutenção de tropas avançadas desdobradas nos locais de interesse. Neste sentido, é de suma importância a manutenção de alianças com países que representem vantagens estratégicas e possibilitem maior facilidade ao desdobramento dos GptOpFuzNav (ESTADOS UNIDOS, 2016, p. 12), sejam elas logísticas ou de integração de sistemas de informação e/ou padronização de materiais e suprimentos. A manutenção de tropas preposicionadas ou embarcadas em pontos de interesse estratégico permitem aumentar o poder de dissuasão, impedindo que inimigos iniciem os ataques e se valham do *fait accompli* (FREDERICK et

al., 2020, p. 139)<sup>1</sup>. Da mesma forma, a capacidade de dominar o ambiente informacional garante maior liberdade de ação, impedindo que haja tentativas de desbalanceamento de poder de combate e detendo agressões indesejadas a aliados (ESTADOS UNIDOS, 2016 p. 12).

## Necessidades para sua Implantação

O fiasco defensivo inicial de Israel durante a Guerra do YomKipur mostrou aos Estados Unidos que manter uma tropa adestrada para o combate baseado em Terra-Ar era essencial. Os conceitos de “arte operacional”, “execução descentralizada” e “batalha integrada” culminaram na vitória norte-americana durante a Operação Tempestade no Deserto (PERKINS, 2017a, p. 8). Com efeito, as RAM permitiram a obtenção paulatina de vantagens competitivas, seja nas batalhas navais (o aríete, o fogo grego, o corvo, os canhões, a couraça, os mísseis transcontinentais), aéreas (desde a metralhadora coaxial à velocidade supersônica) e terrestres (a falange, a centúria, as linhas de mosquetes, os carros de combate). A união dos domínios terrestre e aéreo durante a Primeira Guerra (e depois mais acentuado na Segunda com a *Blitz*) demonstram a importância de mudanças proativas nas tecnologias e doutrinas militares.

As Operações Multidomínio propõem que um campo de batalha amplo não mais deve ser visto como uma área delimitada por batalha aproximada, de retaguarda e profunda, sendo ora dividido, além das três acima, em **área de fogos profundos** (onde o apoio de fogo das armas da força combinada atuarão, além da batalha profunda), **área de apoio operacional** (abarca as capacidades principais da força, as instalações do componente de comando combinado, áreas logísticas de grande importância operacional, e de controle de fogos), e **área de apoio estratégico** (que se estende desde as facilidades portuárias nacionais, linhas de comunicação marítima e aérea, e a comunicação das agências em território nacional)<sup>2</sup>, englobando, inclusive, os domínios informacionais do

espectro eletromagnético, ciberespaço e espaço, posto que, concentradas em locais físicos que concentram dados e seu processamento, podem vir a ser também alvo de ataques convencionais (PERKINS, 2017a, p. 11).

Observa-se, portanto, a grande importância dada pelas Operações Multidomínio à segurança nacional e ao gerenciamento da cadeia de suprimentos para a garantir a sustentação política<sup>3</sup> e tática da campanha expedicionária. A mudança na estrutura operacional do combate <sup>4</sup>imposta pelas Operações Multidomínio demanda transformações profundas no modo de pensar do comandante de um GptOpFuzNav, ao mesmo tempo que exige maior comprometimento em implantar essas mudanças por todos os envolvidos em operações expedicionárias, conjuntas e combinadas, desde a Chefia de Operações Conjuntas aos Estados-Maiores de Organizações Regionais de Segurança.

O GptOpFuzNav deverá dispor de fogos de longo alcance e de grande precisão (que exijam integração com satélites para guiá-los com o menor índice de danos colaterais possível), viaturas modernas construídas pela indústria nacional (que permitam maior manobrabilidade em terreno urbano, com baixo consumo de combustível e com sistemas integrados de comando e controle e consumo de classes III e V), maior autonomia no componente aéreo (larga utilização de capacidade aérea para operações de transporte de pessoal e material, bem como reconhecimento e ataque por meio de veículos aéreos não tripulados e com o uso de inteligência artificial, impulsionando a surpresa e a rapidez dos ataques), defesa aérea e controle do espaço aéreo (sistemas de defesa antiaérea que possam detectar ameaças a altitudes extremamente altas, coordenados e compatíveis com os sistemas das demais forças singulares e países partícipes de forças multinacionais), aumento da letalidade do soldado no campo de batalha (com a pesquisa e desenvolvimento com a Universidades e Institutos de Pesquisa, de tecnologias que possam melhorar a acurácia das armas leves e pesadas, mudanças nutricionais e de treinamento físico que

<sup>1</sup>O Estudo da RAND Corp. evidencia duas conclusões sobre o fator dissuasória das forças pré posicionadas norte-americanas. A primeira consiste em que o poder de *deterrence* das forças está diretamente ligado ao local em que foram estacionadas, sendo inversamente proporcionais à distância do país a ser protegido (ou seja, uma força consegue dissuadir quando está efetivamente posicionada no país que pretende proteger). A segunda conclusão é que há uma forte correlação entre a imobilidade das forças desdobradas e sua capacidade de *deterrence*: quanto menos móveis, maior a dissuasão. Isto significa que, segundo este estudo, forças navais, aéreas ou tropas embarcadas possuem um baixo nível de dissuasão quando comparadas a tropas terrestres pesadas.

<sup>2</sup>Relembra-se aqui como o General Erich Luddendorff apoiava entusiasticamente a guerra irrestrita de submarinos implantada pelo Kaiser Wilhelm II, pois com a neutralização e afundamento dos navios que levariam madeiras aos portos britânicos, a indústria mineradora não conseguiria matéria prima para a manutenção das minas de ferro e carvão, influenciando diretamente na capacidade produtiva de armas e pólvora, então de suma importância para a Força Expedicionária Britânica na frente ocidental.

<sup>3</sup>O sentido de político neste caso diz respeito à necessidade de evitar disrupções sociais que questionem de forma veemente a campanha militar, quebrando o caldo social e causando revoltas que possam minuar a impulsão e o fluxo da cadeia de suprimentos, como foi o famoso caso da Guerra do Vietnã nos Estados Unidos da América, ou da Guerra de Suez no Reino Unido e República Francesa.

<sup>4</sup>Segundo o Manual 3-0 *Operations do US Army*, são fatores que compõem esta estrutura a área de operações; as áreas das batalhas profunda, aproximada de retaguarda e de consolidação; operações decisivas, de modelagem e de sustentação; esforços principais e secundários (ESTADOS UNIDOS. Department of the Army. **ADP 3-0: Operations**. Washington, DC, 2019. p. 4-2 – 4-6).

melhorem seu desempenho físico) e uma estrutura que permita a coordenação operacional com organizações regionais de defesa (PERKINS, 2017b, p. 12).

Diferente das operações em amplo espectro, as Operações Multidomínio exigem uma maior integração de todos os agentes interessados na consecução da guerra e em seu desfecho o mais breve possível, não se atendo somente às armas e sua integração, bem como operações ofensivas, defensivas e estabilização ou apoio à população civil.

## Conclusões

A história das guerras demonstra que o sucesso de uma força está em ser acessível a mudanças e querer aprender com elas, uma concepção central que possa comungar inovação e adaptação e sua habilidade de espalhar a inovação por toda sua estrutura (PERKINS, 2017c, p. 7). As ameaças (convencionais e não convencionais) enfrentadas pelos EUA nos últimos anos obrigou uma reformulação dos cânones operacionais de seu poder terrestre, bastante evidentes

durante a anexação da Criméia pela Federação Russa, que demandou grande carga de Operações de Informação, além de uma movimentação estratégica das Forças da NATO (PURSER, 2020, p. 59).

As Operações Multidomínio não irão mudar a forma como um GptOpFuzNav opera taticamente, havendo, entretanto, uma mudança clara na importância na integração dos diversos sistemas, influenciando diretamente na Defesa Nacional e na Concepção Estratégica da Força.

À medida que a ativação dos GptOpFuzNav se torne cada vez mais usual, seja em apoio à política externa ou na contribuição para a dissuasão, será natural que haja maior sinergia entre as Forças Singulares, e entre as Forças Armadas de outras regiões do mundo.

Para a total implantação da concepção de Operações Multidomínio nos GptOpFuzNav, é imprescindível que haja maiores esforços de integração na busca pelo Conjugado Anfíbio. Cabe, portanto, que os ajustes necessários sejam feitos, proativamente, evitando que a invencível Marinha de Tamandaré precise aprender com seus próprios erros.



## Referências

FREDERICK, Bryan et al. **Understanding the Deterrent Impact of U.S. Overseas Forces**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. **Portaria nº 1.224/GC3**, de 10 de novembro de 2020. Aprova a reedição da DCA 1-1 Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira, v. 1. Brasília, DF, 2020a.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-0-1**: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2020b. 57 p.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-31.2**: Manual de Operações Contra Forças Irregulares dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008. 70 p.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Militar Naval. Brasília, DF, 2017. 215 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020c. 82 p.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria Normativa nº 113/SPEAI/MD**, de 01 de fevereiro de 2007. Aprova a Doutrina Militar de Defesa - MD51-M-04, 2. ed., 2007. Brasília, DF, 2007.

ESTADOS UNIDOSUNITED STATES OF AMERICA. Department of the Army. **ADP 3-0**: Operations. Washington, DC, 2019. 102 p.

ESTADOS UNIDOSUNITED STATES OF AMERICA. Department of the Army. **FM 3-0**: Operations. Washington, DC, 2017. 368 p.

ESTADOS UNIDOS. Army Training and Doctrine Command. Marine Corps Combat Development Command. United States Army White Paper - Multi-Domain Battle: Combined Arms for the Twenty-First Century. DRAFT v0.53 - 131600 oct. 2016.

GUDERIAN, Heinz. **Panzer Leader**. New York: Da Capo Press, 2001.

JENSEN, Benjamin M. **Forging the Sword**: Doctrinal Change in the U.S. Army. Stanford, CA: Stanford University Press, 2016. 8p.

PERKINS, David G. Multi-Domain Battle: Driving Change to Win in the Future. **Military Review**, july/aug. 2017a.

PERKINS, David G. Multi-Domain Battle: The Advent of Twenty-first Century War. **Military Review**, nov./dec. 2017b.

PERKINS, David G. Preparing for the fight tonight: Multi-Domain Battle and Field Manual 3-0. **Military Review**, sept./oct. 2017c.

PURSER, Jennifer L. Multi-Domain Operations and Information Warfare in the European Theater. **Military Review**, nov./dec. 2020.

WESLEY, Eric. This 3-star Army general explains what multi-domain operations mean for you. Entrevista concedida a Todd South. **Army Times**, 11 aug. 2019. Disponível em: <<https://www.armytimes.com/news/your-army/2019/08/11/this-3-star-army-general-explains-what-multi-domain-operations-mean-for-you/>>. Acesso em: 23 jun. 2021.



CMG (FN) Antonio **Pestana** Garcez Neto  
pestana@marinha.mil.br

## Ameaças Assimétricas nos conflitos atuais



O CMG (FN) **Pestana** serve atualmente no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, como Imediato. É oriundo da Escola Naval e realizou todos os cursos de carreira, sendo o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) na Escola de Guerra Naval em 2011 e Curso de Altos Estudos Militares (CAEM) na Escuela Superior de Guerra de Colombia, em 2020. Foi Comandante do 2ºBtlInfFuzNav – Btl Humaitá – onde já tinha servido como Comandante de Pelotão. Além do Comando, serviu em diversas Unidades operativas e administrativas da Marinha do Brasil, dentre as quais destaca-se o BtlOpEspFuzNav – Btl Tonelero – nos cargos de Imediato, Oficial de Estado-Maior, Comandante de Companhia e Pelotão de OpEsp e na Escola Naval, como Coordenador da Formação de Fuzileiros Navais e Comandante de Companhia de Aspirantes.

Figura 1: Ataque terrorista às Torres Gêmeas em Nova York



Fonte: <<https://static.toiimg.com/photo/msid-65759987/65759987.jpg>>. Acesso em: 13 jul. 2021

### Introdução

Os Estados são atores do Sistema Internacional que possuem desafios para a manutenção da sua sobrevivência, além da sua soberania e independência. Em um mundo globalizado, esses desafios podem vir de diferentes fontes e não apenas de outros Estados como costumava ocorrer até

a metade do século passado. Essa alteração é evidenciada pelo desenvolvimento das tecnologias de comunicação que viabiliza a interação entre pessoas em tempo real, possibilitando a intensificação das relações sociais em escala mundial, causando o paradoxo de acelerar a promoção do desenvolvimento e a expansão das instituições modernas com a reação de grupos tradicionalistas ou com poucos recursos para gerar o bem-estar esperado por sua sociedade.

Segundo Iná de Castro (2009), “As nações enfrentam hoje mais riscos e perigos provenientes das transformações em sua própria natureza do que inimigos.” A tendência mundial sugere que os conflitos sejam caracterizados pela presença de insurgentes, milícias e atores armados não estatais, o que torna o estudo desse tipo de ameaça um imperativo para os estrategistas e desenvolvedores da doutrina de emprego das forças armadas.

O advento da globalização aliado com o fim da “Guerra Fria”<sup>1</sup> fizeram crescer de importância uma forma de combater, provocados por agentes difusos, que utiliza a população como meio para imprimir o terror e a camuflagem

<sup>1</sup>Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo foi dividido em dois grandes blocos, capitalistas e socialistas, liderados pelos Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, respectivamente, e desde então a guerra, do ponto de vista conceitual, deixou de ocorrer, sendo substituída por conflitos armados de menor intensidade, porém com envolvimento de atores não militares. Esse período ficou conhecido como Guerra Fria.

necessária para encobrir suas ações. Na era da informação, mensagens de pequenas, porém violentas, ações divulgadas em tempo real e para todo o mundo podem provocar danos maiores que grandes e custosas operações de força. Assim, atores menos capazes militarmente podem obter grandes resultados a ponto de definir um combate. Esta é a essência da ameaça assimétrica<sup>2</sup> atual.

## Evolução do conceito de Ameaça Assimétrica

O conceito de assimetria dentro de um conflito fazia alusão à diferença da capacidade de forças, da capacidade tecnológica ou do desenvolvimento doutrinário entre os atores envolvidos e estava ligado a um formato de guerras irregulares e as guerras sem limitações, em que o fator temporal era importante aliado às forças inferiores que lutavam por meio do desgaste das tropas com poderio superior.

Entretanto, há uma outra forma de assimetria que pode levar a definir a forma de combater, que é a chamada assimetria reversa, uma autolimitação do uso da força em toda sua plenitude por Estados ou por forças armadas quando o combate é contra grupos não estatais, que não seguem o Direito Internacional para os Conflitos Armados, ou contra sociedades dispostas ao emprego irrestrito de suas forças militares. Ou seja, uma assimetria de valores e de princípios morais e legais que limitam um dos oponentes em conflito.

Visto que podemos encontrar na história das guerras vastos exemplos de assimetrias nos conflitos, por que considerar esse tipo de ameaça uma nova tendência? A resposta a essa questão está no surgimento de Estados falidos que favorecem ao aumento do número de grupos insurgentes, de milícias e de grupos armados não estatais, acrescentando-se o

Figura 2: Guerra do Afeganistão. Atores estatais combatendo contra atores não estatais. A imagem mostra que o inimigo não lutava em uma frente de batalha definida e poderia estar em qualquer parte



Fonte: <<https://www.novacultura.info/post/2021/06/29/afeganistao-da-guerra-ao-terror-a-guerra-civil/>>

<sup>2</sup>Ameaça Assimétrica é a ameaça decorrente da possibilidade de serem empregados meios ou métodos não ortodoxos, que incluem terrorismo, ataques cibernéticos, armas convencionais avançadas e armas de destruição em massa para anular ou neutralizar pontos fortes de um adversário, explorando suas fraquezas, a fim de obter um resultado desproporcional.

fato da facilidade crescente de acesso a fontes externas de apoio para fornecimento de armas e recursos financeiros a esses grupos.

Mesmo em um cenário de guerra convencional, é lícito imaginar que, durante as fases da consolidação depois de uma conquista dos objetivos principais e da estabilização, existirão grupos de pessoas armadas infiltradas na população local que buscarão levar o combate a frente não definidas, caracterizando-se, assim, de ameaças assimétricas.

## Guerra de 4ª Geração

É importante entender a evolução das guerras, considerando o período pós Tratado de Vestefália, com a criação do moderno sistema internacional e o conceito de Estado-Nação até os dias de hoje, e o que motivou cada mudança para saber como as ameaças assimétricas se encaixam no cenário atual.

De acordo com Lind (1989), a 1ª Geração reflete a tática da era dos mosquetes (carregamento pela boca e alma lisa), onde as linhas de combate serviam para maximizar o poder de fogo e as colunas tinham pouca profundidade. Esse cenário perdurou até meados do século XIX, durante a Revolução Industrial, com a chegada de armamentos mais precisos (de alma raiada), com maior cadência de tiro e maior alcance. Essa geração caracteriza-se por um combate organizado, com ampla utilização do princípio da massa.

No final da Guerra Civil Americana (1861 – 1865), O General Ulisses Grant recorreu a técnica de trincheiras e camuflagem desenvolvendo os traços característicos da Guerra de 2ª Geração. As guerras tornaram-se mais estáticas. Armas e equipamentos foram criados e/ou aperfeiçoados, em especial o canhão, o fuzil e a metralhadora e o objetivo principal era o atrito. Segundo Lind (1989) essa geração foi resumida em uma frase pelos franceses “a artilharia conquista, a infantaria ocupa”, indicando que o fogo era mais importante que o movimento. Este período durou de meados dos anos 1860 até a I Guerra Mundial.

A 3ª geração é focada na manobra, deixando para trás a prioridade da atrição. O surgimento dos blindados e da aviação são símbolos que evidenciam essa geração e evidenciou a necessidade de romper as linhas inimigas com velocidade e surpresa. Ocorreu após a I Guerra Mundial, com o mundo ainda impactado pela quantidade de mortos durante a guerra. Um exemplo de manobra foram as guerras relâmpagos ou “blitzkriegs” alemães, que surpreendeu

as Forças Aliadas no início da II Guerra Mundial com tropas com grande manobrabilidade proteção blindada e poder de fogo. Surgiram os conceitos de guerra de manobra, o combate deixou de ser linear, mas de aproximação e destruição, e passou a estar direcionado ao uso da força na vulnerabilidade crítica do inimigo.

As doutrinas existentes atualmente permanecem influenciadas por esse tipo de guerra e são válidas para um combate dito convencional. Entretanto, o surgimento de armas de destruição em massa, no final em meados da década de 1940, fez com que a guerra convencional entre grandes potências se tornasse extremamente perigosa para a população não envolvida diretamente em um conflito e, consequentemente, mais improvável. Surge o conceito de guerra de 4ª geração, caracterizado pela descentralização da guerra, em que atores não estatais se opõem a atores estatais, criado por William S. Lind, em 1989, onde são empregados todos os meios disponíveis, seja político, econômico, social ou militar. Surgem conflitos irregulares, como os contraguerrilhas e movimentos de resistência, além do combate contra o terrorismo. A maior diferença entre essa geração e as anteriores é que não existe

o conceito de vitória no campo de batalha e, consequentemente, não há declaração de vencedores.

Segundo Ruivo (2016, p. 8), essa geração pode ser reconhecida por quatro ideias. A primeira está na dimensão do campo de batalha, que inclui toda a sociedade inimiga. A segunda ideia é uma decrescente dependência na logística centralizada. A terceira é uma maior ênfase na guerra de manobra, em que ‘apenas’ o efetivo da tropa e o poder de fogo não serão mais fatores de vantagem esmagadora. A quarta e última ideia está pautada na destruição da capacidade interna de coesão do inimigo; em vez de destruí-lo fisicamente. Em um conflito de 4ª geração, a importância da flexibilidade no planejamento e na execução das operações exige uma grande capacidade de Comando e Controle, com o aumento do emprego da inteligência para que se possa alcançar o objetivo final desejado.

Em todas as gerações da guerra pode-se admitir o emprego de ameaças assimétricas, mas com a evolução dos conflitos e com a chamada 4ª geração, fica mais caracterizado que o emprego desse tipo de ameaça será a tendência nas guerras.

1ª Geração	2ª Geração	3ª Geração	4ª Geração
Atores Não Estatais	Atores Estatais	Atores Estatais	Múltiplos Atores
Guerra Convencional	Guerra Convencional	Guerra Convencional	Guerra Irregular
Atrição	Atrição	Manobra	Manobra
Linha – Coluna	Concentração de Fogo	Espaços e Superfícies	Espaços e Superfícies

\*Comparação entre as gerações da guerra (BARATA et PIEDADE, 2014)

## O CFN e as Ameaças Assimétricas

Segundo o AlteEsq (FN) Alvaro Augusto Dias Monteiro, o CFN deve estar pronto para atuar tempestivamente em qualquer tipo de terreno que configure um cenário estratégico de interesse. Orientado pelo descrito no artigo “A Próxima Singradura”, o Corpo adotou os três eixos estruturantes, Operação Anfíbia, Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) e Guerra de Manobra como forma de se tornar imprescindível para a proteção da Amazônia

Azul e conferir credibilidade à presença do Poder Naval no Atlântico Sul, seus contornos e ilhas oceânicas.

Com a evolução da guerra, podemos observar uma tendência crescente da incidência das ameaças assimétricas o que não significa necessariamente uma necessidade de alteração de rumo, pois, ainda que estejamos vivendo a 4ª geração dos conflitos, conceitos básicos das demais gerações continuam válidos. Pelo contrário, a Guerra de Manobra não poderia estar mais atual, o combate contra as ameaças

assimétricas deve priorizar a aproximação indireta, buscando as vulnerabilidades do inimigo e combatendo onde e quando for mais vantajoso.

Um combate convencional poderá se transformar em uma guerra irregular depois de conquistados os objetivos finais, pois em muitos Estados existe a cultura de incentivar a criação/manutenção de milícias armadas que se confundem com a população e que se enquadram como ameaças assimétricas. Importante nesse tipo de combate estar com o completo entendimento do que está ocorrendo no terreno, ter consciência situacional de modo a poder entender a mudança da postura de guerra convencional para uma guerra irregular. Segundo Gen Anthony C. Zinni, do USMC:

“Se estamos falando sobre o futuro, precisamos falar sobre como ganhar a paz não como uma parte separada da guerra, você tem que olhar para o que está ocorrendo do início ao fim. Não é um conflito em fases; não há uma parte de combate e depois outra parte.” (SCHLOSSER, 2015).

Para tal, é imprescindível estar atento as medidas de segurança em todos os momentos da operação, estar sensível às necessidades dos habitantes locais e ter fortes agências de inteligência para identificar essas ameaças assim que possível. Atuar em pequenos escalões para expandir a área coberta pelas tropas, provendo uma sensação de presença e segurança, é uma solução para estar em áreas dominadas por agentes que servem de ameaça. Para isso, as frações e, principalmente, as subunidades devem ter capacidade para controlar seus efetivos em qualquer ambiente. É importante ressaltar que a descentralização e capacidade da informação ser transmitida em tempo real influenciarão na forma de atuar, pois uma ação de um grupo de militares dispostos no terreno pode ter uma consequência política ou estratégica para o desfecho do conflito.

Como vimos anteriormente, inimigos mais débeis utilizarão de ações midiáticas, muitas vezes violentas, para interferir no destino da guerra, buscando atingir as tropas de forma a dar o máximo de publicidade para minar a vontade de combater de quem está realizando a projeção de poder ou explorando a ação visando a atingir a opinião pública de forma a pressionar o nível político do atacante, corroborando, assim, a ideia de produzir ações no nível tático impactando as decisões nos níveis político e estratégico. Visualiza-se que, em um primeiro momento, será necessário ser resiliente (governo e tropa) para suportar os ataques violentos e as pressões políticas e, assim como em qualquer desembarque anfíbio, valer-se da inteligência para antecipar movimentos. No sentido de combater o que é mais importante para as ameaças assimétricas, o apoio popular, deve-se conduzir

ações relevantes no campo informacional, em paralelo com as operações militares convencionais, para conseguir obter o apoio da população da área de operações.

O CFN, por possuir um efetivo pequeno e o desenvolvimento doutrinário centralizado, tem a grande vantagem de poder disseminar com rapidez e eficiência os ensinamentos colhidos em combate. A experiência no Haiti mostra que os conhecimentos do terreno e do inimigo eram transmitidos de forma simples por meio de palestras e adestramentos entre os contingentes que retornavam ao Brasil e aqueles que estavam em preparação para assumir seu papel no GptOpFuzNav-Haiti. Na parte doutrinária, existe um manual sobre um assunto correlato que é o CGCFN-2-5 – MANUAL DE OPERAÇÕES CONTRA FORÇAS IRREGULARES DE FUZILEIROS NAVAIS, que trata de como se contrapor a maioria das ameaças assimétricas visualizadas. Além disso, qualquer prática reconhecidamente vantajosa para a tropa que está atuando é disseminada de forma tempestiva e inserida nos temas de adestramento para serem treinadas pelos militares do Corpo.

Outra vantagem do efetivo reduzido do CFN é a facilidade e rapidez na transmissão das ordens e intenções dos mais altos escalões de forma clara e objetiva para todos os integrantes da tropa, mitigando-se, assim, que atitudes isoladas ou individuais sejam incoerentes com o propósito da operação visualizado pelo nível operacional.

## Conclusão

Os Estados continuam sendo os principais atores no Sistema Internacional, entretanto as ameaças ao ambiente de segurança deixaram de ser exclusividade desses atores. Atores não estatais, com capacidade cada vez mais sofisticada, podem impactar assuntos regionais e até globais. Esses atores, que fazem parte das chamadas ameaças assimétricas, não seguem o ordenamento jurídico do Sistema Internacional e as Forças Armadas devem estar preparadas para essa situação, além de ter o desafio de combater com a limitação imposta por sua cultura e pela moralidade da sua sociedade. Essa deve ser a tendência das guerras ditas de 4ª geração, onde não há um campo de batalha definido e a guerra no terreno mescla o convencional com o assimétrico.

Durante o emprego de tropas em combate, em paralelo às ações ofensivas e defensivas, deve-se empregar intensamente a inteligência, trabalhar no campo informacional e estar atento às demandas da sociedade local, para garantir e manter o apoio dessa população, contribuindo com as medidas de segurança da topa e reduzindo o principal apoio às ações de guerra irregular, o apoio popular.

As ameaças assimétricas, ainda que não sejam uma novidade nos campos de batalha, podem ser classificadas como novas tendências por estarem mescladas em todos os tipos de conflitos da atualidade, além de terem armas e técnicas com capacidade de realizar ações que podem

impactar na vontade de combater das tropas e da sociedade, devem sempre ser estudadas e uma boa oportunidade para isso é inserir nos temas de adestramentos para levantamento de lições aprendidas e possíveis aprimoramentos na doutrina existente.



## Referências

BARATA, P. G.; PIEDADE, J. C. Da primeira grande guerra às guerras de quinta geração: a transformação da guerra e as novas ameaças. In.: II CONGRESSO INTERNACIONAL DO OBSERVARE. 2 jul. 2014, Coimbra. Actas [...]. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa Disponível em: <[http://observare.ual.pt/conference/images/2nd\\_conference\\_2014/livro\\_actas\\_2014/pedro\\_barata\\_joao\\_piedade.pdf](http://observare.ual.pt/conference/images/2nd_conference_2014/livro_actas_2014/pedro_barata_joao_piedade.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BOOT, M. **More** small wars: counterinsurgency is here to stay. **Foreign Affairs**, nov. / dec. 2014. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/libya/more-small-wars/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

CASTRO, I. E. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

FRIEDE, R. Guerra Assimétrica Reversa. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 26, n. 53, p. 48-65, jul./dez. 2011. Disponível em: <<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/248/220>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

GLEIMAN, J. K. Give (Unconventional) war a chance. **The Strategist**, 24 out. 2014. Disponível em: <<https://www.aspistrategist.org.au/give-unconventional-war-a-chance/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

HURTADO, J. R.; MONCADA, L. A.; CASTRO, C. A.; CABRERA, A. J. Discusión epistemológica de la guerra asimétrica: adopción contemporánea de la asimetría interestatal. **Revista Científica "General José María Córdova"**, p. 91-105, 2012.

LIND, W. S.; NIGHTENGALE, K.; SCHMITT, J. F.; SUTTON, J. W.; WILSON, G. I. The changing face of war: into the fourth generation. **Marine Corps Gazette**, Quantico, VA, p. 22-28, out. 1989.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. A próxima singradura. **O Anfibio**, Rio de Janeiro, ano XXIX, p. 9-68, out. 2010. Edição extra.

RUIVO, M. M. A Guerra Moderna e suas transformações: da 1ª geração à guerra cibernética e o impacto na segurança internacional. In.: IV SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP, 2016, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://sdpsc.ufflch.usp.br/sites/sdpsc.ufflch.usp.br/files/inline-files/142-452-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SCHLOSSER, N. J. **U.S. Marines and irregular warfare**: training and education, 2000-2010. Quantico: History Division USMC, 2015.





## Operational Maneuver From The Sea (OMFTS) e o Ship-to-Objective Maneuver (STOM): conceitos e aplicações para os GptOpFuzNav

CMG (FN) Luís Felipe **Valentini** da Silva serve atualmente no Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, como Chefe do Departamento de Doutrina. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS) da EGN, em 2011, e o *Marine Corps War College* (MCWAR) da *Marine Corps University* em 2019/2020. Serviu no 3ºBtlInfFuzNav – Batalhão Paissandu – como Comandante de Pelotão, Comandante de Companhia e Oficial de Estado-Maior. Foi Chefe do Estado-Maior do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti, 16º Contingente. E comandou o 3ºBtlInfFuzNav de novembro de 2016 a janeiro de 2018. Possui o título de *Master of Strategic Studies* conferido pela *Marine Corps University*.

### Introdução

A manobra operacional a partir do mar é um conceito basilar do *United States Marine Corps* (USMC), incorporado nas concepções de emprego *Expeditionary Maneuver Warfare Concept* (JONES, 2019) e *Marine Corps Strategy 21* (ESTADOS UNIDOS, 2000), e com reflexos conceituais no moderno *38th Commandant's Planning Guidance* (ESTADOS UNIDOS, 2019). Após 25 anos do lançamento da publicação *Marine Corps Concept Paper 1* (MCCP-1) *Operational Maneuver From The Sea* (OMFTS) (ESTADOS UNIDOS, 1996), seus princípios permanecem em utilização, sendo válido considerar ser pertinente e atual o conceito, portanto relevante para estudo.

Assim, o presente artigo tem por finalidade apresentar o conceito da manobra operacional a partir do mar bem como o conceito decorrente da manobra navio para objetivo. O artigo também se propõe a identificar aplicações e desafios para nossos GptOpFuzNav na sua adoção. É um trabalho conceitual, sem objetivo de sugerir formas de emprego. Por tratar-se de conceitos não incorporados as nossas publicações doutrinárias, serão utilizados os acrônimos originais em inglês *Operational Maneuver From The Sea* (OMFTS) e o *Ship-to-Objective Maneuver* (STOM).

### Histórico

A concepção de uma manobra operacional a partir do mar não é nova. Nos relatos de *Thucydides*, em 431 a.C, a cidade-Estado de *Athenas*, detentora da supremacia do poder naval, utilizava os mares Egeu e Ionio como espaço operacional, manobrando sua Marinha como ferramenta para desfazer e obter alianças entre as cidades-Estado Gregas, obtendo efeitos operacionais contra o poder terrestre de sua rival Esparta<sup>1</sup>.

Durante a Guerra Civil Americana, na primavera de 1862, General McClellan explorou a superioridade naval da União para manobrar, evitando enfrentar o exército Confederado em uma ação direta frontal por terra, vinda do Norte. A manobra permitiu o desembarque sem oposição e a progressão de uma grande força do Exército do Potomac em direção de Richmond. “Assim, um enorme exército de mais de 120.000 homens, o maior até agora reunido na Guerra Civil, foi embarcado em 400 navios junto com todas as suas carroças, armas, animais carregados e a enorme quantidade de equipamentos, etc. necessários para um exército de tal magnitude” (TILL, 2009, tradução nossa). O vulto desta operação anfíbia só veio a ser superado, por forças dos EUA, no desembarque da Normandia em 1944. Para o

<sup>1</sup>THUCYDIDES (431 a.C.). *The History of the Peloponnesian War*. Tradução de: Richard Crawley. The Gutenberg Project, 2003. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/7142/7142-h/7142-h.htm/>>. Acesso em: 29 nov. 2021.

pesquisador *Geoffrey Till* (2009), o USMC se inspirou nesta manobra concebida por *McClellan* para desenvolver os princípios da OMFTS.

Em um passado recente, durante a Guerra da Coreia, a tomada de Seul em 1950 representou um exemplo clássico de manobra operacional a partir do mar. Focada na vulnerabilidade crítica das forças norte-coreanas, o desembarque em Inchon atingiu o efeito operacional de liberar o perímetro de Pusan, manobrando pelo mar para cortar as linhas de comunicação norte-coreanas<sup>2</sup>. A surpresa obtida com o desembarque foi decisiva para impactar o distante sudoeste da península, caracterizando um resultado no nível operacional.

Figura 1: Invasão de Inchon, Setembro de 1950



Fonte: Naval History and Heritage Command. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/content/history/nhnc/our-collections/photography/numerical-list-of-images/nhnc-series/nh-series/NH-97000/NH-97053.html/>>

## A manobra operacional a partir do mar (OMFTS) - conceitos e princípios

A essência da manobra operacional a partir do mar fundamenta-se em manobrar e projetar poder em terra por forças navais, explorando uma fraqueza do inimigo, para desferir golpe decisivo no nível operacional. O extensivo uso do mar visa obter vantagem, explorando-o como barreira contra o inimigo e para evitar engajamentos desvantajosos.

No nível operacional, onde “a liberdade de ação é conseguida, principalmente, pelo equilíbrio apropriado dos fatores operacionais de espaço, tempo, força (massa), e suas combinações” (BRASIL, 2012a), o conceito de OMFTS se diferencia por tratar o ambiente marítimo, terrestre e aéreo como um contínuo, um espaço de manobra litorâneo unificado, criando assim um espaço de batalha ampliado. Nesse contexto, o USMC define as operações nesse espaço de batalha ampliado como manobra no litoral - a capacidade de fazer a transição de forças prontas para o combate do

mar para terra, a fim de obter posição de vantagem sobre o inimigo (ESTADOS UNIDOS, 1996).

Ainda sobre o conceito de OMFTS e o nível operacional, a definição ressalta a necessidade de desferir golpe decisivo. A busca do ponto decisivo, abstração proposta por Jomini, está presente em todas as formas de manobra operacional, seja em ambientes terrestres, marítimos ou na faixa litorânea onde ambos os ambientes se encontram.

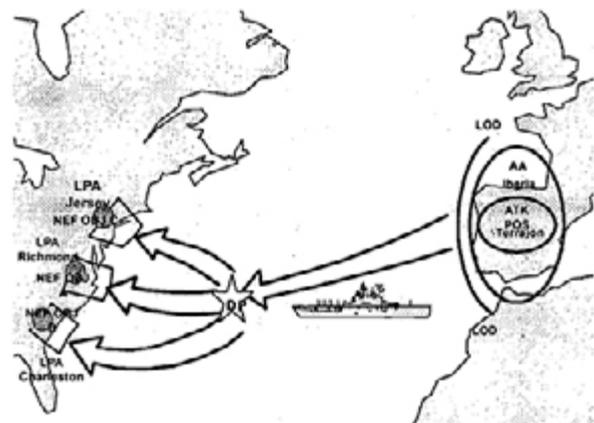
Em particular para a OMFTS, caracterizada como “um lance ousado para a vitória, que visa explorar uma fraqueza inimiga” (ESTADOS UNIDOS, 1996), planejada para projetar poder por uma operação de alta complexidade como a operação anfíbia, a ação deve ser direcionada para desestabilizar um Centro de Gravidade (CG) inimigo – interrompendo a capacidade do oponente de continuar efetivamente lutando. Portanto, as Vulnerabilidades Críticas<sup>3</sup> serão os objetivos operacionais da OMFTS. Por exemplo, no exame histórico da captura de Seul em 1950, as linhas de suprimento Norte Coreanas estavam canalizadas no vale do Rio Han, materializando a vulnerabilidade crítica das forças da Coreia do Norte.

E finalmente, para garantir resultados decisivos, a manobra operacional a partir do mar deverá:

- ter flexibilidade para projetar poder sobre terra no momento e local oportunos; e
- remover a pausa para erigir o poder em terra.

Assim, a OMFTS garantirá a rápida transição entre o ambiente marítimo e o terrestre e proporcionará o ritmo e momento necessários para que a Força de Desembarque sobrepuje o inimigo, explorando suas fraquezas com rapidez e concentração de poder de combate.

Figura 2



Fonte: ESTADOS UNIDOS, 1996. Disponível em: <<https://www.marines.mil/portals/1/Publications/MCCP%201%20Operational%20Maneuver%20from%20the%20Sea.pdf/>>

<sup>2</sup>INCH'ON landing. *History.com*, 2018. Disponível em: <<https://www.history.com/topics/korea/inchon/>>. Acesso em: 26 nov. 2021.

<sup>3</sup>Vulnerabilidades Críticas – são pontos fracos do CG que, ao serem exploradas, resultarão na desestabilização ou destruição do CG oponente (BRASIL, 2013).

O MCCC-1 propõe a adoção de áreas de penetração no litoral – *Littoral Penetration Areas (LPA)*, para oferecer a flexibilidade e liberdade no nível operacional para explorar oportunidades.

A flexibilidade na escolha da LPA combinada com um robusto sistema de inteligência e comando e controle permitirão que o dispositivo oponente seja contornado, torne-se irrelevante ou se desequilibre até o colapso.

E para garantir que o faseamento e pausa naturais na conquista de uma cabeça de praia não reduzam o ritmo operacional, foi proposto o conceito de manobra navio para objetivo.

## A manobra navio-para-objetivo (STOM) e o acesso

A manobra navio-para-objetivo é um conceito tático, aplicável a todos os tipos de operações anfíbias, que contempla uma força com habilidade de operar em uma área geográfica mais ampla, sem a edificação e reorganização de suas forças em uma cabeça de praia. Em essência, a STOM não tem como objetivo conquistar uma praia, mas sim projetar unidades de combate em terra em suas formações de combate, em local decisivo e com força suficiente para garantir o cumprimento da missão.

Dentro do espectro de operações da OMFTS, as operações de projeção de poder são frequentemente confrontadas com diversas restrições de acesso aos objetivos operacionais. Operando em ambientes hostis ou incertos, as Forças-Tarefa Anfíbias necessitarão possuir a habilidade de “criar” acesso em local e momento apropriado para o sucesso da missão. Nestes ambientes que a STOM apresenta sua principal característica – obter acesso aos objetivos.

Atualmente em voga como palavra de ordem para o estudo das capacidades anfíbias, o conceito de *anti-access/area denial (A2AD)* ancora a idéia de negação de acesso por ações inimigas, que a partir de posições fixas e móveis, tentarão impedir os acessos aos fundeadouros, as praias de desembarque e locais de pouso, contestando o controle do espaço aéreo, de superfície, submarino e ciberespaço. No próprio *Planning Guidance do General Berger* (ESTADOS UNIDOS, 2019, tradução nossa) reforça a percepção, declarando que:

Não acredito que as operações conjuntas de entrada forçada sejam irrelevantes ou um anacronismo operacional; no entanto, devemos reconhecer que abordagens diferentes são necessárias dadas à proliferação de recursos de ameaça anti-acesso / negação de área (A2AD) em espaços mutuamente contestados... Devemos aceitar as realidades

criadas pela proliferação de fogos de precisão com longo alcance, minas e outras armas inteligentes e buscar maneiras inovadoras de superar essas ameaças.

No entanto, outras formas de negação podem confrontar as OMFTS. Problemas de ordem ambiental, causados por fenômenos climatológicos severos, deslizamentos de terra, secas, incêndios e inundações, bem como restrições políticas, caracterizadas por demandas governamentais que limitam ou negam a aproximação de águas jurisdicionais, o sobrevôo e a operação em seus territórios, reduzem a capacidade de concentrar e edificar poder em terra de forma tradicional com a conquista de uma cabeça de praia.

Assim, a manobra navio-para-objetivo representa a ferramenta para que as forças navais obtenham acesso no momento e local oportunos, permitindo explorar a flexibilidade das forças de desembarque para atingir os objetivos operacionais da OMFTS.

## Princípios da manobra navio-para-objetivo

O cerne da STOM é a projeção de poder através do litoral sem pausas, explorando a mobilidade tática e evitando as superfícies definidas na filosofia da guerra de manobra. Os princípios que orientam a STOM são:

- foco no objetivo operacional. A manobra navio-para-objetivo não segue o faseamento da conquista de uma cabeça de praia, dirigindo seus esforços diretamente para a conquista dos objetivos em profundidade, fornecendo liberdade e flexibilidade aos elementos de manobra para atacar as vulnerabilidades críticas do inimigo, interrompendo o ciclo de tomada de decisões do oponente;
- lidar com o mar como espaço de manobra. Para o detentor de seu controle, o mar tornar-se obstáculo protetor e “terreno” de incomparável mobilidade. Explorando vulnerabilidades no inimigo ou lacunas em seu dispositivo, a Força de Desembarque pode projetar seu poder de combate profundamente no sistema defensivo, tornando as posições inimigas insustentáveis;
- ênfase na inteligência, despistamento e flexibilidade. Baseado na filosofia de guerra de manobra, as STOM devem explorar operações pré assalto para despistar o inimigo, levantar dispositivos, atacar vulnerabilidades críticas e obter vantagens táticas; e

- ritmo<sup>4</sup> de operações superior. A combinação do emprego de meios aéreos e de superfície para projetar elementos de manobra diretamente dos navios em dispositivo para o combate, garante a iniciativa para Força de Desembarque ditar o ritmo dos engajamentos. A conjunção de sigilo, despistamentos, e fogos cinéticos e não cinéticos atrasam a compreensão da situação pelo inimigo e interrompem sua reação. A contínua oferta de dilemas ao oponente sobrepuja seu ciclo OODA, deteriorando sua coesão mental e capacidade de compreender a situação.

Em uma concepção esquemática, as operações anfíbias passam de sua organização tradicional para uma proposta STOM, conforme figuras abaixo.

Figuras 3 e 4



Fonte: ESTADOS UNIDOS, 2011. Disponível em: <<https://www.mccdc.marines.mil/Portals/172/Docs/MCCDC/Documents/Concepts/STOM%20May%202011.pdf>>

Para garantir a liberdade da Força de Desembarque de obter acesso, explorar as brechas no dispositivo inimigo e evitar suas superfícies, o USMC concebeu em conjunto com a STOM mais duas medidas de coordenação para controlar o desembarque: Local de Penetração no Litoral (LPS) e Ponto de Penetração no Litoral (LPP).

Figuras 5



Fonte: ESTADOS UNIDOS, 2011. Disponível em: <<https://www.mccdc.marines.mil/Portals/172/Docs/MCCDC/Documents/Concepts/STOM%20May%202011.pdf>>

Apoiado em sistemas de localização de alta precisão e dispositivos de navegação, um LPP deverá possuir extensão suficiente para a passagem de um conector, mas poderá ser utilizado por um elemento de manobra desdobrado ou por uma série de elementos desembarcando em coluna. E para garantir flexibilidade e opções de manobra, os planejadores normalmente designarão diversos LPP.

Um sistema robusto de inteligência integrado a um sistema de comando e controle flexível permitirá que a Força-Tarefa Anfíbia efetivamente explore os múltiplos pontos de projeção de poder, incidindo onde não houver resistência ou onde será atingido a maior sinergia.

## Os GptOpFuzNav e a STOM

Com a incorporação dos navios multipropósitos ao acervo da MB, a capacidade expedicionária do Poder Naval foi ampliada, permitindo que o conjugado anfíbio explore a flexibilidade dos GptOpFuzNav no amplo espectro das operações militares para atingir efeitos no nível operacional.

O conceito de GptOpFuzNav, estruturado segundo o conceito organizacional de componentes, é particularmente apto para incorporar e implementar os conceitos da manobra operacional a partir do mar e da STOM. As características de expansibilidade e redução dos GptOpFuzNav, bem como a possibilidade de modular e subordinar outros GptOpFuzNav, permitem distribuir e desagregar seus elementos de forma a atuar no campo de batalha estendido da manobra no litoral.

A predominância da adoção da guerra de manobra como estilo de condução dos conflitos pelos GptOpFuzNav também reforça a incorporação dos conceitos da STOM pelos mesmos. A busca por abordar o inimigo a partir de uma

<sup>4</sup>Ritmo: rapidez em relação ao tempo, ou seja, é a rapidez com que se orienta e decide. (BRASIL, 2013)

posição vantajosa, a exploração das vulnerabilidades críticas do CG oponente, a ação ditada pelo reconhecimento e a ênfase na concentração de esforços explorando as brechas encontradas, evitando-se as superfícies, tornam a adoção dos princípios da STOM uma decorrência natural da filosofia de planejamento dos GptOpFuzNav.

Os recentes incrementos na capacidade da Marinha do Brasil materializam novas oportunidades para explorar os conceitos da STOM. Por exemplo, o Sistema Integrado de Comando e Controle da Marinha do Brasil (SIC2MB), com estações instaladas nos navios multipropósitos e projetado para atender as demandas dos GptOpFuzNav, permite exercer o controle integrado dos elementos de manobra, facilitando a solução de continuidade de comando da Força de Desembarque. A ampliação do acervo de Carros Lagarta Anfíbios (CLAnf) duplicou a capacidade de desembarque por superfície, garantindo ação de choque e mobilidade aos escalões de assalto. E a proposta de aquisição de novos sistemas de abertura de brechas, como o lançador de cargas para limpeza de minas (MCLIC), incrementará a mobilidade dos elementos de combate.

Por outro lado, baseado na experiência do USMC, a implementação dos conceitos da STOM também trará desafios aos GptOpFuzNav, ensejando soluções criativas para adaptar necessidades de inteligência, apoio de fogo, logística baseada nos navios, organização, doutrina, treinamento e capacitação. A transformação da teoria em capacidades

exigirá ainda experimentação e adaptação das relações de comando entre a Força-Tarefa Anfíbia e a Força de Desembarque, com reflexos inclusive na autoridade para interferir na programação de desembarque dos conectores. E mesmo para o USMC, as respostas a todos esses desafios ainda são propostas em evolução.

## Conclusão

Os conceitos de manobra operacional a partir do mar e da manobra navio para objetivo continuam a evoluir no USMC, acompanhando as inovações tecnológicas dos meios e incorporando a filosofia da guerra de manobra para o espaço de batalha litorâneo. A constante disputa entre as forças que pretendem projetar poder sobre terra e as forças que buscam negar seu acesso permanecerá alimentando esta evolução de conceitos.

Portanto, a capacidade de desenhar e preparar forças anfíbias com capacidade de entregar efeitos operacionais, em regiões onde o acesso é negado ou restrito, perdurará como objetivo a ser alcançado pelas Marinhas com aspirações de operar no amplo espectro das operações militares.

Sendo o Corpo de Fuzileiros Navais a Força Expedicionária por Excelência definida pela Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2012b), o estudo pelo CFN da manobra operacional a partir do mar e da manobra navio-para-objetivo continuará a ser tema relevante para discussão.



## Referências

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 0-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. Escola de Guerra Naval. **EGN 601: Manual de Estratégia Operacional**, v. 1. Rio de Janeiro, 2012a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012b.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Headquarters United States Marine Corps. **Commandant's Planning Guidance: 38th Commandant of the Marine Corps**. Marines, 2019. Disponível em: <[https://www.marines.mil/Portals/1/Publications/Commandant's%20Planning%20Guidance\\_2019.pdf?ver=2019-07-17-090732-937/](https://www.marines.mil/Portals/1/Publications/Commandant's%20Planning%20Guidance_2019.pdf?ver=2019-07-17-090732-937/)>. Acesso em: 01 dez. 2021.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Headquarters United States Marine Corps. **Marine Corps Strategy 21**. Washington, D.C., 2000. Disponível em: <[https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/usmc/Strategy\\_21.pdf/](https://www.globalsecurity.org/military/library/policy/usmc/Strategy_21.pdf/)>. Acesso em: 29 nov. 2021.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Headquarters United States Marine Corps. **Operational Maneuver from the Sea**. Washington, D.C., 1996. Disponível em: <<https://www.marines.mil/portals/1/Publications/MCCP%201%20Operational%20Maneuver%20from%20the%20Sea.pdf/>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Marine Corps Combat Development Command. **Ship-to-Objective Maneuver**. Quantico, VA, 2011. Disponível em: <<https://www.mccdc.marines.mil/Portals/172/Docs/MCCDC/Documents/Concepts/STOM%20May%202011.pdf/>>. Acesso em: 01 dez. 2021.

INCH'ON landing. **History.com**, 2018. Disponível em: <<https://www.history.com/topics/korea/inchon/>>. Acesso em: 26 nov. 2021

JONES, J. L. **Expeditionary Maneuver Warfare**. Marine Corps Association, 2019. Disponível em: <<https://mca-marines.org/blog/gazette/expeditionary-maneuver-warfare/>>. Acesso em: 29 dez. 2021.

NAVAL HISTORY AND HERITAGE COMMAND. Inchon Invasion, september 1950. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/content/history/nhhc/our-collections/photography/numerical-list-of-images/nhhc-series/nh-series/NH-97000/NH-97053.html/>>. Acesso em: 02 dez. 2021.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the Twenty-first Century**. 2. ed. Routledge, 2009.

THUCYDIDES (431 a.C.). **The history of the peloponnesian war**. Tradução: Richard Crawley. The Gutenberg Project, 2003. Disponível em: <<https://www.gutenberg.org/files/7142/7142-h/7142-h.htm/>>. Acesso em: 29 dez. 2021.



CA (FN) Reinaldo Reis de **Medeiros**  
rrm1967@globo.com

## A Expansão no GptOpFuzNav



O CA (FN) **Medeiros\*** serve atualmente no Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra como Chefe do Estado-Maior. É oriundo da Escola Naval. Concluiu o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, na Escola de Guerra Naval, em 2007. Foi *Staff-Officer* na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti, MINUSTAH, (2008/2009). Dentre outras comissões, serviu no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, como Encarregado da Escola de Infantaria, no Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais como Oficial de Estado-Maior e Imediato e no Batalhão Naval como Imediato. Comandou o Comando da Tropa de Desembarque e o Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio Grande. O Alte Medeiros também cursou na *ESDEGUE*, o *Curso de Altos Estudos Militares*, na Colômbia.

### Introdução

Definido na Estratégia Nacional de Defesa (END) (BRASIL, 2020c) como tropa de caráter expedicionário por excelência, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) é capaz de sustentar o combate por tempo indeterminado e em áreas afastadas, contando inicialmente com seus próprios meios e posteriormente com a possibilidade de incorporar tropas e meios para a continuidade das ações. Permanece em condições para o pronto emprego em um amplo espectro de atividades, tais como atividades benignas, ações de diplomacia, de emprego limitado da força e operações de guerra naval, com capacidade de projetar poder sobre terra (BRASIL, 2020a). Para esse fim, o CFN organiza-se em Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav), sendo eles estruturados em Componentes de Comando (CCmdo), de Combate Terrestre (CCT), de Combate Aéreo (CCA) e de Apoio de Serviços ao Combate (CASC), que podem agrupar outros elementos, como o Grupo de Apoio ao Desembarque Administrativo (GRADA) e o Grupo de Engenharia da Força (GEF).

Como elementos fundamentais da constituição dessa estrutura, o CCmdo, incumbido das ligações externas do GptOpFuzNav, é personificado pelo Comandante do Grupamento e por seu

Estado-Maior Geral e Especial, organizados em diversos Centros de Coordenação e Controle; o CCT concentra os meios de Combate e de Apoio ao Combate necessários à execução das tarefas relacionadas com a conquista e a manutenção do terreno; o CCA concentra ou coordena o emprego de meios para o Apoio Aéreo, o Controle Aerotático e a Defesa Antiaérea do GptOpFuzNav como um todo, além do apoio logístico de aviação; e o CASC provê o GptOpFuzNav do Apoio de Serviços ao Combate, por meio de execução das funções logísticas essenciais à sua operacionalidade, excetuadas aquelas atividades específicas de aviação (BRASIL, 2020a). Quanto ao valor da tropa que nucleia o componente do esforço principal, os GptOpFuzNav dividem-se em três tipos: Brigada Anfíbia (BAnf), integrando dois ou mais Batalhões; Unidade Anfíbia (UANf), com um Batalhão; e Elemento Anfíbio (ElmAnf), com uma Companhia (BRASIL, 2020a).

Cabe destacar, ainda, a importância dos GptOpFuzNav na composição, em conjunto com meios navais e aeronavais adjudicados, do Conjugado Anfíbio. Esse conjugado se traduz em uma Força Naval em constante prontidão operativa, capaz de cumprir as atividades básicas do Poder Naval, e possui capacidades expedicionárias intrínsecas que proporcionam as condições apropriadas para a condução de ações

\*Também colaboraram na confecção desse artigo o CF (FN) José Luís de Melo **Espiúca** – [fnespiuca@yahoo.com.br](mailto:fnespiuca@yahoo.com.br), o CT (FN) **Thiago da Silva** Gonçalves – [silva.thiago@marinha.mil.br](mailto:silva.thiago@marinha.mil.br) e o 1º TEN (AFN) Moises **Guimarães** do Amaral – [tenmga18@gmail.com](mailto:tenmga18@gmail.com).

em um amplo espectro de operações, atuando em cenários estratégicos de interesse, como elemento de reação tempestiva e eficiente a crises e situações contingenciais (BRASIL, 2020a).

Dentro desse contexto, a Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) é a responsável por preparar e prover tempestivamente os GptOpFuzNav, empregando o conceito de Força de Emprego Rápido (FER). A FER da FFE constitui-se de um GptOpFuzNav nível UAnf, que deve ser formado e estar pronto para iniciar seu deslocamento para a área de operações em 48 horas. O Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE) estabelece, ainda, o prazo de 45 a 60 dias para a prontificação de uma BAnf.

É razoável supor que, em uma determinada crise, uma FER (UAnf) seja ativada e empregada, dando pronta resposta ao problema, enquanto uma BAnf é prontificada. Uma vez em condições de operar, essa BAnf incorpora a FER, ampliando o tipo do GptOpFuzNav para o cumprimento da missão inicial e/ou missões subsequentes. Além desse exemplo, outros fatores podem levar à necessidade de escalonar o emprego de um GptOpFuzNav já ativado. A essa característica que possibilita os GptOpFuzNav a aumentarem o seu poder combatente durante uma operação dá-se o nome de expansibilidade. O presente artigo visa apresentar uma conceituação da expansão no GptOpFuzNav, culminando com uma exemplificação do tema, conforme empregado na Operação “QUADREX 2020” (Exercício).

## Expansibilidade

Uma das principais características dos GptOpFuzNav é a sua expansibilidade, ou seja, a possibilidade de que uma força deslocada tenha a capacidade de expandir seu efetivo e poder de combate, sem prejuízo da continuidade da operação. A estrutura modular dos GptOpFuzNav permite que essa expansão ocorra de forma rápida e eficaz, acrescentando componentes ou elementos (até mesmo destacamentos de forças

Figura 1: A Expansibilidade do GptOpFuzNav



Fonte: Adaptado de BRASIL, 2020a, p. 4-7

amigas) (BRASIL, 2020a). É importante frisar que não existe um GptOpFuzNav dentro do outro e, embora possa haver dois ou mais componentes do mesmo tipo (como por exemplo, dois CCT), haverá apenas um Componente de Comando.

A expansão de um GptOpFuzNav pode ser Deliberada ou Fortuita. A Fortuita ocorre por imposição da evolução da situação, quando um GptOpFuzNav passa a ser inadequado e exige-se um de maior vulto para o cumprimento da missão. Já a expansão Deliberada pode ser motivada por dois fatores condicionantes:

- Necessidade de rápida resposta – dada a premência de tempo, uma resposta imediata é necessária. Dessa forma, envia-se o GptOpFuzNav de menor tipo que poderá lidar com a crise de forma emergencial e temporária, já prevendo que haverá uma expansão do GptOpFuzNav no menor tempo possível.
- Indisponibilidade de meios – a fim de fornecer uma resposta rápida à crise e diante da indisponibilidade de meios (navios, aeronaves, etc.) para movimentar a Força para a Área de Operações, decide-se por enviar um GptOpFuzNav de menor vulto que o ideal para confrontar a crise, já se prevendo sua elevação assim que possível.

Passemos agora a definir os tipos, métodos, fases e princípios da expansão.

Tipos de Expansão:

- Reforço – constitui mera adição de elementos de Combate, de Apoio ao Combate ou de Apoio de Serviços ao Combate aos componentes do GptOpFuzNav, não ensejando nenhuma alteração na sua estrutura e/ou no seu tipo.
- Fusão – dois GptOpFuzNav de mesmo tipo se unem para formar um GptOpFuzNav resultante de tipo superior.
- Elevação – é o aumento do tipo de GptOpFuzNav. Não se trata apenas de reforço, mas de incrementar Comando e Controle (C2), elementos de Combate, de Apoio de Fogo e sustentabilidade (logística). Pode ocorrer entre um ElmAnf e uma UAnf ou entre uma UAnf e uma BAnf. Nesse tipo de expansão, visualizam-se duas possibilidades: o GptOpFuzNav inicial é absorvido por um segundo de tipo superior que chegará posteriormente; ou o GptOpFuzNav é organizado com parcela de seu CCmdo de tipo superior e recebe reforços para os componentes subordinados, a fim de evoluir para um tipo superior, ou mesmo recebe componentes adicionais (por exemplo, o emprego de uma UAnf que contenha as agências de C2 necessárias ao funcionamento de uma BAnf).

Cabe ressaltar que, assim como pode ocorrer a expansão do GptOpFuzNav, também pode ser necessária a retração, reduzindo-o a um tipo inferior.

Métodos de Expansão:

- Sucessivo – um componente subordinado por vez.
- Simultâneo – todos os componentes subordinados ao mesmo tempo.
- Faseamento da Expansão:
- Integração – caracteriza-se pela presença de dois GptOpFuzNav (ou do primeiro a chegar e a tropa que vem em seguida para expandir). Nessa fase, o processo de transição se inicia e as duas Forças devem estar organizadas para serem empregadas independentemente até que a fase de fusão seja deflagrada. O objetivo é garantir o atingimento da unidade de comando, mesmo sem reorganizar os componentes subordinados.
- Fusão – caracteriza-se pela reorganização dos componentes. Gradualmente, os CCT, os CASC e os CCA se fundem, constituindo um único componente de cada tipo (exceto se a reorganização visar a um GptOpFuzNav com dois componentes do mesmo tipo. Exemplo: dois CCT, dois CASC ou dois CCA). Ao final dessa fase, os Comandantes dos componentes resultantes exercerão total Comando e Controle sobre todas as suas tropas por meio de uma única cadeia de comando, subordinados ao Comandante do GptOpFuzNav resultante.

Princípios de Expansão:

- Unidade de Comando em todas as fases.
- Os Estados-Maiores (EM) dos Componentes absorvidos do GptOpFuzNav de tipo inferior serão paralelamente aproveitados no EM do GptOpFuzNav resultante.
- A velocidade de transição é ditada pelo terreno, situação operacional e operações futuras visualizadas (ESTADOS UNIDOS, 1985. Tradução nossa).

## QUADREX 2020 (Exercício)

Em 2020, a FFE realizou um grande exercício de quadros, a Operação QUADREX 2020 (Exercício), cujos objetivos foram: planejamento e confecção de planos; aspectos relacionados a C2 e testados por simulação construtiva (jogos de guerra); e desenvolvimento doutrinário – experimentação sobre a expansão deliberada de um GptOpFuzNav em uma Operação Anfíbia (OpAnf).

A situação se desenvolve, hipoteticamente, no continente SUL AMERICANO, no qual o país CINZA tem sua parte sul controlada por insurgentes. Já o país TUPI apoia o governo legítimo de CINZA, enquanto VERDE apoia os rebeldes. TUPI não faz fronteira com CINZA, havendo o país AMARELO, que se mantém neutro, entre ambos. Devido à crise humanitária decorrente do conflito insurgente, o Conselho de Segurança da ONU autorizou TUPI a conduzir ações em CINZA, a fim de reestabelecer o controle pelo governo legítimo de CINZA em todo o seu território.

Figura 2: Situação Geral



Fonte: O autor

TUPI, então, ativou um Comando Operacional e uma Área de Operações (AOp). Coube ao Comandante de Operações Navais (CON) de TUPI a liderança desse Comando Operacional. Para cumprir sua tarefa de restabelecer o controle da porção Sul do território de CINZA, o Comandante da Força Naval Componente (ComFNC) decidiu realizar uma OpAnf, com uma UAnf, para conquistar um porto em CINZA que lhe permitisse o desembarque posterior de uma BAnf. Essa BAnf, então, conduziria as

operações subsequentes para reconquista do território controlado pelos rebeldes. A capacidade dos meios navais de transportarem no máximo uma UAnf foi a razão para o escalonamento do emprego do GptOpFuzNav. Foram formadas uma Força-Tarefa Anfíbia (FT-11) e uma Força de Desembarque (FT-21), esta última nucleada no Comando da Divisão Anfíbia (ComDivAnf). Diante do exposto, a FT-21 deveria planejar e executar uma expansão deliberada e por elevação do seu GptOpFuzNav.

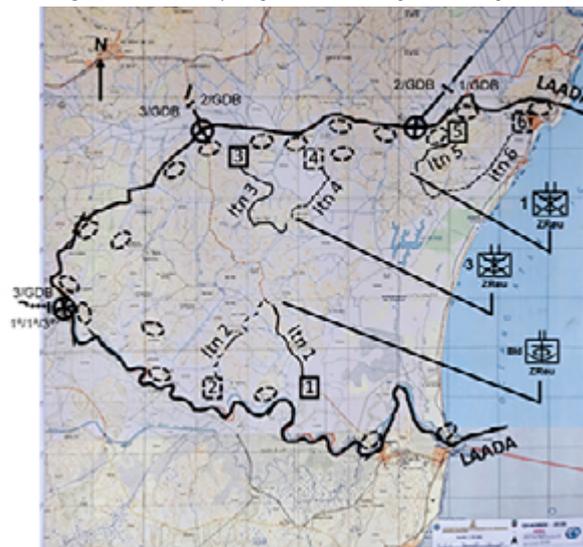
Inicialmente, foi decidido que CCmdo da FT-21 seria de nível BANf durante toda a operação, ainda que para o Assalto Anfíbio (AssAnf) o CCT fosse um Grupamento de Desembarque de Batalhão (GDB) – compatível com uma UAnf. Dessa forma, manteve-se a unidade de comando, evitando passagem de funções após a conquista da Cabeça de Praia (CP), além de permitir uma elevada consciência situacional ao EM do Comando da FT-21 (CFT-21) desde os momentos iniciais.

A manobra da FT-21 foi concebida em duas operações: anfíbia e subsequente. A OpAnf foi dividida em quatro fases: 1ª – conquista da CP; 2ª – defesa da CP; 3ª – desembarque continuado dos meios da BANf (Grupo de Combate Terrestre (GCT), Grupo de Engenharia da Força (GEF) e meios remanescentes do Grupo de Combate Aéreo (GCA) e Grupo de Apoio de Serviços ao Combate (GASC)); e 4ª – expansão do GptOpFuzNav. Para a execução da OpAnf, a FT-21 constituiu dois CCT: um GDB, encarregado do planejamento que compete ao CCT para as 1ª, 2ª e 3ª fases; e um GCT encarregado de planejar a expansão. Já para a operação subsequente, o Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (BtlInfFuzNav) que nucleava o GDB foi incorporado ao GCT, momento no qual a FT-21 passava a contar com apenas um CCT.

Devido à grande extensão da AOp da operação subsequente (aproximadamente 90x35 km), o CFT-21 decidiu empregar o Batalhão de Blindados de Fuzileiros Navais (BtlBldFuzNav) como peça de manobra, a fim de, somando-se esse Batalhão aos três BtlInfFuzNav, poder dividir a AOp em quatro Zonas de Responsabilidade Tática (ZRT), uma a cargo de cada Batalhão. Para tanto, o BtlBldFuzNav foi reforçado com uma Companhia de Fuzileiros Navais (CiaFuzNav).

O desembarque dos meios restantes da BANf ocorreu por meio do Porto de ITAÓCA – operado pelo GRADA (subordinado ao GASC) – e da Base de Operações Aéreas (BOA) – operada pelo CCA, ocorrendo de D+4 até D+10. A expansão do GASC e do GCA foi um processo natural, com seus respectivos Comandos já sendo de nível BANf desde a 1ª fase e com os meios sendo incorporados e empregados gradativamente, conforme a sequência de desembarque. O GEF, como elemento do GptOpFuzNav, não teve questões de continuidade a resolver, visto que foi inteiramente adicionado à FT-21 durante a expansão. Já para os componentes de combate, a integração foi facilitada pelo desembarque do Grupo de Comando (GpCmdo) do GCT ainda durante o AssAnf, de forma que ele estabeleceu ligação com o comando do GDB e manteve sua consciência situacional plena. Para a fusão dos componentes, o GCT planejou uma substituição em posição, na qual os três Batalhões do GCT substituíram parcela do GDB, ficando, ao final, o dispositivo defensivo da CP guarnecido por quatro Batalhões.

Figura 3: Calco de Operações da Substituição em Posição



Fonte: O autor

Com o GDB defendendo a CP, deu-se início ao desembarque administrativo (3ª fase). Após o reagrupamento, os Batalhões subordinados ao GCT foram guiados às suas respectivas Zonas de Reunião (ZReu), a partir de onde contatos entre os Comandos dos Batalhões e as peças de manobra do GDB foram realizados, com estas últimas reportando a situação nas frentes onde seriam substituídas. Foram coordenados e realizados reconhecimentos dos itinerários, pontos de ligação e núcleos defensivos. A substituição foi realizada em período noturno, com medidas de reconhecimento mútuo sendo estabelecidas em diretiva. Mediante ordem, iniciou-se a 4ª fase e o 1ºBtlInfFuzNav(Ref) substituiu a 1ªCiaFuzNav/GDB, o 3ºBtlInfFuzNav(-)(Ref) substituiu a 2ªCiaFuzNav/GDB e o BtlBldFuzNav(-)(Ref) assumiu o comando da 1ª/3ºBtlInfFuzNav (Cia que estava em reforço ao GDB).

A substituição foi realizada em posição, homem por homem, arma por arma. Foi mantida a “fisionomia de frente”, sendo substituído até 1/3 dos elementos em primeiro escalão por vez. As peças de manobra reportaram ao GCT a substituição de 2/3 das suas tropas em posição, além do estabelecimento dos meios de comunicação suficientes, momento no qual essas peças de manobra assumiram e reportaram o controle do setor defensivo. A frente da 3ªCiaFuzNav/GDB permaneceu a cargo do GDB, que concentrou suas tropas substituídas nesse setor. Com a conclusão da substituição e o pronto apresentado ao CFT-21 pelo GCT, o GDB como CCT foi desativado e seu Batalhão núcleo (2ºBtlInfFuzNav) foi incorporado ao GCT. O GCT manteve a 3ª/1ºBtlInfFuzNav como reserva hipotecada a partir do início da substituição e também a 3ª/2ºBtlInfFuzNav após a conclusão da substituição.

Por sua vez, o dispositivo defensivo da CP, guarnecido pelo GCT ao final da expansão, visava a facilitar a continuidade

da operação subsequente: O BtlBldFuzNav, ao S, e o 2ºBtlInfFuzNav, a W, realizariam um ataque de Brigada em um objetivo a SW da CP; o 3ºBtlInfFuzNav, ao N, seguiria eixado aos Batalhões já citados, como reserva do GCT; e o 1ºBtlInfFuzNav, a NE, conquistaria um objetivo a NE da CP. Essas manobras ofensivas colocaram os Batalhões em posições favoráveis para assumir, posteriormente, suas ZRT.

Figura 4: Frentes de Defesa do GCT após a expansão



Fonte: O autor

Uma vez determinado o data-hora para início da operação subsequente, os Batalhões desguarneceram o dispositivo defensivo e se reorganizaram, a fim de retomar a ofensiva, atingindo assim o estado final desejado do CFT-21 para o término da 4ª fase (e da OpAnf como um todo): a FT-21 pronta para prosseguir em operação subsequente. Uma observação é que o Limite Anterior da Área de Defesa Avançada (LAADA) se converteu em Linha de Partida (LP) para o prosseguimento com a operação subsequente, visto que era um traçado nítido e de conhecimento geral.

O planejamento simultâneo de ambos os CCT refletiu em um Plano de Defesa da CP, confeccionado pelo GDB, que atendes-se à ideia de manobra do GCT para a substituição em posição. Um exemplo dessa coordenação foi a alocação de um Pelotão (Pel) do 3ºBtlInfFuzNav – que estava em reforço ao GDB – para uma frente que seria guarnecida pelo BtlBldFuzNav a partir da 4ª fase, sendo esse Pel e o restante da sua Cia de origem (até então reserva do GDB) incorporados pelo BtlBldFuzNav. Dessa forma, minimizou-se o prejuízo que uma substituição acarreta na operação defensiva.

A mudança de postura ofensiva para defensiva representa uma pausa operativa, momento propício para ressurgimento. Embora a iniciativa passe para a força adversa, a tropa em defensiva possui um controle melhor sobre sua AOp. Por esse motivo, decidiu-se por realizar a expansão durante a

defesa da CP. Já a substituição em posição, em vez de uma ultrapassagem do GCT prosseguindo em ofensiva, objetivou aliviar o GDB, já desgastado pelo AssAnf, e a reavaliação da situação antes da retomada da ofensiva. Outro fator importante para a FT-21 manter, cautelosamente, o GCT em defensiva temporariamente foi não haver premissa de tempo para a conquista da AOp subsequente.

## Conclusão

O aperfeiçoamento contínuo de conceitos emergentes como a expansibilidade de um GptOpFuzNav nos permite o enfrentamento dos complexos desafios ora vigentes, tais como ameaças à soberania nacional; pirataria; pesca ilegal, não declarada e não regulamentada; acessos ilegais a conhecimentos: fauna, flora e biopirataria; crime organizado e conflitos urbanos; terrorismo; ameaças cibernéticas; e questões ambientais, desastres naturais e pandemias, conforme contido no Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040) (BRASIL, 2020b).

Como exemplo prático da pertinência do tema, tem-se como modelo as ações do Departamento de Defesa dos Estados Unidos contra a organização terrorista Al-Qaeda após o fatídico atentado de 11 de setembro de 2001. Nesse contexto, recorreu-se à prontidão operativa de duas MEU (*Marine Expeditionary Unit*, semelhantes à UAnf) do U.S. *Marine Corps*, previamente posicionadas no Oriente Médio, unindo-as para a formação de uma MEB (*Marine Expeditionary Brigade*, semelhante à BANf), a *Task Force 58* (TF-58). Ativada em 30 de outubro, a TF-58 conquistou uma Base de Operações (BOp) avançada (aeródromo Rhino) em

Figura 5: Conquista da BOp Rhino pela TF-58



Fonte: LOWREY, 2011, p. 112

25 de novembro, em um AssAnf totalmente aerotransportado, com um movimento-navio-objetivo de aproximadamente 700 km. A TF-58 é, então, um exemplo clássico de expansão por fusão, e o sucesso na condução de uma operação altamente complexa em 36 dias após sua ativação reforça a relevância desse conceito para as forças anfíbias.

O Conjugado Anfíbio possui, além das características de versatilidade, mobilidade e permanência, uma flexibilidade ímpar com os GptOpFuzNav graças à sua doutrina de emprego, provendo uma gama de opções às autoridades decisoras. Sendo

assim, o CFN, como força de pronto emprego e expedicionária por excelência, deve manter-se adestrado, particularmente quanto à característica de expansibilidade dos GptOpFuzNav, a fim de manter sua excelência operativa. Conclui-se, portanto, imprescindível o estudo do tema expansão, de forma que se visualizem possibilidades e limitações para emprego dos GptOpFuzNav, atuando de forma modular em diferentes cenários. Capazes de alterar objetivos, meios, organizações e forma de manobra, mesmo durante uma operação em curso, os GptOpFuzNav materializam o CFN como elemento-chave na capacidade de projeção de poder.



## Referências

BRASIL. Marinha do Brasil. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-O-1: Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, RJ, 2020a.

BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha-PEM 2040**. Brasília, DF, 2020b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2020c.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **Guidelines for Forming a Composite MAGTF**. Washington, DC, 1985.

LOWREY, Nathan. **U.S. Marines in Afghanistan, 2001-2002: from the sea**. Washington, DC: United States Marine Corps, 2011. (US Marines in Global War on Terrorism).





CMG (RM1-FN) Fábio Montenegro Delmas  
fabio.m.delmas@gmail.com

## Novas gerações e o Ethos do CFN



O CMG (RM1-FN) **Montenegro** trabalha atualmente como psicólogo (CRP:33345/5) realizando atendimentos terapêuticos. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM), da EGN, em 2018. Serviu na EGN como docente de Assuntos Psicossociais, foi Encarregado da Seção de Comando e Controle do BRABAT na Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti (MINUSTAH), Comandante de Pelotão de Fuzileiros Navais na Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM III), Encarregado do Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais do Grupo de Apoio Técnico (GAT-FN) na Namíbia e comandou o Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário. Possui também o Curso de Graduação de Bacharelado em Psicologia e Formação de Psicólogo pela UERJ, Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional e Psicologia Social pela FAMEESP e Gestão Empresarial e Gestão Internacional pela UFRJ.

### Introdução

Conhecer as características das novas gerações<sup>1</sup> que se encontram nas fileiras do CFN constitui-se uma necessidade para que os líderes navais possam exercer o seu papel com maior eficiência. Isso porque, ao compreender a visão de mundo daqueles nascidos em um novo contexto sócio-histórico-cultural, torna-se facilitada a comunicação assertiva, no intuito de desenvolver o Ethos<sup>2</sup> de nossa instituição nos combatentes de todos os tempos.

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo trazer uma reflexão sobre as peculiaridades das novas gerações, buscando a sua aderência com os valores que constituem o Ethos do CFN. Para alcançar esse objetivo, são descritas algumas considerações sobre o Ethos do CFN e a sua relação entre as novas gerações.

### Considerações sobre as gerações

Conforme Kupperschmidt (2000), uma geração engloba um grupo de indivíduos nascidos em um determinado período, levando-o a viver os mesmos acontecimentos sociais significativos em etapas fundamentais do desenvolvimento sociocognitivo-cultural em um contexto histórico específico. Com isso, cada geração se diferencia de outra pelo seu conjunto de crenças, valores e prioridades. A partir desse entendimento, classificam as gerações de profissionais ativos em Geração baby boomer, Geração X, Geração Y e Geração Z.

A **Geração dos baby boomers** são os nascidos até 1964. Seus representantes demonstram ser mais motivados, otimistas e workaholics<sup>3</sup>. Possuem uma postura conservadora, embora não rígida. Valorizam o status e a ascensão profissional dentro da sua organização de trabalho, à qual são leais e altamente comprometidos. (COMAZZETTO et al., 2016)

<sup>1</sup>Esse artigo considera como novas gerações as gerações Y e Z.

<sup>2</sup>"Conjunto de valores que orientam o comportamento do homem em relação aos outros homens na sociedade em que vive, garantindo, outrossim, o bem-estar social", ou seja, a forma que o homem deve se comportar no seu meio social. Disponível em: <[https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/patologia/ANTONIOCARLOSALESSI/etica\\_e\\_moral.pdf/](https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/patologia/ANTONIOCARLOSALESSI/etica_e_moral.pdf/)>. Acesso em 30 mar. 2021.

<sup>3</sup>Termo alusivo àqueles que são viciados no trabalho, chegando a colocar a vida profissional acima da família, da vida social, do lazer e até mesmo da saúde.

Figura 1: Encontro de Gerações no CFN



Fonte: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Nascidos entre 1965 e 1977, a **Geração X** defrontou-se com um cenário de mudanças na família, no qual pai e mãe passaram a trabalhar, quadro esse que despertou o sentimento de culpa nas mulheres pela ausência no lar, dificultando o estabelecimento de limites em seus filhos. Os integrantes dessa geração tendem a ser mais individualistas, informais, irreverentes, autoconfiantes e deixam de lado a aspiração de conseguir um emprego por toda a vida. No trabalho, apreciam a variedade de tarefas, desafios, oportunidades, liberdade nas ações, flexibilidade, precisam de feedback e defendem uma hierarquia menos rigorosa. (COMAZZETTO et al., 2016)

Quanto à **Geração Y**, refere-se aos nascidos entre 1978 e 1992, que cresceram a partir de uma fase de sua vida em contato com as tecnologias de informação, são ainda mais individualistas e apresentam dificuldades com disciplina e hierarquia. Vivenciaram a cultura da impermanência e a falta de garantias, em função dos mercados voláteis. Foi a primeira geração da história que usufruiu de um grande fluxo de informação advindo da tecnologia. Com a infância marcada por agenda cheia de atividades e de eletrônicos, as pessoas dessa geração desenvolveram a visão sistêmica, são multifacetadas e conectadas aos acontecimentos em tempo real. (COMAZZETTO et al., 2016)

Por fim, a **Geração Z**, dos nativos digitais, nascidos a partir de 1993. Em uma visão psicológica, Prensky (2001) aponta que os jovens dessa geração só conseguem compreender esse mundo por intermédio das TICs<sup>4</sup>, em uma comunicação em tempo real. As TICs estão totalmente absorvidas em sua rotina, sejam como ferramentas de estudo, nas relações sociais, em jogos ou em navegar aleatoriamente pela internet. Além disso, possuem a facilidade de receber diversas informações e realizar várias tarefas ao mesmo tempo. Segundo Veen e Vrakking (2009), essa geração se diferencia das demais por serem mais ativos, diretos, impacientes, incontrolláveis e indisciplinados, uma vez que apresentam seus comportamentos e habilidades fortemente influenciados pelo contexto em que vivem, dominado pelo mundo da tecnologia.

## O Ethos do CFN

O termo Ethos origina-se do grego que significa: modo de ser, pode ser traduzido como ética. Possui como base o conjunto de valores que anima o sujeito, sustentando a sua vida em um caminho de autenticidade com reflexo no seu comportamento perante a sociedade<sup>5</sup>.

<sup>4</sup>Tecnologias da Informação e Comunicação.

<sup>5</sup>Disponível em: <[https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/patologia/ANTONIOCARLOSALESSI/etica\\_e\\_moral.pdf/](https://www.fcav.unesp.br/Home/departamentos/patologia/ANTONIOCARLOSALESSI/etica_e_moral.pdf/)>. Acesso em 30 mar. 2021.

Esse caminho de autenticidade remonta ao processo de individuação<sup>6</sup> liderado pelo arquétipo Self<sup>7</sup> da teoria analítica de Carl Gustav Jung (2009), no qual a pessoa atende a sua necessidade de autorrealização, por harmonizar os desejos do Ego<sup>8</sup> com as demandas e os valores do Self. Nesse entendimento, é mister trazer para reflexão os valores preconizados pelo CFN (BRASIL), por constituírem seu Ethos e serem congruentes com os valores do Self. São eles:

**“Honra:** Bem intangível, que sintetiza os valores mais altos do ser humano, como a ética, a moral e a integridade”. Trazendo esse conceito com os alicerces da teoria de Jung, a honra é uma das virtudes primordiais do CFN, pois como consta na Rosa de Virtudes da nossa Marinha (BRASIL, 2018), tal sentimento nos leva à prática do bem, que exige a posse do perfeito sentimento do que é justo e respeitável, constituindo-se a virtude por excelência, porque em si contém todas as demais.

**“Competência:** Faculdade para apreciar e resolver qualquer questão. Aptidão, idoneidade”. Esse valor estimula o desenvolvimento das habilidades necessárias para o aprimoramento profissional. Em um processo de autoconhecimento, a pessoa leal a si mesma e a instituição busca a aprendizagem contínua para melhor cumprir seus labores.

**“Determinação:** Valor intrínseco de cada pessoa, resoluta na busca incessante para alcançar os seus objetivos”. Materializa-se no sentimento de cumprimento de missão, no qual o indivíduo se energiza e ganha força para vencer os obstáculos e adversidades que se apresentem. Esse valor está associado ao “Fogo Sagrado” da nossa Rosa das Virtudes, ao se manifestar pelo entusiasmo na execução do serviço e como uma força misteriosa que domina a alma do militar. É contagiante quando expressa em atitudes e ações.

**“Profissionalismo:** Capacidade que o militar tem para a realização do seu trabalho de forma competente, com seriedade e responsabilidade”. Denota o agir da consciência de maneira centrada, com a visão mais ampla da importância

<sup>6</sup>“A individuação, em geral, é o processo de formação e particularização do ser individual e, em especial, é o desenvolvimento do indivíduo psicológico como ser distinto do conjunto, da psicologia coletiva. É, portanto um processo de diferenciação que objetiva o desenvolvimento da personalidade individual.” (JUNG, 1991).

<sup>7</sup>O Self é o principal arquétipo da psique. É o princípio organizador da Personalidade. A sua função consiste na integração e harmonização dos demais arquétipos. O bem-estar genuíno acontece quando o Self está cumprindo o seu papel, por buscar o principal objetivo de personalidade que é a autorrealização. Por meio do desenvolvimento desse arquétipo, o homem fica motivado a uma ampliação da consciência e ao autoconhecimento (HALL, 2003).

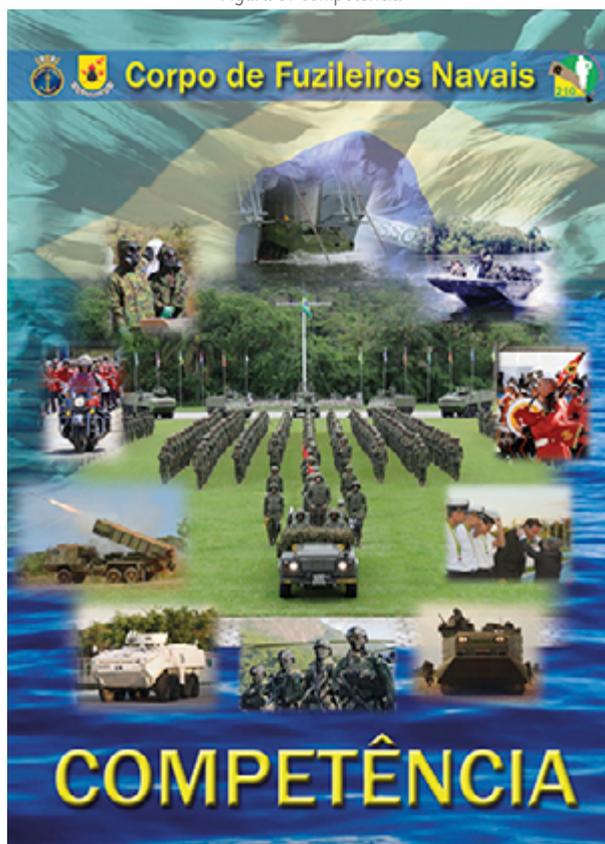
<sup>8</sup>O Ego constitui a estrutura organizacional da Consciência, com a função primordial relacionada a percepções conscientes, recordações, pensamentos e sentimentos. Pelo Ego, podemos sentir hoje que somos a mesma pessoa que ontem (JUNG, 2009).

Figura 2: Honra



Fonte: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Figura 3: Competência



Fonte: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Figura 4: Determinação



Fonte: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Figura 5: Profissionalismo



Fonte: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

do seu serviço que contribui, em última análise, para o bem da Pátria. Manifesta-se na dedicação ao serviço, no cumprimento do dever e na disciplina.

Por fim, considera-se também o valor do lema do CFN “ADSUMUS”. Termo de origem latina que significa “aqui estamos!”, “estar presente”, “estar junto” e simboliza a responsabilidade de cada combatente em estar focado em seu permanente estado de prontidão.

## A relação entre as novas gerações e o Ethos do CFN

As novas gerações e o Ethos do CFN podem ser relacionados em suas peculiaridades e pontos de aproximação. Contudo, vale a ressalva em não considerar que a personalidade seja definida exclusivamente pelo contexto cultural da época do nascimento, pois seria uma perspectiva reducionista e simplória, diante da complexidade da mente humana.

Conforme Comazzetto et al. (2016), as empresas enfrentam como um relevante desafio a forma de lidar com as novas gerações, devido às suas características. A imagem dos jovens dessas gerações perante as organizações remete à representação que eles não respondem bem às medidas disciplinares, por ter algo de não domesticável. Por outro lado, possuem uma alta habilidade inovadora e uma inteligência voltada para trabalhar com um grande fluxo de informação. Com isso, a resistência e a criação caminham juntas, constituindo o paradoxo que inquieta e demanda ações assertivas das empresas.

De acordo com Maldonado (2019), compõem como boas práticas as seguintes ações voltadas aos relacionamentos interpessoais com as novas gerações:

- A aproximação entre os níveis hierárquicos;
- O desenvolvimento de uma comunicação eficiente, por meio da escuta empática de suas opiniões e ideias;
- O incentivo para as ideias inovadoras que possuam potencial a bons resultados; e
- Delegação de tarefas de maior desafio à medida que sejam reconhecidos pelo seu bom desempenho. Mantendo assim o movimento de novas conquistas que agregam um valor diferenciado para a empresa.

Essas ações citadas possuem ressonância com o modo de ser do fuzileiro naval, ou seja, o seu Ethos. Particularmente, esse fato é manifesto no companheirismo, na ajuda mútua, no espírito de corpo e no trabalho em equipe para a solução de problemas, no qual considera as percepções e as assessorias sem autoritarismos e discriminações. São pontos que se conectam na nossa atitude social<sup>9</sup> e permitem a construção da sinergia necessária perante as adversidades, expressando assim o valor do grupo que é maior que a soma dos indivíduos. Constituem então a combinação desejável da cooperação consciente, do respeito recíproco e do bom clima organizacional, que consolidam como um importante elemento da força do fuzileiro naval.

Navegando nesse rumo, nosso ambiente de trabalho tende a valorização das qualidades de cada militar, e por consequência, favorecer a complementariedade de aptidões para atingir um objetivo comum, deixando fluir e aumentando as possibilidades de sucesso no cumprimento da missão, ao respeitar as potencialidades e limitações individuais.

## Considerações finais

Como visto, o Ethos do CFN é formado por valores sólidos que acolhem as peculiaridades de diferentes gerações. O entendimento dessa realidade leva o líder naval a melhor gerenciar as relações interpessoais em seu grupo. Nesse caminho, percebe-se que é possível conciliar as idiossincrasias presentes em qualquer grupo social e abrir portas para que as novas gerações possam ser beneficiadas em suas potencialidades e conduzidas de forma mais harmônica em suas limitações, o que contribui para uma maior satisfação no trabalho<sup>10</sup> e qualidade na execução das tarefas.

<sup>9</sup>A atitude social é um processo mental, no qual experimentamos afetos diferentes em relação às pessoas, ao trabalho e às instituições. O sentimento é o seu principal elemento constitutivo. Dessa forma, a nossa atitude social na relação profissional está ligada a valores afetivos intrínsecos aos objetos do meio organizacional, que influenciam o nosso comportamento no ambiente de trabalho (KRÜGER, 1986).

<sup>10</sup>A satisfação no trabalho tem influência na qualidade de vida, na saúde e nos relacionamentos no ambiente de serviço, o que envolve consequências não apenas para o sujeito, mas também para a organização como um todo (FERREIRA e ASSMAR, 2004).



## Referências

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. Valores. **Marinha do Brasil**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/cgcfv/valores/>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. Marinha. Diretoria de Ensino da Marinha. **DEnsM-1005**: Manual de Liderança da Marinha. Rio de Janeiro, 2018.

COMAZZETTO, L. R. et al. A Geração Y no mercado de trabalho: um estudo comparativo entre gerações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 145-157, Mar. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n1/1982-3703-pcp-36-1-0145.pdf/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

FERREIRA, M. C.; ASSMAR, E. M. L. Cultura, satisfação e saúde nas organizações. In: TAMAYO, A. (org.). **Cultura e saúde nas organizações**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 102-126.

HALL, C. S.; NORDBY, V.J. **Introdução à Psicologia Junguiana**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2003.

JUNG, C. G. **A natureza da Psique**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

JUNG, C. G. **Tipos psicológicos**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

KRÜGER, H. **Introdução à Psicologia social**. São Paulo: EPU, 1986.

KUPPERSCHMIDT, B. R. Multigeneration employees: strategies for effective management. **The Health Care Manager**, v. 19, n.1, p. 65-76. doi:10.1097/00126450-200019010-00011, Sept. 2000.

MALDONADO, M. T. A Geração Y no trabalho: um desafio para os gestores. **Psicologias do Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://www.psicologiasdobrasil.com.br/a-geracao-y-no-trabalho-um-desafio-para-os-gestores/>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

PRENSKY, M. Digital natives, digital immigrants. **On The Horizon**, Bradford, v. 9, n. 5, p. 2-6, oct. 2001. Disponível em: <<https://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf/>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

VEEN, W.; VRAKKING, B. **Homo zapiens**: educando na era digital. Porto Alegre: Artmed, 2009.



CF (FN) **Hélio** Paiva da Silva Junior  
*helio.junior@marinha.mil.br*

## Tecnologia e o futuro da guerra



O CF (FN) **Hélio** Paiva da Silva Junior serve atualmente no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC) como Chefe do Departamento de Instrução. É oriundo do Colégio Naval. Concluiu o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores em 2018, na Escola de Guerra Naval e o Curso de Estado-Maior Conjunto em 2021. Serviu como Oficial Superior: no CIASC, como Encarregado da Escola de Infantaria; no Estado-Maior do BRABAT 23, como Ajudante de Logística; no Comando da Divisão Anfíbia, como oficial adjunto de Operações; no 1º Batalhão de Infantaria - Batalhão Riachuelo, como Imediato interino e como Adjunto de Operações no 9º Contingente da Operação Acolhida.

Figura 1: O Mundo das Conexões Tecnológicas



Fonte: Oliveira, 2017

### Introdução

Todos temos a consciência da importância da tecnologia em nossas vidas. Ela é a aplicação direta dos experimentos e experiências observadas e testadas. As guerras enfrentadas pela humanidade sempre trouxeram um pouco de tecnologia, desde quando os primitivos descobriram o uso de ossos e pedras para ferir, até os dias atuais, com as grandes plataformas utilizadas nas Forças Armadas.

As duas grandes guerras trouxeram grandes inovações tecnológicas que foram aproveitadas para mudar a forma em que vivemos.

Se retornarmos à época da 1ª Guerra Mundial, podemos constatar que as mudanças bélicas trouxeram grandes impactos nas estratégias, táticas e procedimentos no campo de batalha. Além das inovações bélicas, essa guerra trouxe alguns legados de praticidade no dia a dia das pessoas como: os absorventes higiênicos que surgiram a partir do *cellucotton* utilizados como curativos devido a sua alta absorção e a cirurgia plástica desenvolvida pelo Harold Gilles, do Reino Unido, para melhorar a vida dos mutilados após a guerra.

O arrasto tecnológico proporcionados por essas inovações alteraram o equilíbrio de poder mundial e a vida das pessoas.

Já na 2ª Guerra Mundial, que foi uma continuação da primeira, as mudanças foram mais sofisticadas e trouxeram uma revolução tecnológica e econômica que aceleraram de forma impressionante as relações internacionais e a vida das pessoas como a internet, a manipulação das ondas eletromagnéticas utilizadas pelo rádio e equipamentos de televisão, o Jipe, o Fusca, a panela de Teflon, a tecnologia dos computadores, os radares, o horário de verão criado com a necessidade de economizar carvão utilizado nas locomotivas alemãs para o transporte de armas para os campos de batalha. E por fim, a manipulação da energia nuclear que revolucionou a produção de energia e a medicina moderna.

A vivência médica militar, os experimentos nazistas e o desenvolvimento da penicilina foram feitos relevantes

dessa época que ajudaram a medicina a ser o que é hoje (CARBONIERI, 2019).

Essas novas inovações proporcionaram o processo de globalização através das tecnologias de informação, transporte, logística e das sofisticadas técnicas gerenciais. Esse processo teve por consequência a criação das cidades globais que, por sua vez, sobrecarregou os Estados e impôs a eles uma soberania relativa.

Neste contexto, Robert A. Johnson<sup>1</sup> (2014) em seu artigo: “Prevenção da Guerra do Futuro”, concluiu em seus estudos 10 tendências para a guerra: ações irregulares em áreas urbanas que exploram vulnerabilidades de infraestrutura; porosidade; dispersão; profundidade; furtividade<sup>2</sup>; poder de combate miniaturizado; privatizações da violência; descentralização; operações sistêmicas modais; e precisão.

Essas tendências indicam cenários onde os espaços de batalha aconteceriam dentro dos centros urbanos. As principais ameaças seriam as pequenas organizações criminosas e os grupos terroristas, que realizam operações de baixa intensidade e operações não convencionais de guerra sistêmica, como: Operações de Informação, Crimes e Bloqueio Cibernético, Ataques Biológicos Seletivos, Ações Disruptivas de Guerra Eletrônica, Colapsos Energéticos e Contaminação de Água e Comida (JOHNSON, 2014, p. 77). Isso requer maior especialização dos seus elementos, que operariam com tecnologias mais sofisticadas e dispositivos multiuso portáteis.

Embora o assunto seja muito vasto e com muitos detalhes, como é possível constatar na grande quantidade de livros e artigos produzidos sobre o tema, o desafio deste artigo foi apresentar, em poucas páginas, um panorama sobre a influência da tecnologia na guerra moderna e despertar a curiosidade e a reflexão sobre as mudanças que as inovações tecnológicas trouxeram e trarão para o futuro da guerra. Aqueles que desejarem se aprofundar poderão recorrer às referências deste artigo.

## O ABCE da Guerra do Futuro

Devido a essa nova conjuntura político-econômica, a forma de estudar, planejar e executar a defesa nacional ganhou novas dimensões além das tradicionais, ou seja, marítima, terrestre e aérea. Vivemos hoje em uma nova

corrida armamentista baseada em quatro novas dimensões: Autônomos, Biotecnologia, Cibernético e Espaço.

A tecnologia tem mudado os conceitos da geopolítica clássica que conhecemos. A Guerra de Trincheira da 1ª Guerra Mundial e a Guerra de Movimento da 2ª Guerra mundial com seus armamentos letais dão lugar a ataques e defesas no ciberespaço, gerando outras perspectivas na área do emprego da Expressão Militar do Poder Nacional e nas ferramentas de dissuasão.

### “A” de Autônomos e Inteligência Artificial

Os Sistemas Mecânicos Autônomos, como os drones de todas as formas aliados à Inteligência Artificial (AI), darão uma nova concepção de emprego destes dispositivos no processo decisório dentro do campo de batalha. Esses dispositivos permitirão que plataformas autônomas, sem a necessidade de condutores, atuem na área de operações interagindo diretamente com as tropas, uma hora diminuindo baixas e em outra proporcionando menor efeito colateral devido às ações pontuais e através de sistemas que proporcionem a coleta de dados mais eficazes e assertivos.

Além disso, as estratégias de controle e negação dos oceanos poderão ser realizadas com menores custos e menos baixas para os detentores destas tecnologias mediante o envio de drones, robôs inteligentes, desativação ou neutralização de sistemas de armas e até ataques remotos de sistemas movidos à energia solar (STAVRIDIS, 2020).

O Exército Britânico tem avançado nas mudanças das estratégias militares, entendendo a mudança no cenário militar mundial. Ele pretende substituir parte da sua tropa por drones e robôs combatentes com o objetivo de se preparar contra uma guerra cibernética e nuclear (ataques com armas nucleares de pequeno porte). Segundo o General Nick Carter, Chefe do Estado-Maior do Exército Britânico: “até 2030, o Reino Unido poderá ter 30 mil soldados robóticos autônomos ou controlados remotamente, o que deverá representar 25% de todo o seu efetivo militar” (MINARI, 2021).

A Rússia, em março de 2021, criou sua primeira frota de drones para se contrapor às frotas de drones estadunidenses. Uma frota de 10 drones denominados “Thunder”, com capacidade de levar mísseis ar-solo X-38 (os mesmos utilizados pelos caças de combate de 5ª geração de fabricação

<sup>1</sup>O Dr. Robert Johnson é palestrante e diretor do Programa de Pesquisa “O Caráter Mutante da Guerra” (CCW, sigla em inglês), na Universidade de Oxford. O CCW é um programa que reúne acadêmicos, militares e formuladores de política para discutirem as tendências dos conflitos de hoje e de amanhã. Possui especialização regional no Oriente Médio e atua como conselheiro em estratégia, segurança e estabilização para as Forças Armadas britânicas, estadunidenses, canadenses e australianas, entre outras.

<sup>2</sup>Significado de Furtivo: “adjetivo que se realiza ou acontece disfarçadamente; às escondidas. Que ocorre a furto; discreto e rápido. Que não se mostra; que tenta não ser percebido; dissimulado”. FURTIVO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/furtivo/>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

rusa)<sup>3</sup> e realizar guerra eletrônica, entre outras utilidades. Além disso, a Rússia avançou e criou armas antidrones com objetivo de neutralizá-los<sup>4</sup>.

A guerra de 44 dias entre Armênia e Azerbaijão foi a primeira guerra que evidenciou a amplitude do emprego dos drones e da AI na guerra deste século. A Armênia, que não possuía tecnologia antidrones, sofreu consideravelmente com os ataques maciços dos drones Israelenses com AI empregados pelo Azerbaijão. Isso representou elevado custo para a Armênia, que teve elevadas baixas de pessoal e material do seu exército, além da perda das 25 a 30 mil vidas civis armênias<sup>5</sup> (MITZER et al., 2020). Esses drones demonstraram uma verdadeira projeção de poder aéreo de baixo custo, além de não pôr em risco os seus pilotos. Esta guerra merece um estudo detalhado, pois ela indica para onde a guerra moderna está indo.

No final de março de 2021, a Marinha do Brasil criou o seu 1º Esquadrão de Aeronaves Remotamente Pilotadas de Esclarecimento (EsqdQE-1), com sede em São Pedro da Aldeia (RJ), com o propósito de contribuir com o processo decisório para o emprego do Poder Naval, utilizando essas aeronaves em missões de Reconhecimento, Vigilância e Inteligência<sup>6</sup>.

Figura 2: Aeronave Remotamente Pilotada Scan Eagle da Marinha do Brasil



Fonte: Marinha, 2021

### “B” de Biotecnologia

A pandemia do Coronavírus nos mostrou o potencial da arma biológica, uma arma capaz de impactar a economia mundial e a vida das pessoas sem precisar declarar guerra ou enviar tropas que custam vidas e alto capital político do atacante. Infelizmente, essas bioarmas se tornaram armas sofisticadas

<sup>3</sup>RUSSIA cria sua primeira frota de drones. **Defesa em Foco**, 2021b. Disponível em: <<https://www.defesaemfoco.com.br/russia-cria-sua-primeira-frota-de-drones/>>. Acesso em: 14 mai. 2021.

<sup>4</sup>RUSSIA cria novo míssil-armadilha para capturar drones. **Defesa em Foco**, 2021a. Disponível em: <<https://www.defesaemfoco.com.br/russia-cria-novo-missil-armadilha-para-capturar-drones/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

<sup>5</sup>Disponível em: <<https://www.oryxspioenkop.com/2020/09/the-fight-for-nagorno-karabakh.html/>>. Acessado em 29/05/2021.

<sup>6</sup>Marinha cria esquadrão de aeronaves remotamente pilotadas de esclarecimento. **Marinha do Brasil**, 06 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-cria-o-1o-esquadrão-de-aeronaves-remotamente-pilotadas-de-esclarecimento/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

<sup>7</sup>MANUEL, Maurício. Como o nazismo usou drogas para construir supersoldados. **Super Interessante**, 31 out 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/como-o-nazismo-usou-drogas-para-construir-supersoldados/>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

<sup>8</sup>“A Internet das Coisas se refere a uma revolução tecnológica que tem como objetivo conectar os itens usados do dia a dia à rede mundial de computadores. Cada vez mais surgem eletrodomésticos, meios de transporte e até mesmo tênis, roupas e maçanetas conectadas à Internet e a outros dispositivos, como computadores e *smartphones*” (Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/08/internet-das-coisas-entenda-o-conceito-e-o-que-muda-com-tecnologia.html/>>. Acesso em 21 abr. 2021).

<sup>9</sup>Almirante reformado da Marinha dos EUA, ex-comandante supremo aliado da OTAN e reitor emérito da Escola de Direito e Diplomacia Fletcher, na Universidade Tufts. Ele também é consultor executivo operacional do Carlyle Group e preside o conselho da McLarty Associates.

e um grande atrativo para as nações que desejam uma oportunidade de reequilíbrio de poder no cenário internacional.

Quando falamos de biotecnologia, não podemos nos esquecer das manipulações genéticas e drogas capazes de aumentar as capacidades físicas e mentais dos soldados. Tecnologias mais sofisticadas responsáveis por aumentar as capacidades humanas seriam capazes de realizar melhorias de forma a influenciar diretamente no campo de batalha através de soldados com capacidades especiais.

Na 2ª Guerra Mundial, a Alemanha utilizou drogas<sup>7</sup> (metanfetaminas) para melhorar a capacidade de combate dos soldados (MANUEL, 2016).

### Se isso existiu em 1945, imagine o que temos hoje e o que teremos em um futuro bem próximo?

Exoesqueletos, drogas, inteligência, condicionamento físico privilegiado etc. poderão trazer vantagens significativas para os detentores destas tecnologias nas investidas contra seus inimigos.

### “C” de Ciberespaço

Quando falamos de Sistemas Autônomos e Inteligência Artificial, não podemos deixar de relacioná-los com a Internet, pois é por meio dela que toda essa tecnologia irá se conectar e “ganhar vida”. Hoje vivemos a era da internet das coisas,<sup>8</sup> na qual os dispositivos estão conectados online, recebendo e fornecendo informações para todo o planeta. No entanto, a conectividade ainda não é confiável e, com o advento do 5G, a experiência com a conectividade promete alcançar novos patamares, principalmente em relação à produtividade nas indústrias e serviços.

Todavia, toda essa facilidade gera um campo de oportunidades para agentes mal-intencionados, e é neste aspecto que entra a atuação da Expressão Militar do Poder Nacional, protegendo e garantindo que os sistemas econômicos e gerenciais dos órgãos particulares e públicos possam desenvolver as suas capacidades com segurança. Segundo o Almirante James Stavridis<sup>9</sup> (2020): “Os militares terão de ser capazes de travar uma guerra cibernética integrada;

realizar a defesa robusta de sistemas online; e de possuir um alto grau de cooperação com o setor privado”.

O novo normal causado pela pandemia ampliou esta ameaça ao ponto de acelerar o que os especialistas chamam de “Corrida Armamentista Cibernética”. O assunto é tão relevante que levou a França a entrar com pedido na ONU para prover sanções aos Estados-Nação mal-intencionados, o que fez com que a ONU criasse um grupo para discutir sobre as normas aceitáveis para as Operações Cibernéticas, o que está sendo chamado de “Diplomacia Cibernética” (BARROS, 2021b).

Em 2014, o Ministério da Defesa criou o Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) com o propósito de reforçar a estratégia de defesa cibernética nacional<sup>10</sup>. Na MB, a atividade de Guerra Cibernética está a cargo do Centro de Tecnologia da Informação da MB (CTIM).

#### “E” de Espaço

Atualmente existem mais de 2.600 satélites orbitando a Terra, dentre os quais muitos deles são de emprego militar (STAVRIDIS, 2020). Os satélites de emprego militar são usados para vigilância, interceptação de comunicações, análise de inteligência, seleção de alvos de precisão, operações anti-espaciais (ataque a outros satélites) e interrupção comercial.

No mundo do século 21, os satélites tornaram-se essenciais para a vida das pessoas, produção industrial, agrícola e serviços. O mundo globalizado e interconectado não pode existir sem este recurso.

Não foi por acaso que os EUA criaram, em 2019, o Comando Militar Espacial, sendo a 5ª Força Armada: a Força Espacial. O próprio presidente Donald Trump declarou: “Nosso destino além da Terra não é apenas uma questão de identidade nacional, mas uma questão de segurança nacional<sup>11</sup>”.

Em 2021, a China e a Rússia realizaram um acordo para a construção de uma Estação Espacial Internacional na Lua para pesquisas espaciais. Com este acordo, a Rússia retomou seu projeto de exploração lunar de 1959 e planeja efetuar três missões entre os anos de 2025 e 2027 (BARROS, 2021a).

O Brasil busca garantir a sua autonomia espacial e, para isso, possui um Programa Nacional de Atividades Espaciais

(PNAE), que tem sua atualização a cada 10 anos e é desenvolvido mediante os focos estratégicos: sociedade, autonomia e indústria (BRASIL, 2012).

Para tanto, possui acordos de cooperação espacial internacional, sendo o mais significativo a parceria com a China, iniciada em 1988 com o propósito de transferência de tecnologia e lançamento de satélites para monitoramento dos recursos naturais em ambos os países. Com essa parceria, já foram lançados cinco satélites conhecidos como Satélites Sino-Brasileiro.

Em 28 de fevereiro de 2021, foi lançado, a partir da Índia, o primeiro satélite de sensoriamento remoto Amazônia-1, integralmente brasileiro<sup>12</sup>. Além disso, o Brasil almeja utilizar comercialmente a base de lançamento de foguetes do Centro Espacial de Alcântara, no Maranhão, colocando-nos no grupo seleto dos países lançadores de satélites (BRASIL, 2010).<sup>13</sup>

Em se tratando de defesa, o MD20-S-01/2018 versa sobre o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) (BRASIL, 2018). Este programa foi planejado para atender a END e as demandas do país em relação à vigilância múltipla e cumulativa, superioridade aérea local e precisão no ataque aos alvos, no contexto de operações conjuntas. Para isso, o Programa conta com o seguinte calendário, que estabelece metas desde a sua elaboração, ocorrida em 2012, até a fase de sustentação da estrutura planejada, prevista para a partir de 2031.

O lançamento de satélites brasileiros, dentre várias utilidades e vantagens estratégicas, também viabilizará alguns projetos estratégicos nacionais, como o SisGAAz (Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul) (LAMPERT; COSTA, 2020) e SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira)<sup>14</sup>. Estes projetos nos trarão uma capacidade extraordinária de monitoramento e controle remoto das nossas fronteiras terrestres e marítimas.

#### As Operações em Multidomínios

Para fazer frente a cenários plausíveis da Guerra do Futuro, o Exército estadunidense desenvolveu a doutrina de Operações em Multidomínios (será explorada em outro artigo desta edição). Essa doutrina foi desenvolvida com a finalidade de treinar e preparar suas tropas em operações no ar, mar, terra, espaço e ciberespaço.

<sup>10</sup>MINISTÉRIO da Defesa cria o Comando de Defesa Cibernética. *SegInfo*, 10 nov. 2014. Disponível em: <<https://seginfo.com.br/2014/11/10/ministerio-da-defesa-cria-o-comando-de-defesa-cibernetica-2/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

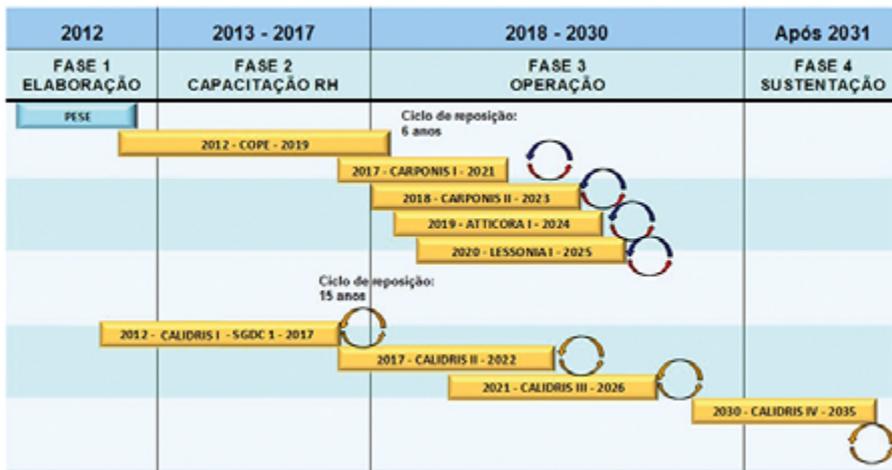
<sup>11</sup>SENADO dos EUA autorizam criação de força militar espacial. *G1*, 17 dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/17/senado-dos-eua-autoriza-criacao-de-forca-militar-espacial.ghtml/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.

<sup>12</sup>SATÉLITE brasileiro Amazônia-1 é lançado com sucesso. *Gov.br*, 28 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2021/02/satelite-brasileiro-amazonia-1-e-lancado-com-sucesso/>>. Acesso em: 29 mai. 2021.

<sup>13</sup>BRASIL. *Política Espacial Brasileira*. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/473/Politica%20Espacial%20Brasileira%20Câmara%20Consolidado.pdf?sequence=1/>>. Acesso em: 29 mai. 2021.

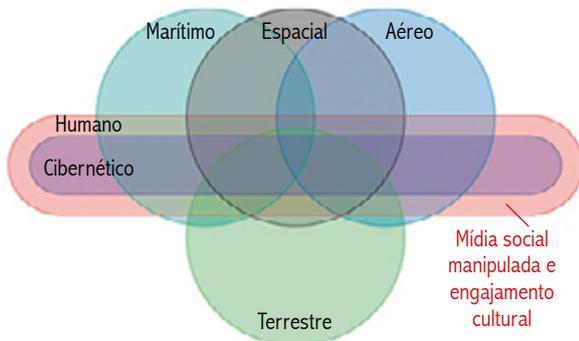
<sup>14</sup>O SISFRON, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira, é um modelo brasileiro de defesa fronteiriço, que tem uma sustentação jurídica e estratégica. A importância do SISFRON advém principalmente devido a extensão geográfica do Brasil, uma vez que este é um Estado de tamanho continental e que tem fronteira com dez dos doze países da América do Sul.

Figura 3: Dinâmica dos projetos do PESE em 20 anos



Fonte: Brasil, 2018, p. 29-34

Figura 4: Campo de Batalha Multidomínio



Fonte: Brown, 2017

## Implicações para o CFN

Diante do apresentado, este artigo conclui que o CFN enfrentará o desafio na modernização, não somente em relação ao seu material, mas, também, em relação ao seu preparo e emprego, ampliando e aperfeiçoando algumas capacidades e adquirindo outras de forma a manter o seu alto grau de prontidão contra as ameaças atuais e futuras. Para isso, este autor visualiza algumas sugestões: a ampliação da nossa capacidade de proteção blindada (viaturas e lanchas) para aumentar a proteção contra as ameaças apresentadas e proporcionar maior alcance e capacidade de desengajamento; e a diminuição da dependência na tecnologia da informação e no GPS. A aquisição de capacidades de drones ofensivos e defensivos, principalmente de drones equipados com mísseis e inteligência artificial, proporcionará uma elevada capacidade de projeção de poder, ampliando significativamente a versatilidade do Conjugado Anfíbio, e, por consequência, o caráter expedicionário dos GptOpFuzNav. Essa capacidade, também, proporcionará o aumento do ritmo de batalha, como foi visto na Guerra da Armênia com o Azerbaijão. As tendências da guerra do futuro demonstram a acentuada importância da liderança no campo de batalha, principalmente em relação à autonomia

nos níveis mais baixos da cadeia de comando. Para isso, precisamos implementar uma doutrina e cultura organizacional que incentive a autonomia na tomada de decisão.

Além disso, precisamos desenvolver as capacidades de ataque e defesa cibernética e eletromagnética para os GptOpFuzNav, ampliar a interoperabilidade de sistemas e armamentos e desenvolver procedimentos e exercícios de Estado-

Maior, de forma a facilitar as Operações Multidomínios.

## Considerações Finais

No mundo de hoje, o assunto tecnologia muda muito rapidamente e provavelmente até a edição deste artigo alguns assuntos deixarão de ser novidade e ficarão desatualizados, porém a intenção aqui era de despertar a curiosidade e a reflexão sobre o assunto, de forma que não fiquemos sempre na “esteira do mundo” em relação à evolução da guerra.

A guerra do futuro usará menos pessoas e mais tecnologia. Mackinder (1904) dizia que quem dominasse a Ilha do Mundo (Hartland) dominaria o mundo, porém, o novo contexto das Relações Internacionais e as novas dinâmicas de poder nos levam a acreditar que: “quem dominar o espaço exterior e o Ciberespaço controlará e dominará o mundo”, pois conseguirá controlar os sistemas autônomos do inimigo e proteger os seus sistemas, terá a vantagem das AI funcionando com segurança e rapidez nos processos de tomadas de decisão, além da precisão na análise de inteligência. O espaço físico será secundário, pois quem controlar os espaços citados terá uma vantagem dissuasória indiscutível e vital para a sobrevivência do mundo moderno.

Clausewitz (2010, p. 30) bem definiu a adaptação da guerra aos novos cenários políticos e socioeconômicos da seguinte forma: “A guerra, então, é apenas um verdadeiro camaleão, que modifica um pouco a sua natureza em cada caso concreto, mas é também como fenômeno de conjunto e relativamente às tendências que nela predominam [...]”.

Cabe às Forças Armadas brasileiras aperfeiçoarem seus Sistemas de Ensino e recursos instrucionais, priorizarem o estudo das tendências tecnológicas, ampliarem sua gestão do conhecimento e estabelecerem parcerias mais efetivas com as universidades através de linhas de pesquisas bem definidas e orientadas.



## Referências

- BARROS, Marcelo. China e Rússia assinam acordo para construção de pesquisa na Lua. **Defesa em foco**, 2021a. Disponível em: <<https://www.defesaemfoco.com.br/china-e-russia-assinam-acordo-para-construcao-de-estacao-de-pesquisa-na-lua/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- BARROS, Marcelo. ONU discute diplomacia cibernética e sanções contra ataques. **Defesa em Foco**, 2021b. Disponível em: <<https://www.defesaemfoco.com.br/onu-discute-diplomacia-cibernetica-e-sancoes-contra-ataques/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Política Espacial Brasileira**: parte I. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, 2010. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.seplan.planejamento.gov.br/bitstream/handle/identem/473/Politica%20Espacial%20Brasileira%20Câmara%20Consolidado.pdf?sequence=1/>>. Acesso em: 29 mai. 2021.
- BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF, 2020.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Agência Espacial Brasileira. **Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE)**: 2012-2021. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/politica-organizacoes-programa-e-projetos/copy2\\_of\\_PNAEPortugues\\_aeb.pdf/](https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-espacial-brasileiro/politica-organizacoes-programa-e-projetos/copy2_of_PNAEPortugues_aeb.pdf/)>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)**: MD20-S- 01. Brasília, DF, 2018.
- BROWN, Robert B. A Região Indo-Ásia-Pacífico e o Conceito de Combate Multidomínio. **Military Review** (edição brasileira), out/dez. 2017, p. 68-74. Disponível em: <<https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/a-regiao-indo-asia-pacifico-e-o-conceito-de-combate-multidominio.pdf/>>. Acesso em: 14 maio 2021.
- CARBONIERI, Fernando. Experimentos Médicos Nazistas. **Academia Médica**, 2019. Disponível em: <<https://academiamedica.com.br/experimentos-medicos-nazistas/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FURTIVO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/furtivo/>>. Acesso em: 29 abr. 2021.
- INTERNET das Coisas: entenda o conceito e o que muda com a tecnologia. **Techtudo**, 16 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/08/internet-das-coisas-entenda-o-conceito-e-o-que-muda-com-tecnologia.html/>>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- JOHNSON, Robert A. Prevendo a guerra do futuro. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 2, n. 6, 2014. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/DMT/article/view/692/746/>>. Acesso em: 16 de abr. 2021.
- LAMPERT, João Alberto de Araújo; COSTA, Edwaldo. SisGAAZ: Proteção e Monitoramento das Águas Jurisdicionais Brasileiras. **Marinha do Brasil**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/sisgaaz-protacao-e-monitoramento-das-aguas-jurisdicionais-brasileiras/>>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- MACKINDER, H. J. The Geographical Pivot of History, **The Geographical Journal**, Londres, v. 23, n. 4, apr. 1904.
- MANUEL, Maurício. Como o nazismo usou drogas para construir supersoldados. **Super Interessante**, 31 out 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/como-o-nazismo-usou-drogas-para-construir-supersoldados/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- MANUEL, Maurício. Como o nazismo usou drogas para construir supersoldados. **Super Interessante**, 31 out 2016. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/como-o-nazismo-usou-drogas-para-construir-supersoldados/>>. Acesso em: 21 mai. 2021.
- MARINHA cria esquadrão de aeronaves remotamente pilotadas de esclarecimento. **Marinha do Brasil**, 06 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-cria-o-1o-esquadrao-de-aeronaves-remotamente-pilotadas-de-esclarecimento/>>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- MINARI, Gustavo. Exército britânico quer substituir até 10 mil soldados humanos por robôs. **Canaltech**, 24 mar. 2021. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/inovacao/exercito-britanico-quer-substituir-ate-10-mil-soldados-humanos-por-robos-181266/>>. Acesso em: 22 nov. 2021.
- MINISTÉRIO da Defesa cria o Comando de Defesa Cibernética. **SegInfo**, 10 nov. 2014. Disponível em: <<https://seginfo.com.br/2014/11/10/ministerio-da-defesa-cria-o-comando-de-defesa-cibernetica-2/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- MITZER, Stijn et al. The Fight For Nagorno-Karabakh: documenting losses on the sides of Armenia and Azerbaijan. **Oryx**, 2020. Disponível em: <<https://www.oryxspioenkop.com/2020/09/the-fight-for-nagorno-karabakh.html/>>. Acesso em: 29 abr. 2021.
- OLIVEIRA, Gisela. Tagusvalley realiza workshop sobre "Redes de Comunicação em Ambiente Industrial". **Mediotejo.net**, 11 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.mediotejo.net/abrantes-tagusvalley-realiza-workshop-sobre-redes-de-comunicacao-em-ambiente-industrial/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- RÚSSIA cria novo míssil-armadilha para capturar drones. **Defesa em foco**, 2021a. <<https://www.defesaemfoco.com.br/russia-cria-novo-missil-armadilha-para-capturar-drones/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- RÚSSIA cria sua primeira frota de drones. **Defesa em foco**, 2021b. <<https://www.defesaemfoco.com.br/russia-cria-sua-primeira-frota-de-drones/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- SATÉLITE brasileiro Amazônia-1 é lançado com sucesso. **Gov.br**, 28 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2021/02/satelite-brasileiro-amazonia-1-e-lancado-com-sucesso>>. Acesso em: 29 mai. 2021.
- SENADO dos Estados Unidos autoriza criação de força militar espacial. **G1**, 17 dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/12/17/senado-dos-eua-autoriza-criacao-de-forca-militar-espacial.ghtml/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- STAVRIDIS, James. Six ways the U.S. isn't ready for wars of the future: the new ABC's of combat: autonomy, biotech and cyber. **Bloomberg**, 2020. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2020-07-10/ai-cyber-biotech-is-the-u-s-ready-for-future-war/>>. Acesso em: 01 abr. 2021.



VA (FN) Renato Rangel Ferreira  
helio.junior@marinha.mil.br

## Dois lados de uma mesma moeda

### Operações no Litoral: a Interdependência entre Controle/Negação do Mar e Projeção de Poder



O VA (FN) **Renato** é atualmente o Comandante do Material de Fuzileiros Navais. Oriundo de Escola Naval, cursou o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) na Escola de Guerra Naval. Comandou o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, o Batalhão Naval, o 3º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais - Batalhão Paissandu e o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais-HAITI, além de ter servido como Oficial de Intercâmbio na *2nd Marine Division* e cursado o *Amphibious Warfare School*, ambos no *United States Marine Corps*.

*O estabelecimento do Controle de Área Marítima pode exigir a Projeção de Poder sobre Terra para neutralizar ameaças ou controlar terreno na porção terrestre dos litorais. Da mesma forma, projetar e sustentar poder sobre terra exige o estabelecimento do Controle de Área Marítima nos mares e no espaço aéreo adjacentes. Por causa disso, Controle de Área Marítima e Projeção de Poder sobre Terra reforçam-se mutuamente.*

(ESTADOS UNIDOS, 2015).

## Introdução

Este artigo pretende apresentar novos conceitos de emprego do Poder Naval em Operações no Litoral, tanto em sua porção marítima quanto terrestre. Esses conceitos têm sido desenvolvidos por Marinhadas que visualizam a importância do mar como via de acesso para o trânsito marítimo, mas também como uma camada defensiva contra ameaças externas a determinado território.

Nesse contexto, a garantia de acesso abrange, ao menos, duas perspectivas. A naval, onde prepondera o ambiente marinho, mas que alcança também os domínios terrestre, aéreo, espacial e cibernético. E a perspectiva marítima, que visa garantir o fluxo de bens, pessoas, serviços e informação por quaisquer Linhas de Comunicação Marítimas (LCM), mesmo aquelas constrangidas pela proximidade de estreitos e ilhas oceânicas.

Com relação ao uso do mar como uma camada defensiva de territórios, os estudos apontam para a necessidade de se

conhecer os dois lados dos novos conceitos engendrados. Um que prevê o seu emprego defensivo pelas forças amigas, e o outro que visa o preparo para o enfrentamento de uma força adversa que, por sua vez, venha a se valer do mar para proteger seu litoral.

Figura 1: Tiro de HIMARS, foguete do USMC a bordo do Navio Anfíbio LPD-23 USS Anchorage, em proveito de uma Operações de Controle de Área Marítima



Fonte: Disponível em: <<https://www.businessinsider.com/marines-testing-himars-rocket-systems-for-long-range-fires-on-boats-2019-2/>>

Como se pode notar, esta temática é de considerável relevância para a Marinha do Brasil, tendo em vista sua tarefa de proteger a Amazônia Azul.

## Contexto Histórico

O fim da Guerra Fria, nos anos 1990, representa um importante marco no desenvolvimento da doutrina naval. As estratégias e táticas desenhadas para um eminente e grande embate entre Forças Navais em alto-mar tiveram que ser repensadas em face da ausência de um adversário proeminente. As capacidades instaladas nas principais esquadras do mundo, aos poucos, tiveram que ter seus efeitos redirecionados. Se não haveria mais um inimigo forte no mar, o que fazer com toda aquela tonelagem?

Já na mesma década, a Marinha norte-americana, sinaliza uma importante mudança de postura ao lançar uma nova concepção estratégica: *...From the Sea*. Nela, indica que seu Poder Naval, face às novas conjunturas políticas, passaria a se preocupar não apenas com as operações *On the Sea*, mas também com aquelas que, vindas do mar, projetavam-se sobre a terra. No mundo pós Guerra Fria, certas tensões entre países, ou mesmo intra-Estados, segundo seus analistas, passariam a preponderar. Muitas dessas tensões tenderiam a ocorrer próximas aos litorais, que é onde grande parte da população mundial vive.

Essa mudança de postura alargou o espectro de opções de emprego do Poder Naval. Antes, apenas dedicado aos conflitos de alta intensidade em alto-mar. Naquele novo momento, abrangendo o enfrentamento de crises de naturezas diversas nos litorais. Para tanto, as Forças Navais, assim como as de Fuzileiros Navais, tiveram que se adaptar. Novas táticas e novos equipamentos foram desenvolvidos.

O Século XXI trouxe uma nova ameaça: o terrorismo. As Forças de Fuzileiros Navais de importantes países viram-se envolvidas na Guerra ao Terror em cidades, desertos e montanhas muito longe dos litorais. Outra ameaça, a pirataria, também despontou atraindo a atenção, e algum esforço, das Forças Navais e de Fuzileiros Navais.

A terceira década deste século observa forte mudança de rumo. A crescente competição entre países, com eventuais transbordamentos para espaços marítimos contestados, passa a configurar uma ameaça, devido à possibilidade de interrupção do fluxo marítimo de bens, pessoas, serviços e informação a nível global. Outra evolução importante: o emprego do mar como um escudo de proteção contra forças que ameacem a integridade territorial ou os interesses de países, particularmente aqueles com extensos litorais.

São esses dois eixos, ambos relacionados à competição no litoral, que balizam o desenvolvimento da doutrina naval contemporânea.

## Competição no Litoral

Para uma adequada leitura do ambiente e da dinâmica das forças intervenientes que conformam as recentes mudanças de paradigmas da doutrina naval, alguns conceitos foram sendo desenvolvidos. Eles serão apresentados de forma resumida, antes de serem integrados em uma análise que conduza ao propósito deste artigo que é apontar **a interdependência entre Controle/Negação do Mar e Projeção de Poder**.

**O Continuum da Competição:** essa representação da realidade pode ser considerada um desdobramento do modelo paz/crise/conflito com que se acostumou observar a escalada do uso de força nas relações internacionais. Este novo prisma, mais sofisticado, atende em melhores condições à leitura necessária do ambiente contemporâneo em que competem, pela obtenção de vantagens, não apenas atores estatais, mas, também, forças não-estatais com interesses de naturezas diversas: Diplomática, Informativa, Militar e Econômica (DIME, em sua sigla em inglês). A adequada identificação da natureza e intensidade das ações adotadas durante a competição é fundamental para o adequado preparo e emprego da força.

A competição, neste contexto, observa uma dinâmica peculiar que mescla diferentes graus de cooperação, competição abaixo do conflito armado e conflito armado. Além da multiplicidade de atores estatais e não-estatais interagindo, há que se considerar, por exemplo, que dois atores podem adotar diferentes posturas em seu relacionamento: eles podem competir no campo econômico, enquanto cooperam militarmente. As variações são inúmeras e requerem uma acurada capacidade de leitura do ambiente.

Figura 2: Competição - 257 pescadores chineses próximos à ZEE argentina, em 2019

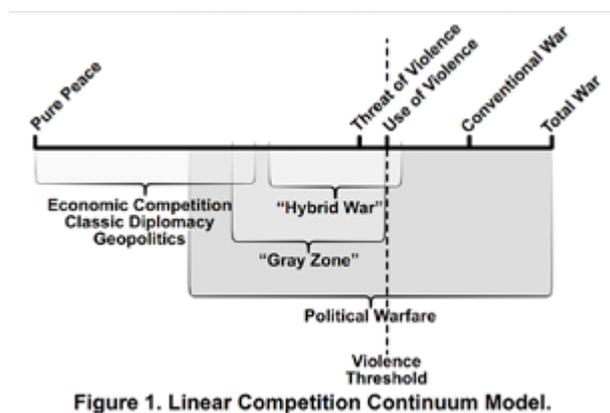


Fonte: Disponível em: <<https://comunidadportuariaoficial.com/2019/03/03/flota-257-buques-pesqueros-china-que-opera-en-la-milla-201-pidio-permiso-para-ingresar-a-aguas-nacionales/>>

As representações gráficas deste *continuum* indicam sempre um ponto hipotético que delimita o uso, ou a ameaça do uso, da violência. Esse limite é importante, particularmente para a perspectiva militar, pois é em torno dele que alguns atores têm operado. Ora apenas ameaçando rompê-lo, ora cruzando o limite, para em seguida retroceder, em uma competição permanente por algum tipo de vantagem.

**Zona Cinza:** é o trecho do *continuum*, aquém do uso da violência, onde atores estatais ou não-estatais interagem, valendo-se, muitas vezes de atos ambíguos, que exploram brechas da legislação internacional, para obter vantagem na competição com seus oponentes. Esses atos podem abranger atividades ilegais ou ações híbridas, sempre com o objetivo de aumentar a liberdade de ação, e constranger a do adversário, para atingir objetivos políticos, sem ser necessário combater.

Figura 3: O *Continuum* da Competição



Fonte: ESTADOS UNIDOS, 2020b

**Litoral e seus domínios:** para efeito de planejamento militar, o litoral compreende dois segmentos do ambiente operacional: o terrestre e o marítimo. O segmento terrestre caracteriza-se pela faixa de terreno que pode ser mantida por meio de operações a partir do mar. O segmento marítimo abrange as áreas do mar necessárias para apoiar as operações em terra (ESTADOS UNIDOS, 2018).

Uma leitura contemporânea desse ambiente acrescenta a perspectiva dos cinco domínios: terrestre, marítimo, aéreo, espacial e cibernético (espectro eletromagnético). Cabe a consideração de que apenas nos litorais, os cinco domínios podem ser acessados simultaneamente.

**Antiaccessão e Negação de Área (Antiaccess – Area Denial – A2/AD):** esse conceito abrange o uso de sistemas diversificados de armas para impedir o acesso, pelo mar, de forças navais que ameaçam o litoral que se pretende defender. As capacidades A2/AD têm crescido não apenas devido a aspectos vinculados ao desenvolvimento tecnológico, mas também pelo uso inovador de armas e táticas convencionais. As atuais estratégias antiaccessão prevêm o emprego de armas

combinadas das Forças Armadas do país, dispostas em camadas de forma a conferir profundidade à defesa. No conceito de antiaccessão, busca-se impedir ou retardar o acesso inimigo ao Teatro de Operações. A negação de área - por sua vez, visa a degradar a eficácia operacional, ou a liberdade de ação, do inimigo dentro do teatro (ESTADOS UNIDOS, 2010).

Figura 4: Estratégia Antiaccessão e Negação de Área - Sistema de defesa em camadas



Fonte: ESTADOS UNIDOS, 2010

**Zona de Engajamento de Armas (Weapons Engagement Zone - WEZ):** essa expressão é derivada do conceito de A2/AD e delimita a zona marítima ao alcance dos principais sistemas de armas defensivos. Da perspectiva defensiva, quando uma Força Naval atacante penetra sua WEZ, significa que suas medidas Antiaccessão não funcionaram a contento, dando lugar às ações de Negação de Área do defensor. Por parte do atacante, considera-se que o estabelecimento de Controle de Área Marítima (CAM) torna-se muito difícil, recomendando, também, a adoção de ações de Negação do Uso do Mar (NUM), por meio de intenso esclarecimento e reconhecimento, interferência no domínio cibernético, e ações ofensivas descentralizadas e coordenadas, lançadas a partir do mar ou de terra, por meios navais, aeronavais ou de fuzileiros navais.

**Letalidade Distribuída:** para possibilitar o acesso a domínios em litorais protegidos por estratégias de A2/AD, identificou-se a necessidade de se dividir a esquadra, contrariando o aforismo Mahaniano. A razão é simples, uma esquadra com todos os seus meios concentrados facilitariam as ações inimigas. De forma inversa, uma Força Naval geograficamente dispersa aumenta a complexidade do espaço de batalha, ao onerar os sistemas de detecção e engajamento dos múltiplos sistemas de armas defensivos.

**Operações de Base Avançada Expedicionária (Expeditionary Advanced Base Operations - EABO):** outro conceito importante no contexto das Operações Navais em ambiente A2/AD prevê o estabelecimento de um conjunto de bases de combate e de apoio, com baixa assinatura cibernética e pegada logística, mas com grande resiliência. Essas bases seriam conquistadas por meio de Operações Anfíbias em ilhas ou *choke points* e mantidas temporariamente por tropas de Fuzileiros Navais. A partir dessas bases seriam

empregados sistemas de armas antinavio e antiaéreos. Essas ações de projeção de poder de terra para o mar contribuiriam decisivamente tanto para o CAM quanto para o NUM, em um contexto de uma campanha naval contra um sistema de A2/AD adversário.

**Light Amphibious Warship (LAW):** essa é uma nova classe de navios anfíbios desenhados para prover manobra, mobilidade e apoio logístico às tropas anfíbias no contexto das Operações Distribuídas em ambiente marítimo contestado. Suas principais tarefas serão: realizar o movimento do navio para terra e de terra para terra (entre ilhas e *choke points*); apoiar às forças em terra; contribuir com a consciência situacional marítima; contribuir com a cooperação em segurança com países parceiros; realizar evacuação de não-combatentes e operações humanitárias (ESTADOS UNIDOS, 2021b). Esses navios não podem ser confundidos com as EDCG, pois além de uma maior capacidade de tropa e de carga, eles foram projetados para realizar o movimento de terra para terra, entre ilhas, podendo navegar em mar aberto (ESTADOS UNIDOS, 2021b).

Figura 5: Light Amphibious Warship (LAW)



Fonte: Disponível em: <<https://news.usni.org/2020/11/19/navy-officials-reveal-details-of-new-100m-light-amphibious-warship-concept/>>

## Operações no Litoral

Conforme já enunciado, visualiza-se a crescente demanda pelo emprego do Poder Naval em espaços marítimos litorâneos. Essa atuação permeia todo o *continuum* da competição. Isto significa dizer que se espera um aumento da ocorrência, neste ambiente, de ações em todo o Amplo Espectro das Operações Militares, isto é, tanto de Operações de Guerra Naval, quanto de atividades de Emprego Limitado da Força e Benignas.

### Operações de Guerra Naval

Com relação ao lado do espectro que ultrapassa o limite do uso da força, os especialistas têm enfatizado a necessidade do fortalecimento da integração entre as Tarefas Básicas do Poder Naval (TBPN), particularmente as de Controle de Área Marítima (CAM), Negação do Uso do Mar (NUM) e Projeção

de Poder sobre Terra (PPT). Apesar desta interdependência não ser algo novo na doutrina naval, no ambiente litorâneo contestado, ela se torna imprescindível.

Com o intuito de operacionalizar essa integração, novos conceitos de emprego do Poder Naval foram desenvolvidos, inicialmente a nível teórico, passando para os experimentos em jogos de guerra, o desenvolvimento de meios e equipamentos específicos, e sua aplicação nos adestramentos e exercícios. Neste sentido, as operações de Letalidade Distribuída e de Base Avançada Expedicionária representam a gama que integra estas Tarefas Básicas.

A Operação Anfíbia, ferramenta flexível de todo Poder Naval, mostrou-se particularmente apropriada para esse cenário de desenvolvimento conceitual. Com algumas adaptações, toda a capacidade instalada, em termos de doutrina e equipamento, para a execução dessas operações pode ser também empregada de forma distribuída, ou na conquista de bases avançadas.

A distribuição da letalidade das Forças Anfíbias, necessária para a atuação dentro da WEZ, no contexto de um litoral defendido por estratégia A2/AD, recomenda um meio naval específico: os LAW. Esses navios anfíbios, menores e com maior manobrabilidade, dificultariam a tomada de consciência situacional inimiga, pressionando-o em múltiplas e coordenadas frentes. Deslocando-se entre ilhas, estreitos e *Key Maritime Terrains*, com desembarques, ameaças de desembarque ou demonstrações, reconhecendo, esclarecendo, interferindo, enfim confundindo o Comando e Controle inimigo com Assaltos e Incursões Anfíbias.

A conquista de bases avançadas expedicionárias também demanda alguns aperfeiçoamentos nas Operações Anfíbias. Quando a conquista de Bases Avançadas deu origem ao desenvolvimento da Doutrina Anfíbia antes da II Guerra Mundial, o seu propósito era o de instalar nas ilhas do Pacífico, bases logísticas para o apoio aos meios navais e aeronavais. Atualmente esse conceito foi ampliado. Além do apoio logístico, as bases avançadas expedicionárias deverão, também, reforçar o poder de combate das Forças Navais. Para tanto, as bases deverão dispor de meios para projetar força de terra para o mar.

Assim, as PPT em litorais contestados deverão estabelecer bases em ilhas, estreitos e *Key Maritime Terrains*, a partir das quais as Forças Anfíbias possam participar persistente e ativamente no combate para a obtenção do CAM ou da NUM. As Operações Anfíbias devem, então, passar a projetar em terra forças que contenham sistemas de armas antinavio e antiaéreo que influam nas Linhas de Comunicações Marítimas adjacentes.

## Atividades de Emprego Limitado da Força e Benignas

Com relação à porção do Espectro das Operações Militares que não ultrapassa o limite da violência, os especialistas têm enfatizado a necessidade do fortalecimento da presença do Poder Naval na Zona Cinza, por meio da intensificação das atividades de Emprego Limitado da Força e Benignas.

Para tanto, é preciso desenvolver a capacidade de identificar corretamente a natureza das diversas formas de competição que ocorrem neste ambiente. Essa identificação é importante, pois é ela que possibilita a adequada configuração da força e sua forma de emprego.

As Forças Navais devem estar prontas para competir no mar. As ferramentas disponíveis são a cooperação e a capacidade de resposta a crises e a violações da lei no mar. Os combatentes anfíbios têm muito a contribuir.

Um exemplo é a manutenção da boa ordem no mar. Na Amazônia Azul, isto é sinônimo de Patrulha e Inspeção Naval. Uma demanda que tende a crescer e os Fuzileiros Navais que já contribuem com essa atividade, conseguem conferir massa. Isto é, seu grande efetivo possibilita a intensificação dessas ações, tantos em termos de navios operando simultaneamente, quanto no prolongamento de suas permanências em ação.

No campo internacional, a cooperação para a garantia da segurança marítima em nosso entorno estratégico deve ser compreendida como um importante movimento de proteção das Águas Jurisdicionais Brasileiras. Ainda que distantes de seus limites, o emprego de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais capazes de se fazerem presentes em todo o Atlântico Sul, defendendo os interesses nacionais e regionais ante a pressão de competição com atores estatais e não-estatais, além de trabalhar o aprestamento e fortalecer parcerias, aumenta a credibilidade do Poder Naval, o que, por sua vez, protege a Amazônia Azul.

Neste sentido, o combate à pirataria no Golfo da Guiné, destaca-se como uma importante ação estratégica. Os combatentes anfíbios também têm muito a contribuir.

No campo operativo, mobiliando os Grupos de Reação a Ameaças Assimétricas (GRAA) e apoiando os Grupos de Visita e Inspeção e Guarnição de Presa (GVI/GP), de novo conferindo massa e permanência nas ações.

No campo doutrinário, por meio dos cursos e adestramentos ministrados pelo Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav). Esse Centro acumula considerável conhecimento em Operações de Interdição Marítima.

Um tipo de operação similar em sua natureza às operações conduzidas pelos meios navais brasileiros na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). O fato desse Centro possuir o único curso internacional de *Maritime Task Force* certificado pela ONU é um fator de força estratégico. O emprego do COPazNav como multiplicador de conhecimentos nos países do entorno estratégico, fortalece o Poder Naval.

### Conhecimento é poder.

Figura 6: Simulação de emprego de GVI/GP durante curso internacional de *Maritime Task Force*, no COPazNav



Fonte: Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/noticias/centro-de-operacoes-de-paz-de-carater-naval-realiza-seminario-internacional-e-lanca-livro/>>

## Conclusão

Os conceitos apresentados sinalizam importante alteração nas formas consagradas de emprego de força no mar. Importante também notar a mudança de contexto: o *continuum* da competição.

Nesse *continuum*, as Forças Navais poderão ser instadas a operar aquém ou além do limite do uso da força.

Aquém do uso da força, a competição ocorre por meio de cooperações internacionais, particularmente as que garantam a boa ordem no mar. Além desse limite, em litorais contestados e defendidos por estratégias de A2/AD, buscou-se apresentar os conceitos que reorganizam o emprego da força, distribuindo sua letalidade por meios navais e por bases avançadas expedicionárias.

Em qualquer ponto do *continuum*, o que fica claro é a importância da interdependência das Tarefas Básicas de Projeção de Poder sobre Terra e as de Controle de Área Marítima/Negação do Uso do Mar.

No caso brasileiro, demonstrou-se que essa integração é igualmente importante. Essas capacidades se reforçam mutuamente, o que robustece o Poder Naval e, em última instância, protege a imensa Amazônia Azul.



## Referências

CORBETT, Julian Stafford. **Principles of maritime strategy**. Mineola: Dover Publications, 2004.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **Joint Doctrine Note 1-19: Competition continuum**. Washington, D.C., 2019.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **Joint Publication 1-02: DOD Dictionary of Military and Associated Terms**. Washington, D.C., 2018.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. **Joint Operational Access Concept (JOAC)**. Washington, D.C., 2012.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. **A cooperative strategy for 21st century seapower**. Washington, D.C., 2015.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. **CNO-NAVPLAN**. Washington, DC, 2021a.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. **...From the sea: preparing the naval service for the 21st century**. Washington, D.C., 1992.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Headquarters United States Marine Corps. **Competing**. Washington, D.C., 2020b.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. **Littoral operations in a contested environment**. Washington, D.C., 2017.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. **Tri-Service maritime strategy - Advantage at sea: prevailing with integrated all-domain naval power**. Washington, D.C., 2020a.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Marine Corps. **Light Amphibious Warship (LAW) 101 Brief**. Palestra ministrada no Marine Corps Combat Development Command. Quantico, mar. 2021b.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy. Marine Corps. **Operational access and the global commons**. Palestra ministrada no Marine Corps Combat Development Command. Quantico, 29 out. 2010.

FERREIRA, Renato Rangel. Amazônia Azul: espaço de batalha para os combatentes anfíbios. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, ano XXIV, n. 23, p. 95-104, 2004.

FERREIRA, Renato Rangel. A Amazônia Azul e o Atlântico Sul e Tropical. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, p. 127-139, abr./jun. 2010.

FERREIRA, Renato Rangel. Operações Anfíbias no Século XXI: tarefas básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, jan./jun. 2014.

HUGHES JR., Wayne P. **Fleet tactics and coastal combat**. 2. ed. rev. Annapolis: Naval Institute Press, 2000.





CMG (RM1-FN) Edson de Oliveira  
cffnedson2000@yahoo.com.br

## O Terço da Armada



CMG (RM1-FN) **Edson** serve atualmente no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, como Chefe do Departamento de Divulgação. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) da EGN, em 2001, e o Curso de Política, Estratégia e Administração do Exército (CPEAEx) da ECEME, em 2010, como correspondente ao CPEM. Serviu no 3ºBtlInfFuzNav – Batalhão Paissandu –, como Oficial de Estado-Maior e Comandante de Companhia, Comandou o 2ºBtlInfFuzNav – Batalhão Humaitá – e o Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro, comandou, também, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti, 3º Contingente. Possui também, o MBA em Administração Pública Pela Fundação Getúlio Vargas.

Em excelente artigo do Almirante de Esquadra Fuzileiro Naval Alvaro Augusto Dias Monteiro sobre as origens do nosso Corpo de Fuzileiros Navais ele alude à criação, na Marinha de Portugal, nos idos de 1618, sob o reinado de Felipe III<sup>1</sup> (II de Portugal), do Terço da Armada Real da Coroa de Portugal. Essa tropa seria o “primeiro corpo de infantaria organizado em caráter permanente, aos moldes dos *Tercios* da Espanha. Após a Restauração portuguesa, em 1640, o Terço passou a denominar-se Terço da Armada real do Mar Oceano.” (MONTEIRO, 2008, p. 10).

Porém o termo “Terço” sempre gerou uma certa inquietude. Qual sua origem? Qual o significado? Teria algo a ver com uma terça parte de alguma coisa? Numa primeira pesquisa chegamos a informação de que se tratava de um termo correspondente a “Regimento” no Exército Espanhol. Mais recentemente vimos que não há uma correspondência tão direta assim.

Ao final da Idade Média, a Península Ibérica vivia constantes confrontos com as ocupações muçulmanas e para fazer frente a esses embates várias medidas foram tomadas para manter um estado de prontidão de tropas em condições de lutar para a expulsão dos ocupantes. O *Foro Militar General* – FMG informa que no Livro de Afonso X, o Sábio, encontram-se

instruções para os *Alcaydes*, *Misiones de los Caballeros* e outros, sobre a necessidade de se manter tropas prontas em todas as localidades, inclusive mencionando táticas, linhas de batalha e formações (FORO MILITAR GENERAL, 2006).

Figura 1: Reis Católicos de Espanha



Fonte: <<https://culturaespanhola.com.br/blog/os-reis-catolicos-da-espanha/>>

Já em 1338, nas Cortes de Burgos, surgem acordos “onde se organiza o serviço aos vassallos, recebendo em troca um ‘soldado’ em terras ou dinheiro. Esses vassallos eram os “peões” ou companheiros a pé dos cavaleiros. Assim surgiu o soldado, que lutava não por obrigação, mas por contrato.” (FORO MILITAR GENERAL, 2006).

Diversos regulamentos seriam editados tentando garantir uma mobilização militar eficiente, porém é com os Reis Católicos<sup>2</sup> que essas medidas ganham maior eficácia.

<sup>1</sup>Vigia o período da União Ibérica, união das coroas de Portugal e Espanha sob um único rei (1580 a 1640).

<sup>2</sup>Ao fim do século XV, após a Guerra de Sucessão Castelhana, entre 1475 e 1479, Fernando II de Aragón e Isabel I de Castilla assumem seus tronos, se casam e unificam os reinos e territórios que compõem o que conhecemos hoje como Espanha. (Disponível em: <<https://culturaespanhola.com.br/blog/os-reis-catolicos-da-espanha/>>. Acesso em: 07 ago. 2020).

Essa época marca o “Renascimento Militar” na Europa, significando um retorno da infantaria à posição de maior relevância no cenário militar. Durante a Idade Média, o cavaleiro fora a principal arma ofensiva.

Em 1493 os Reis Católicos, esperando previsíveis conflitos com a França, criaram a Guarda de Castela, 25 unidades com 100 lanceiros cada, sendo 20 homens com armaduras completas, com lanças e cavalos e 5 outras unidades restantes de “ginetes”, uma espécie de cavalaria incomum na Europa, com marcada influência árabe, com armas leves e cavalos velozes.

Essas medidas foram traduzidas em *Ordenanzas*, organizando e regulamentando um sem-número de dispositivos organizada e apoiada pelos conselhos municipais. A *Ordenanza* de 1496, orientava quanto a estrutura da tesouraria de guerra e o procedimento de gestão, elemento chave para manter, com meios tão limitados, territórios tão extensos. Este longo documento, abordava, dentre outros, o sistema sentinela, as obrigações dos *Castellanos* (senhores do castelo), o uso de espíões e muitos outros assuntos, delineavam o que seria o primeiro exército moderno da história.

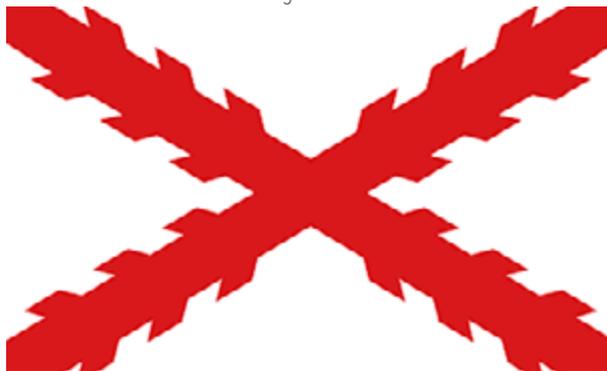
O exército de Gonzalo Fernández de Córdoba – *El Gran Capitán*, enviado à Itália em 1501, foi uma boa representação dessas *Ordenanzas*. Tinha 549 lanças distribuídas em 6 capitánias. Os peões 3.243, divididos em 30 capitánias. Os soldados de infantaria foram armados de acordo com a *Ordenanza* de 1497:

Nessa época [...] os peões foram divididos em três partes: um *tercio* com lanças, como os alemães as trazem, a que chamavam de piques, e a outro tinha o antigo nome de escudos (os rodeleros) e o *tercio* de besteiros e espingarderos [...] e mesmo esses peões divididos em quadrilhas, cinquenta por cinquenta.

O pique<sup>3</sup> foi adotado como um substituto da lança, mas adicionando armadura ao piqueiro. Apesar de aparecer o termo *Tercio* nesse documento ainda não está claro se ele se deve a essa divisão em três partes, pois há outras hipóteses que, junto com essa, estão entre as mais aceitas como a alusão ao número de 3000 homens que a compunham. Todavia, parece que estamos mais próximos de identificar a origem da palavra *Tercio*, que mais tarde daria nome às unidades militares espanholas.

<sup>3</sup>O **Pique** (*Pica* em espanhol) é uma arma composta de uma haste comprida de madeira, guarnecida de um ferro chato e pontiagudo, com três a seis metros de comprimento. Do início da Alta Idade Média ao início da Idade Moderna, os piques eram usados tanto para ataque a peões inimigos quanto como para defesa contra ataques de cavalaria. Vem a ser o antecessor do Alabarda.

Figura 2: Bandeira com a cruz de Santo André ou de Borgonha, adotada como insígnia dos *Tercios*



Fonte: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Terc%C3%A7o\\_\(militar\)#/media/Ficheiro:Flag\\_of\\_Cross\\_of\\_Burgundy.svg/](https://pt.wikipedia.org/wiki/Terc%C3%A7o_(militar)#/media/Ficheiro:Flag_of_Cross_of_Burgundy.svg/)>

Um capítulo peculiar é a formação das *Coronelías*. As *Capitanías*, tropas comandadas por um *Capitán*, eram demasiado pequenas para participarem no combate independentes, decidiu-se agrupá-las numa unidade superior, a *Colunela*, derivada da palavra italiana *coluna*, cujo chefe recebeu o nome de *Colonnello*, quando a primeira evoluiu para *Coronelía*, o seu comandante evoluiu, em 1508, para Coronel. Gonzalo de Ayora, um perito conhecedor do sistema militar suíço, parece ter sido o criador dessa organização sendo, por isso, considerado o primeiro Coronel da história. A *Coronelía* era formada por 10 *Capitanías* divididas em piqueiros ordinários, arcabuzeiros e rodeleiros. Além disso, havia duas companhias de piqueiros “extraordinários”. Essas reformas, junto com as de Gonzalo Fernández de Córdoba, deram origem a tais organizações, valorizando cada vez mais a infantaria em relação à cavalaria.

Figura 3: *Los Tercios*



Fonte: <<https://iicv.net/wp-content/uploads/2020/02/tercios-flandes-768x635-1.jpg/>>

Ao final de todas essas evoluções, os chamados *Tercios Viejos* foram oficialmente criados por Carlos I<sup>4</sup> que entre 1534 e 1536 organizou seu exército em três *Tercios*: Reino da Sicília, Ducado de Milão e Reino de Nápoles. Segundo De La Rosa e Merayo “foram os primeiros exércitos formado por voluntários. Se distinguiram por [...] serem os primeiros a combinar lanças e armas de fogo.” (DE LA ROSA E MERAYO, 2017).

<sup>4</sup>Carlos de Habsburgo (1500-1558) foi Rei de Espanha (Carlos I) e Imperador do Sacro Império Romano Germânico (Carlos V). As dificuldades econômicas e o cansaço, obrigam-no a retirar-se para o Mosteiro de Yuste (1556), abdicando do trono do Imperio para seu irmão Fernando; e da Coroa de Espanha, domínios de Itália e Países Baixos para seu filho Filipe II. Disponível em: <[http://www.tordesillas.net/pt\\_PT/descubre-tordesillas/historia/personajes-historicos/-/asset\\_publisher/eF65c2HI6pXY/content/carlos-i-de-espana/23202?\\_101\\_INSTANCE\\_eF65c2HI6pXY\\_redirect=%2Fpt%2Fdescubre-tordesillas%2Fhistoria%2Fpersonajes-historicos/](http://www.tordesillas.net/pt_PT/descubre-tordesillas/historia/personajes-historicos/-/asset_publisher/eF65c2HI6pXY/content/carlos-i-de-espana/23202?_101_INSTANCE_eF65c2HI6pXY_redirect=%2Fpt%2Fdescubre-tordesillas%2Fhistoria%2Fpersonajes-historicos/)>. Acessado em: 14 ago. 2020.

<sup>5</sup>A Batalha de Rocroi deu-se em 19 de maio de 1643 entre o exército francês sob as ordens do jovem Luís II de Bourbon e o exército espanhol, sob as ordens do português Francisco de Melo, capitão geral dos terços espanhóis do Flandres. O combate, que começou de madrugada, durou cerca de seis horas e terminou com a vitória da França.



## Referências

FORO MILITAR GENERAL. **Los tercios españoles. La batalla de Pavia.** 2006. Disponível em: <<https://www.militar.org.ua/militar/hm/historia-militar-espana-tercios-espanoles-batalla-de-pavia.html/>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

DE LA ROSA, Jaime García Nuño; MERAYO, Sofía García. **Los Tercios.** Espanha, 2017. Disponível em: <<http://www.omniamutantur.es/wp-content/uploads/1500-Los-tercios.pdf/>>. Acesso em: 14 ago. 2020.



Embaixador Luciano Ozório Rosa

## Conflitos na Argélia, no contexto das Ameaças Assimétricas/Híbridas



O Embaixador Luciano Ozório Rosa é Diplomata de carreira aposentado após 49 anos de serviço ativo, foi Chefe da Divisão do Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores e serviu na Itália, Bélgica, Egito, Argentina, Holanda, Moçambique, Líbia e Hungria, havendo sido Embaixador nestes três últimos países. É Oficial da Reserva da Marinha (CFN) e membro do Conselho Diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro.

### Introdução

Em 22 de fevereiro de 2021 manifestações públicas nos principais centros urbanos argelinos marcaram o segundo aniversário do movimento que impediu a continuação no poder de um presidente física e mentalmente incapacitado que postulava o seu quinto mandato sucessivo, forçando a convocação de eleições. A elevada abstenção no pleito de dezembro de 2019, que elegeu um ex-Primeiro Ministro e ex-Ministro da Habitação, Abdelmajide Tebune, e a ainda menor participação popular no *referendum* da nova Constituição, mesmo assim promulgada em janeiro do corrente ano, constituem claros sintomas da insatisfação generalizada e da crise de legitimidade que afetam o atual Governo.

Uma trégua tácita havia sido observada naquele primeiro ano de pandemia mas as agitações semanais voltavam a ocorrer e não davam sinais de enfraquecimento. A degradação econômica, as restrições à liberdade de expressão e a frustração das expectativas de mudança após a queda de Bouteflika seriam as principais motivações do ressurgimento do *Hirak*<sup>1</sup>.

Problemas estruturais não resolvidos e a volatilidade dos preços do petróleo, principal ativo econômico do país, alinhavam-se entre os fatores que impediam o afrouxamento do controle social das Forças Armadas as quais favoreceria a garantia da liberdade de expressão e da livre associação de pessoas.

A ameaça do extremismo islâmico, por outro lado, continuava a exigir dos agentes de defesa do Estado vigilância constante e suscita intensa cooperação internacional, particularmente por parte dos serviços de inteligência norte-americanos e franceses, muito atuantes no Sahel.

Privilegiar o relacionamento com a União Européia, que seria o caminho natural pelos conhecidos motivos históricos, geográficos e econômicos padece, no ponto de visão de Argel, de uma “assimetria estrutural” e o longamente esperado Acordo de Livre Comércio que deveria ter entrado em vigor em setembro último sofreu novo adiamento.

Nesses mesmos 15 anos, a presença chinesa na Argélia experimentou salto extraordinário. Os investimentos e contratos de empresas da República Popular da China (RPC) na Argélia entre 2005 e 2020 superaram os US\$ 25 bilhões. Empreiteiras chinesas estão envolvidas na construção de dezenas de milhares de habitações populares e projetos de saneamento básicos, além de haver edificado prédios públicos de grande visibilidade. Cerca de um milhar de companhias da RPC operam hoje na Argélia, que não constitui o único parceiro da China naquela região. O intercâmbio comercial, turístico, econômico e cultural com o Reino do Marrocos vem crescendo de forma sustentada nos anos recentes. Consórcios chineses têm levado avante importantes projetos de desenvolvimento naquele país vizinho,

<sup>1</sup>Movimento de contestação civil pró-democracia iniciado na Argélia em 2019 em protesto à tentativa de recondução para um quinto mandato do então Presidente Abdelaziz Bouteflika, no poder desde 2000.

particularmente na montagem de parques de energia solar, e a partir de 2011 os investimentos diretos da China no Marrocos aumentaram em 200%. Na Tunísia, igualmente, observa-se um notável aumento da atividade financeira e tecnológica de operadores chineses.

A Argélia mantém com Moscou as tradicionais ligações comerciais consolidadas com a URSS, especialmente no campo do material militar, mas a queda de Bouteflika abriu oportunidade para que o Pentágono se posicionasse para contrabalançar a presença russa e conter o expansionismo chinês. Em outubro de 2020, ainda na gestão Trump, Mark Esper, no quadro de uma viagem de trabalho aos vizinhos Marrocos e Tunísia, desembarcou em Argel: primeira viagem à Argélia de um Secretário da Defesa norte-americano desde 2006.

Não se pode garantir, por outro lado, que um ou mais Estados muçulmanos manobre este ou outro grupo fundamentalista para seus objetivos, entretanto é certo que algum apoio esse tipo de movimento recebe de fontes externas, islâmicas ou não. Ainda mais certo é admitir que a utopia do retorno à idealizada pureza dos costumes e ações de Maomé e seus apóstolos no século VIII de nossa era constitui, no Norte da África e no Oriente Médio, fator de aglutinação social e canalização de anseios populares mais poderoso do que as desacreditadas ideologias laicas ou os desidratados e desestruturados partidos políticos de matriz secular.

## História recente da Argélia

Figura 1: Bandeira da Argélia



Fonte: <<https://img.elo7.com.br/product/original/268A96B/bandeira-adesiva-da-argelia-7-5-x-10-cm-adesivo.jpg/>>

O processo de descolonização da Argélia seguiu um caminho longo e áspero. A França, que iniciou a ocupação colonial em 1830 insistia em considerá-la parte integrante do seu território mas viu-se forçada a optar pela autodeterminação

<sup>2</sup>Os primeiros movimentos populares de contestação às autoridades após a independência ocorreram em Argel e na província de Cabila em abril de 1980, quando milhares de manifestantes reivindicaram o reconhecimento da língua (*tamazight*) e identidade berbere. Centenas de prisões foram decretadas, e se registraram muitos feridos e alguns mortos, bem como ocupação das universidades e liceus que insistiam no ensino do idioma berbere. O então presidente Chadli Benjedid reiterou que a Argélia era um país “árabe, muçulmano e argelino”, o que não satisfaz os rebeldes. Em 1988 eclodiram em vários pontos do país agitações populares que resultaram na intervenção do Exército, declaração de Estado de Sítio e convocação de reservistas. Houve mais de 500 mortos. Milhares de manifestantes foram presos, e, segundo relatos, muitos torturados nos cárceres.

após uma sangrenta guerra de libertação iniciada em 1954 e protagonizada pelos nacionalistas da Frente Nacional de Libertação - FLN.

A República Popular Democrática da Argélia, proclamada em 1962 após eleições em que a FLN se apresentou como partido único, condição que manter até 1989, conheceu momentos traumáticos na transição e uma evolução política tumultuada que prevalece até nossos dias.

Figura 2: Ahmed Ben-Bella



Fonte: <<https://alchetron.com/cdn/ahmed-ben-bella-99f0b86f-7b68-49d2-affd-94ebed3a5b6-resize-750.jpeg/>>

Ahmed Ben-Bella, um dos fundadores da FLN, exerceu a primeira Chefia de Governo com uma Constituição de matriz socialista, porém foi deposto em 1965 pelo General Houari Boumédiène, que o manteve em reclusão nos 14 anos subsequentes. Boumédiène prosseguiu na rota da planificação da economia e fortalecimento da burocracia estatal.

Com o falecimento do General em 1978, ascendeu ao poder um protegido seu e então Ministro da Defesa, o Coronel Chadli Benjedid, que tentara empreender um projeto de liberalização econômica e política durante os 13 anos de seu Governo. Paralelamente, a revolução dos aiatolás no Irã encoraja a militância islâmica e induz o engrossamento de suas fileiras com os jovens desiludidos pelo não cumprimento das expectativas geradas pela independência. Surgem as primeiras revoltas populares, reprimidas pelo Exército com brutalidade<sup>2</sup>.

A crise política e social desemboca na feitura de uma nova Constituição. Sob sua égide realizaram-se as eleições, mas a vitória no primeiro turno da Frente Islâmica de Salvação (FIS), que postula um Estado Islâmico e renega a opção democrática, mergulhara o país num confronto de extrema violência entre os fundamentalistas muçulmanos, ansiosos em colocar em prática seu projeto político, e os setores laicos e moderados da população (1992). Benjedid se demite e as Forças Armadas assumem diretamente as rédeas do Governo: cancelam o segundo turno das eleições, declaram Estado de Sítio e determinam a dissolução da FIS.

Privada de seu canal de expressão política, a corrente mais extremista do FIS reagrupa-se numa organização clandestina – o Grupo Islâmico Armado (GIA) que comete atos

terroristas de grande repercussão internacional, na Argélia e na própria ex-metrópole francesa, onde reside expressiva diáspora argelina<sup>3</sup>.

Para não perder de vez o controle da situação, as Forças Armadas conclamam novas eleições que em novembro de 1995 sufragaram como Presidente o General Liamine Zéroual. A anistia concedida aos “terroristas arrependidos” desarticula o GIA mas não impede renitentes de prosseguir a contestação violenta em todo o país, agora sob a égide do Grupo Salafista para a Prédica e o Combate - GSPC<sup>4</sup> e outros movimentos menores.

Concluído o mandato de Zéroual, as eleições de 1999, singularizadas pela desistência dos demais candidatos, eleavam à presidência o ex-chanceler Abdelaziz Bouteflika, que submete com sucesso a referendun popular uma “lei de concórdia civil”. Muitos grupos armados depõem suas armas, mas não todos. Remanescentes do GSPC insistem na guerrilha terrorista. Entre 1992 e 2000 mais de 80 mil civis pereceram nesses conflitos internos.

Em tão conturbada atmosfera política Bouteflika reelege-se em 2004 e consegue alterar a Constituição para obter, em 2009, seu terceiro mandato. Em 2013, vítima de um AVC, tem suas capacidades de locomoção e locução afetadas, mas, ainda assim, por um sistema eleitoral ostensivamente viciado, lhe é atribuído um quarto mandato em 2014.

Figura 3: Abdelaziz Bouteflika



Fonte: <[http://s1.lprs1.fr/images/2017/02/21/6698676\\_98b5698b08a-6d270bc9a2fe92595b095fd6209e9.jpg/](http://s1.lprs1.fr/images/2017/02/21/6698676_98b5698b08a-6d270bc9a2fe92595b095fd6209e9.jpg/)>

Eis que em 2019, a tentativa dos seus sequazes de mantê-lo no poder por um quinto período desencadeia a onda de protestos populares — que recebe o cognome de *Hirak* (em árabe, “movimento”) — com participação maciça de estudantes, os quais se juntam a diferentes segmentos sociais

<sup>3</sup>Os atentados a bomba reivindicados pelo GIA em território francês tiveram grande intensidade em 1995, priorizando como alvo os sistemas de transportes públicos em Paris e Lyon, mercados e uma escola judaica. Um comunicado do então líder do GIA entregue no Cairo a uma agência internacional de notícias definia os ataques como punição à França por apoiar o Governo da Argélia.

<sup>4</sup>O GSPC (*Groupe Salafiste pour la Prédication et le Combat*) constituiu-se de antigos militantes do GIA que recusaram a oferta de anistia avançada pelo Governo argelino. Postula o retorno aos costumes e valores muçulmanos ancestrais (=salaf), incorporados nas práticas atribuídas a Maomé e seus apóstolos e primeiros sucessores. Com o expurgo em 2003 do seu fundador o grupo se alinhou em 2007 ao Al-Qaeda, proclamando como objetivo comum a luta contra os interesses norte-americanos e franceses no noroeste africano e mudou a denominação para *AQIM - Al Qaeda in the Islamic Magreb*.

do país. Em abril daquele ano Bouteflika vê-se forçado a retirar sua postulação.

Novas eleições se realizam em dezembro de 2019. Apresentam-se cinco candidatos, todos próceres do regime, o que desencoraja os eleitores e conduz a um índice recorde de abstenções. (40%). Eleito no primeiro turno, Abdelmajide Tebune, de 75 anos, que ocupou diferentes pastas ministeriais nos Governos de Bouteflika, enfrenta desde sua posse em 19 de dezembro de 2019 contestações do *Hirak* à sua legitimidade e exigências de mais ampla reforma política.

Numa tentativa conciliatória, o novo Governo submeteu a referendun em novembro de 2020 projeto de revisão constitucional mal recebido pelos militantes islâmicos, descontentes com o secularismo do documento e considerado ilegítimo e insuficiente pelos ativistas do *Hirak*. Embora menos de 15% do eleitorado se hajam manifestado, a emenda foi promulgada em janeiro de 2021.

A Argélia dedica a subsídios sociais mais do que qualquer outro membro da OPEP. Alimentos básicos, habitação, combustíveis, vem sendo subsidiados há décadas com os recursos do petróleo. A queda das cotações internacionais, falta de investimentos no setor e aumento da população se conjugam com produção declinante e estagnação da pesquisa de novas reservas de hidrocarbonetos. O FMI estima que para manter o *status quo* em matéria de subsídios à economia seria necessário que o barril de petróleo fosse cotado a US\$ 135 por um bom período de tempo.

## A fragilidade geopolítica do Estado argelino

Quando visualizamos o mapa da Argélia - esse país de 2,4 milhões de km<sup>2</sup> e 45 milhões de habitantes, encravado como uma cunha na costa setentrional da África - pelo menos dois parâmetros geopolíticos despertam-nos atenção.

O primeiro constitui a concentração demográfica na faixa litorânea, que engloba menos de 20% da superfície do país, o restante representado pelo deserto do Saara em suas manifestações arenosas, rochosas ou montanhosas, onde uns poucos oásis permitem ocupação sedentária: apenas 3,5% do território são cobertos por terras aráveis. O litoral de aproximadamente 1.240 km, pontilhado de portos

naturais, abriga os principais centros urbanos – Argel, Orã, Constantine e Annabá – os terminais para escoamento de petróleo e gás liquefeito e as instalações que alimentam gasodutos submarinos com destino à Espanha e à Itália. Apesar dos investimentos na indústria e em obras de infraestrutura realizados desde a independência, o setor petrolífero responde ainda hoje por 94% das receitas de exportações e 25% do PIB. A Argélia, com reservas declinantes de petróleo bruto (cerca de 10 bilhões de barris) continua entretanto a perfilar-se como detentora de expressivas jazidas de gás natural (4,5 trilhões m<sup>3</sup>).

Um outro condicionante se traduz na vulnerabilidade de suas fronteiras e ameaças constantes à segurança nacional inerentes à própria interação com os países vizinhos, que razões históricas explicam.

Enquanto o Império Otomano priorizava as fontes de arrecadação de tributos nos territórios sob seu domínio, negligenciando a definição de fronteiras e concedendo autonomia de gestão aos governadores (*beys*), em particular nas regiões predominantemente desérticas e de população nômade, a França, em sua investida colonial na África a partir do início do século XIX, tratou de demarcá-las e reproduzir estruturas administrativas da Metrópole. Nessa compartimentação, como ocorreu em outras possessões coloniais europeias, foram desconsiderados os padrões autóctones de ocupação territorial, com o que se romperam linhas tribais e se forçou a convivência de grupos étnico-religiosos tradicionalmente hostis.

## As problemáticas fronteiras da Argélia

A longa fronteira oriental com a Tunísia (1.010km) tem sido desde 2012 teatro de escaramuças entre as forças armadas tunisianas e militantes fundamentalistas islâmicos que se abrigam em suas grotas e se infiltram no território argelino. A linha limítrofe desce ao sul até a tríplice fronteira com a Líbia, a 4 km da milenar cidade de Gadamés<sup>5</sup>.

A delimitação com a Líbia dispõe de sofisticado sistema de vigilância, assegurado pela interposição de numerosas torres de controle de 14m de altura, dispositivos eletrônicos de alta sensibilidade, visão noturna e apoio de blindados terrestres, pelotões de infantaria treinados em combates no deserto e número crescente de *drones*. Essa estrutura começou a ser montada a partir de 2011, quando a queda de

Gadafi favoreceu o tráfico descontrolado de grande quantidade de armas e movimentação de refugiados através das porosas fronteiras.

Figura 4: Mapa da Argélia



Fonte: <<https://lh3.googleusercontent.com/-F4I5gPQJyOs/VTufm069qUI/AAAAAAAAE50/UD40Tb-2wKY/s512/argelia.PNG/>>

A fronteira sul, delineada por linhas geodésicas ainda no período colonial, separa o país de 3 antigas colônias da África Ocidental Francesa, o Níger, o Mali e a Mauritânia. Independentes desde 1960, congregam por critérios exógenos, como já dito, grupos étnicos distintos, os hauçás, os fulanis e os tuaregues. Aqueles, herdeiros de impérios sedentários rivais que sobreviveram até o final do século XVIII; os últimos, ativos em seu persistente modo de vida nômade e pastoril. Ricos em minerais estratégicos e metais preciosos esses países limítrofes ocupam o chamado Sahel – faixa de transição.

Figura 5: Formações rochosas na fronteira com o Mali que inclui também o Burquina Faso, o Chade e o grande oásis de Fezane, no sul da Líbia - entre o deserto do Saara e a savana tropical africana



Fonte: O autor

<sup>5</sup>Conhecida pelos antigos romanos, que ali estabeleceram uma guarnição, desde o século III A.C., esta cidade berbere edificada num oásis possui sofisticado sistema de refrigeração proporcionado por canais perfurados em pedra porosa que permite a circulação em seus muros de água fresca e ar. Seus habitantes, convertidos ao cristianismo por monges bizantinos no século VI de nossa era foram no século VIII islamizados durante a conquista árabe da região. Até o final do século XIX era ponto de paragem obrigatória das caravanas que provinham da África Equatorial em direção ao litoral no Mediterrâneo.

Se a fronteira meridional é marcada por conflitos locais e regionais, a ocidental tampouco está livre de recorrentes tensões. Desde a independência, as relações com o Reino do Marrocos têm sido pautadas por um certo número de disputas de limites, destacando-se a Guerra das Areias (1963) e a Guerra do Saara Ocidental (1975-91), bem como o consequente fechamento da fronteira (1994). Trata-se da mais extensa (1.559km) fronteira terrestre fechada no mundo. Materializa-se por barreiras topográficas naturais e, nas passagens, postos de vigilância militar, que não chegam a impedir infiltrações de pessoas e tráfico de mercadorias e armas, mesmo porque as duas regiões limítrofes são homogêneas em termos linguísticos, étnicos e tribais.

## A questão do Saara Ocidental

O Marrocos reivindica desde 1957 a totalidade do território do Saara Ocidental, ex-colônia espanhola também limítrofe com a Argélia. Em 1965 a Assembleia-Geral das Nações Unidas adotou resolução que instava a Espanha a descolonizar aquele arenoso território de 266.000 km<sup>2</sup> e no ano seguinte recomendou que a questão fosse submetida a referendo de seus habitantes.

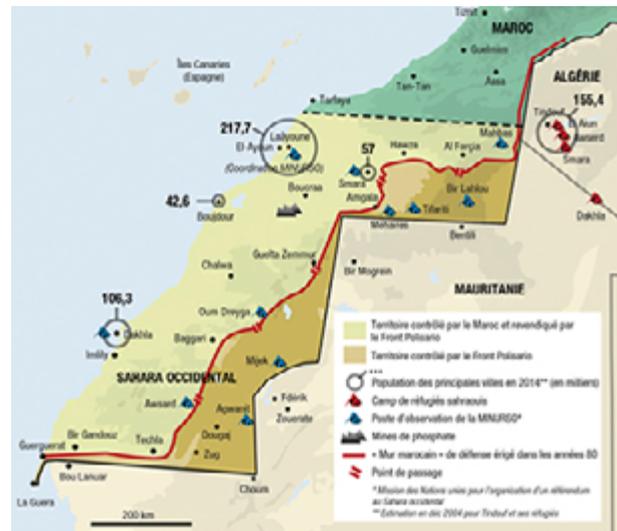
Apenas em 1975, após o falecimento de Franco, a Espanha cede parcialmente às recomendações da AGNU, transferindo o controle administrativo – mas igualmente a responsabilidade de organizar o referendo – ao Marrocos e também à Mauritânia, que tinha pretensões históricas sobre uma parte do território. A Argélia, por razões geopolíticas, optou por sustentar as pretensões do movimento independentista Frente Popular de Libertação de Saguia el Hamra e Rio de Oro – a Frente Polisário. Esta última proclamou, em 1976, a República Árabe Saariana Democrática (RASD), de que a Argélia acolheu em Tindouf o governo provisório.

A Mauritânia renunciou em 1979 às suas reivindicações. Contudo as hostilidades entre os demais beligerantes tiveram prosseguimento, até um cessar fogo patrocinado pela ONU em 1991 cujos termos vêm desde então sendo monitorados por uma Operação de Paz das Nações Unidas (MINURSO). Uma série de dificuldades técnicas e censitárias e má vontade política das três partes envolvidas vêm bloqueando a realização do referendo, que previsto para 1992 ainda não tem data consensuada. Mais de 70 países chegaram a reconhecer a RASD, mas 58 voltaram atrás e hoje são somente 23 além da Argélia.

Como indica o mapa, a fronteira da RASD com a Argélia, que abriga em Tindouf o Governo Provisório e em acampamentos em El Aiube, Asmara e Auserd seus militantes e refugiados, tem pouco mais de 40km. Pequenos países

que reconhecem a soberania marroquina sobre o território, a que se juntam agora os Estados Unidos, abriram Consulados, no Porto de Dakhla.

Figura 6: Situação do Saara Ocidental – MINURSO



Fonte: <<https://www.diploweb.com/IMG/jpg/LaSituationActuelleDuSahara-Occidental.jpg>>

Havendo-se apoderado de 80% do território contestado, Marrocos detém o controle do litoral, explora os principais recursos da antiga possessão espanhola - fosfatos e fauna marinha – e construiu muralha de arenito, intercalada por *bunkers* e campos minados, que separa a área sob seu domínio da parcela restante, sob controle da Frente Polisário.

Um certo *modus vivendi* entre a Argélia e o reino vizinho parecia consolidado com o cessar-fogo de 1991. O fechamento da fronteira terrestre desde 1994, além de não poder ser aplicado com a desejada rigidez não afetou as ligações aéreas e marítimas entre os dois países. Entretanto, em seus últimos dias de Governo, uma decisão do Presidente dos EUA Donald Trump sacudiu o delicado equilíbrio existente. Em troca do estabelecimento de relações com Israel, os Estados Unidos reconheceriam a total soberania marroquina sobre o Saara Ocidental. Como primeiro passo concretizaram em janeiro de 2021 a abertura de Consulado no porto pesqueiro de Dakhla (antiga *Villa Cisneros*), em território controlado pelo Marrocos e reivindicado pela RASD. O acordo incluiu um pacote de US\$ 3 bilhões para apoio a “investimentos privados” na área contestada.

Colocando de lado a fantasia diplomática, mantida há meio século, de que é parte interessada mas não litigante no conflito, Argel multiplica no momento esforços diplomáticos com a Administração do atual presidente dos EUA, John Biden, para tentar reverter a decisão, com escassas probabilidades de êxito diante do artificialismo da república saariana e da importância do preço político pago pelo Marrocos.

## A Guerra do Sahel

A porosidade de suas fronteiras com os conturbados países vizinhos, principalmente Líbia, e a faixa do Sahel constitui fator adicional de desestabilização. Numa consequência tangencial dessas três décadas de turbulência na Argélia independente os rebeldes fundamentalistas muçulmanos, em busca de santuário em sua retaguarda, distribuíram-se pela região e disseminaram a visão radical e militante do Islã, que privilegia a guerra santa – o Jihad – contra os infiéis e seus costumes.

Hoje inspirados pelo movimento fundamentalista árabe Al-Qaeda, esses militantes encontraram oportunidade áurea ao eclodir a revolta separatista dos *tuaregues* que pretendiam criar um Estado independente no norte do Mali, na região de Azauade, em 2012.

A França intervém militarmente na região desde 2013, combatendo por terra e ar tanto os separatistas tuaregues quanto os fundamentalistas islâmicos de diferentes etnias: contabilizava em janeiro de 2021 a perda de 55 militares. Conta com apoio de inteligência norte-americana e de pequenos contingentes de tropas de elite de outros países europeus: Reino Unido, República Checa, Estônia, Dinamarca, Suécia. Em nome das Nações Unidas, a MINUSMA mobiliza no Mali cerca de 16 mil homens, essencialmente militares e policiais, provenientes de 50 Estados contribuintes, particularmente Alemanha e países africanos francófonos, que já deploram mais de uma centena de mortos em suas fileiras.

## Reivindicações identitárias berberes

Um dos desdobramentos da instabilidade política e vicissitudes econômicas experimentadas pela República argelina traduz-se pelo movimento de recuperação, por uma parte expressiva da sua população, das raízes autóctones anteriores à conquista árabe ocorrida no século VIII de nossa era. Considerados “bárbaros” pelos historiadores gregos e romanos antigos – daí a denominação moderna de “berberes” – tiveram participação preponderante na conquista aos visigodos da Península Ibérica, e o nome de seu chefe militar Tariq está perpetuado no estreito que aproxima a Europa da África setentrional<sup>6</sup>.

Com tipos físicos diferentes porém unidos por uma herança linguística e estilos de vida comuns esses “berberes” chamam-se a si mesmos de *imazighen*, que significa “homens livres” (no singular *amazigh*) e se espalham por todo o norte da África, do Atlântico ao Oásis de Siua, no Egito. Historicamente foram conhecidos como mazices,

numídios, getúlios ou mouros, entre outras particularizações. Muçulmanos sunitas em sua maior parte, os *imazighen* reconhecem também como participantes de sua etnia minorias cristãs e judaicas.

As tentativas dos *imazighen* para serem reconhecidos como povo integrante da Nação argelina encontraram de início a sólida barreira do pan-arabismo preconizado por Nasser, no Egito; e pelo Partido Baas, na Síria e mais tarde no Iraque. Os documentos fundamentais da estruturação da Argélia independente omitem a dimensão berbere da população e já em 1963 uma insurreição armada na região da Cabília, no nordeste do país, é sufocada com rigor e denunciada como secessionista.

Figura 7: Festival berbere na Cabília, que uma jovem registra em *selfie* no seu celular



Fonte: O autor

Durante três décadas as autoridades reprimem a “propaganda berberista” e proíbem o ensino e a divulgação da língua *tamazight*. Desde meados dos anos 90 essas restrições têm sido amenizadas. Entretanto, a participação expressiva de militantes berberes autonomistas no movimento *Hirak* arvorando bandeira própria e portando cartazes que reclamam a secessão da Cabília reforça os temores de um esfacelamento territorial do país.

## Conclusão

Quarta potência econômica na África (após Nigéria, África do Sul e Egito), padece a Argélia da volatilidade das cotações do petróleo e gás, responsáveis por 95% da receita de exportações, e progressivo exaurimento de suas reservas; da instabilidade política e social que engendra na sociedade a busca de caminhos alternativos - como o representado pelo fundamentalismo islâmico – enquanto enfrenta a insatisfação das parcelas mais jovens e reivindicações identitárias de parte expressiva de sua população. A sua composição

<sup>6</sup>A tomada da Península Ibérica aos visigodos foi conduzida pelo chefe berbere Tariq Ibn Ziyad. Daí o nome Gibraltar = Jebel-al-Tariq = Monte de Tárique.

étnica e legado histórico a inserem, ademais, como partícipe nos recorrentes conflitos e turbulências transfronteiriços, enquanto a condição de fornecedor declinante, mas ainda expressivo, de bens energéticos – petróleo e sobretudo gás – para a Europa condiciona suas opções de política externa.

Nesses 58 anos de vida independente as Forças Armadas vêm garantindo a segurança nacional contra ameaças externas e arbitrando controvérsias políticas, contendo surtos separatistas e impedindo a ascensão ou combatendo correntes extremistas laicas e religiosas. Desgastadas por não haverem correspondido às expectativas despertadas pela libertação do jugo colonial, primeiro com a experiência de matriz socialista conduzida pelo partido único FLN até 1979, e subsequentemente nas mal-sucedidas tentativas de liberalização econômica e política, as Forças Armadas passaram a ser vistas como casta privilegiada empenhada em manter benefícios corporativos, acumulados, principalmente, durante os 20 anos em que sustentaram Huari Bouteflika no poder.

Os movimentos populares que impediram a concessão de um quinto mandato sucessivo a Bouteflika em 2019 já adquirem dinâmica própria após um ano de não declarada trégua sanitária, e embora com pautas ainda difusas, convergem na exigência de radicais mudanças na estrutura do poder. A crescente presença de consórcios chineses no Magrebe (denominação histórica árabe do noroeste africano) introduz um novo ator no cenário político regional enquanto o combate liderado pela França aos militantes jihadistas no Sahel repercute nas permeáveis fronteiras meridionais. A decisão norte-americana de reconhecer a soberania marroquina no Saara Ocidental em troca da normalização das relações do Reino vizinho com Israel desmantela um dos pilares da política externa argelina, principal sustentáculo da RASD desde sua proclamação em 1976.

Durante 5 décadas o país se valorizava como detentor de um grande ativo econômico e posição estratégica no Mediterrâneo mas vem se transformando numa bomba-relógio social, que atemoriza uma Europa já desestabilizada pelas ondas migratórias originárias do Sahel e do Oriente Médio. Tornou-se também partícipe involuntário do conflito que permeia sua fronteira sul envolvendo a ex-metrópole colonial e a militância de grupos étnicos aglutinados pelo fervor religioso muçulmano.

Para contrabalançar a tradicional presença russa e a crescente influência do novo ator chinês na Região, os EUA monitoram e apoiam as campanhas militares francesas no Sahel além de demonstrar a intenção de exercer o seu poder diplomático e econômico, se necessário com o respaldo militar, no encaminhamento de conflitos e problemas estruturais do Magrebe.

Não havendo encontrado ainda um modelo político-institucional que cimente suas clivagens sociais, reforce a coesão étnica e equacione as fragilidades geopolíticas, a Argélia encontra óbices imensos para alterar um modelo de gestão econômica e política inviabilizado pela queda das receitas petrolíferas para corresponder às demandas das novas gerações. Seu destino dependerá, cada vez mais, da resultante de forças das potências estrangeiras que competem pela hegemonia na região: a Europa, que ali se abastece de petróleo e principalmente gás e teme novos surtos migratórios; a Rússia, tradicional fornecedora de equipamentos e material de uso militar, volta a ocupar espaços que a antiga URSS detinha no Oriente Médio e na África; a China, que expande sua presença na região como fornecedora de bens e serviços; e os Estados Unidos empenhados em conter a expansão de seu grande rival asiático.





CC (FN) Eduardo Henrique Cardoso Kuwahara  
fnkwr@hotmail.com

## O exercício da liderança em tempos de isolamento



CC (FN) **Kuwahara** serve atualmente no Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, como Chefe do Departamento de Desporto. É oriundo da Escola Naval, cursou o Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais em 2013 e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários da EGN em 2016. Já serviu no 1º BtlInfFuzNav – Batalhão Riachuelo – como Oficial de Estado-Maior, Comandante de Companhia e Comandante de Pelotão, integrou o 11º Contingente do GptOpFuzNav Haiti, como Comandante de Pelotão e participou das Operações de GLO durante a Intervenção Federal no Rio de Janeiro, como Oficial de Operações. Serviu também na Escola Naval como Comandante de Companhia do Corpo de Aspirantes e no Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade como Chefe do Destacamento. É, também, cursado no Curso de Instrutor de Educação Física da Escola de Educação Física do Exército.

### Introdução

Observa-se em diferentes culturas que o líder é quem guia, quem mostra o caminho a ser seguido. A linha histórica da humanidade demonstra que as evoluções e transformações acontecem a partir do momento que o homem passa a trabalhar e transformar o meio físico. E isso acontece especialmente em grupos, em que a liderança é fator primordial no desenvolvimento dos trabalhos.

No aspecto militar da sociedade, o exercício de liderar é imprescindível, pois somos por vezes exigidos a correr elevados riscos por dever de ofício. Pela força da liderança influenciados a realizarmos as mais distintas tarefas a serviço da Pátria, cuja honra, integridade e instituições juramos defender com o sacrifício da própria vida.

No ambiente de trabalho do Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes (CEFAN), houve uma reunião dos oficiais superiores com o Senhor Comandante para debater algumas dificuldades atinentes ao período pandêmico vivenciado desde março de 2020. O tema a despertar maior interesse foi a reflexão sobre o exercício da arte de liderar durante o período de isolamento social e distanciamento físico, a qual chegou-se a uma conclusão inicial que haveria uma dificuldade para exercê-la. Porém, após uma investigação por meio de

conversa com três oficiais que atuam em campos distintos, obteve-se uma visão que soa um tanto quanto paradoxal.

### A teoria

Após a reflexão inicial sobre o assunto, considerou-se que a distância física imposta pelo atual momento em que vivemos seria um obstáculo para o exercício da liderança. Com isso, houve uma consulta da publicação da Marinha do Brasil que aborda esse tema: EMA 137 - DOCTRINA DE LIDERANÇA DA MARINHA.

Após lembrar alguns conceitos básicos quebrar-se-ia o primeiro paradigma. No capítulo 1 (BRASIL, 2013), fala-se sobre os três níveis de liderança: direta, organizacional e estratégica.

A liderança direta é obtida por meio do relacionamento face a face entre líder e seus liderados sendo presente nos escalões inferiores como pelotões, divisões e departamentos, onde o contato pessoal é constante.

A liderança organizacional desenvolve-se em organizações de maior envergadura, em que geralmente existe um Estado-Maior, e o líder tem um contato mais direto apenas com seus subordinados imediatos e as tarefas executadas costumam ser realizadas por delegação.

A liderança estratégica é exercida nos níveis que definem a política e estratégia da Força, sendo sua influência ainda mais indireta e distante do que a dos líderes organizacionais.

Dessa forma, constatou-se que a reflexão inicial, baseada na doutrina, estava um tanto quanto equivocada. A distância não é um obstáculo para a liderança como um todo. E, se for um obstáculo, seria basicamente para o exercício da liderança direta.

## A prática

O primeiro oficial a ser questionado sobre o assunto é Chefe de Divisão de Instalações. A sua equipe de trabalho é responsável pela limpeza, organização e manutenção das instalações de sua Organização Militar (OM). Na conjuntura do isolamento social e com um ritmo de trabalho mais leve por conta da quarentena, sua divisão não está sendo muito demandada. Esse oficial relatou não ter problemas no exercício da sua liderança, pelo contrário, quando qualquer demanda surge, seu pessoal está muito mais solícito que o normal, tendo em vista que o período recessivo em casa faz com que se apresentem para o trabalho com mais ânimo para bem cumprirem as tarefas que são apresentadas.

O segundo oficial é Comandante de Companhia em OM operativa. Relatou que as tarefas neste período continuam

respeitando os laços táticos e que as ordens buscam explorar a organização tática, a qual o Comandante da Companhia passa as ordens para seus Comandantes de Pelotão, que repassam para os Comandantes de Grupo de Combate e assim por diante, diminuindo assim a concentração de militares a fim de manter a distância física.

Esse oficial relatou, também, que apesar de não haver dificuldade no exercício da liderança, tem observado uma queda quanto a disciplina militar. Em momentos em que a tropa está mais envolvida com atividades operativas, a disciplina costuma estar em um padrão mais elevado. O espírito de corpo por ele enaltecido favorece o estabelecimento da disciplina acima da média. Contudo, no período da quarentena, o pessoal está mais relapsoso no tocante a esse pilar basilar da Marinha devido a uma atitude mais letárgica associada à rotina de morosidade.

A terceira conversa foi com um fisioterapeuta que é um dos “soldados” na linha de frente no combate ao COVID-19, no Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD). Pela sua antiguidade, ele estava certa vez como chefe da enfermaria, onde a situação estava bem sensível, com diversos pacientes infectados. Sua equipe estava bem receosa em um determinado momento crítico de atuação. Por vezes era notável o medo de se expor e correr o risco de perder a vida, já que neste período o vírus tinha atingido fortemente militares de diferentes faixas



etárias. Nesta hora, o oficial tomou a frente de combate e foi o primeiro a entrar na enfermaria para atender os pacientes, e pela força de seu exemplo, arrastou os demais de sua equipe.

Outro de seu relato foi sobre um médico que estava como chefe da Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Esse doutor disse a sua equipe para realizarem seu trabalho e que ele assumiria a responsabilidade por possíveis erros de seus subordinados. Com o tempo, essa equipe deu um *feedback* positivo sobre a postura do chefe, pois isso permitiu uma tranquilidade no exercício das funções e foi fundamental para o sucesso da missão.

Essa história trouxe à tona o conceito exposto no capítulo 9, do livro “Liderança segundo *Abraham Lincoln*” (PHILLIPS, 2007). O 16º Presidente dos Estados Unidos da América é considerado um dos maiores líderes e influenciadores da história da humanidade.

No capítulo supracitado, cujo título está relacionado a liderar sem ser liderado, *Abraham Lincoln* empregava costumeiramente a estratégia de dar os devidos créditos pelos feitos de seus subordinados e aceitava a culpa por eventuais erros. Com isso, os subordinados trabalham mais relaxados e com maior produtividade. No final, eles têm a sensação do dever cumprido e os méritos pela realização de seu trabalho. E tudo que o líder tem a fazer é guiá-los na direção correta.

## A visão paradoxal

A liderança exerce um papel relevante na vida castrense, especialmente em momentos críticos como as situações de combate e o enfrentamento ao COVID-19. Confrontado a reflexão inicial sobre a dificuldade de exercer a liderança mantendo a distância física e o isolamento social, com a teoria e a prática expostas nos tópicos acima, chegou-se à visão paradoxal que os obstáculos para o exercício da liderança são apenas novas oportunidades de melhoria. *O exercício da liderança requer adaptações e aperfeiçoamentos constantes e o período de dificuldades vividos durante a pandemia favorece este desenvolvimento.*

## Isolamento dentro do Isolamento: experiência na Ilha da Trindade

Em dezembro de 2020, em um novo ambiente de trabalho, apresentou-se a oportunidade de experimentar a validade da afirmação anterior sobre liderança durante um período de destaque no Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT).

A Marinha do Brasil começou a operar este Posto em 1957, sendo então responsável por garantir a presença do Estado

brasileiro nesta longínqua porção do território nacional. Por sua localização, em latitude próxima das principais bacias petrolíferas e da região de maior desenvolvimento econômico e concentração populacional do país, a Ilha da Trindade constitui um posto avançado, de grande importância para a Defesa Nacional no que concerne ao emprego do Poder Naval.

Durante o processo de seleção de pessoal a fim de servir no POIT, assistimos uma entrevista de um militar que estava na Ilha da Trindade e era questionado pelo repórter sobre a saudade da família. Neste momento o militar silenciou. Segundos depois iniciou um choro que o impediu de falar sem gaguejar. Instantaneamente surgiu um sentimento preconceituoso ao ver este militar demonstrando tal sentimento em frente a televisão.

Como dito anteriormente: “O exercício da liderança requer adaptações e aperfeiçoamentos constantes”. E na Ilha da Trindade tivemos que lidar com um forte componente da natureza humana, muitas vezes negligenciado: o campo emocional.

Na rotina diária, esse componente muitas vezes é colocado em segundo plano. Mas em situações extremas, como o confinamento em uma ilha longínqua, uma situação de combate ou uma pandemia de envergadura mundial, esse componente apresenta-se explicitamente.

O período do Natal foi marcante. Estávamos com restrição de comunicação e falávamos com nossas famílias apenas por telefone. Além disso, faziam algumas semanas que já não as víamos. Um mês antes do dia 24 de dezembro, pediu-se em segredo aos familiares que gravassem vídeos com mensagens natalinas. Todas as gravações feitas com muito empenho e forte apelo emotivo foram enviadas antes do embarque no Navio-Patrolha Oceânico (NPaOc) Amazonas rumo à Ilha da Trindade no início do mês.

Além da carga emocional de viver em isolamento na ilha, soma-se outra carga emocional de preocupação: o isolamento vivido mundialmente devido a pandemia causada pelo COVID-19, onde nossas famílias encontram-se vulneráveis no continente.

Todo preconceito inicial de ver a reportagem supracitada precisou ser revisto, fazendo-nos refletir que o líder precisa ir muito além de estereótipos do tipo: *militar não chora*. Fazendo uso da licença poética da Infantaria: *dizem que guerreiros não choram, suam pelos olhos*. Assim, na véspera de Natal, todos os militares foram surpreendidos com as emocionantes mensagens natalinas dos familiares. As músicas de Natal com as calorosas mensagens dos entes queridos afetaram diretamente nossas emoções. Foi assim que presenciamos muitos guerreiros suando pelos olhos!

No exercício da liderança não podemos negligenciar as emoções e devemos buscar o constante aperfeiçoamento da inteligência emocional. Segundo Daniel Goleman (1998 apud SANCHES, 2018), escritor, PHD e autor de várias obras sobre o tema, a inteligência emocional é “a capacidade de identificar os nossos próprios sentimentos e os dos outros, de nos motivarmos e de gerir bem as emoções dentro de nós e nos nossos relacionamentos”.

Abaixo transcreve-se as palavras proferidas pelo Comandante do Exército, durante uma solenidade na 1ª Divisão de Exército, na Vila Militar, com o objetivo de homenagear e condecorar militares mortos durante as Operações Conjuntas, no período da Intervenção Federal no Rio de Janeiro: “O soldado é movido a emoção. E a emoção mora no coração. Assim, não precisamos ter vergonha de chorar. E, quando choramos, nossas lágrimas são mais salgadas”.

O profissional das armas muitas vezes é movido pela emoção. As pessoas, no geral, têm grandes dificuldades para lidar com suas próprias emoções. O militar, no seu pleno exercício de liderar, deve ter um controle positivo sobre suas emoções e precisa saber gerir de forma consciente as emoções de seus subordinados, para poder influenciá-los

no sentido de que ajam, voluntariamente, em prol do cumprimento da missão.

## Conclusão

A pandemia impôs ao mundo uma série de desafios. Os quartéis, as lojas, as indústrias, os comércios. A saúde, a educação, a economia, a política. As relações intrapessoais, interpessoais, profissionais e familiares. Enfim, todos os setores que fazem parte da vida humana foram abalados pelo “inimigo invisível”. Porém, as dificuldades sempre guardam ocultas sementes de oportunidade de crescimento. Assim como houve uma perspectiva positiva dos três oficiais que emprestaram suas observações acerca do exercício da liderança durante o período de isolamento social, uma valiosa lição aprendida emergiu neste período de árduos ensinamentos no isolamento vivido dentro do isolamento, durante o destaque na Ilha da Trindade, que é a imperativa necessidade de não negligenciar as emoções e buscar constantemente o aperfeiçoamento na área da inteligência emocional, cuja menção no EMA-137, a indica como uma ferramenta de destaque crescente, de modo a ser o principal diferencial de competência no trabalho.



## Referências

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-137: Doutrina de Liderança da Marinha**. Brasília, 2013.

BRASIL. Exército. Comando Militar do Leste. **Medalha Sangue do Brasil é entregue a familiares de militares mortos em Operação**. Disponível em: <<http://www.cml.eb.mil.br/ultimas-noticias/1534-ex%C3%A9rcito-condecora-medalha-sangue-do-brasil.html/>>. Acesso em: 07 maio 2021.

BRASIL. Marinha. **Programa de pesquisas científicas na Ilha da Trindade**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/secirm/psrm/protrindade/>>. Acesso em: 07 maio 2021.

PHILLIPS, Donald T. **Liderança segundo Abraham Lincoln: estratégias para tempos de crises**. Tradução de Elizabeth Bueno. São Paulo: Editora Landscape, 2007. 216 p.

SACCHETTO, Douglas. Estudo sobre a liderança. **Contabilidade Papyrus**. Disponível em: <<https://contabilidadepapyr.us.com.br/estudo-sobre-lideranca/>>. Acesso em: 07 maio 2021.

SANCHES, Claudia. **Inteligência emocional e liderança: como se complementam**. Educação Corporativa, 2018. Disponível em: <<https://www.educacaocorporativa.blog/inteligencia-emocional/>>. Acesso em: 07 maio 2021.



CF (FN) **Maurício** Corrêa de Souza  
mauricio.souza@marinha.mil.br

.....  
Maj (USMC) Felipe A. Bayona  
bayona@marinha.mil.br

## A aquisição do *Mine-Clearing Line Charge* (MICLIC) e a ampliação da capacidade projeção de poder do CFN



O CF (FN) **Maurício** é o atual Comandante do BtlEngFuzNav. Oriundo do Colégio Naval, graduou-se em Ciências Navais pela Escola Naval em 2000. Concluiu, dentre outros: Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais do CFN (CIASC), MBA em Finanças Corporativas e Mercado de Capitais (UFF), Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (EGN), Curso de Gestão Empresarial (COPPEAD, UFRJ), *Command and Staff College (Marine Corps University)* e *Master of Military Studies (Marine Corps University)*. Dentre suas comissões, destacam-se: BtlEngFuzNav, como Comandante de Pelotão de Pioneiros; CiaApDbq, como Oficial de EM; GCM, como Ajudante de Ordens do CM; Escola Naval, como Comandante de Batalhão; e CDDCFN, como Assessor de Avaliação e Apoio ao Adestramento. Participou ainda da MINUSTAH: em 2006 no GptOpFuzNav-5ºContingente e em 2013 no JMAC.



O Major **Bayona** ingressou no USMC em 2004 como soldado de infantaria. Como infante, participou de operações de combate em Fallujah, Iraque, onde serviu como Comandante de GC e também como conselheiro de infantaria do Exército Iraquiano. Tornou-se Oficial de Engenharia de Combate em 2010 e liderou diversas operações de desminagem de vias enquanto servia no Afeganistão. Ele também serviu como Comandante de Companhia de Engenharia de Combate no Japão, apoiando vários exercícios em toda a Ásia e Oceania. Ele também é um Oficial de Relações Exteriores com enfoque na América Latina, tendo trabalhado com a maioria dos Corpos de Fuzileiros Navais nesta região. Ele atualmente atua como Oficial de Intercâmbio do USMC junto ao Corpo de Fuzileiros Navais, a bordo do ComFFE.

### Introdução

Tal qual no Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (USMC), a Guerra de Manobra é parte da filosofia de emprego do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). A fim de aplicá-la ao planejamento e à execução de uma operação, faz-se necessário garantir às nossas forças Liberdade de Movimento (*Freedom of Movement*), de forma a permitir que nossa ideia de manobra se concentre nas Vulnerabilidades Críticas do inimigo, evite seus pontos fortes e, conseqüentemente, desestabilize seu Centro de Gravidade. A capacidade de romper obstáculos e garantir mobilidade, seja no mar ou em terra, é fundamental

para assegurar essa Liberdade de Movimento e aumentar a letalidade de nossas forças.

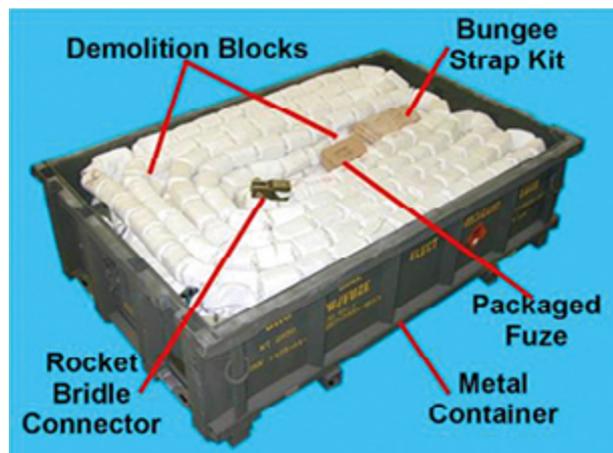
Nesse diapasão, o Subprograma PROADSUMUS, que é parte do Programa Estratégico de Construção do Núcleo do Poder Naval, prevê a aquisição do Sistema de Abertura de Brechas *Mine-Clearing Line Charge* (MICLIC). Esse sistema consiste de uma carga explosiva linear lançada por foguete, cujo propósito é abrir uma passagem através de um obstáculo. Neste artigo, apresentaremos as características gerais do sistema, seu emprego doutrinário no USMC, fatores de planejamento alcançados há mais de 60 anos de experiência

operacional e, por derradeiro, como esse sistema ampliará a capacidade de projeção de poder do CFN.

## Características gerais do sistema

Há dois tipos de MICLIC: o M58 (para Carros de Combate) e o M59 (para CLAnf). Ambos possuem as mesmas características, exceto pela plataforma de lançamento. Ao ser acionado, o foguete arrasta uma Carga de Demolição Linear, que fica acondicionada em um contêiner (Figura 1).

Figura 1: Contêiner com carga linear acondicionada



Fonte: MK154 FMS Brief. (ESTADOS UNIDOS, 2020)

MICLICs empregam 794 Kg de C4 para criar uma brecha de aproximadamente 100m de extensão e 16m de largura através de um campo minado contendo minas antitanques ativadas por pressão de impulso único e minas antipessoal mecanicamente ativadas. Entre a carga explosiva, que utiliza um sistema elétrico de acionamento, e o CC/CLAnf, há um cabo de 62m. O MICLIC detona 92 a 95% das minas na superfície ou enterradas até 1 polegada. Minas enterradas mais profundamente têm menos probabilidade de detonar.

O MICLIC tem um efeito muito limitado em minas que possuem detonadores magnéticos, resistentes a explosões ou outros detonadores não sensíveis à pressão. Essas minas podem ser descobertas ou expelidas, mas não serão detonadas pelo sistema. Depois de ser disparado, o MICLIC deixa uma marca patente no solo, o que ajuda os engenheiros de combate a marcar o caminho a ser seguido pelas forças subsequentes.

Neste artigo, concentraremos-nos no sistema MK-154 Mod 1, que é composto por 03 (três) M59 *Linear Demolition Charges* (LDCs) ou Cargas de Demolição Lineares, 03 (três) foguetes MK22 Mod 3/4 e um CLAnf. Sua missão é abrir uma

passagem através de um campo minado durante o desembarque anfíbio, no prosseguimento para o interior da CP ou nas operações subsequentes.<sup>1</sup>

O MK 154 Mod 1 foi desenvolvido para abrir uma passagem em um campo minado na zona de arrebentação, de uma profundidade de 3m até a marca d'água alta, durante um assalto anfíbio e operações subsequentes no interior, como ilustra a Figura 2.

Figura 2: Lançamento do MICLIC



Fonte: MK154 FMS Brief. (ESTADOS UNIDOS, 2020)

O MK154 Mod 1 pode carregar automaticamente três cargas lineares M59 utilizando o guincho conectado ao conjunto de palete frontal. O guincho puxa cada carga para cima do palete de popa e conjunto de trilhos para fixá-la – Ver Figura 3. Quando não está em uso, o MK154 é armazenado em seu contêiner individual à prova de intempéries.

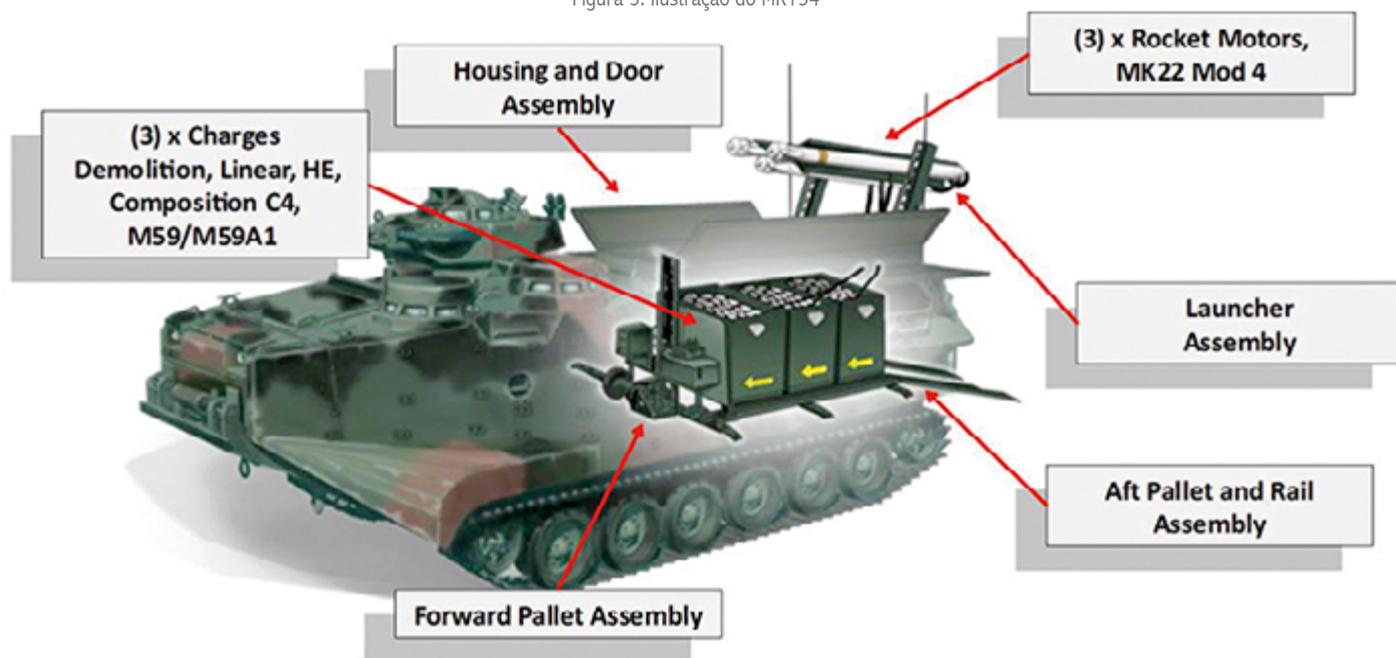
Suas principais características são<sup>2</sup>:

- Função primária: Sistema de Limpeza de Área/Campo Minado;
- Fabricante: Diesel Division, General Motors of Canada, Ltda;
- Hospedeiro: CLAnf;
- Peso: 1368 kg;
- Peso com o contêiner: 3991 kg;
- Peso total com carga máxima (inclui 3 LDC e 3 foguetes): 4853 kg; e
- Altura do CLAnf com o MK154 instalado: 3,25m.

<sup>1</sup>MK154 Mine Clearance Launcher. *Military Analysis Network*, 1999. Disponível em: <<https://fas.org/man/dod-101/sys/land/mk154.htm>>. Acesso em 10 maio 2021.

<sup>2</sup>MK154 Mine Clearance Launcher. *Military Analysis Network*, 1999. Disponível em: <<https://fas.org/man/dod-101/sys/land/mk154.htm>>. Acesso em: 10 maio 2021.

Figura 3: Ilustração do MK154



Fonte: MK154 FMS Brief. (ESTADOS UNIDOS, 2020)

## Emprego no USMC

No USMC, o MK154 é o orgânico dos Pelotões Contramina dos Batalhões de Viaturas Anfíbias, e a tripulação do CLAnf é responsável por sua manutenção e seu emprego. O sistema consiste de três conjuntos de M59 com seus foguetes MK22 capazes de abrir uma brecha de aproximadamente 270m de comprimento e 16m de largura, sem recarregar. O MK154 pode ser equipado em qualquer CLAnf, sem necessidade de modificações adicionais, e pode ser armazenado em seu próprio contêiner quando não estiver em uso.

Uma equipe bem adestrada pode montar o MK-154 em 2 horas e realizar uma recarga completa do sistema, três cargas lineares e foguetes, em aproximadamente 45 minutos. A carga ocupa todo o compartimento de tropas do CLAnf e a tripulação permanece dentro do CLAnf ao lançar os foguetes. O uso da lança AAVR7A1 ou outro recurso de levantamento de peso é necessário para montar o kit em cima do CLAnf.

Durante as Operações de Abertura de Brecha, o MK154 é parte da Equipe de Abertura de Brecha. Os operadores de CLAnf se posicionam e começam a destruir os obstáculos assim que o fogo inimigo é suprimido – pelo menos ao ponto de não impedir a Equipe de Abertura de Brecha. A necessidade doutrinária de ter um mínimo de duas brechas (faixas), combinada com o fator de planejamento que prevê a incapacitação de 50% da Equipe de Abertura de Brecha, cria um requisito mínimo de quatro MK154 disponíveis para realizar uma Operação de Abertura de Brecha. Esse número aumenta se

os campos minados do inimigo a serem reduzidos forem mais profundos que 270m, ou se mais brechas forem necessárias.

Como mencionado anteriormente, os MICLIC reduzem cerca de 92 a 95% das minas anticarro ativadas por pressão de impulso único assentadas na superfície e minas antipessoal mecanicamente ativadas. Portanto, em posições interiorizadas, após a detonação, a Equipe de Abertura de Brecha realiza uma verificação mecânica utilizando CC com implementos de arado e ancinho de mina.

Por ocasião do Desembarque, caso seja mandatário neutralizar 100% das minas, CC com arado de mina da largura de esteira ou tratores com lâmina (bulldozer) desembarcam na primeira vaga de EDCG e, após a detonação, procedem a verificação mecânica. Nesse caso, por questões de segurança, um destacamento helitransportado pode ultrapassar os obstáculos na praia para engajar forças inimigas e estabelecer posições de bloqueio, complementando o Apoio de Fogo Naval e a Aviação de Ataque. Caso o Comandante aceite o risco de ter apenas entre 92% e 95% das minas removidas, em contraste com o risco da exposição na praia e a redução da velocidade do avanço, segue-se em frente sem realizar a verificação mecânica.

Dada a complexidade das OpAnf, ações ou operações anti-mina incluiriam coordenação próxima entre caça-minas de superfície, caça-minas aerotransportados, embarcações de desembarque, Apoio de Fogo Naval e a ForDbq. Os CLAnf equipados com MK154 seriam atribuídos à Equipe de



Figura 4:  
Adestramento do  
USMC realizado na  
Coreia do Sul

Fonte: Acervo  
pessoal do autor

Abertura de Brecha operando em terra, e não à Força de Abertura Brecha Anfíbia. Isso significa que os MK154 seriam encarregados de reduzir os obstáculos da faixa litorânea próxima às praias de desembarque. A redução de minas e outros obstáculos em águas mais profundas estaria a cargo da Força de Abertura de Brecha Anfíbia.

O USMC emprega o MCLIC há mais de 60 anos. Seus dois tipos foram utilizados na Operação “*Desert Storm*”, quando os fuzileiros navais penetraram em dois grandes campos minados iraquianos contendo mais de 3,5 milhões de minas. Foi novamente empregado contra o exército iraquiano em 2003, no avanço sobre Bagdá e foi amplamente utilizado em operações de contrainsurgência no Afeganistão. Notavelmente, desempenhou um papel crucial antes do ataque de 2010 em Marjah, Afeganistão, quando mais de 35 MCLIC foram utilizados para romper “cordões” de Artefatos Explosivos Improvisados (AEI) que, o então BGen Larry Nicholson chamou de “...a maior ameaça de AEI e o maior campo minado que a OTAN já enfrentou.” (KIDWELL; JAFFKE, 2014, p. 84, tradução nossa). A Figura 4 ilustra o MCLIC durante um adestramento combinado do USMC com Fuzileiros da Coreia do Sul.

Durante sua longa e histórica trajetória, os Fuzileiros Navais dos EUA desenvolveram fatores de planejamento operacional e identificaram algumas limitações do sistema. Um bom exemplo é sua restrição no emprego em ambiente de selva, em função da densidade da copa das árvores. Outra limitação consiste na redução de sua eficácia na água, quando

comparada ao seu desempenho em terra. Por fim, podemos citar a precisão do foguete MK22, que ainda deixa muito a desejar, especialmente face a ventos fortes e em ambientes anfíbios, condições que elevam a taxa de insucesso tanto dos foguetes quanto da carga linear.

A taxa de insucesso do foguete pode ser mitigada solicitando uma quantidade maior de foguetes do que a necessária. Os operadores MCLIC também precisam ser habilitados em procedimentos para detonar manualmente a carga linear, caso o acionamento elétrico falhe. As Forças de Abertura de Brecha também precisam ter uma boa inteligência do obstáculo porque, como mencionado anteriormente, o sistema tem efeito muito limitado em minas que possuem detonadores magnéticos, blindados ou outros detonadores não sensíveis à pressão.

### Ampliação da capacidade de projeção de poder do CFN

Atualmente, o BtlEngFuzNav, unidade responsável por garantir mobilidade aos GptOpFuzNav e especializada em abrir passagens através de obstáculos em terra que se oponham à Força de Desembarque, só possui meios manuais ou explosivos – torpedo bangalore – para realizar a abertura de brecha em um campo minado.

A aquisição do MK 154 Mod 1 trará consigo o incremento da segurança e da velocidade na abertura de brechas por campos minados lançados na praia de desembarque ou em posições interiorizadas, mormente no apoio cerrado às peças

de manobra em 1º escalão. Ainda, proporcionará impulsão ao ataque, reduzirá o tempo de exposição dos meios na praia nos momentos iniciais do desembarque e abreviará o tempo até a conquista dos objetivos iniciais, fundamentais para garantir a proteção do desembarque continuado de meios e para facilitar a progressão da tropa em direção aos objetivos finais. Vale ressaltar que, inicialmente, por não estar firmemente estabelecida em terra, durante a fase do Assalto e sobretudo nos momentos iniciais do desembarque, a ForDbq necessita organizar seus elementos de manobra em terra rapidamente, de forma a obter “relativa autosuficiência nas ações iniciais em terra” e reduzir sua dependência dos meios navais e aeronavais da ForTarAnf para sua proteção (BRASIL, 2020a).

## Conclusão

A aquisição do MK154 Mod 1, prevista pelo PROADSUMUS, representará um formidável avanço para o CFN e uma vantagem competitiva no seletor rol de países capazes de realizar OpAnf. O ganho em proteção e velocidade proporcionado por esse sistema explosivo de abertura de brechas representará um marco significativo para o CFN na condução das OpAnf. Entretanto, a chegada desse novo material demandará o desenvolvimento de outros fatores geradores de capacidade – Doutrina, Organização, Pessoal, Educação, Adestramento e Infraestrutura – a fim de assegurar o seu emprego efetivo pelos GptOpFuzNav e, conseqüentemente, ampliar sua já invejável capacidade de projeção de poder.



## Referências

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 1-1: Manual de Operações da Força de Desembarque**. Rio de Janeiro, 2020a.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 33-1: Manual de Engenharia de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2020b.

DAMREN, Jonathan. The Elephant on the Beach: Amphibious Mine Counter-Measure Capability Gaps. **United States Marine Corps Engineer School: Operational Engineer**, v. 8, issue 3, p. 4-5, Winter 2015/2016.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCWP 3-17.3: Breaching**. Washington, DC, 2004.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCWP 3-31.2A: MCM ISO Amphib Ops**. Washington, DC, 2008.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MK154 FMS Brief**. Dezembro, 2020.

FLORES, Dave. Mark-154 Line Charge Kit: testing to return asset to amphibious assault. **Marines**, 26 oct. 2017. Disponível em: <<https://www.29palms.marines.mil/Articles/Article/1363926/mark-154-line-charge-kit-testing-to-return-asset-to-amphibious-assault/>>. Acesso em: 10 maio 2021.

KIDWELL, Tom; JAFFKE, Andrew. Naval R&D and Marine Corps Innovation: advancing assault breaching. **Marine Corps Gazette**, v. 98, n. 2, p. 83-87, feb. 2014. Disponível em: <<https://mca-marines.org/search-archive/page/15/>>. Acesso em: 10 maio 2021.. Acesso em: 11 maio 2021.

MK154 Mine Clearance Launcher. **Military Analysis Network**, 1999. Disponível em: <<https://fas.org/man/dod-101/sys/land/mk154.htm/>>. Acesso em: 10 maio 2021.



# Âncoras e Fuzis

Ano VI / Nº 25 - 05 de julho de 2004




## ATLÂNTICO SUL

**Desenvolvendo políticas adequadas, que não se limitam à, mas incluem, necessariamente, defesa dos recursos.**

Nesse contexto, a Amazônia brasileira, com mais de 4 milhões de km<sup>2</sup>, abrigando parcela considerável da água doce do planeta, reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade da Terra, tornou-se riqueza estratégica suficiente para, após a percepção de que se poderiam desenvolver um campo de soberania nacional, receber a atenção dos formuladores da política nacional. Assim, a região passou a ser objeto de medidas incipientes de governamentalidade, que visavam à consolidação da sua integração ao território nacional, a garantia das fronteiras, a ocupação racional da capacidade e à exploração sustentável das importantes reservas naturais ali existentes.

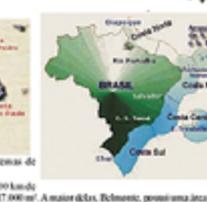
Entretanto, há uma outra Amazônia, que existe e, ainda, tão ignorada por boa parte dos brasileiros quanto a aquela por muitos deles. Trata-se da Amazônia Azul, que, ao que se sabe, é imaginária e concreta. Sabe-se, por todos os rios, com o que se dá os confrontos antes de porche de um ancoragem.

Conforme estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, ratificada por quase 100 países, inclusive o Brasil, todos os bens econômicos existentes no leito do mar e no subsolo marinho, ao longo de uma faixa litorânea de 200 milhas marítimas de largura, na chamada Zona Econômica Exclusiva (ZEE), constituem propriedade exclusiva do país ribeirinho. Em alguns casos, a Plataforma Continental (PC) – prolongamento natural da massa terrestre de um Estado-costeiro – ultrapassa essa distância, podendo estender a propriedade econômica do Estado a até 350 milhas marítimas. Essas áreas somadas – ZEE mais a PC – caracterizam-se como a Amazônia Azul, medindo quase 4,5 milhões de km<sup>2</sup>, o que acrescenta ao País uma área equivalente a mais de 50% de sua extensão territorial.

*Extrato de texto de autoria de Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, Comandante de Marinha.*

# Âncoras e Fuzis

Ano VI / Nº 26 - 09 de setembro de 2004

## ATLÂNTICO SUL

**Abandonamos aspectos de interesse relacionados ao Anquiiloptero de São Paulo e São Paulo. Conforme citado na introdução, é de suma importância que as Fuzilas Navais mantenham atualizados acerca dos temas de destaque sobre o Atlântico Sul.**

Uma anquiiloptera desenvolvida por um grupo de rios distantes 1.000 km do Nordeste. Ela é formada por um cilindro, que perfazem um total de 17.000 m<sup>2</sup>. A maior delas, Belmonte, possui uma área de 200 x 100 m, com altitude máxima de 19m, e apresenta a melhor condição de habitabilidade. Nesta a MBI construiu algumas benfeitorias como a Estação Científica do Anquiiloptero de São Paulo e São Paulo (E-CASPSP), um píer e um farol. A ilha habitada durante o ano inteiro por grupos de quatro pesquisadores, que deparam com pesquisas nas áreas de geologia, biologia, física, psicologia, arqueologia, antropologia e sociologia.

Os historiadores não apresentam um consenso sobre a descoberta do anquiiloptero. Algumas fontes apontam para o Capitão Manoel de Castro Alvorada, em 1511, enquanto outras consideram João de Nova e Castello, em 1513. Em 1932, Charles Darwin ali esteve com o "Beagle Ship" em sua famosa expedição científica. Durante a Segunda Guerra Mundial a anquiiloptera serviu como ponto de partida para as submersões alemãs, devido à profundidade de suas águas.

A E-CASPSP construiu, no dia 24 de junho de 2001, seis anos de existência, O Observatório Anquiiloptero (OANQUIILOPTERO), dedicado à execução sistemática e contínua de atividades científicas, orientadas para a Brasil a ocupação planejada de uma zona estratégica de desenvolvimento econômico e social.

A relevância das atividades desenvolvidas neste importante espaço marítimo sob a estufa etnológica, científica, econômica e social possibilitou que o Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva apresentasse, em fevereiro de 2004, a proposta de incorporação da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e Plataforma Continental à 200 milhas, em torno do Anquiiloptero a que representa um acréscimo de cerca de 450.000 km<sup>2</sup> ZEE brasileira, ou seja, uma área equivalente à do estado da Bahia.

# Âncoras e Fuzis

Ano VI / Nº 27 - 10 de novembro de 2004




## ATLÂNTICO SUL

**Dentro do espírito de manter as Fuzilas Navais atualizadas e informadas acerca de temas de interesse sobre o Atlântico Sul, esta 27ª edição de Âncoras e Fuzis apresentará alguns aspectos referentes ao Anquiiloptero Trindade e Martin Var.**

A ilha da Trindade situa-se no Oceano Atlântico, aproximadamente no paralelo de Vitória, Espírito Santo, afastada 1.140 km da costa brasileira e a 2.400 km da África. Seu relevo e de formação vulcânica, sendo o único local costeiro do mundo em que ainda se pode reconhecer parte de um vulcão. No decorrer dos cinco séculos desde que foi descoberta, permaneceu desabitada por longos períodos, o que deu ensejo a inúmeras estranhas histórias.

Antes de o descobrimento da Ilha de Trindade Nova, um navegador espanhol a serviço de Portugal, que partiu de Lisboa em 1516. Deve o nome de Anuncição, substituído no ano seguinte para Trindade, por Estácio da Cunha, quando a visitou. Em 1700 Edmond Halley, o célebre astrônomo inglês, julgando haver descoberto uma nova ilha, dela se aproximou ao nome da lagoa. Não encontrou as portuguesas em 1730, voltando a explorá-la juntamente com ingleses em 1781, para logo em seguida abandoná-la. Retornaram os portugueses, agora para fortificá-la e colocá-la sob sua administração, no que ali tiveram sucesso. Durante os dois governos mundiais do século passado, Trindade teve governações militares, e em 1924 foi prestado político. Em 1957 a Marinha brasileira estabeleceu o Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT), e desde então mantém guarnições que se alternam, fazendo observações meteorológicas e procurando reflete-las. Por sua distância da costa, é de difícil de desembarque e acesso exclusivo somente por mar. Trindade não oferece condições para o turismo, mas é um excepcional local para investigações científicas.

A pequena ilha, com apenas 13,5 km<sup>2</sup>, tem relevo muito acidentado. Com largura de 2,5 km, apresenta-se em um região costeira pouco desfilada que se desdobra no Desfilado, o mais alto do ilha (640 m). São Bonifácio e Trindade, entre outros 550 x 600 m de altitude. Nota-se um arquipélago composto da ilha e diversas rochas. A ilha possui dois penhas, a maioria formada por seio de pedra e corais localizados, sobretudo, no extremo leste-nordeste.

Quando o tempo está limpo em Trindade, é possível ver a ilha vizinha de Martin Var, formada por um rochedo isolado, distante 47 km na direção leste. Em Martin Var, a vegetação é rasteira no topo e não há presença humana, apenas corações e aves migratórias.

O Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT) é um destacamento isolado do 1º DN, sob a responsabilidade de seu Estado-Maior. São tarefas do Destacamento do POIT:

- 1 - manter a ilha ocupada e garantir a posse desta Ilha do Território Nacional;
- 2 - realizar observações meteorológicas, marítimas e oceanográficas de natureza técnica, segundo os normas e instruções emitidas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação;
- 3 - executar ações de vigilância, no que diz respeito ao movimento de navios e aeronaves nas proximidades da ilha;
- 4 - cooperar no acompanhamento do tráfego marítimo;
- 5 - preservar as características ecológicas da ilha e do ambiente marinho-circumferente, contribuindo para a proteção do meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- 6 - servir de base de apoio a grupos que realizem, na ilha, atividades autorizadas ou determinadas pelo Comandante do 1º DN.

Mais informações podem ser obtidas na página da internet do 1º DN ou no endereço eletrônico <http://www.smb.br/ligappp/maio/250602c2.htm>

# Âncoras e Fuzis

Ano VI - Nº 28  
05 de março de 2005

## Operação Haiti

### Operação de retomada da residência do Ex-Presidente

No mês de maio de 2004, após dois meses de planejamento, o Grupo Operativo de Fuzilas Navais teve início sua missão, a retomada de um prédio abandonado há mais de 20 anos em milhares de metros quadrados de terreno, para ali estabelecerem seu quartel-general, respectivo este considerado desde pelo governo haitiano.

Apesar das negociações, o problema político não foi resolvido, devido à resistência do Exército haitiano. O Exército haitiano, sob o comando do General de Brigada Vilfredo, Comandante do Grupo Operativo de Fuzilas Navais, operando no Haiti, recebeu o General de Brigada Vilfredo, Comandante de Brigada Haiti, e o Comandante de Brigada Vilfredo, Comandante de Brigada Haiti.

O pouco tempo disponível para planejamento, associado à escassez de informações sobre os rebeldes em termos de efetivos e armamento utilizado e principalmente, sobre a zona, aparentemente identificada como um sítio estratégico, com muitas áreas e pontos em toda a periferia que deviam ser tomados a qualquer custo, tornou a situação ainda mais complexa.

A situação requeria bastante cautela, pois além das dificuldades logísticas, na parte física, ainda havia o componente político, especificamente com relação ao regime de organização estabelecido pelo ONU, que definiu as condições para realização de uma operação de proporcionalidade de força.

O planejamento da operação foi guiado por um aspecto gradiente de força, orientado para a retomada com o mínimo de agressividade possível, porém em condições de um resgate caso, mesmo que hipotético, fosse encontrada resistência durante a operação na realidade.

As ações foram desencadeadas a partir das 04:00h do dia 14/02, mediante o estabelecimento de quatro pontos de bloqueio, segundo do cerco à residência, com o consequente corte nos suprimentos dos rebeldes.

A partir daí, foram iniciadas intensas negociações com os rebeldes, ocasião em que foram oferecidas várias concessões pelo governo haitiano, para que eles se rendessem e entregassem as armas, porém, nada foi feito. Durante a realização das negociações, a Capitulação Naval manteve suas posições sobre a ilha de atuação e realizou seu planejamento inicial.

No dia 17/02, às 14:00 horas, o General Hélio, Comandante da MENESTAH em uma reunião com os rebeldes, com presença de representantes do Exército haitiano, e Comandante do Grupo Operativo de Fuzilas Navais, Comandante de Centro, recebeu a ordem de retomada imediata da residência. Para o cumprimento desta missão a CCTI (Capitulação Naval) recebeu a ordem de atuação do 1º DN, embarcamento que estava no BR 11, localizando-se, no mar, no litoral norte do Haiti, sendo o objetivo principal de bloqueio de Marajó.

As 16:00h foi dada a ordem para o início das ações ofensivas. Simultaneamente, o 1º Pelotão de Fuzilas Navais (1º PFN) sob o comando do 1º DN desembarcou no movimento em direção ao objetivo.

O 1º PFN teve participação ativa, apresentando cobertura dos rebeldes, ocasião em que foram oferecidas várias concessões pelo governo haitiano, para que eles se rendessem e entregassem as armas, porém, nada foi feito. Durante a realização das negociações, a Capitulação Naval manteve suas posições sobre a ilha de atuação e realizou seu planejamento inicial.

No dia 17/02, às 14:00 horas, o General Hélio, Comandante da MENESTAH em uma reunião com os rebeldes, com presença de representantes do Exército haitiano, e Comandante do Grupo Operativo de Fuzilas Navais, Comandante de Centro, recebeu a ordem de retomada imediata da residência. Para o cumprimento desta missão a CCTI (Capitulação Naval) recebeu a ordem de atuação do 1º DN, embarcamento que estava no BR 11, localizando-se, no mar, no litoral norte do Haiti, sendo o objetivo principal de bloqueio de Marajó.

As 16:00h foi dada a ordem para o início das ações ofensivas. Simultaneamente, o 1º Pelotão de Fuzilas Navais (1º PFN) sob o comando do 1º DN desembarcou no movimento em direção ao objetivo.

O 1º PFN teve participação ativa, apresentando cobertura dos rebeldes, ocasião em que foram oferecidas várias concessões pelo governo haitiano, para que eles se rendessem e entregassem as armas, porém, nada foi feito. Durante a realização das negociações, a Capitulação Naval manteve suas posições sobre a ilha de atuação e realizou seu planejamento inicial.

Esta seção traz alguns artigos, pinçados dentre os que são disseminados junto ao corpo de colaboradores do CDDCFN, que são julgados de interesse dos Fuzileiros Navais publicados em diversas revistas especializadas.

Expressamos especial agradecimento ao corpo de colaboradores, particularmente na pessoa do CF (FN) Ricardo Parreiras de **Bragança** Oneto Araujo, servindo atualmente como Oficial de Ligação do CFN junto ao *Marine Corps Combat Development*

*Command* (MCCDC) do USMC, por diversas matérias enviadas para disseminação.

Da mesma forma, agradecemos os pertinentes comentários sobre tais matérias, particularmente na pessoa do CMG (Ref<sup>o</sup>-FN) Noel Xavier **Bustorff**, colaborador voluntário extremamente atuante, que vêm enriquecendo nosso conhecimento, não só sobre as matérias comentadas, mas também numa visão holística sobre todo o cabedal de conhecimentos operativos de interesse dos Fuzileiros Navais.



## Míssil Tático de Cruzeiro AV-TM 300 “Matador” da Avibras entra em fase final de desenvolvimento, afirma Ministro da Defesa

A matéria aborda o desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) brasileiro AV-TM 300 apelidado de “Matador”, informando que o projeto passou à sua fase final de desenvolvimento. Na ótica do Ministro da Defesa “falta pouco pra ele complementar a artilharia de foguetes do Exército Brasileiro, dando-nos um poder dissuasório muito grande”.

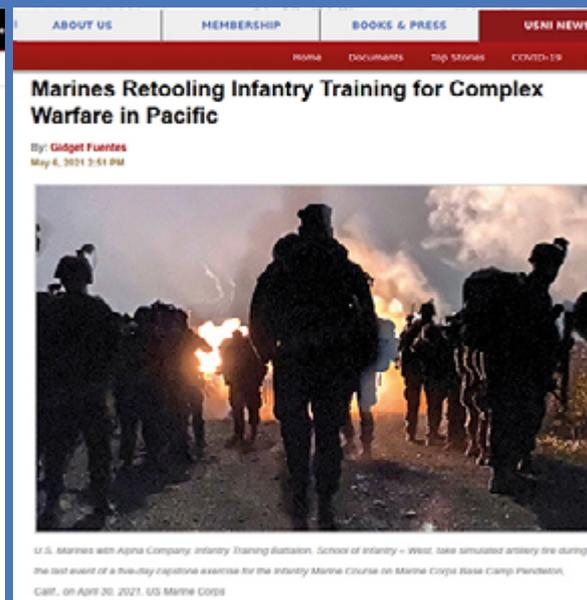
O artefato tem alcance de 300 km e pode ser lançado a partir de uma plataforma Astros 2020. Seu desenvolvimento teve início num projeto estratégico, em 2011, junto com o Foguete Guiado SS-40. Prevê a capacidade de realizar a destruição de alvos estáticos, como pontes, bases militares, pistas de aviação e centros de comando e controle. É inicialmente propulsado por um motor-foguete até uma altitude de segurança

quando entra em cena um turbojato Polaris TJ-1000 com capacidade para operar por até 40 horas. Na fase do voo de cruzeiro ocorrem ajustes no curso e do nivelamento, colocando o “Matador” na proa do alvo. Nesta fase o míssil viaja em voo subsônico entre 200 e 300 m de altura de acordo com a geografia do terreno.

O artigo ressalva que, apesar de o Brasil ser signatário do Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, o motor de cruzeiro do míssil pode operar por mais tempo do que o necessário, levando uma ogiva de 200 kg de explosivo mais longe que o seu alcance nominal.

### Referência

VIEIRA, Mateus de Paula. Míssil Tático de Cruzeiro AV-TM 300 “Matador” da Avibras entra em fase final de desenvolvimento, afirma Ministro da Defesa. Defesa TV. 17 set. 2020. Disponível em: <<https://www.defesa.tv.br/missil-tatico-de-cruzeiro-av-tm-300-matador-da-avibras-entra-em-fase-final-de-desenvolvimento-afirma-ministro-da-defesa/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.



## USMC busca refinar o treinamento de combate dos fuzileiros navais para se preparar para um futuro campo de batalha

*(Corps looking to refine Marine Combat Training to prepare for a future battlefield)*

## Fuzileiros navais reforçando o treinamento de infantaria para uma guerra complexa no Pacífico

*(Marines Retooling Infantry Training for Complex Warfare in Pacific)*

Dois artigos que se complementam, o primeiro apresenta um estudo de transformação do curso básico do Soldado Fuzileiro Naval estadunidense, o segundo apresenta os resultados do estudo e a sua implementação num primeiro curso piloto.

A primeira matéria informa que as lições aprendidas em uma Escola de Infantaria podem, em breve, ser aplicadas ao treinamento de combate para fuzileiros navais que não são de infantaria.

O *Marine Combat Training* (MCT) historicamente tem sido uma versão condensada do curso de infantaria, a que todos os fuzileiros navais frequentam assim que concluem o curso de formação, atendendo à visão do USMC de fazer de cada fuzileiro naval um infante. O curso deve permanecer assim, mas tentará fazê-lo de forma mais eficiente, com uma visão mais focada no campo de batalha futuro. Espera-se uma necessidade de maiores habilidades de infantaria para fuzileiros navais de outras especialidades, na medida em que as tropas se dispersam em pequenas unidades pelo litoral de um futuro campo de batalha, levando a tomada de decisão a níveis mais baixos.

As mudanças para uma estratégia de operações distribuídas cobra um refinamento, ao máximo possível, dos aspectos de letalidade do fuzileiro naval integrante de uma MAGTF.

A segunda matéria lembra no início que após 20 anos preparando-se para contrainsurgência e conflito de baixa intensidade no Oriente Médio, os fuzileiros navais estão se realinhando para um tipo diferente de combate. A Força deixou de lado equipamentos legados como tanques e artilharia pesada e está reformulando a forma como treina os fuzileiros navais do futuro para se encaixarem em uma forma de guerra mais complexa, reforçando sua crença em que “todo fuzileiro naval é um infante.”

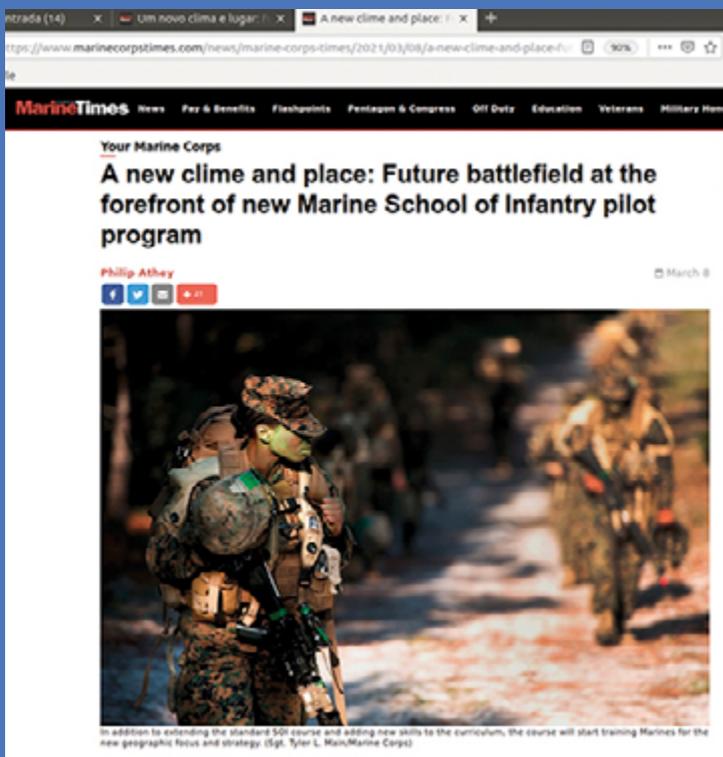
Trata da conclusão do Curso de Fuzileiro Naval de Infantaria, já redesenhado, da Escola de Infantaria – Camp Pendleton, CA – que forma os três primeiros pelotões. Os instrutores disseram que o novo curso os prepara melhor para adversários mais capazes que enfrentarão em conflitos futuros e que eles progrediram mais e mais rapidamente do que poderiam imaginar.

Acrescenta que o USMC planeja concluir sua revisão do curso piloto e espera implementar totalmente o novo treinamento até outubro de 2023.

## Referência

ATHEY, Philip. Corps looking to refine Marine Combat Training to prepare for a future battlefield. Marine Corps Times. 23 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.marinecorpstimes.com/news/your-marine-corps/2021/03/22/corps-looking-to-refine-marine-combat-training-to-prepare-for-a-future-battlefield/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

FUENTES, Gidget. Marines Retooling Infantry Training for Complex Warfare in Pacific. USNI News. 06 mai.2021. Disponível em: <<https://news.usni.org/2021/05/06/marines-retooling-infantry-training-for-complex-warfare-in-pacific/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.



## Um novo clima e lugar: futuro campo de batalha na vanguarda do novo programa piloto da Escola de Infantaria dos Marines

*(A new climate and place Future battlefield at the forefront of new Marine School of Infantry pilot program)*

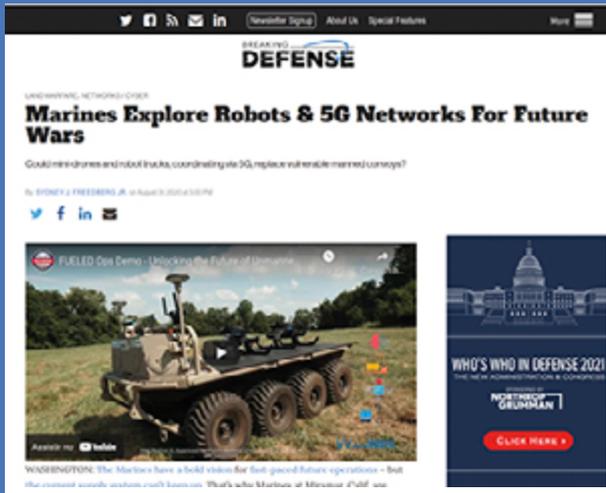
A matéria aborda que, com a mudança do foco do USMC para o Pacífico e a ênfase nas Operações Expedicionárias de Base Avançada (sigla em inglês *EABO*), está em marcha uma mudança cultural e nos meios e capacidades. O Corpo vem envidando esforços para reinvestir em projetos de maior prioridade, como mísseis antinavio, ao mesmo tempo que o general David Berger, mol-

da a força para o campo de batalha de 2030. Tais mudanças devem ser levadas, agora, para as escolas. A *School of Infantry – West* em Camp Pendleton, Califórnia, lançou um curso de infantaria de Fuzileiros Navais de 14 semanas com programa piloto, visando adicionar novas habilidades ao currículo, o curso começará a treinar fuzileiros navais para o novo foco geográfico e estratégico.

Um dos primeiros módulos coloca os fuzileiros navais na nova mentalidade de combate encaixada no conceito de *EABO*. Além disso o curso tentará dar aos fuzileiros navais “maior confiança aquática”, melhorar a capacidade individual no uso de armamentos orgânicos e para uma variedade maior de armas.

## Referência

ATHEY, Philip. A new climate and place Future battlefield at the forefront of new Marine School of Infantry pilot program. Marine Corps Times. 09 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.marinecorpstimes.com/news/marine-corps-times/2021/03/08/a-new-climate-and-place-future-battlefield-at-the-forefront-of-new-marine-school-of-infantry-training/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.



## Fuzileiros navais exploram robôs e redes 5G para guerras futuras

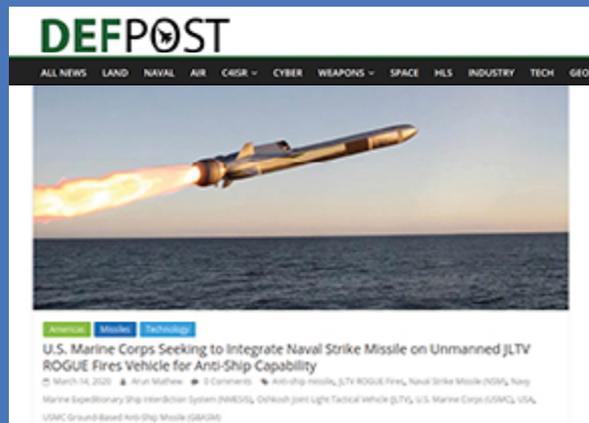
*(Marines Explore Robots & 5G Networks For Future Wars)*

A matéria trata da utilização dos mais diversos meios não tripulados, inclusive do emprego de meios autônomos para ressuprimento. A demanda decorre de lições aprendidas no Afeganistão. A logística de bases avançadas dependia de aeronaves, muitas vezes indisponíveis, ou então de comboios que precisavam ser muito robustos a fim de possibilitar autodefesa. Nas operações correntes naquele teatro, já se encontram em uso meios

aéreos logísticos autônomos com excelentes resultados. A matéria destaca, porém, um meio terrestre em desenvolvimento com grandes perspectivas futuras, a viatura 8x8 MUTT, autônoma, possui dois minidrones. O conceito em desenvolvimento é que a viatura se desloque na AOp, lance um primeiro drone para Recon/Vigilância e, posteriormente lance o segundo com ressuprimentos para unidades isoladas.

### Referência

FREEDBERG, Sydney J. Jr. To combat the China threat, US Marine Corps declares ship-killing missile systems its top priority. Breaking Defense. 31 ago. 2020. Disponível em: <<https://breakingdefense.com/2020/08/marines-explore-robots-5g-networks-for-future-wars/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.



## Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA busca integrar míssil de ataque naval no veículo não tripulado JLTV ROGUE Fire para capacidade antinavio

*(US Marine Corps Seeking to integrate Naval Strike Missile on Unmanned JLTV ROGUE Fires Vehicle for Anti-Ship Capability)*

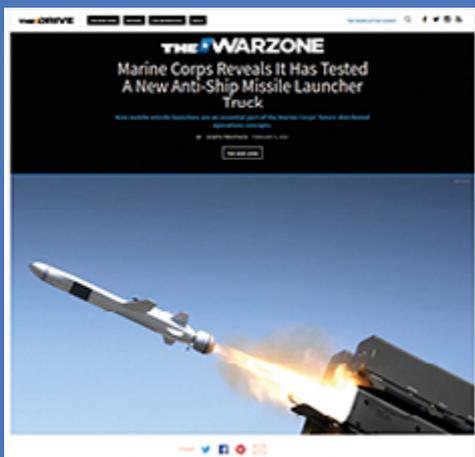
A matéria fala dos planos para integrar o Naval Strike Missile (NSM) no veículo não tripulado JLTV ROGUE Fires, acrescentando que o desenvolvimento de uma capacidade de mísseis antinavio baseados em terra é a maior prioridade de modernização do USMC e visa fornecer soluções de longo e curto prazo para uma capacidade de mísseis antinavio em apoio às Operações de Base Avançadas Expedicionárias (EABO).

Informa sobre os testes de fogo real de para essa capacidade. O NSM foi desenvolvido pela empresa norueguesa Kongsberg Defense & Aerospace (KDA). Também foi selecionado pela Marinha dos EUA para atender aos requisitos do Sistema de Armamento *Over-the-Horizon* para seus Navios de Combate de Litoral (LCS) e futuras fragatas de mísseis guiados.

A Remotely Operated Ground Unit for Expeditionary Fires – ROGUE Fires – ou ROGUE-F é um sistema de Veículo Terrestre Não Tripulado (UGV) baseado em um chassi do Veículo Tático Leve Conjunto (JLTV) da Oshkosh Defense.

## Referência

MATHEW, Arun. US Marine Corps Seeking to integrate Naval Strike Missile on Unmanned JLTV ROGUE Fires Vehicle for Anti-Ship Capability. DEF POST. 17 abr. 2020. Disponível em: <<https://defpost.com/u-s-marine-corps-seeking-to-integrate-naval-strike-missile-on-unmanned-jltv-rogue-fires-vehicle-for-anti-ship-capability/?amp/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.



## Corpo de Fuzileiros Navais revela que testou um novo caminhão lançador de mísseis antinavio

*(Marine Corps Reveals it Has Tested A New Anti-Ship Missile Launcher Truck)*

A matéria traz a confirmação do teste do míssil de cruzeiro antinavio Naval Strike Missile (NSM), realizado pelo USMC, o artefato foi disparado a partir de um novo lançador baseado no chassi de uma viatura 4x4 *Joint Light Tactical Vehicle (JLTV)*. O lançador móvel terrestre e os mísseis de longo alcance como o NSM são componentes-chave dos planos da Força para conduzir operações distribuídas no futuro e

apoiar a Marinha em missões de negação do uso mar.

O teste foi considerado bem-sucedido para a validação de novas tecnologias e capacidades. Os Marines estão buscando desenvolver um sistema de lançamento usando a plataforma de um JLTV não tripulado como parte de um programa denominado *Remotely Operated Ground Unit Expeditionary-Fires (ROGUE-Fires)*, apresentado em diversos outros artigos. O lançador é baseado no do Sistema de Foguetes de Artilharia de Alta Mobilidade M142 (HIMARS).

Com o teste do ano passado, os fuzileiros navais deram mais um passo importante para transformar o conceito em realidade.

## Referência

TREVITHICK, Joseph. Marine Corps Reveals it Has Tested A New Anti-Ship Missile Launcher Truck. The Warzone. 09 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.thedrive.com/the-war-zone/39164/marine-corps-reveals-it-has-tested-a-new-anti-ship-missile-launcher-truck/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.



## O F-X2 de terra: o novo grande projeto das Forças Armadas brasileiras

A matéria compara o processo de aquisição dos novos caças da FAB, o Programa F-X2, que levou quase duas décadas, gerou um número infundável de reportagens, questionamentos e até “torcidas organizadas”, com a definição dos requisitos técnicos para a aquisição de um sistema de defesa aérea de área de médio/longo alcance.

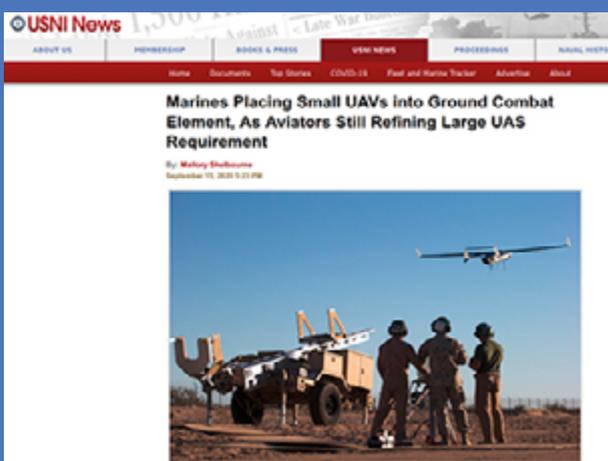
Explica que o Brasil, por ter ficado longe dos grandes conflitos da atualidade, tem mantido uma defesa antiaérea defasada, superada até pelos vizinhos. Entretanto, essa situação crítica começa a mudar pois o Ministério da Defesa está buscando ampliar a capacidade da artilharia antiaérea brasileira, indo além da chamada “defesa aérea de ponto”. A mudança revolucionaria o conceito adotando-se a “defesa aérea de área” assumindo um poder dissuasor que nunca teve antes.



O periódico prevê que mais uma vez devem entrar na balança questões técnicas, operacionais, financeiras, diplomáticas e estratégicas, gerando novas reportagens e questionamentos.

#### Referência

Redação. O F-X2 de terra: o novo grande projeto das Forças Armadas brasileiras. ASAS: AVIAÇÃO MILITAR & DEFESA. 06 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.edrotacultural.com.br/o-f-x2-de-terra-o-novo-grande-projeto-das-forcas-armadas-brasileiras/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.



Fuzileiros navais colocando pequenos UAVs no elemento de combate terrestre, com os aviadores ainda aprimorando os requisitos de grandes UAS

*(Marines Placing Small UAVs into Ground Combat Element, As Aviators Still Refining Large UAS Requirement)*

A matéria informa que, em simpósio, algumas autoridades do USMC aludiram que a força planeja ampliar as capacidades de ARP (UAV) do Grupo 5 com o elemento de

combate da aéreo, ao mesmo tempo que pretende repassar os ARP menores para as unidades de combate terrestre. A ideia é que as menores frações, possam operar os menores ARP. Imagina-se que isso manteria os custos baixos e, ao mesmo tempo, ampliaria a capacidade de consciência situacional orgânica.

As autoridades explicaram que o Sistema Aéreo Não Tripulado Expedicionário (MUX) de média altitude e longo alcance, será uma capacidade fundamental para o *Marine Littoral Regiment (MLR)*, deverá fornecer dados de inteligência, vigilância e reconhecimento e de rede às forças expedicionárias. Porém eles, recentemente, tiveram que descartar os planos de adquirir um grande drone baseado em navio, passando a operar o MQ-9 *Reaper*, um ARP do Grupo 5 da Força Aérea.

A Marinha e o USMC ainda estão procurando outras opções para um MUX, inclusive com a possibilidade de decolagem vertical. Além de avaliar atualizações para o Blackjack RQ-21, um ARP do Grupo 3 que pode ser lançado de navios.

#### Referência

SHELBOURNE, Mallory. Marines Placing Small UAVs into Ground Combat Element, As Aviators Still Refining Large UAS Requirement. USNI News. 15 set. 2020. Disponível em: <<https://news.usni.org/2020/09/15/marines-placing-small-uavs-into-ground-combat-element-as-aviators-still-refining-large-uas-requirement/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.



## Reconhecimento na Companhia de Infantaria

(*Rifle Company Reconnaissance*)

A matéria lembra que o USMC está passando por grandes mudanças, especialmente a infantaria. A força espera que seus líderes de pequenos escalões sejam capazes de reconhecer a situação e ter uma solução criativa para os problemas militares que surgirem. Ela apresenta uma ideia conceitual no sentido de aprimorar a capacidade da companhia de infantaria para melhor obter inteligência e influenciar a manobra. Propõe facilitar a consciência situacional, eliminando uma lacuna evidente, e aumentar

a capacidade da companhia de infantaria de operar de forma mais independente.

Abordando exercícios dinâmicos de força-contra-força (dupla ação), em que se realizou um experimento com uma “seção de esclarecedores” experimental dentro do pelotão de petrechos da Cia Kilo. O artigo ressaltou a vantagem obtida pelo comandante ao receber conhecimentos e tomar decisões em tempo hábil. A seção concentrou seus esforços na compreensão da situação do campo de batalha, operando à frente da linha da companhia para aumentar o espaço de tomada de decisão. No exercício, a seção foi empregada rastreando itinerários, esclarecendo, testando e sinalizando rotas e executando reconhecimento avançado do inimigo ou de possíveis posições amigas.

O texto conclui que os esclarecedores agilizaram o processo de tomada de decisões no nível da companhia de forma a apoiar operações dinâmicas e distribuídas, que o experimento deu ao comandante da companhia a possibilidade de evitar superfícies, identificar brechas e explorar apropriadamente o poder de combate de seus GC.

### Referência

MARTIN, Daniel; CASEY, Ryan. Rifle Company Reconnaissance. *Marine Corps Gazette*. Quantico VA, p. 23-25, mai. 2021.



## Osprey x Chinook: Custo vs Capacidades?

(*Osprey vs Chinook: Cost vs Capabilities?*)

A matéria informa a respeito de um debate nas Forças Armadas do Reino Unido sobre a possível compra de *Ospreys* ser um aprimoramento das suas capacidades ou apenas uma substituição cara para o *Chinook*, considerado hoje perfeitamente compatível.

O artigo traça diversas comparações entre os dois equipamentos, lembrando o design icônico e exclusivo do rotor do *Osprey* que oferece o potencial de decolagem e

poiso de um helicóptero e as características de voo de um avião, reunindo o melhor dos dois mundos. Como exemplo, enquanto o *Osprey* pode voar mais longe, mais rápido e mais alto, ele voa quase o dobro do custo do *Chinook*, além de ter metade da capacidade de transporte de tropas. Os *Osprey* ainda podem servir como aeronaves de reabastecimento

no ar, servindo para estender o alcance de ataque dos F-35, já em operação. No debate o *Osprey* se destaca indubitavelmente em muitas áreas, porém tudo isso a um custo muito alto.

Embora atualmente ainda não haja financiamento para comprar uma frota de *Ospreys*, o artigo considera que sempre vale a pena considerar as opções.

#### Referência

CUSHENAN, Duncan. Osprey vs Chinook: Cost vs Capabilities? *UK Defense Journal UKDJ*. 18 jun. 2018. Disponível em: <<https://ukdefencejournal.org.uk/osprey-vs-chinook-cost-vs-capabilities/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.





Estágio de  
Qualificação *Stage  
de Qualification  
aux Opérations  
Amphibies (SQOA)*,

Toulon - França

CF (FN) Maurício Corrêa de Souza  
[mauricio.souza@marinha.mil.br](mailto:mauricio.souza@marinha.mil.br)

Entre 30/nov/2020 e 11/dez/2020 foram realizados os *Stage de Qualification aux Opérations Amphibies (SQOA)* níveis 1 e 2, em Toulon, França. Os estágios integram a formação individual de militares da Marinha e do Exército em OpAnf, visto que, na França, não há um CFN vocacionado para tal.

O SQOA 1 foi ministrado pela *9ème Brigade d'Infanterie de Marine* e constituiu-se na

qualificação elementar para oficiais e praças. Seu foco é apresentar as informações básicas sobre OpAnf, durante 4 dias. Além das aulas teóricas, são realizadas visitas a navios e embarcações anfíbias.

O SQOA 2 foi ministrado pela *6ème Brigade Légère Blindée* e constituiu-se na qualificação especialista, sendo ministrado para oficiais. Seu foco é apresentar, durante 5 dias, a metodologia de planejamento francesa para OpAnf, visando capacitar os estagiários a comporem Estados-Maiores.

Os estágios representam uma oportunidade de conhecer a perspectiva francesa para as OpAnf, expandir nosso conhecimento e aperfeiçoar nossa doutrina. Adicionalmente, a aproximação do CFN às brigadas anfíbias do Exército e à Marinha da França possibilitam a realização de cursos e exercícios combinados interessantes para o CFN, incrementando a interoperabilidade.



*Curso de Estado-  
Mayor (CEM), da  
Escola Superior de  
Guerra "General  
Rafael Reyes*

*Pietro*" (ESDEGUE), em Bogotá  
- Colômbia

CF (FN) Wagner Ferreira Omari  
[omari@marinha.mil.br](mailto:omari@marinha.mil.br)

Realizado no período de 07 de janeiro a 26 de novembro de 2020, na Escola Superior de Guerra "General Rafael Reyes Pietro" (ESDEGUE), em Bogotá - Colômbia, o *Curso de Estado-Mayor (CEM)* tem como missão preparar, por meio de programas educacionais interdisciplinares, líderes estratégicos, civis e militares, nacionais e internacionais, para enfrentar os desafios de Segurança e Defesa Nacionais, e contribuir com o desenvolvimento do Estado frente aos cenários de incerteza, com impacto internacional.

O curso busca o fortalecimento de seus oficiais como líderes integrais, capazes de planejar e

conduzir operações no nível operacional e tático, com a promoção e aplicação dos Direitos Humanos. Integra as três Forças Armadas Colombianas no desenvolvimento das diversas atividades acadêmicas, culminando com a aplicação do Processo de Planejamento Conjunto, com ênfase no Desenho e Arte Operacional. Conta também com a experiência de diversos oficiais de países amigos, permitindo a compreensão de distintas visões.

A Escola possibilita aos oficiais convidados apresentarem aspectos de seus países. Coube ao representante brasileiro disseminar o conceito da Amazônia Azul, a visão do entorno estratégico brasileiro e do preparo e emprego do Corpo de Fuzileiros Navais.

A Colômbia e o Brasil possuem muitos desafios similares no contexto da segurança hemisférica, desta forma, a realização do curso permitiu, além do estreitamento dos laços de amizade, a obtenção de conhecimentos valiosos para o desenvolvimento da doutrina do CFN, bem como favoreceu a interoperabilidade com as Forças Armadas daquele país, tão necessária nas operações desenvolvidas no contexto amazônico.



Curso *Expeditionary Warfare School (EWS)* da *Marine Corps University*, Quantico, VA - EUA

CT (FN) Luis Antonio Batista Travessa  
[luis-antonio.travessa@marinha.mil.br](mailto:luis-antonio.travessa@marinha.mil.br)

O curso da *Expeditionary Warfare School (EWS)*, ministrado pela *Marine Corps University (MCU)* em Quantico-VA, tem por objetivo educar e treinar oficiais intermediários, a fim de prepará-los mental, moral e fisicamente para funções de responsabilidade e liderança, com ênfase nas capacidades de combate de uma *Marine Air-Ground Task Force (MGTF)* nível Unidade. O CT(FN) Luis Antonio cursou a EWS entre julho de 2019 e maio de 2020.

O currículo, com duração de 41 semanas, contempla as disciplinas: Profissão das Armas, Ambiente Operacional do Futuro, Doutrina, Processo de Planejamento, Operações Terrestres, Operações Anfíbias – na qual são desenvolvidos Trabalhos de Estado-Maior (TEM) de Evacuação de Não-Combatentes, Incursão e Assalto – Curso de Extensão de Campo, de acordo com a especialidade do aluno – no caso desse oficial, infantaria.

A EWS proporciona ao oficial do CFN a oportunidade de conhecer a doutrina e praticar o processo de planejamento do USMC, além da integração com oficiais de outras forças armadas americanas e de dezenas de países, o que amplia a cultura, desenvolve o pensamento crítico e criatividade, facilita a interoperabilidade em operações combinadas e opera com o desenvolvimento da doutrina do CFN.



Treinamento de Operações de Interdição Marítima para Militares de Comando e Estado-Maior, do *Nato Maritime Interdiction*

*Operational Training Centre (NMIOTC)*, na Ilha de Creta, Grécia

CF (FN) Carlos Eduardo Gonçalves da Silva Maia

No período compreendido entre 05 e 09 de outubro de 2020 foi realizado, pelo Encarregado do Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav), um treinamento sobre Operações de Interdição Marítima (OIM) para Militares de Comando e Estado-Maior, no *Nato Maritime Interdiction Operational Training Centre (NMIOTC)*, na Ilha de Creta, Grécia. O treinamento teve por objetivo capacitar Oficiais de Estado-Maior para o planejamento e execução de OIM. Adicionalmente, a presença de um representante do setor

CGCFN, visou ao acompanhamento e identificação de novas táticas, técnicas e procedimentos que pudessem incrementar o Curso Internacional de Operações de Paz de Caráter Naval (UN MTF COURSE). Ressalta-se que o COPazNav é o único Centro Operações de Paz do mundo que possui o certificado de treinamento das Nações Unidas para a condução do referido curso, no qual são ministradas instruções específicas sobre o emprego de uma Força Tarefa Marítima, particularmente afetas às funções estabilizadoras desempenhadas por esta Força, com ênfase nas Operações de Interdição Marítima, bem como nos Aspectos Legais do Uso da Força no mar.

No que se refere ao conteúdo programático do treinamento, merecem destaque as disciplinas afetas à Inteligência; Negociação e ao Processo de Planejamento e Tomada de Decisão nas OIM. Dessa forma, os conhecimentos obtidos durante o treinamento foram de suma importância, no intuito de incrementar as atividades do COPazNav, especialmente no que se refere às atividades do Centro relacionadas à segurança marítima.





## Intercâmbio de Desminagem Humanitária (DH) com a Armada da República da Colômbia



CC (FN) Thiago Caldas Soares  
CC (FN) Rodrigo Pacheco de Vargas

A missão tem como objetivo principal desenvolver, por meio de assessoria técnica e instruções, o Programa de DH daquela força. No período de 16 de janeiro de 2019 a 15 de janeiro de 2021, diversas tarefas foram desenvolvidas, com vistas a manter a impulsão dos trabalhos que já proporcionaram a qualificação de mais de 400 Desminadores, destacando:

a implementação de novos Procedimentos Operacionais; a execução do Primeiro Curso Internacional de DH para as Operações de Paz; a requalificação de 212 militares, de acordo com as novas normas vigentes; a assessoria na elaboração da Estratégia Setorial de Desminagem Humanitária 2021-2025; a supervisão das ações nas Frentes de Trabalho; a adequação das ações de Desativação de Artefatos Explosivos aos protocolos internacionais e a participação em Mesa de Trabalho para o recebimento do Trator Preparador de Área BEARCAT T-870, doação dos EUA.

Sobre o intercâmbio, cabe ressaltar que a atuação dos militares brasileiros reforça a posição de destaque da MB no que tange a participação em Missões de Desminagem Humanitária, além de retornar ao CFN a experiência na limpeza de campos minados que contenham minas improvisadas.



## Programa de Incentivo à Leitura do CFN

Os seguintes militares tiveram suas resenhas selecionadas como finalistas para o Fórum de Leituras do CFN que, por motivos de pandemia, não foi realizada. Essa seleção coroa

um amplo trabalho do Programa de Incentivo à Leitura do CFN de 2020 que realizou todas as suas atividades previstas, exceto o Fórum de Leituras.



O CF (FN) Marcelo Augusto Teixeira, do CtecCFN resenhou o livro Logística Pura: A Ciência do Preparo da Guerra de THORPE George C.



CT (FN) Maycon Robertson Gomes de Almeida do ComDivAnf resenhou o livro Este barco também é seu de Abrashoff, D. Michael.



CC (FN) Carlos Alberto Couto Pimentel do CIAMPA resenhou o livro Logística Pura: A Ciência do Preparo da Guerra de THORPE George C.



1ºTen (QC-FN) Giovanni Lucena Cardoso do CEFAN resenhou o livro Band of Brothers: Companhia de Heróis de AMBROSE, Stephan E.



CC (FN) Michel Silveira de Oliveira do GptFNB resenhou o livro Fuzileiros Navais: das Praias de Caiena às ruas do Haiti do Alte Carlos Augusto Costa.



2ºTen (FN) Yan Motta de Vasconcelos da CiaPol resenhou o livro História da Gerra de Demétrio Magnoli.

# Destaque em Monografia da Escola Naval

Aspirante FN-401 - Ramon Ribeiro Martins



O Asp (FN) Ribeiro apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso para graduação na Escola Naval cujo tema foi “A Relevância da Projeção Anfíbia na Operação ‘Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida!’”, a partir de temas sugeridos pelo Comando de Desenvolvimento Doutrinário do CFN.

Pela relevância do assunto e pela qualidade do trabalho o Aspirante, hoje já Guarda-Marinha, foi escolhido para integrar a presente seção.

O trabalho aborda a operação “Amazônia Azul – Mar Limpo é Vida!”, levada a cabo, pelo Comando da Marinha do Brasil, em fins de 2019, baseada no conceito da Projeção Anfíbia que tem se tornado importante instrumento na solução de crises de cunho humanitário e desastres ambientais. A operação foi desencadeada em coordenação com instituições como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e as demais Forças Armadas, em resposta às consequências do vazamento de petróleo cru de um navio ainda não identificado.



# Para Lembrar...

## Decida N° 52: Projeção Anfíbia (Revista *Âncoras e Fuzis*, edição anterior)



### Decida N° 52: Projeção Anfíbia

CC (FN) Fernando Bellard Abdo  
CT (FN) Leone Novo Freitas

#### Situação Geral

Uma UAnf foi ativada para executar uma Projeção Anfíbia no litoral de LARANIA, autorizada para apoiar a estabilização do país. Após o desembarque sem oposição a UAnf ocupou a Cidade de ALEXANDRIA capital de LARANIA. Além da UAnf, desembarcou, administrativamente, uma Brigada do Exército que já está ocupando outras cidades no interior do país. Após 20 dias decorridos do desembarque o ComForTarAnf considerou cumprida a sua missão por ter estabelecido uma Força em terra e ter apoiado o desembarque administrativo de uma tropa do Exército, juntamente com suprimentos necessários para sua sustentação por até 6 meses. As tropas da UAnf, agora como um GptOpFuzNav ficaram ocupando parcela da cidade e subordinadas ao Comando Conjunto da operação LARANIA.

Passada uma fase de aparente tranquilidade, com uma evolução favorável da estabilização, colocou-se em marcha um processo eleitoral. Nesse período identificou-se alguns grupos que passaram a atuar como gangs contra a população local. Embora a maioria da população local apoie a presença das tropas, as facções criminosas vem incrementando suas ações na tentativa de minar o processo eleitoral e a missão como um todo.

#### Situação Particular

Estamos na manhã de D + 35 e, depois de um grande esforço para preparação, chegou o dia das eleições para o governo de LARANIA. O Sr. é o Comandante de um Pelotão que faz parte do CCT do GptOpFuzNav. Seu Pelotão é composto por 42 Fuzileiros Navais (Três Grupos de Combate de 13 homens), além de 4 Atradores de Precisão e 2 Enfermeiros (sendo uma do sexo feminino). 4 (quatro) VtrBldSR PIRANHA estão em Apoio Direto às suas ações.

Seu Pelotão recebeu a missão de prover segurança às instalações da Escola Estadual Professor FERNANDO FREITAS (EPPFF), localizada na porção leste da comunidade.

Outras informações pertinentes:

- Há uma equipe com capacidade de executar tarefas de Polícia Judiciária Militar à disposição do Comando do GptOpFuzNav;

- O Tribunal Eleitoral de LARANIA, apesar das suas restrições, se comprometeu a dar o apoio necessário ao Comando do GptOpFuzNav; e

A seguinte sequência de eventos ocorre:

1. Por volta das 08h30, nas primeiras horas de votação, uma pequena turba de moradores locais, incentivados pela facção criminosa dominante, se aglomera na entrada da escola, promovendo protestos pacíficos, porém impedindo o acesso de eleitores ao interior da mesma. Nesse momento, o Sr. possui todo o Pelotão na região da escola.
2. Às 10h00, um GC (a 4 ET) do seu Pelotão, apoiado por 2 VtrBldSR PIRANHA, mobiliza dois check-points, o CP1 na esquina da Rua ALFA com a Rua BRAVO e o CP2 na esquina da Rua ALFA com a Rua DELTA. Às 10h30, o Comandante do GC reporta pelo rádio que foram encontradas 2 pistolas e 20 pacotes de cigarro (cada um com 24 maços) no porta-malas de um veículo. O carro pertence ao Sr. ZÉ DO ROLO, líder comunitário, que está acompanhado de sua esposa. O Comandante do GC pergunta, pelo rádio, como proceder.
3. Às 13h30 aguarda-se a chegada do candidato JOÃO DA VILA, extremamente popular na comunidade, para votar na EPPFF. Quando o candidato chega, uma multidão exultante empurra a linha de alambrado em toda a lateral oeste, próxima da entrada, na tentativa de tirar fotos e chegar perto do candidato. O candidato possui sua própria segurança particular, que aparentam estar bem armados.

#### Pedidos

Com base nos fatores da decisão, como Comandante do Pelotão, decida como o Sr. procederá em cada um dos eventos acima, descrevendo, se for o caso, as ordens que o Sr. transmitiria ao seu Pelotão. Lembre-se de que esses eventos ocorreram em sequência.



## Decida N° 52: Projeção Anfíbia

### Solução Proposta por Leitor

Nesta edição, em vista da quantidade e da qualidade das soluções apresentadas, tanto por oficiais quanto por praças, deixamos de apresentar uma solução proposta por **Ancoras e Fuzis**. Ao invés disso apresentaremos três soluções propostas por nossos leitores.

As soluções foram escolhidas não por terem sido avaliadas como as melhores, mesmo por que diversas outras poderiam ter integrado esse grupo. As soluções apresentaram, em uma delas uma análise consistente, em outra uma simplicidade nessa mesma análise e numa terceira uma solução abrangente em vários aspectos.

Aproveitamos a oportunidade para concitar os leitores que debatam com seus colegas de profissão os problemas militares planteados pela Seção Decida de **Ancoras e Fuzis** como meio de crescimento profissional.

## 1ª Solução Proposta

CT (FN) Eric de Souza Belchior

(2º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais - Batalhão Humaitá)

### Análise dos Fatores da Decisão

#### Missão

O Comandante do Pelotão recebeu a seguinte tarefa: “Prover segurança às instalações da Escola Estadual Professor FERNANDO FREITAS (EPPFF), localizada na porção leste da comunidade”. O propósito está OMITIDO. É importante diferenciar essa tarefa de qualquer outra relacionada ao processo eleitoral para não haver confusão.

Devem ser tomadas medidas necessárias para que não seja manifestado nenhum posicionamento político, pois a tarefa é a apenas de segurança. O Pelotão deve agir conforme as Regras de Engajamento (ROE).

#### Inimigo

Serão considerados Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP), os cidadãos que oferecerem risco a segurança da

escola, colocarem em risco a integridade física da tropa ou de outro cidadão ou cometerem crimes graves conforme as ROE. Além dos que ferirem a estabilidade pública.

Deve-se ter atenção ao uso gradual da força contra os APOP, sendo a força letal utilizada apenas em último caso, com a iminência de perda de vida humana.

#### Terreno

O complexo escolar é constituído por um ginásio e um prédio. O perímetro da EPPFF é cercado por um “alambrado” em condições bem degradadas, o que pode comprometer a segurança do perímetro da escola nos momentos em que os civis começam a forçar o alambrado para se aproximar do candidato JOÃO DA VILA.

Há apenas uma entrada no complexo, localizada a oeste, adjacente à “Padaria do Vô”, o que canaliza o fluxo de entrada e saída de eleitores.

A Rua DELTA, que contém a entrada da escola, é estreita, restringindo bastante o movimento em mão dupla. Deve-se ter controlar o fluxo visando a segurança da escola, entretanto sem causar congestionamento.

#### Meios

Um Pelotão (03 GC a 13 militares cada), 04 atiradores de precisão, 02 Enfermeiros (sendo uma do sexo feminino) e 04 VtrBldSR PIRANHA que estão em Apoio Direto ao Pelotão. O apoio das VtrBldSR PIRANHA auxilia com mobilidade e blindagem. Dado que as viaturas são sobre rodas, a mobilidade numa localidade fica facilitada.

A Enfermeira do sexo feminino pode auxiliar em possíveis situações suspeitas com mulheres, principalmente em revistas.

O poder de combate dos GC e dos atiradores de precisão é importante, pois há seguranças armados na situação N° 3 (13h30). Reitera-se o uso gradual da força.

#### Tempo Disponível

Na situação N° 2 (10h00), deve-se agir rapidamente, visando retirar o Sr ZÉ DO ROLO do local o quanto antes,

## Decida Nº 52: Projeção Anfíbia Solução Proposta por Leitor

evitando, assim, manifestação da comunidade por se tratar de um líder local. Na situação

Nº 3 (13h30), deve-se também agir rapidamente para evitar que a população deprede a escola.

Ordens para situação Nº 1 (08h30)

- a) 1ºGC:
  - Realizar patrulha no perímetro da Escola.
- b) 2ºGC:
  - Assumir a posição da entrada da Escola; e
  - MdtO, realizar controle de distúrbios.
- c) 3ºGC:
  - Realizar patrulha na Rua DELTA.
- d) Atiradores de Precisão:
  - Assumir posição nas proximidades de “associação”;
  - Reconhecer alvos armados e reportar; e
  - MdtO, abater alvos que ameacem a vida humana.

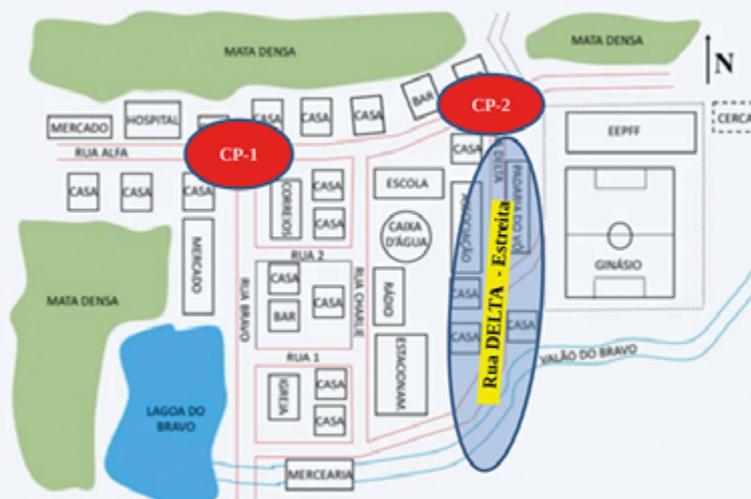
Ordens para situação Nº 2 (10h00)

- a) 1ºGC (a 04 ET):
  - Realizar a segurança do local e revista dos suspeitos;

- Empregar a EF do sexo feminino para revista da esposa do Sr Zé do Rolo;
- Apreender o material encontrado; e
- Encaminhar o Sr Zé do Rolo, sua esposa e o material apreendido às autoridades policiais do Governo Provisório o mais rápido possível.

Ordens para situação Nº 3 (13h30)

- a) 1ºGC:
  - Realizar patrulha no perímetro da Escola.
- b) 2ºGC:
  - Afastar, o quanto antes, a população civil do alambrado;
  - Se for o caso, empregar armamento menos letal;
  - Manter os seguranças do candidato JOÃO DA VILA em observação constante; e
  - Para evitar a perda de vida humana, em último caso, empregar força letal.
- c) 3ºGC:
  - Realizar patrulha na Rua DELTA; e
  - MdtO, realizar controle de distúrbios.
- d) Atiradores de Precisão:
  - Assumir posição nas proximidades de “associação”;



- Reconhecer alvos armados e reportar;
- Manter os seguranças do candidato JOÃO DA VILA em observação constante; e
- Para evitar a perda de vida humana, em último caso, empregar força letal.

## 2ª Solução Proposta

1º Ten (FN) Vinicius Morais de Oliveira  
 1º Ten (QC-FN) Gabriel Fernandes de Souza  
 (Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal)

### Ordem de Operação do Pelotão

#### 1) Situação

Após a realização de uma Projeção Anfíbia no litoral de LARANJA, iniciada no dia D e autorizada para apoiar a estabilização deste país, um GptOpFuzNav foi acionado para ocupar uma parcela da cidade de ALEXANDRIA, capital de LARANJA. Hoje, dia D+35, serão realizadas as eleições para o Governo de LARANJA. Embora a maioria da população seja favorável e apoie a presença das tropas no país, existem “gangs” e facções criminosas que podem realizar tentativas de minar o processo eleitoral e a missão como um todo.

#### 2) Missão

Prover segurança às instalações da Escola Estadual Professor FERNANDO FREITAS (EPPFF) a fim de contribuir para a garantia do processo eleitoral.

#### 3) Execução

##### Conceito da Operação:

Este pelotão proverá a segurança do Complexo Escolar com 1 GC em patrulha no perímetro do Complexo Escolar, 1 GC provendo a segurança nas proximidades da Entrada do Complexo Escolar, localizada nas adjacências da PADARIA DO VÔ, e 1 GC realizando as ações de PBCVU nas proximidades de CP 2 e CP 3.

##### Tarefa aos elementos subordinados

- 1ºGC - Patrulhar todo o perímetro do complexo escolar e FCD reforçar às ações do 2ºGC.
- 2ºGC - Assumir Pontos de segurança estáticos (PSE) na entrada do Complexo Escolar e na Rua DELTA, nas proximidades da padaria do Vô.
- 3ºGC - Guarnecer PBCVU em CP2 e CP3 e FCD guarnecer PBCVU em CP1 e FCD assumir as tarefas do 1ºGC e do 2ºGC.

- SeçVtrBldSR PIRANHA: Assumir posição em CP2, com duas viaturas, assumir posição em CP3, com duas viaturas, e FCD deslocar viaturas para CP1
- Atiradores: Assumir as posições P2, P4, P5 e P7, prover a segurança das posições ocupadas e FCD deslocar para P1, P3 e P6.
- Enfermeiros: EF 1 assumir posição junto ao ComPel e EF 2 (sexo feminino) assumir posição junto a Com1GC, durante toda a operação.
  - Instruções para coordenação e controle
  - Medidas de coordenação e controle
    - Hora do pronto do dispositivo: 08:00
    - CP1: Esquina da Rua ALFA com a Rua BRAVO
    - CP2: Esquina da Rua ALFA com a rua DELTA
    - CP3: Esquina da Rua Bravo com a rua da mercearia
    - P1: Posição na parte NORTE do teto da PADARIA DO VÔ
    - P3: Posição no teto da casa à SW do GINÁSIO
    - P4: Posição no teto da EPPFF
    - P5: Posição no teto do BAR próximo Esquina da Rua ALFA com a rua DELTA
    - P6: Posição no teto da CASA próxima a Esquina da Rua ALFA com a Rua BRAVO
    - P7: Posição no teto da MERCEARIA

Demais instruções: As seguintes Regras de Engajamento (ROE) se aplicam:

- A força necessária e proporcional está autorizada para controlar distúrbios e dispersar turbas que ameacem a estabilização e a ordem pública.
- Os civis podem ser abordados se aparentarem constituir ameaça às forças militares, às pessoas protegidas, às instalações públicas ou às propriedades designadas como objetivo da missão. Caso algum civil configure-se em ameaça, poderá ser detido ou apreendido; devendo ser encaminhado às autoridades policiais do Governo Provisório.
- Está autorizado o uso da força para deter pessoas que estejam cometendo atos criminosos graves, devendo ser empregada a força mínima necessária. Atos criminosos graves incluem homicídio, agressão grave, estupro, incêndio criminoso e roubo.
- Esgotadas todas as técnicas razoáveis de uso gradual da força, o uso de força letal está autorizado (como

último recurso), para evitar a perda de vida humana, incluindo a de civis na violência civil.

5. A força letal não está autorizada para desarmar civis, impor toques de recolher ou interromper saques, a menos que a situação se enquadre no item anterior, com risco iminente de perda de vida humana.
  - O complexo escolar é constituído por um ginásio e um prédio, onde funcionará uma Zona Eleitoral. O perímetro da EEPFF é cercado por um “alambrado”, em condições bem degradadas. Há apenas uma entrada no complexo, localizada a oeste, adjacente à “Padaria do Vô”.
  - Com exceção das ruas ALFA e BRAVO, que são mais amplas, as demais vias no interior da comunidade conseguem acomodar, de forma bem limitada, dois veículos em mão dupla.

## Análise dos eventos

### Evento 1: Omitido.

Resposta: Considerando que a Missão do pelotão impõe a tarefa de prover a segurança da EEPFF, com o propósito de contribuir para a garantia da votação, o pelotão deverá atentar às tarefas impostas a cada GC na ordem de Operação, onde deverá ser dada especial atenção ao 2ºGC, responsável por intensificar a segurança na rua DELTA e no portão de acesso à EEPFF, o qual deve ser mantido livre e desobstruído. Em paralelo à presença oficial, o ComPel deverá buscar verbalizar e negociar com os manifestantes

para desobstruir o acesso ao Complexo Escolar. Caso o protesto persista, siga impedindo o acesso dos eleitores e deixe de ser pacífico, apresentando riscos à civis e às forças, ou tente invadir o Complexo, o 2ºGC fará uso progressivo da força para dispersar a turba, CFM DET no item 1 da ROE. Após a dispersão, o 3ºGC deverá intensificar a triagem dos eleitores nas posições PC 2 e PC 3 e reportar qualquer possível alteração nestas posições.

### Evento 2: Omitido.

Resposta: CFM DET no item 2 da ROE, o cidadão e sua esposa deverão ser detidos e encaminhados para o órgão competente, uma vez que configuram ameaça aos civis e às Força militares. O 3ºGC deverá proceder com essa ação fazendo uso da VtrBldSR Piranha. Com o intuito de coibir represálias e quaisquer exaltações por parte da população local, o 3ºGC será reforçado por 1 ET do 1ºGC para cobertura da área, juntamente com o EF 2, militar do sexo feminino, que realizará a revista da esposa do líder comunitário, Sr. ZÉ DO ROLO.

### Evento 3: Omitido.

Resposta: O pelotão proverá a segurança na Seção eleitoral e deverá reforçar o alambrado na região oeste do complexo com 1GC (Ref), com 6 ET, patrulhará as demais regiões do complexo com 1GC(-), 2ET. O 3ºGC manterá as posições guarnecidas em CP2 e CP3, com o apoio da seção de VtrBldSR PIRANHA e reforçará as medidas de bloqueio e triagem em direção à área de votação.

## CALCO DA OPERAÇÃO



# 3ª Solução Proposta

CT (FN) Daniel Campos da Silva  
(Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores)

## Uma Solução

Evento nº 1

O fator da decisão que mais influenciou neste caso foi o TERRENO pois o impedimento do acesso dos eleitores à escola dificultará o cumprimento da nossa missão.

### 3) Execução

Este pelotão dispersará, desde já, a turba que acontece na entrada da escola com 2 GC apoiados por atiradores de precisão, sendo um GC para prover a segurança do acesso para os eleitores e um GC para, utilizando as regras de engajamento, dispersar a turba. Manterá em reserva um GC no interior da Escola.

- a. 1ºGC(Ref)
  - 1 - Manter livre o acesso de eleitores à escola;
- b. 2ºGC(Ref)
  - 1 - Realizar ações de controle de distúrbios e dispersar a turba observando as regras de engajamento;
- c. SçVtrBldSR
  - 1 - Ficar ECD apoiar o 1ºGC e 2ºGC.
- d. Reserva 3ºGC
  - 1 - Ficar em condições de assumir as tarefas dos elementos em primeiro escalão;

Evento nº 2

O fator da decisão que mais influenciou neste caso foi a MISSÃO pois a existência de armamento junto ao líder comunitário pode dar início a um movimento não pacífico impedindo a eleição e por consequência, a nossa missão.

### 3) Execução

Este pelotão conduzirá, desde já, com uma ET do GC que se encontra na região de escola, às autoridades locais, o Sr. Zé do rolo, sua esposa e seu veículo, manterá mobiliados os checkpoints 1 e 2 com um GC apoiado por uma SçVtrBldSR e manterá 1 GC na região de escola. Manterá um GC em reserva.

- a. 1ºGC(Ref)
  - 1 - Manter mobiliados os checkpoints 1 e 2;
- b. 1ªET do 2ºGC(Ref)
  - 1 - Conduzir o Sr. Zé do rolo, sua esposa e seu veículo às autoridades locais;
- c. 2ºGC(-)(Ref)
  - 1 - Manter a segurança dos eleitores na região de escola
- d. SçVtrBldSR
  - 1 - Ficar em ApDto ao 1ºGC(Ref)
- e. Reserva
- f. 3ºGC(Ref)
  - 1 - Ficar ECD assumir as tarefas dos elementos em primeiro escalão.

Evento nº 3

O fator da decisão que mais influenciou neste caso foi o TERRENO pois a escola onde acontece a votação possui pouco espaço e apenas um acesso e a multidão adentrando ao local pode impedir o cumprimento da missão do nosso pelotão.

### 3) Execução

Este pelotão realizará, desde já, com um GC que se encontra na região de escola, ações de controle de distúrbios, manterá os checkpoints 1 e 2 com um GC apoiado por uma SçVtrBldSR e manterá 1 GC na região de escola.

- a. 1ºGC(Ref)
  - 1 - Manter mobiliados os checkpoints 1 e 2;
- b. 2ºGC(Ref)
  - 1 - Manter a segurança dos eleitores na região de escola;
- c. 3ºGC(Ref)
  - 1 - Realizar ações de controle de distúrbios observando as regras de engajamento.
- d. SçVtrBldSR
  - 1 - Ficar em ApDto ao 1ºGC(Ref)



# Decida Nº 53: Apoio de Serviços ao Combate

Colaboração:

CT (FN) **Esley** Rodrigues de Jesus Teixeira

## Situação Geral

Depois de grave crise institucional ocorrida na Ilha do Levante, com deposição, pela força, de governantes locais, desrespeito a Direitos Humanos, justiçamentos e assassinatos, o Conselho de Segurança da ONU (CSNU) emitiu uma Resolução autorizando a intervenção para buscar uma estabilização da situação e, posteriormente, desencadear numa operação de paz.

Por conta disso um GptOpFuzNav, de valor UAnf foi ativado para realizar uma Projeção anfíbia na Ilha do Levante, no Atlântico Sul, para estabilizar a situação da grave crise institucional. As informações iniciais se confirmaram e o desembarque ocorreu sem hostilidades.

Após o desembarque a UAnf ocupou os seguintes pontos focais:

- Com uma CialnfFuzNav ocupou o Bairro dos Remédios, região que foi, durante a crise, foco de grandes tumultos, chegando a ocorrer justiçamentos e assassinatos, instalando-se num antigo forte que possui dominância sobre toda a região;
- Com uma CialnfFuzNav, a dois Pel, ocupou a região SW da ilha;
- Com uma CialnfFuzNav, a dois Pel, ocupou região nas imediações do aeroporto;
- O GCA, Apoiado por um Pel, foi desdobrado no Aeroporto que funciona com muitas restrições; e
- A Reserva (Pel) encontra-se numa área contígua a AAP VERDE a NE da ilha, onde também está desdobrada o GASC.

Parte dos itens para a população estão chegando por via aérea. Todavia, devido a precariedade das instalações do aeroporto e a necessidade de utilização destas instalações pelo GCA a organização dessa logística para os ilhéus tem sido prejudicada.

A Base da ONU ainda não está organizada, mas os trabalhos estão progredindo favoravelmente na porção NE da ilha, próximo a um pequeno porto.

O *Force Commander* já encontra-se na ilha, realizando entendimentos junto a órgãos estatais e órgãos da ONU já desdobrados no terreno e irá assumir a partir de D + 30.

Instituições internacionais concentraram gêneros para distribuição porém solicitam escoltas e segurança local para realizar a distribuição. Há instalações próximo ao porto e na região do aeroporto.

O Porto já consegue receber alguns itens mas tem deficiência de aparelhos de içamento de cargas, dependendo, para isso, dos navios.

Previsto o Dbq de Tropas do EB até D + 90 de 1BtlInfMtz.

Previsto o Dbq de Tropas de outros países TCC até D + 180, quando espera-se que o efetivo atinja aproximadamente o de uma Bda.

O BtlInfMtz do EB irá substituir a Uanf 10 dias após o Dbq.

## Situação Particular

Estamos em D + 20.

O Sistema de distribuição de água está bem deteriorado, a população faz uso de poços porém o atendimento é precário e há riscos de uma grande epidemia de infecção intestinal.

Há rumores de descontentamento com o fornecimento de água e gêneros básicos.

Devido a eventos climáticos extremos, ocorridos a três dias, a porção SW da Ilha ficou completamente isolada. A CialnfFuzNav la desdobrada já sente falta de alguns itens de suprimento.







# CDDCFN



## Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais Na Vanguarda pelo Conhecimento

Criado em 16 de abril de 2013, o CDDCFN tem como missão contribuir para o desenvolvimento da doutrina dos Fuzileiros Navais, num contexto doutrinário mais amplo estabelecido pelo Estado-Maior da Armada (EMA), bem como para o aprimoramento da formação de recursos humanos e do material de uso exclusivo e preponderante de Fuzileiros Navais.



Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais  
Rua Magno Martins, S/Nº - Ilha do Governador  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21911-000